

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

RAQUELLI NATALE

**O *FEMIRRACÍDIO* EM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES NEGRAS NO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DISCURSIVO E
SOCIOCOGNITIVO**

VITÓRIA
2020

RAQUELLI NATALE

**O *FEMIRRACÍDIO* EM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES NEGRAS NO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DISCURSIVO E
SOCIOCOGNITIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi.

Coorientador: Prof. Dr. Teun A. van Dijk

VITÓRIA

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

N271f Natale, Raquelli, 1986-
O femirracídio em notícias sobre violência contra mulheres negras no Espírito Santo: um estudo discursivo e sociocognitivo / Raquelli Natale. - 2020.
308 f. : il.

Orientadora: Micheline Mattedi Tomazi.

Coorientador: Teun van Dijk.

Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Análise Crítica do Discurso. 2. Violência de gênero. 3. Femicídio. 4. Femirracídio. 5. Mídia. 6. Interseccionalidade. I. Tomazi, Micheline Mattedi. II. van Dijk, Teun. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 80

Raquelli Natale

**O FEMIRRACÍDIO EM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA
CONTRA MULHERES NEGRAS NO ESPÍRITO SANTO:
UM ESTUDO DISCURSIVO E SOCIOCOGNITIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 03 de abril de 2020.

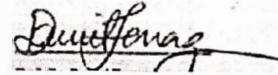
Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Micheline Mattédi Tomazi (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão Examinadora



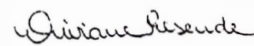
Prof. Dr. Teun Adrianus van Dijk (UPF)
Coorientador



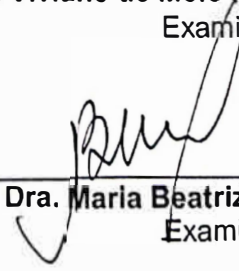
Prof. Dr. Daniel de Mello Ferraz (PPGEL/USP)
Examinador Interno



Prof. Dr. Luis Fernando Bulhões Figueira (UFES)
Examinador Interno



Profa. Dra. Viviane de Melo Resende (UnB)
Examinadora Externa



Profa. Dra. Maria Beatriz Nader (UFES)
Examinadora Externa

À minha mamis, presente de Deus em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido realizar este trabalho e me dado força e discernimento para prosseguir nesta caminhada. Neste percurso, muitas pessoas também estiveram comigo e, em demonstração de todo o meu carinho e reconhecimento, faço aqui um breve agradecimento a vocês que foram e são muito especiais:

À minha família, pais, irmãos, sobrinhos e amigos, pelo tempo de convívio que sacrifiquei lidando com estas coisas. Saibam que o amor pela pesquisa não foi maior do que a dor que senti durante as minhas ausências. Ao meu companheiro, Maiqui, que é o melhor parceiro que eu poderia ter escolhido para compartilhar tudo nesta vida. Você embarca nos meus sonhos e tem generosamente o dom de me ensinar todos os dias a ser alguém melhor.

À minha orientadora Micheline, por todos os caminhos que já percorremos juntas e, por mais uma vez, estar comigo neste projeto. São muitas histórias e momentos que eu poderia recordar, mas todos se resumem a uma palavra: gratidão! Obrigada por todas as parcerias e descobertas no fazer e viver acadêmico. A você, o meu respeito, carinho e apreço.

Ao Teun, que tive o prazer de conhecer e ser aluna. Obrigada pelos inúmeros e-mails compartilhados que trouxeram não apenas uma orientação, mas a grandeza e a generosidade de alguém que partilha toda a sua sabedoria. Esses diálogos, sempre doces e motivadores, me impulsionam dia após dia a fazer o meu melhor. Expresso aqui toda a minha admiração e carinho por ter me acolhido e estado comigo neste caminho.

Aos professores Daniel Ferraz e Maria Beatriz Nader, pelas contribuições valiosas na banca de qualificação que muito ajudaram na construção e evolução deste trabalho. A vocês, toda a minha admiração e o meu muito obrigada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, especialmente à Profa. Janayna B. C. Casotti e aos profs. Roberto Perobelli e Luís Fernando Bulhões, com os quais tive a honra de aprender novas visões de mundo durante as disciplinas do doutorado. Vocês são demais!

Aos meus amigos e colegas da universidade, que, às vezes sem saber, foram uma gota de ânimo em meio à caminhada árida e solitária do cotidiano acadêmico. Nosso grupo no WhatsApp (Doutorado) foi um lugar de encontro, alívio, tristeza, mas, sobretudo, de muitas risadas ;)

À querida amiga Karina com quem aprendo muito sobre a amizade, a empatia e a valorização de quem realmente é importante em nossa vida. Ao meu amigo Victor, pelos encontros que me conduzem a grandes elaborações e ao caminho do autoconhecimento com leveza e alegria. E à minha amiga Rossana, “por me dar a oportunidade de conviver com você tão de pertinho”. Ela me ensinou tanto e tanto, que as palavras não dão conta de descrever, mas eu desconfio, que se ela ainda estivesse por aqui, criaria essas palavras.

Aos companheiros e companheiras de longas datas do Gedim, obrigada pelos ensinamentos. Aprendi muito com todxs vocês!

Às mulheres negras e ativistas feministas com quem “dialoguei” durante este percurso, muitas delas por meio de suas grandes obras, que não estão apenas nos livros e artigos científicos, mas sobretudo, nas lutas incansáveis pela equidade ao longo da história. A vocês, a quem peço licença para aqui falar, todo o meu respeito.

“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”.
Audre Lorde

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”.
Boaventura de Souza Santos

RESUMO

Apesar de todos os esforços e avanços na criação de legislações que prezam pela prevenção, pelo combate e pela punição de crimes contra mulheres no Brasil ao longo dos últimos anos, o índice de *feminicídios* continua a crescer, representando um dos graves problemas que a sociedade brasileira precisa enfrentar. Contudo, essa problemática é ainda mais complexa quando observamos que algumas mulheres, como as negras, morrem três vezes mais do que as não negras em alguns estados do país, como no Espírito Santo (ES), *lócus* de nosso estudo. Diante desse cenário, esses crimes têm sido parte da agenda diária dos jornais do ES que constroem, por meio de notícias, representações acerca dessa violência as quais ajudam na (re)produção de crenças que acentuam e perpetuam as desigualdades entre grupos sociais. É, pois, a partir desse contexto, que esta tese objetiva analisar, por meio de um estudo Discursivo e Sociocognitivo, como os assassinatos de mulheres negras, que aqui são nomeados como *femirracídios*, são representados em notícias jornalísticas veiculadas por jornais capixabas. Dada a natureza multidisciplinar da problemática, a qual mobiliza questões de ordem linguística, social, cognitiva, histórica, cultural e política, a investigação lança mão de trabalhos como a abordagem Sociocognitiva do Discurso, de van Dijk (1999, 2010, 2011a, 2012, 2014), dos estudos semióticos de van Leeuwen (2008) e Machin (2007) e das contribuições feministas de Gonzalez (2011), Carneiro (2003a), Crenshaw (2002a; 2002b), Meyers (1997; 2013), Collins (2000; 2004) e Tomazi (2014a; 2014b; 2019; no prelo). Os resultados das análises mostraram que o discurso noticioso não representa a violência contra mulheres negras como crime de gênero, de responsabilidade pública, mas descrevem-na como um problema inerente a um grupo social, marcado por preconceitos de gênero, raça e também classe social. Além disso, atribui a violência a comportamentos individuais da vítima e do agressor, como ciúmes, traição, envolvimento com álcool e drogas, que contribuem para a (re)produção de estereótipos sociais e na promoção da crença de que raça, gênero e classe determinam comportamentos.

Palavras-chave: Violência de gênero; Femirracídio; Mídia; Abordagem Sociocognitiva e Discursiva; Interserccionalidade.

ABSTRACT

Despite all efforts and advances in the creation of laws that precede the prevention, combat and punishment of crimes against women in Brazil, until the last few years the rate of femicide continues to grow, which show one of the serious problems that Brazilian society needs to face. However, this problem is even more complex when we verify that some women, such as black women, die three times more than not black women in some states of the country, as in Espírito Santo (ES), the locus of our study. Given this scenario, these crimes have been part of the daily agenda of ES newspapers, through news, representations about the violence that causes (re)production of crimes that cause and perpetuate inequalities between social groups. Within this context, and through a discursive and sociocognitive study, this thesis aims at verifying how murderers of black women, who are here named as *femirracidio*, are represented in news reports carried by Espírito Santo newspapers. Given the multidisciplinary nature of the problem, which mobilizes questions from linguistic, social, cognitive, historical, cultural and political areas, this investigation uses theoretical bases such as the sociocognitive and discourse approach by van Dijk (1999, 2010, 2011a, 2012, 2014); the semiotic studies by Leeuwen (2008) and Machin (2007); the feminist contributions by Gonzalez (2011), Carneiro (2003a), Crenshaw (2002a; 2002b), Meyers (1997; 2013), Collins (2000; 2004) and Tomazi (2014a; 2014b; 2019; be in press). The results of the analyzes showed that the news discourse does not represent violence against black women as gender crime of public responsibility, instead, they describe it as a problem inherent to a social group, marked by gender prejudices, "race" and also social class. Furthermore, it attributes violence to individual behaviors of the victim and the aggressor, such as jealousy, betrayal, involvement with alcohol and drugs, which contribute to the (re)production of social stereotypes and to the promotion of the belief that "race", gender and class determine behaviors.

Keywords: Gender violence; Femirracidio; Media; Sociocognitive and Discursive Approach; Intersectionality.

RESUMEN

A pesar de todos los esfuerzos y avances en la creación de legislación que valora la prevención, la lucha y el castigo de los delitos contra las mujeres en Brasil en los últimos años, la tasa de feminicidio continúa creciendo, lo que representa uno de los problemas graves que la sociedad brasileña necesita enfrentar. Sin embargo, este problema es aún más complejo cuando encontramos que algunas mujeres, como las mujeres negras, mueren tres veces más que las mujeres no negras en algunos estados del país, como en Espírito Santo (ES), el lugar de nuestro estudio. Frente a este escenario, estos crímenes han sido parte de la agenda diaria de los periódicos del ES que, a través de las noticias, crean representaciones sobre esta violencia que ayudan en la (re)producción de creencias que acentúan y perpetúan las desigualdades entre los grupos sociales. Por lo tanto, desde este contexto, que esta tesis tiene como objetivo verificar, a través de un estudio discursivo y sociocognitivo, cómo los asesinatos de mujeres negras, a quienes se hace referencia aquí como *femirracidio*, están representados en informes de noticias publicados por los periódicos del Espírito Santo. Dada la naturaleza multidisciplinaria del problema, que moviliza cuestiones lingüísticas, sociales, cognitivas, históricas, culturales y políticas, la investigación utiliza obras como el enfoque del discurso sociocognitivo de van Dijk (1999, 2010, 2011a, 2012, 2014), los estudios semióticos de van Leeuwen (2008) y Machin (2007) y las contribuciones feministas de González (2011), Carneiro (2003a), Crenshaw (2002a; 2002b), Meyers (1997; 2013), Collins (2000; 2004) y Tomazi (2014a; 2014b; 2019; en prensa). Los resultados de los análisis mostraron que el discurso de las noticias no representa la violencia contra las mujeres negras como crimen de género, de responsabilidad pública, sino que lo describe como un problema inherente a un grupo social, marcado por prejuicios de género, "raza" y también clase social. Además, atribuye la violencia a los comportamientos individuales de la víctima y el agresor, como los celos, la traición, la participación con el alcohol y las drogas, que contribuyen a la (re)producción de estereotipos sociales y a promover la creencia de que "raza", género y clase determinan los comportamientos.

Palabras clave: Violencia de género; Femirracidio; Medios de comunicación; Enfoque sociocognitivo y discursivo; Interseccionalidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - (N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)	174
Figura 2 - (N8) Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes (A Tribuna, 17-04-13)	176
Figura 3 - (N18) Acusado de matar a mulher grávida de 4 meses a facadas (A Gazeta, 22-08-13).....	178
Figura 4 - (N14) Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa, na Serra (A Gazeta, 23-07-13).....	180
Figura 5 - (N16) Morta a marteladas dentro de casa (A Tribuna, 23-07-13)	182
Figura 6 - (N1) Pedreiro confessa que degolou a mulher (A Tribuna, 06-01-13)	184
Figura 7 - (N1) Pedreiro confessa que degolou a mulher (A Tribuna, 06-01-13)	231
Figura 8 - (N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13).....	241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Manchetes e tópicos principais das notícias.....	123
Tabela 2 - Papéis sociais das vítimas nas notícias.....	141
Tabela 3 - Profissões/atividades das vítimas nas notícias.....	146
Tabela 4 - Papéis sociais dos agressores nas notícias	160
Tabela 5 – Profissões/atividades dos agressores nas notícias.....	162
Tabela 6 - Lugar e tempo nas notícias sobre femirracídio	215
Tabela 7 - Polarização entre Mulheres versus Homens	227
Tabela 8 – Construção social de "boas" e "más" mulheres	235
Tabela 9 - Relação entre discurso e conhecimento	238

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

ACFD - Análise Crítica Feminista do Discurso

Cedaw - Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CPMIVCM - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência Contra a Mulher

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DHPM - Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GEDIM - Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MNU - Movimento Negro Unificado

NEVID - Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

PEM - Delegacia de Plantão Especial da Mulher da Região Metropolitana

SIM – Sistema de Informações de Mortalidade

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
CAPÍTULO 1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES	28
1.1 FEMINISMOS E PATRIARCADO	28
1.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E LEGISLAÇÕES	39
1.3 FEMINISMOS E AGENDAS DE DEBATES EM TORNO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	48
1.3.1 <i>Abolicionismo e imigracionismo no Brasil e a construção social de raça e classe</i>	55
1.3.2 <i>Feminismos interseccionais</i>	61
1.4 DO FEMINICÍDIO AO <i>FEMIRRACÍDIO</i>	67
CAPÍTULO 2 MULHERES, VIOLÊNCIAS E ANÁLISES DE DISCURSOS DAS MÍDIAS	77
2.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NOS JORNAIS	77
2.2 REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NA IMPRENSA	88
2.3 ESTUDOS NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E PRECONCEITOS NA MÍDIA	93
2.3.1 <i>Sociocognição Discursiva e análise do racismo</i>	97
2.3.2 <i>Representações de atores sociais: questões multimodais e interseccionais</i>	110
2.4 QUESTÕES METODOLÓGICAS E CATEGORIAS PARA COMPREENSÃO DAS NOTÍCIAS	115
CAPÍTULO 3 TEMAS E ATORES SOCIAIS NAS NOTÍCIAS SOBRE <i>FEMIRRACÍDIOS</i>	120
3.1 TEMAS E TÓPICOS	120
3.1.1 <i>Manchetes e macroproposições</i>	124
3.1.2 <i>Agentividade de atores sociais nas manchetes</i>	130
3.1.3 <i>Léxico e atribuição de papéis sociais a atores nas manchetes</i>	135
3.2 REPRESENTAÇÕES DE ATORES SOCIAIS NAS NOTÍCIAS	139
3.2.1 <i>Representações das vítimas nos textos</i>	140
3.2.2 <i>Representações dos agressores nos textos</i>	159

3.3 GÊNERO, RAÇA, CLASSE SOCIAL E OUTROS MARCADORES NA REPRESENTAÇÃO VISUAL DE ATORES NAS NOTÍCIAS	172
CAPÍTULO 4 FEMIRRACÍDIO COMO AÇÃO SOCIAL NAS NOTÍCIAS	187
4.1 COMO E POR QUAIS RAZÕES MATAM?	187
4.1.1 <i>Quais as consequências dessa ação?</i>	193
4.1.2 <i>A narrativa “novelesca”</i>	195
4.1.3 <i>Ignorando o continuum do femirracídio</i>	196
4.2 FONTES DE INFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS	198
4.2.1 <i>Implicações de policiais como fontes de informações</i>	200
4.2.2 <i>Agressores como fonte</i>	206
4.2.3 <i>Vizinhas(os) e familiares como fontes</i>	211
4.3 LUGAR E TEMPO NAS NARRATIVAS NOTICIOSAS	214
4.3.1 <i>Lugar como construção social</i>	216
4.3.2 <i>Tempo cronológico e tempo social</i>	221
4.4 IDEOLOGIAS NO DISCURSO NOTICIOSO	225
4.4.1 <i>Polarização discursiva entre homens e mulheres: a ênfase no gênero</i>	226
4.4.2 <i>“Eles” não são um de “Nós”: polarização entre grupos sociais com ênfase na raça e na classe social</i>	229
4.4.3 <i>Construção social de “boas” e “más” mulheres a partir da ideologia machista</i>	234
4.5 CONHECIMENTOS NAS NOTÍCIAS	236
4.5.1 <i>O “valor-notícia” do femirracídio e a revitimização de mulheres negras e de classes empobrecidas</i>	243
4.5.2 <i>Consequências de conhecimentos (re)produzidos nas notícias: discriminações e atitudes compartilhadas</i>	245
ALGUMAS CONCLUSÕES A PARTIR DE ONDE VEJO (VEMOS)	248
REFERÊNCIAS	255
ANEXOS	274

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha, de nº 11.340/2006, o Brasil ainda ocupa o quinto lugar no *ranking* das 83 nações que mais matam mulheres no mundo (WAISELFISZ, 2015). No estado do Espírito Santo (ES), o índice de feminicídios, que são as mortes de mulheres pelo fato de serem mulheres (RADFORD, 1992) é de 7,5 assassinatos para cada 100 mil mulheres, de acordo com o Atlas da Violência 2019 (IPEA/FBSP, 2019a). Nesse relatório, chama atenção o fato de, no ES, o índice de assassinatos de mulheres negras ser três vezes maior do que o de não negras (IPEA/FBSP, 2019a), sendo esse crime uma temática rotineira nas páginas dos principais jornais do estado.

Diante desse cenário, as narrativas noticiosas sobre violência contra mulheres na imprensa no ES passaram a despertar minha atenção e ser motivo de pesquisas desde 2012 no Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (GEDIM), na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob coordenação da Professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi. É inclusive no seio desse Grupo que iniciei minha pesquisa sobre essa problemática, defendendo em 2015 a dissertação de mestrado “A representação social da violência de gênero contra mulheres no Espírito Santo” (NATALE, 2015). Nessa pesquisa, investiguei como a mídia representava a violência contra mulheres no ES em um estudo quantitativo de quatrocentas e cinquenta e oito notícias, veiculadas no ano de 2013. Para essa análise, utilizei um programa de *corpora* linguísticos que, por meio de ferramentas de análise lexical e de concordância, permitiu identificar o léxico empregado para representar os atores sociais e realizar um breve estudo semântico dessa representação dentro das notícias. Tais análises possibilitaram ainda a construção de um quadro geral de representação dos atores sociais, a partir do qual concluí que o agressor era retratado de maneira positiva e, a vítima, negativa. Também mostrei que a maioria dos crimes eram justificados por vícios ou “classificados” como crimes passionais; que a maior parte dos casos não era retratada até o desfecho, causando a impressão de impunidade do agressor; e que às mulheres

estavam relacionadas funções como “cozinhar”, “fazer sexo” e “cuidar dos filhos”, as quais corroboravam o sistema patriarcal e o sexismo¹ em nossa sociedade.

Após a conclusão da dissertação, surgiu a necessidade de realizar um estudo qualitativo do *corpus*, que não foi possível fazer àquela época em função do escopo da pesquisa. Nesse sentido, iniciei em 2016 um processo de reestudo do *corpus* e realização de novas pesquisas sobre a atualização dos índices de assassinatos de mulheres no Brasil e no ES. Entretanto, durante esse movimento, um fato despertou muito minha atenção: os números de feminicídios desagregados² por sexo e raça/etnia³ publicados pelo Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015, p.35) mostravam o aumento de 35% de assassinatos de mulheres negras⁴ em todo país após a vigência da Lei Maria da Penha, em 2006, em comparação à queda de vítimas não negras de 2,1%. Em seguida, de volta ao *corpus* de notícias, passei a observar as imagens dos textos – elemento não apreciado anteriormente – que retratavam com ênfase as vítimas negras. Este primeiro momento justificou seguir com o estudo qualitativo das notícias jornalísticas de 2013, enfatizando a violência de gênero⁵ com atores sociais negros, a partir da análise desagregada de marcadores como gênero, raça/etnia e classe social.

¹ O termo sexismo refere-se à relação desigual entre as categorias “homem” e “mulher” nas culturas, especialmente na Ocidental, na qual há uma oposição binária entre masculino e feminino. Na relação hierárquica de poder, a categoria “homem” é a norma e a categoria “mulher” é o outro ou o anormal (WODAK, 1997, p.7).

² O Mapa da violência é um relatório publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, que apresenta dados relativos à violência no Brasil. Dada a relevância do tema violência contra mulher e das solicitações nesse sentido, em 2012 foi elaborado o primeiro mapa focado nas questões de gênero (WAISELFISZ, 2012). Em 2015, a Flacso considerou oportuno atualizar os dados apresentados anteriormente incluindo uma análise detalhada dos assassinatos de mulheres com os quesitos raça/cor desagregados, configurando, pois, um dos relatórios com mais informações e comparações intragrupo de assassinatos de mulheres no país. A análise tardia dessa diferenciação se deve à falta de informações desses dados nas certidões de óbitos, nas quais só em 1996 tiveram incluídas tais categorias pelo Ministério da Saúde, seguida ainda de enorme subnotificação até o ano 2000 (WAISELFISZ, 2015).

³ Neste trabalho, empregamos os termos raça e etnia como construções sociais, históricas, culturais e políticas, conforme discutido por Munanga e Gomes (2016). Esses conceitos serão discutidos no Capítulo 2.

⁴ O emprego do termo “negra” abrange as etnias de cor da pele “preta” e “parda”, conforme o método de classificação racial empregado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013).

⁵ O termo violência de gênero é empregado, conforme Santos e Pasinato (2005), para denotar a violência resultante das relações desiguais entre gêneros, e vai ao encontro do conceito de gênero de Scott (1995), entendido como uma construção social e primeira forma de significar as relações de poder. Na necessidade de especificar o gênero em situação de violência, opto pela expressão “violência de gênero contra mulheres”.

Ademais, a opção por continuar com o estudo dessas notícias foi decorrente da metodologia de análise adotada, que segue os pressupostos da abordagem Sociocognitiva do discurso, a qual entende que, para se tecer conclusões gerais acerca da representação da violência de gênero contra mulheres negras na mídia jornalística capixaba, é importante estudar um *corpus* amplo de notícias em análises quantitativas e qualitativas. Como o estudo quantitativo já havia sido feito na dissertação e, não sendo esgotadas todas as questões sobre a temática naquele momento, optei por fazer uma seleção do mesmo *corpus* para estudá-lo, agora, de maneira desagregada e qualitativa.

Além disso, justificativas pessoais também me moveram por esse caminho. A escolha da temática da violência contra mulheres negras está relacionada ao trabalho com grupos sociais que sofrem alguma discriminação desde a iniciação científica, em 2012, quando pesquisei a representação de homoafetivos em notícias jornalísticas. O estudo de questões relacionadas a grupos sociais minoritários⁶ tem relação com o lugar de onde eu falo hoje e, especialmente, com os lugares que já ocupei (HALL, 1996). Nasci e vivi até os 20 anos de idade em uma família dominada pelo meu pai, de classe empobrecida, no Norte do estado do Espírito Santo, em uma região rural. Dada a baixa condição financeira da minha família, comecei a trabalhar desde cedo, aos 15 anos como babá e aos 16 anos como costureira em uma fábrica de roupas onde também minha mãe trabalhava. Nessas circunstâncias, tive que transferir meus estudos (estava no primeiro ano do ensino médio) para o turno noturno, momento em que eu dividia a sala de aula com outros colegas que também não podiam estudar durante o dia porque precisavam trabalhar. Vivenciei as opressões do sistema patriarcal e as da classe social, sendo comum ouvir alguns discursos, como “filho de peixe, peixinho é”, “quem estuda à noite não consegue crescer na vida porque o ensino noturno é muito ruim”, “o único jeito de melhorar de vida é casar com homem rico”, “você é tão inteligente, uma pena nascer numa família pobre”, “quem é pobre não pode sonhar com os estudos”. As opressões de gênero e classe, muitas vezes, se combinavam e me empurravam para o “meu lugar” sempre

⁶ O conceito de grupo minoritário é entendido a partir da posição de desvantagem que um grupo ocupa numa determinada relação socioeconômica e cultural de poder com outro grupo. Essa posição, por sua vez, não é fixa, já que nas relações com outros grupos, o grupo antes minoritário poderá ocupar uma posição majoritária (BRAH, 1996).

quando eu tentava transpor as vias da segregação (CRENSHAW, 2002b). Ocorre que, apesar disso tudo, consegui chegar até aqui. Contudo, o mesmo não aconteceu com alguns dos meus colegas secundaristas, pois, por mais que eu procure, não encontro um só colega meu negro que tenha percorrido caminho semelhante ou ao menos tenha conseguido fazer um curso superior. E é aí que percebo que o motivo de eles não chegarem até aqui não tem a ver com escolhas, mas com o fato de eles ainda estarem no meio do caminho lutando contra outros eixos de opressão, como a raça, por exemplo, um dos eixos que nos distancia nesta caminhada e que me possibilita estar em uma posição privilegiada.

Assim, ocupando hoje a posição de mulher branca e de classe média baixa, entendo que nunca poderei compreender a experiência colonial das mulheres negras, porque apenas partilho das experiências de classe e gênero (HALL, 1996). Logo, não represento o grupo social que sofre a violência a qual escolhi estudar, porém, entendo que tenho o dever de ter a consciência da violência que essas pessoas têm sofrido em função do privilégio social da minha cor. Tenho consciência da responsabilidade de lutar contra as estruturas dos sistemas de opressão que promovem essas subordinações que, inclusive, são as mesmas que garantem a minha posição de sujeito não violentado pelo racismo. Entendo, ainda, que a própria temática desta tese agendada por mim é resultado das relações de poder entre as raças, uma vez que, se agora eu falo, é porque elas não podem falar, sendo eu, portanto, também reprodutora das opressões que colaboram com o silêncio das oprimidas (SPIVAK, 2010). Entretanto, mesmo reconhecendo que minha branquidade é sinônimo de opressão e violência, ponho-me a falar a partir do meu lugar, porque assumo a minha responsabilidade na transformação dessa realidade e o meu dever na luta pela equidade para todas as mulheres.

Tais motivações pessoais e acadêmicas me impulsionaram a empreender esta tese. No desenvolver da pesquisa, tais motivos foram ainda intensificados por dados de feminicídios de negras no estado do Espírito Santo, *locus* deste estudo. O relatório mais recente sobre violência contra mulheres, Atlas da Violência, em 2019, mostrou que o número de assassinatos de mulheres negras no ES é de “9,5 (por 100 mil habitantes)” e de “não negras é de 3,1 (por 100 mil habitantes)”,

estando o ES no terceiro lugar junto com Roraima no *ranking* dos estados que mais matam mulheres negras no Brasil (IPEA/FBSP, 2019a, p. 46).

Outras discrepâncias como no mercado de trabalho marcam a diferença dentro do grupo social mulheres em âmbito nacional. Segundo o IPEA (2017), a renda média mensal das mulheres brancas é R\$1.750,00 e a das mulheres negras, R\$1.027,5 (IPEA, 2017, p.28). A pesquisa também indica que as mulheres negras são mais afetadas pelo desemprego. Em 2015, a taxa de desocupação das mulheres brancas foi em média 13% ante 17,4% das mulheres negras (IPEA, 2017, p.15). Esses indicadores mostram a relação intrincada entre gênero, raça e classe social, apontando para como a articulação desses marcadores promove desigualdades entre e dentro de grupos sociais, fazendo com que alguns grupos sofram mais violências do que outros. Essa situação é problematizada por Crenshaw (2002b), que emprega o termo interseccionalidade para nomear as intersecções entre eixos de subordinação, como raça, etnia, classe social, idade, deficiência, gênero e outros sistemas discriminatórios, que geram diversas formas de opressões e violências pouco atingidas pelas políticas de enfrentamento à violência.

Dentre esses eixos discriminatórios, destaco a presença do racismo nos assassinatos de mulheres negras no Brasil. Segundo Prado e Sanematsu (2017),

O racismo é um fator determinante para o número elevado de feminicídios no Brasil. O legado histórico da colonização e desenvolvimento econômico baseado na escravidão e exploração da população negra não só aumentam o risco de violência fatal, como geram condições de vida muito desiguais. Os indicadores sociais brasileiros, quando avaliados na perspectiva das mulheres negras, revelam um contexto de desigualdades que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado e reforçam caminhos de desvalor de vidas (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 61).

Dessa forma, percebemos como esse grupo social é atravessado por muitas variáveis que promovem múltiplas violências, com destaque para o racismo que, assim como todas as outras formas de preconceito e discriminação, é (re)produzido pelas elites simbólicas e apreendido via discurso⁷ (VAN DIJK,

⁷ A noção de discurso na abordagem Sociocognitiva do discurso é multimodal, pois inclui textos escritos, falados, gestos, sons, imagens etc., enquanto a noção de texto é mais específica, como as notícias escritas selecionadas para análise (VAN DIJK, 2012). A discussão desse conceito será feita no Capítulo 2.

2013a). As elites simbólicas ou grupos dominantes são entendidos como “jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos”, que têm um acesso preferencial ao discurso público e atuam legitimando ações e opiniões sobre minorias, influenciando diretamente a opinião da população por meio do discurso (VAN DIJK, 2010, p. 45). Nessa perspectiva, van Dijk (2013a, p.15) aponta que o processo de aprendizagem de preconceitos é “amplamente discursivo”, ou seja, a partir do nosso contato com “conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político” é que aprendemos a formular nossas crenças sobre os outros, já que ninguém nasce racista ou sexista, mas o aprende a ser ao longo da vida em sociedade (VAN DIJK, 2013a).

Notamos, assim, que a estereotipação⁸ de alguns grupos sociais pela mídia contribui para perpetuação e manutenção de preconceitos e discriminações sociais. Em relação à abordagem do tema assassinatos de mulheres negras, segundo Prado e Sanematsu (2017), os meios de comunicação comumente oscilam entre dois polos: abordam de modo invisível ao não enfatizar o número três vezes maior de assassinatos dessas pessoas, de modo que a “invisibilidade contribui para que se ignore a maior vulnerabilidade dessas mulheres e não se busque soluções para a violência racial” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.153); ou retratam os assassinatos de modo estereotipado, “quando a mídia rompe essa invisibilidade, e recorre a estereótipos racistas difundidos socialmente, que atingem as mulheres negras e que precisam ser desconstruídos” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.153). Ilustram essa última conduta da mídia algumas manchetes das notícias do *corpus* do meu mestrado, como em “*Mulher é espancada e fica sem o aplique*” (A *Tribuna*, 02-05-13); “*Usuário de drogas bate na namorada*” (A *Gazeta*, 16-03-13); “*Manicure pede para marido largar drogas e apanha*” (A *Tribuna*, 09-06-13), notícias com imagens das vítimas e que, associadas às informações textuais, estereotipam as mulheres negras.

⁸A noção de estereótipo é aqui entendida a partir dos postulados de Hall (1997), como um conjunto de práticas representacionais que podem reduzir as pessoas a poucas características. Ou seja, a estereotipação pode reduzir, essencializar, naturalizar e fixar diferenças (HALL, 1997). Nessa perspectiva, a estereotipação pode atuar como uma estratégia de “divisão”, pois divide o normal como aceitável e o anormal como inaceitável e depois exclui tudo o que não se encaixa, ou seja, o que é diferente (HALL, 1997, p.258). Isso funciona como uma forma de manter as relações desiguais de poder, em que o poder (não apenas de exploração econômica e força física, mas também cultural e simbólico) é usado contra o grupo excluído ou subordinado, por isso, a estereotipagem é um elemento-chave no exercício da violência simbólica (HALL, 1997).

Desse modo, em hipótese, podemos dizer que o retrato de casos de violência contra mulheres negras em notícias polêmicas associadas a imagens estereotipadas dos envolvidos (re)produzem e sustentam preconceitos em relação ao gênero, à raça e à classe social. Logo, notamos a necessidade de uma pesquisa que problematize essas questões na imprensa no Espírito Santo, a fim de que se possa identificar as estruturas e estratégias discursivas que contribuem para a propagação e manutenção dessas crenças, de modo que as elites simbólicas possam evitá-las ou mesmo eliminá-las do discurso público.

Essas são algumas das justificativas que me levaram a desenvolver este estudo que trata, especificamente, de como a mídia do Espírito Santo representa a violência de gênero contra mulheres negras em notícias jornalísticas impressas. Nesse sentido, as questões norteadoras dessa proposta são: *i)* como os jornais capixabas abordam a temática da violência de gênero contra mulheres negras? *ii)* como os envolvidos nos casos de feminicídio são representados no texto escrito e nas imagens que estruturam o gênero textual notícia jornalística? *iii)* De que maneira esse discurso contribuiu ou não para a (re)produção de crenças preconceituosas e discriminatórias acerca das mulheres negras?

Diante da problematização exposta e desses questionamentos, o objetivo principal desta tese é analisar a representação da violência de gênero contra mulheres negras em notícias jornalísticas no Espírito Santo. Para isso, é necessário

a. analisar as estratégias e estruturas linguístico-discursivas utilizadas pelos jornais para (re)presentar o tema violência de gênero contra mulheres negras;

b. examinar como são representados os atores sociais nos casos de violência de gênero contra mulheres negras numa perspectiva multimodal;

c. mostrar como os marcadores gênero, raça e classe social são representados nas notícias e relacionados à violência de gênero;

d. examinar se o jornal (re)produz crenças sexistas, racistas e classistas na sociedade por meio do discurso noticioso;

e. identificar conhecimentos pressupostos no discurso noticioso acerca da problemática.

Esses objetivos foram construídos a partir de um aparato teórico multidisciplinar que compreende pesquisas e teorias sobre gênero e feminismos em antropologia, filosofia e história de Scott (1995), Gonzalez (2011), Carneiro (2003a; 2003b), Lage e Nader (2013) e Nader (2014; 2016); dos trabalhos em sociologia e cultura de Hall (2003a; 2003b; 2006) e Guimarães (1995; 2003); das pesquisas sobre gênero e sociologia de Saffioti (2001; 2004) e Pasinato (2011a; 2011b); de gênero e feminismo negro de Collins (2000; 2004; 2016), Crenshaw (1993; 2002a; 2002b), bell hooks (2014; 2015) e Kilomba (2010); das pesquisas para o entendimento da violência de gênero na mídia de Benedict (1992); Meyers (1997; 2013) e Fagoaga (1994); dos estudos críticos sobre gênero de Fernández Díaz (2003) e Lazar (2005; 2007); e sobre gênero e mídia de Tomazi (2014a; 2014b; 2019; no prelo)⁹; Tomazi, Rocha e Ortega (2016); Tomazi e Cavalcanti (2016); e no direito de Tomazi e Marinho (2014); Tomazi e Cabral (2017); e Tomazi e Almeida (2019).

Além desses trabalhos, a tese lança mão em grande medida da proposta Sociocognitiva do discurso, de Teun van Dijk, vertente situada na Análise Crítica do Discurso, e dentro da qual também se situa esta investigação. Em linhas gerais, a Sociocognição discursiva é uma abordagem que busca entender a relação entre discurso e sociedade por meio de uma interface cognitiva, já que não considera haver uma relação direta entre os dois campos. Dentre a diversidade de obras escritas pelo autor são enfatizadas aqui, especialmente, as que se debruçam sobre o estudo do racismo no discurso midiático (VAN DIJK, 1984; 1987; 1991; 1993; 1999; 2010).

Para compor o quadro teórico crítico de análise do discurso, também são utilizadas as pesquisas sobre semiótica e multimodalidade de van Leeuwen (2003; 2008) e van Leeuwen e Kress (2011), além de Machin (2007), que servem de base para análise da representação dos atores sociais nas imagens que compõem as notícias.

O conjunto desses trabalhos forma um quadro teórico que mobiliza contribuições de vários campos de conhecimentos, para ajudar na compreensão

⁹ TOMAZI, Micheline Mattedi. O feminicídio nas redes sociais: análise de comentários a partir do *feed* de notícias dos jornais no *Facebook*. **Relatório Pós-doutoral**. Universidade Pompeu Fabra, 2020. No prelo.

da problemática estudada, que também é de natureza pluridisciplinar. O *corpus* de estudo é composto por 35 notícias que tratam especificamente de assassinatos de mulheres negras no Espírito Santo, veiculadas pelos jornais de circulação estadual *A Gazeta* e *A Tribuna*, no ano de 2013. Esses textos são provenientes de um *corpus* maior, conforme já mencionado, compilado durante minha pesquisa de mestrado. A seleção das notícias ocorreu a partir da análise das imagens que compõem as narrativas, empregando a classificação étnico/racial utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que não havia informações escritas nas narrativas noticiosas que nos remetessem à etnia/raça dos atores sociais. O IBGE (2013, p.87) “distingue as variedades étnicas pela característica ‘cor da pele’, que pode ser branca, preta, amarela e parda, a única exceção sendo a categoria indígena, introduzida no Censo Demográfico 1991”. Há três métodos de identificação de variedade étnica segundo o Instituto:

a autoatribuição, no qual o próprio sujeito da classificação escolhe seu grupo. O segundo é a heteroatribuição, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ancestrais por intermédio de análise genética (IBGE, 2013, p. 92).

Para a identificação dos atores sociais negros nas imagens das notícias (que inclui a cor da pele preta e parda), utilizei-me do segundo método, heteroatribuição. É imperativo dizer que esse procedimento de “identificação” é apenas um instrumento metodológico para a seleção dos textos. Essa escolha foi feita mediante a necessidade da análise multimodal do discurso noticioso e, ainda, a partir da própria “classificação” utilizada hoje, no Brasil, para a identificação de grupos étnicos/raciais. Embora aplicado, sabemos que se trata de um método de “classificação” pouco sociológico, uma vez que é atribuído por outrem, conforme pontua Guimarães (2003). Apesar disso, o conceito de raça aqui empregado segue a proposta de Hall (2003a, p.69), que o define como uma “construção política e social” ou, nas palavras de Guimarães (2003, p.96), como “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc., pelo sangue” (GUIMARÃES, 2003, p.96). Seguindo essas visões, é possível afirmar que além de esses discursos construírem identidades, também são responsáveis por

sustentarem e (re)produzirem desigualdades sociais, já que ditam o que cada grupo social é ou pode fazer.

Considerando as dificuldades enfrentadas no Brasil para as categorizações de cor¹⁰, e diante do desafio que isso significa para o desenvolvimento deste estudo, sigo as orientações de Guimarães (2003), que defende que qualquer categoria só faz sentido no interior de um discurso. Logo, é no interior do discurso jornalístico sobre os assassinatos de mulheres negras que o faço.

De maneira ampla, os procedimentos metodológicos adotados seguem a proposta de análise teórica e metodológica da Sociocognição discursiva, que propõe estudar um conjunto de estruturas e estratégias discursivas dentro do triângulo de conceitos Discurso-cognição-sociedade. Com base nessa vertente, foi feito o estudo qualitativo da violência de gênero contra mulheres negras em notícias jornalísticas a partir da seleção de oito categorias discursivas, a saber: temas e tópicos; atores sociais; expressões multimodais; ações sociais; fontes; lugar e tempo; ideologias e conhecimentos (VAN DIJK, 2016). Esse procedimento é uma estratégia metodológica que visa identificar como cada uma das temáticas aparece nos textos, para elucidar o que é ou não mais frequente no discurso noticioso, na medida em que a divisão dessas “partes” nos permite enxergar regularidades em um grande número de narrativas jornalísticas.

Cumpra ainda dizer que, em função das especificidades dos assassinatos de mulheres negras no Brasil, e especialmente no Espírito Santo, sugiro que esses crimes sejam chamados de *Femirracídios*, termo que pretende nomear tais assassinatos ocasionados pela intersecção das opressões principalmente dos marcadores gênero, raça e também classe social. Ao longo dos anos, em função das relações de poder e das questões históricas, culturais, ideológicas e políticas

¹⁰ Um conflito atual no Brasil ocorre em relação ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas que, dentre outras ações afirmativas, reserva vagas para estudantes que se autodeclararem pretos, pardos, indígenas, conforme a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). O problema enfrentado é que algumas pessoas fraudam as cotas para ingressarem nas instituições, já que o reconhecimento da cor é feito por autoatribuição. Na tentativa de impedir essas fraudes, as universidades têm composto comissões para averiguar as autodeclarações e, na identificação de burla do processo, feito o desligamento do aluno. Exemplo disso são os casos de investigação e desligamento na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, 2018), em Minas Gerais, e na Universidade Estadual Paulista (KAPA; BAIMA, 2018), em São Paulo, em 2018.

que giram em torno desses marcadores de exclusão, as opressões provenientes da combinação desses elementos (e outros mais) têm tornado a vida dessas mulheres mais vulnerável. As questões que me levaram a propor esse termo são discutidas no próximo capítulo.

Por fim, saliento que esta tese não tem a pretensão de abarcar toda a complexidade da problemática estudada, mas apenas deseja contribuir de alguma maneira para os estudos de gênero e raça no campo linguístico, a partir da teorização e análise crítica das práticas discursivas de gênero numa perspectiva feminista, como salienta Lazar (2007), que é orientada para uma prática mais responsável e responsiva às questões sociais.

Em tempo, para além desta introdução, esta tese é estruturada em quatro capítulos. No Capítulo 1, em um primeiro momento, faço uma discussão sobre feminismos, patriarcado e violência contra mulheres no Brasil e no Espírito Santo e, em seguida, discorro sobre os termos femicídio e feminicídio para argumentar em favor da proposição do termo *femirracídio*. No Capítulo 2, de início, faço uma retomada dos estudos sobre violência, mulheres e discursos da mídia em geral e das violências contra mulheres negras na mídia em particular, e, na sequência, destaco pesquisas sobre sexismo e racismo na Análise Crítica do Discurso (ACD). No final do capítulo, apresento questões metodológicas e categorias para o desenvolvimento das análises. Nos Capítulos 3 e 4, desenvolvo as análises qualitativas das notícias com ênfase nas categorias: temas e tópicos, atores sociais e expressões multimodais; e ação social, fontes; lugar e tempo; ideologias e conhecimentos, respectivamente.

Por fim, procedo aos comentários conclusivos das descobertas da pesquisa, refletindo, sobretudo, sobre a minha responsabilidade no processo de promoção de equidade social.

CAPÍTULO 1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES

Neste capítulo, partindo da tematização da violência contra mulheres, desejamos refletir sobre como as experiências das mulheres brasileiras em relação a essa violência são extremamente discrepantes quando consideramos marcadores como raça e classe social. Assim, no intuito de compreender essas disparidades, revisamos questões teóricas e históricas sobre feminismos e patriarcado e, em seguida, discorremos sobre como a violência de gênero tem sido tratada pelas legislações brasileiras, bem como os dados estatísticos que fornecem um quadro para compreensão do cenário dessa violência no país. Após isso, revisamos questões históricas, políticas e sociais relativas aos contextos do abolicionismo e imigracionismo no Brasil para entender como a construção social dos marcadores raça e classe social implica relações desiguais entre mulheres que lutaram e lutam para que suas necessidades sejam reconhecidas e pautadas nas políticas públicas no Brasil.

Por último, em razão das especificidades da violência de gênero vivenciadas pelas mulheres negras e de classes empobrecidas brasileiras e, especificamente, capixabas, apresentamos a proposição do termo *femirracídio*, com intuito de nomear os assassinatos dessas mulheres provenientes da intersecção de opressões de gênero, raça e também classe social e, sobretudo, com objetivo de provocar pautas para ações acadêmicas, políticas públicas e debates sociais em torno dos privilégios que nutrem essa realidade.

1.1 FEMINISMOS E PATRIARCADO

A violência contra mulheres é definida pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 1994, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996). Essa definição foi reconhecida pelo governo brasileiro por meio do Decreto de n.1.973, em agosto de 1996, entendendo que a “violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou

parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdade” (BRASIL, 1996).

Esse reconhecimento significou um grande ganho para os movimentos de mulheres que já vinham pautando a condição das mulheres desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, com destaque para vida e dignidade para todas as pessoas de forma igualitária, (ONU, 2009); a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), em 1979, que reconheceu internacionalmente os direitos da mulher como direitos humanos (BRASIL, 2002); e a Declaração de Direitos Humanos de Viena, em 1993, a qual considerou os direitos humanos das mulheres e meninas inalienáveis (ONU Mulheres, 1993).

Ressaltamos aqui, em especial, a ênfase nas agendas específicas de combate às violências física, sexual e psicológica contra mulheres, na década de 1980, empreendidas pelos movimentos feministas (NADER, 2013a), que conseguiram incluir o direito de isonomia na Constituição de 1988, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1998). Esse momento dos movimentos feministas é nomeado como “feminismo de Segunda Onda”¹¹, que, apesar de ter iniciado os debates duas décadas antes, enfrentou muitas resistências por conta do contexto da Ditadura Militar no Brasil que “colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão” (PEDRO, 2013, p. 256). Não obstante, os movimentos são marcados, de início, pelas lutas relacionadas à igualdade entre gêneros no trabalho e problemas das mulheres trabalhadoras e, depois, por assuntos relacionados à sexualidade, ao corpo feminino e ao combate à violência contra mulheres (PEDRO, 2013). Nesse momento, os debates eram focados especialmente na violência conjugal e principalmente nos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens, de quem se esperava e ainda se espera, de maneira geral e respectivamente, a submissão, a recepção das ordens e a

¹¹ Pedro (2013) menciona que é costumeiro definir como “Primeira Onda” o movimento feminista brasileiro no final do século XIX e início do XX; e “Segunda Onda” o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 (PEDRO, 2013, p.274). Outras autoras como Pinto (2003), por exemplo, preferem relatar a existência de três momentos: o primeiro, compreendido entre final do século XIX até 1932, marcado pela luta sufragista; o segundo, emergido durante a Ditadura Militar, em 1970, marcado pela resistência à Ditadura e luta contra hegemonia masculina; e o terceiro, marcado pela participação das mulheres na redemocratização, na década de 1980. Na visão de Pinto (2003, p.10), o período entre 1932 e 1970 é um hiato para o movimento, nomeado como “período de refluxo do movimento feminista”, pois apresenta pouca militância.

permanência na esfera privada; e a virilidade, coragem, chefia e vida pública (NADER, 2002).

Os movimentos ganham especial impulso em 1975 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) institui o Ano Internacional da Mulher, promovendo uma conferência no México (PINTO, 2003). No início da década de 1980 surgem organizações em apoio às mulheres vítimas de violências que foram responsáveis por conquistas como o SOS Mulher, em 1981, e a primeira Delegacia Policial de Defesa da Mulher, 1985, em São Paulo (PINTO, 2003). É importante lembrar que além dos movimentos feministas, vários outros surgiram no final dos anos de 1960, como os movimentos lésbico e homossexual (FALQUET, 2009), e os movimentos de mulheres de classe empobrecidas, indígenas e movimento negro, que reivindicavam cada vez mais o reconhecimento das diferenças, bem como os direitos relativos a elas, logo, os movimentos feministas não eram únicos, tampouco representavam demandas universais (PINTO, 2003).

Também na década de 1980 há a difusão da noção de gênero no Brasil, sob influência do trabalho de Joan Scott, *Gender: a useful category of historical analyses*, publicado em 1986, que cunhou o conceito como uma construção social a ser pensada de maneira analítica a partir de duas proposições: “gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21). Nessa perspectiva, a base para as relações desiguais nas sociedades estaria nos significados socioculturais construídos sobre as diferenças entre gêneros e não determinada por diferenças biológicas (SCOTT, 1995).

A problematização do conceito de Scott (1995), ofereceu, segundo Rangel e Nader (2014, p.104), “uma estrutura modular para se pensar não só a história das mulheres, como também uma construção social da categoria [sic] masculino e feminino – o termo gênero, transformando-o em um conceito”. Isso possibilitou uma nova perspectiva nos movimentos e estudos de mulheres que passaram a rejeitar identidades sexuais dicotômicas, como mulher submissa, pacífica, e homem altivo, desbravador, vinculando-se a uma postura política e de poder na sociedade (RANGEL; NADER, 2014). Nesse sentido, a noção de gênero permitiu pensar as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, a partir das diferenças que podem ser utilizadas para marcar posições e lugares na

sociedade. É importante ressaltar que isso não significa, como argumenta Saffioti (2004), a utilização da noção de gênero como uma categoria “neutra”, já que, de acordo com sua gênese (SCOTT, 1995), é na construção social, histórica e cultural desse elemento que se constituem as relações de poder, desigualdades e diferenças.

Com a propagação do conceito de gênero, surge a expressão violência de gênero que, segundo Saffioti (2004), pode ser empregada como uma categoria de violência mais geral, de homem contra mulher, de homem contra outro homem ou de mulher contra outra mulher. Além disso, pode incluir a violência familiar, “membros de uma mesma família extensa ou nuclear, [...] ocorrendo no interior do domicílio ou fora dele”; e a violência doméstica que atinge pessoas que pertencem ou não à família, e que vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor” (SAFFIOTI, 2004, p.72).

Apesar de fazer esse esclarecimento, Saffioti (2004), assim como outras estudiosas feministas, não adota violência de gênero no sentido geral, e prefere empregá-lo especialmente como resultado do sistema patriarcal, no intuito de chamar atenção para ações abusivas de homens contra mulheres, sendo eles, na maioria das vezes, os principais perpetradores desse ato. Essa atitude, simboliza um posicionamento político no campo dos estudos feministas. Seguindo essa linha de raciocínio, a violência de gênero é então entendida como

ações violentas produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos (BANDEIRA, 2014, p.451).

Essa conceituação explica por que o foco da expressão empregada por feministas é para a violência exercida sobre as mulheres e não sobre o homem, marcando especialmente que o uso nesse sentido está e deve ser social, cultural e historicamente situado. De modo comparável, também a noção de patriarcado necessita ser situada no contexto de uso para evitar críticas no sentido de um emprego estritamente dicotômico e que não descreve as atuais relações de

poder¹². Essa perspectiva, proposta pela socióloga francesa Christine Delphy, em 1970, define patriarcado como um sistema sócio-político que oprime mulheres, entendido como “sinônimo de ‘subordinação de mulheres’ nas sociedades industriais contemporâneas, ou seja, ‘aqui e agora’”, (DELPHY, 2013, p. 30, tradução nossa)¹³. De maneira análoga, Saffiotti (2004, p.44) afirma que patriarcado é o regime da “dominação-exploração das mulheres pelos homens” que acontece há milhares de anos, porém não é dado, mas construído histórico e culturalmente.

Para refletirmos acerca da aplicação do conceito de patriarcado na atualidade, retomamos alguns dados acerca dos homicídios e estupros de mulheres no Brasil, seguindo a recomendação de Delphy (2013), de que para falar em patriarcado e/ou na persistência do patriarcado, é preciso explicar sua existência a cada momento pelo contexto do momento¹⁴.

No relatório sobre violência no Brasil divulgado em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), consta que em 2017, 4.936 mulheres foram assassinadas no país, o que representa cerca de 13 assassinatos por dia, significando um aumento de 30,7% feminicídios no país ao longo de dez anos, de 2007 a 2017 (IPEA/FBSP, 2019a). O Relatório anterior, de 2018, chama atenção para outro dado, que é o número de estupros denunciados em 2016, que foram “49.497 casos registrados nas polícias brasileiras” e “22.918 no Sistema Único de Saúde” (IPEA/FBSP, 2018, p.56). Tais cifras são muito alarmantes e podem ser apenas a “ponta do *iceberg*”, uma vez que os órgãos pesquisadores consideram haver uma grave subnotificação dessas violações. Em uma estimativa dos números reais, podemos contabilizar um cenário com cerca de “300 a 500 mil estupros a cada ano no país”,

¹² A palavra “poder” – bem como a expressão “relações de poder” – é empregada a partir da concepção foucaultina (1998), discutida por Saffiotti (1997) como um fenômeno que se exerce em rede, nas relações sociais, que promovem relações e posições de poder cambiáveis.

¹³ “Pour beaucoup, le terme « patriarcat » est synonyme de « subordination des femmes ». Pour moi aussi, avec cette nuance: j’ajoute les mots « ici et maintenant », qui font toute la différence” (DELPHY, 2013, p. 30).

¹⁴ Alguns autores têm preferência pelo termo “viriarcado”, de Nicole-Claude Mathieu (1985), definido como o poder dos homens sejam eles pais ou não, por entender que o patriarcado de Delphy não considera as mudanças nas relações entre homens e mulheres. Contudo, a autora é categórica ao afirmar na obra “*L’ennemi principal: Économie politique du patriarcat*”, que ela estuda um patriarcado “aqui” e “agora” nas “sociedades industriais contemporâneas” e “não uma entidade histórica que vagueia através dos séculos” (DELPHY, 2013, p.30).

segundo o IPEA e o FBSP (2018, p.56). Mas a que se deve a subnotificação desse crime? Dentre os diversos fatores que podem contribuir para isso, como a ausência de dados oficiais e estatísticas desassociadas por sexo da vítima, conforme já apontado por Pasinato (2011a), o IPEA e o FBSP destacam o “tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido” (IPEA/ FBSP, 2018, p.56).

Nesse sentido, observamos que tanto os assassinatos como o não registro dos estupros podem ser permeados pela crença patriarcal que inibe as vítimas de realizarem denúncias. Como mulher que vive em uma sociedade estruturada a partir das crenças patriarcais e sexistas, entendo que o medo de realizar uma denúncia está relacionado (entre outros fatores, é claro) ao fato de as mulheres terem suas vozes constantemente desabonadas por discursos baseados no patriarcado que “defendem” a submissão, a servidão, o silêncio e, principalmente, a culpabilização pelas próprias violências sofridas, como o estupro. Isso mostra que o patriarcado “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTTI, 2004, p.58).

Cabe notar que em razão das críticas a não historicidade do patriarcado, algumas estudiosas e feministas optam pelo não uso desse termo, contudo, Saffioti (2004) argumenta que abandonar esse conceito é ignorar que as desigualdades atuais entre homens e mulheres também estão relacionadas a um patriarcado, um sistema de exploração-dominação¹⁵, em constante transformação. Isso significa, por exemplo, que é impossível não considerar as relações entre homens e mulheres na sociedade latino-americana, sobre a qual “historiografia aponta que a compreensão que se fazia da mulher era dada pela interpretação da tutela que o homem exercia sobre ela” (NADER, 2014, p.114). Isso significa, hoje, que é impossível não considerar as relações de poder entre os gêneros no cenário da violência contra mulheres no Brasil, onde metade de todos os casos de “violência contra mulheres jovens e adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é

¹⁵ O sentido de dominação masculina é tomado segundo Bourdieu (2002), como dominação simbólica, em que a visão androcêntrica é imposta, sem precisar ser justificada, e, assim “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos” (BOURDIEU, 2002, p.9).

o parceiro ou ex-parceiro” (WASELFSZ, 2015, p.31)¹⁶. Não considerar isso é ignorar o principal vetor da violência contra mulheres em nossa cultura: o homem (SAFFIOTI, 2004). Para Nader (2014),

Essas práticas mostram que existe uma estreita ligação entre o poder e a violência. Um poder que se pauta na aquisição e manutenção de bens econômicos e políticos e a criação de *status* que precisa se legitimar de forma constante. E, à simples ameaça a sua diminuição, surge um convite à investida e à ofensa a mulher que está mais próxima, aquela com a qual o agressor divide o ambiente doméstico (NADER, 2014, p.115).

Contudo, embora a violência de gênero seja aqui focalizada no sentido das mulheres em situação de violência¹⁷ em função do contexto social, cultural e histórico, é também dentro desse cenário que se observa duas importantes questões: a primeira, a existência de outras formas de violências provocadas por esse sistema, como mostrado pelo sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001), que discute como a naturalização das relações sociais entre os sexos, homens e mulheres, também ocorre no grupo de homens quando, na educação de meninos em lugares monossexuados (lugares onde é exigida a presença masculina, como clube esportivo), é “inculcada na cabeça dos meninos a ideia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p.462); e a segunda, os papéis que as mulheres em situação de violência têm assumido no Espírito Santo que se distanciam da antiga noção de passividade, mas ainda se aproximam dos resultados dos arranjos patriarcais. A pesquisadora Micheline Mattedi Tomazi desenvolveu uma pesquisa com processos da Lei 11.340/06, na 11ª Vara Criminal de Vitória Especializada em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no Espírito Santo, em 2014, analisando depoimentos em processos de violência doméstica perpetrada por companheiros. No trabalho foi mostrado o papel ativo de algumas mulheres nas relações conjugais quando, ao depor perante o juiz, buscavam retirar a denúncia feita em relação aos seus companheiros na busca por

¹⁶ A identificação do agressor é feita a partir dos registros de atendimento das violências no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde (WASELFSZ, 2015, p.31).

¹⁷ A partir do estudo de Gregori (1993), “Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista”, o papel de vítima da mulher nas situações de violência conjugal passa a ser questionado e a expressão “mulher em situação de violência” começa a ser usada por algumas feministas em detrimento de “mulher vítima de violência” (SANTOS; PASINATO, 2005).

uma reconciliação muitas vezes por motivos de dependência financeira (TOMAZI, 2014a). Essa constatação, entretanto, não torna simétrica a relação entre gêneros na sociedade espírito-santense, pelo contrário, indica crenças machistas e patriarcais, que culpam e fazem mulheres se sentirem responsáveis pela violência sofrida, pelo fracasso do casamento, fazendo-as voltar atrás em uma denúncia, ou ainda, ceder às pressões sociais e necessidades financeiras quando o homem é o único provedor da família (TOMAZI, 2014a).

Em trabalho posterior, Tomazi e Cabral (2017) também notam a predominância de crenças machistas e patriarcais nas relações de poder entre homens e mulheres no ES. No estudo, a análise de sentenças de processos judiciais sobre casos de violência contra mulheres na 11ª Vara Criminal Especializada em Violência contra a Mulher, em Vitória - ES, mostrou que a violência perpetrada pelo réu é rejeitada ou até mesmo negada por parte do magistrado em prol de uma representação positiva do agressor. Isso foi verificado na análise de toda a argumentação de uma sentença que é construída com base nas consequências que uma condenação pode trazer ao agressor, sem nenhuma preocupação com a mulher. Assim, o estudo mostra como as mulheres são duplamente vitimizadas: “pela agressão em si e pelo sistema judiciário, que não só desconsidera sua voz, mesmo existindo a materialidade do ato criminoso, mas também ameaça sua imagem ao tomar os fatos como duvidosos” (TOMAZI; CABRAL, 2017, p.69). Tudo isso indica como o discurso da sentença reproduz ideologias machistas e sexistas na sociedade.

Já a pesquisa de Tomazi e Cunha (2017) mostra como agressor e vítima gerenciam suas faces por meio de estratégias linguísticas em depoimentos que constam nos autos de um inquérito policial registrado nas Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, em Vitória – ES. No caso do discurso do agressor, por exemplo, são notadas estratégias como culpabilização da vítima e negação da violência, com intuito de reconstruir a face ameaçada pelo ato físico da agressão e “atacar a integridade da mulher em vários níveis, que vão desde o ataque ao gênero até o ataque moral e psicológico” (TOMAZI; CUNHA, 2017, p.22). Novamente, a presença de crenças sexistas, machistas e patriarcais são observadas em textos do universo jurídico.

Trabalho análogo ao que tem sido desenvolvido no Espírito Santo foi realizado por Freitas e Pinheiro (2013) em Goiás. Elas estudaram textos e processos penais nos anos de 2007 e 2008, enquadrados na Lei Maria da Penha. A pesquisa foi realizada em Jaraguá, uma cidade do interior onde a violência contra mulheres era negada e invisibilizada pelas próprias mulheres. Dentre as diversas contribuições, o estudo mostrou várias violências que não foram denunciadas por medo e/ou vergonha porque a “dominada” (vítima) incorporou os valores culturais do “dominante” (agressor) (FREITAS; PINHEIRO, 2013, p.142). Apesar de as mulheres terem uma postura ativa nos casos analisados, elas raramente atuavam com as mesmas proporções das violências pelas quais eram atingidas (FREITAS; PINHEIRO, 2013). Esse cenário, de acordo com as autoras, tornava-se ainda pior quando os operadores de direito atuavam sobre esses casos, especialmente de violências conjugais, a partir de papéis tradicionais de gênero masculino e feminino, alinhando-se às “várias formas ao domínio tradicional e patriarcal”, ao contribuir para a impunidade dos réus, com arquivamento e suspensão de processos (FREITAS; PINHEIRO, 2013, p.147).

A retomada dessas pesquisas reafirma a importância de se conhecer o contexto no qual ocorrem as violências contra mulheres para poder compreender o problema de acordo com cada cenário.

É importante dizer que a conclusão de que o homem é o principal perpetrador da violência de gênero contra mulheres no Brasil não implica a adoção de um olhar vitimizador¹⁸ ou de passividade em relação às mulheres, como bem dissertam Santos e Pasinato (2005) ao criticarem algumas concepções da primeira corrente teórica sobre violência contra mulheres no país, na década de 1980. As autoras criticam a perspectiva passiva abordada por Chauí (1985), em que as mulheres em situação de violência são entendidas como “objeto” e não como “sujeito”, “o qual é silenciado e se torna dependente e passivo” (SANTOS; PASINATO, 2005, p.149). Numa perspectiva contrária a Chauí (1985), Santos e Pasinato (2005, p.153) trazem as contribuições de Gregori (1993), que relativizou o “modelo de dominação masculina e vitimização feminina” para a investigação da

¹⁸Nesta tese, a palavra “vítima” será empregada para nomear a situação da mulher que, numa relação de poder, foi assassinada e, portanto, assume essa posição no contexto do *corpus* estudado, casos de assassinatos de mulheres negras. Sendo assim, entendemos que, nesses casos, as mulheres são vítimas porque lhes foi tirado o direito humano à vida.

violência conjugal como um “jogo relacional” e não uma “disputa pelo poder” (SANTOS; PASINATO, 2005). Nesse sentido, o ponto de vista de Gregori (1993) simboliza um marco nos estudos sobre violência de gênero, pois possibilita compreender o lugar das mulheres como sujeitos de direitos e não como “vítimas passivas da dominação” (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 167).

Também ao contrário de Chauí (1985), Saffioti (2004) entende a mulher como sujeito, ativo e consciente da dominação que pode advir da ideologia machista e da exploração capitalista. Assim, as mulheres, nessas relações, são sujeitos “capazes de interagir com outros seres humanos e de se apropriar dos frutos desta práxis” (SAFFIOTI, 1997, p.70). Isto posto, entendemos que as mulheres em situação de violência são atores sociais numa relação de poder e, desse embate, quando vítimas de agressões, ameaças, estupros e assassinatos perpetrados pelos homens, elas assumem a condição de vítimas.

Isso nos diz que os atos violentos de dominação-exploração em relação às mulheres ou a qualquer outro grupo minoritário advêm de relações de poder baseadas em crenças de superioridade. As crenças se unem para formar sistemas, nomeados como ideologias, que são compartilhadas por diversos grupos sociais (VAN DIJK, 1999). É desse modo que são formadas, por exemplo, ideologias como o sexismo, que é uma “crença na superioridade inerente de um sexo e, assim, o direito ao domínio” (LORDE, 2007, p.49, tradução nossa)¹⁹; e o machismo, “como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher” (DRUMONT, 1980, p. 81). É necessário dizer que ideologias machistas e sexistas não são o mesmo que machismo e sexismo, já que estes atuam no nível das ações, das discriminações, e aquelas, no nível cognitivo, dos preconceitos. Essa colocação é feita com base em van Dijk (1999), que faz essa distinção acerca da ideologia racista e do racismo, afirmando que o primeiro constitui um conjunto de crenças de que há grupos étnicos superiores em oposição a grupos inferiores (no âmbito de preconceitos); já o segundo consiste em práticas discriminatórias exercidas pelo primeiro grupo em relação ao segundo (no âmbito de ações) (VAN DIJK, 1999). Essa diferenciação indica que as relações de poder podem se manifestar na esfera cognitiva e social.

¹⁹ “The belief in the inherent superiority of one sex and thereby the right to dominance” (LORDE, 2007, p.49).

A sustentação histórica e cultural dessas ideologias se dá via trabalho de reprodução discursiva para o qual contribuem agentes específicos e instituições específicas, como Estado, igreja, família, escola etc., conforme pontua Bourdieu (1999), e que van Dijk (1999) chama da dimensão institucional e organizacional das ideologias. Ainda segundo o analista crítico, o efeito dessa dominação é, ao mesmo tempo, coercitivo e consentido (sempre inconscientemente), na medida em que algumas pessoas se submetem à ordem social imposta porque não dispõem de outro conhecimento a não ser o que estrutura as relações sociais já incorporadas. Inclusive, acerca desse efeito “consentido inconsciente da dominação”, Saffioti (2001) argumenta ser o único meio pelo qual se poder dizer que há uma “contribuição de mulheres para a produção de violência de gênero” (SAFFIOTI, 2001, p.119). A não aceitação da submissão por parte das mulheres, por sua vez, também pode desencadear o exercício da violência, como expressão do machismo, para (re)colocar a mulher no “seu” lugar social de subordinada e tutelada (COUTO; SCHRAIBER, 2013). A afirmação de Couto e Schraiber (2013) é bem propícia para refletirmos sobre o fato de que algumas mudanças sociais, como direitos para o trabalho e estudo, tornaram as mulheres mais autônomas e menos subordinadas aos homens, mas não provocaram a diminuição da violência. Isso está relacionado à alteração dos papéis sociais dos gêneros que modifica as vivências das expressões de potência e impotência do poder, como explicam Saffioti e Almeida (1995). Segundo as autoras, o homem é socializado para conviver com a dimensão do poder como “potência”, vinculado à força, já a mulher, ao poder como “impotência”, assim, numa situação de impotência, o homem pode exercer violência contra a mulher (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). É válido ressaltar que a mesma coisa ocorre em outras relações, como de pessoas adultas para crianças.

Um exemplo claro de como a ideologia sexista atua em nossa sociedade é apresentado no trabalho de Tomazi (2014b), que analisa duas charges jornalísticas produzidas a partir dos resultados de uma pesquisa sobre a tolerância social das pessoas em relação à violência contra mulheres no Brasil, publicada pelo IPEA em 2014. Os dados divulgados no dia 27 de março de 2014, constatados por meio de entrevistas domiciliares e presenciais, mostrou que 58,5% dos entrevistados acreditavam que algumas atitudes das mulheres motivavam o

estupro, pois concordaram com a frase: “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”; e “65,1% com a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (TOMAZI, 2014b, p.194). Diante dos números alarmantes, o IPEA publicou uma errata em 4 de abril de 2014, dizendo haver um erro de inversão dos resultados e apresentou novos dados, que, segundo (TOMAZI, 2014b, p.194), “não minimizaram de forma considerável a cultura machista e preconceituosa contra a mulher evidenciada nos primeiros resultados”. As novas estatísticas mostraram que não eram 65,1% dos entrevistados que acreditavam que, dependendo da roupa que está vestindo, a mulher merece ser atacada, mas 26% (TOMAZI, 2014b). Contudo, a autora ressalta que

embora esse número seja menor, ainda é considerado elevado, especialmente se relacionado a outras informações da pesquisa, a saber: 65% dos entrevistados concordaram que mulheres que sofrem agressão e continuam com o parceiro merecem apanhar; 58,4% dos entrevistados estão de acordo com a ideia de que ninguém deve se meter em briga entre parceiros; 47,2% dos entrevistados corroboraram que o que acontece com o casal no ambiente familiar só interessa a eles mesmos; e 58,5% dos entrevistados confirmaram que, se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros (TOMAZI, 2014b, p.194).

Na sequência do trabalho, a pesquisadora analisa charges produzidas a partir da divulgação dos resultados da pesquisa do IPEA e demonstra que a maior crítica feita pelo chargista não foi em relação à falta de credibilidade da pesquisa, em função dos erros nos dados iniciais, mas sim, ao absurdo da visão arcaica e opressora da sociedade em relação às mulheres, à banalização e à normalização ainda presentes na sociedade de fenômenos sociais tão violentos como o estupro.

1.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E LEGISLAÇÕES

O patriarcado como sistema de dominação-exploração atua em um nível cognitivo, como mostrado nos estudos discutidos, mas também por meio de atitudes, via diversos atos discriminatórios. Um exemplo emblemático que ilustra isso no Brasil é o caso da biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu, em 1983, duas tentativas de homicídio cometidas pelo seu

então marido, o professor universitário Marco Antônio Herredia Viveiros, que, primeiro, desferiu um tiro nas costas da esposa e depois tentou eletrocutá-la durante o banho. Além dessas ações, o homem perpetrou uma série de violências contra ela, ameaças e cárcere privado (GALINA, 2008, p. 26). O caso de Maria da Penha ganhou repercussão nacional e internacional e pressionou as autoridades brasileiras a desenvolverem uma legislação para defender as mulheres contra as violências, o que culminou com a criação da Lei 11.340, em agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à biofarmacêutica. Essa Lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres, composta a partir da própria Constituição Federal, de 1988, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), de 1979, e da Convenção de Belém do Pará, de 1994 (BRASIL, 2006).

A Lei 11.340/06 considera a violência doméstica e familiar uma violação dos direitos humanos que pode ocorrer nos âmbitos da unidade doméstica, da família ou ainda em qualquer relação íntima de afeto, manifestando-se no conjunto de ações nas formas física, sexual, psicológica, patrimonial e moral (BRASIL, 2006). Dentre os diversos avanços provocados pela legislação está a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, responsáveis pelos processos, julgamentos e execuções das causas decorrentes dessas práticas de violências, que antes era de competência dos Juizados Especiais Criminais, conforme a Lei n. 9.099/95 (BRASIL, 1995). Nesses juizados, é oferecido atendimento multidisciplinar com profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, que devem desenvolver trabalhos de “orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes” (BRASIL, 2006). Essa mudança é considerada por Tomazi e Almeida (2019, p.167) “uma das maiores conquistas dentro da legislação, uma vez que vislumbrou abarcar a complexidade da violência de gênero em um atendimento integral no sentido de aplicar medidas punitivas, preventivas e assistencialistas”. Cabe dizer que a criação dessas instituições é de responsabilidade dos Estados e da União, no caso do Distrito Federal (BRASIL, 2006). Essa legislação representa, de fato, um marco em relação à garantia dos direitos humanos das mulheres no país, sendo por isso considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das

melhores leis no mundo no combate à violência doméstica, estando atrás apenas da Espanha e do Chile, por buscar atender a vítima de modo integral.

Ademais, a Lei ainda apresenta uma outra grande evolução no que se refere à proteção emergencial da vítima, que é a Medida Protetiva de Urgência, que pode ser expedida por juiz, delegado de polícia (quando o Município não for sede de comarca) e policial (quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia) se verificada a existência de risco iminente à vida ou integridade física da mulher (BRASIL, 2006)²⁰. Essa ação constitui um conjunto de medidas para proteger as mulheres em situação de violência, que podem ser aplicadas em conjunto ou separadamente, e que obrigam o agressor a:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios (BRASIL, 2006).

O descumprimento dessas medidas implica pena de detenção de três meses a dois anos, constituindo assim um crime tipificado²¹.

Contudo, diante da não diminuição nos índices de violência e de denúncias de omissão por parte do poder público em relação à aplicação dos instrumentos propostos pela Lei Maria da Penha, foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra Mulher (CMPIVCM) em julho de 2013, para investigar a situação de violência contra mulheres no país. A comissão averiguou os dez estados brasileiros mais violentos para as mulheres, segundo os dados do Mapa da Violência 2012 (WASELFISZ, 2012), e chegou a conclusões como a ausência

²⁰ Alterações incluídas pela Lei nº 13.827, de maio de 2019 (BRASIL, 2019).

²¹ Alteração feita pela Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018 (BRASIL, 2018).

de dados estatísticos confiáveis e comparáveis em todos os poderes constituídos e em todas as esferas de governo; e a não aplicação da Lei 11.340/06 em algumas capitais e, sobretudo no interior, onde ainda são aplicadas a Lei 9.099/95, que há muito já fora criticada por banalizar os crimes conjugais. Persistir na prática da Lei 9.099/95 é muito grave, uma vez que, segundo Calazans e Cortes (2011), diversos grupos feministas e instituições já haviam constatado, mesmo antes da criação Lei Maria da Penha, que cerca de 90% dos casos de violência contra mulheres que chegavam aos Juizados Especiais terminavam arquivados em audiências de conciliação ou na entrega de cestas básicas a alguma instituição filantrópica, sendo as cestas, muitas vezes, custeadas pelas próprias vítimas.

A situação problemática da aplicação da Lei Maria da Penha no país já havia sido apontada nos resultados obtidos na pesquisa feita pelo Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha (Observe), a respeito das Condições para Aplicação da Lei nas DEAMs (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal, em 2010. No âmbito das DEAMs, o trabalho mostrou que a maioria das delegacias apresentavam “limitações em seu funcionamento, com problemas relacionados à inadequação da infraestrutura e limitações de recursos materiais e técnicos e baixa qualificação dos recursos humanos” (PASINATO, 2011b, p.125). No que tange aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os principais problemas estavam relacionados à falta de profissionais em todas as áreas, promotores, juízes, psicólogos, assistentes sociais, oficiais de justiça para compor as equipes frente ao crescente número de processos que tramitam nesses juizados (PASINATO, 2011b). Embora a pesquisa tenha sido feita em 2010, dados de 2017 divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2018) mostram que apenas 15 dos 27 tribunais estaduais no país possuem equipes multidisciplinares de atendimento consideradas adequadas, sendo o Espírito Santo, *lócus* desta pesquisa, classificado no rol de estados sem equipes apropriadas.

Diante dos dados alarmantes destacados no inquérito da CPMIVCM (BRASIL, 2013), a Comissão apresentou um projeto de lei que deu origem à criação da Lei do Femicídio, n. 13.104, em março de 2015, que alterou o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para prever

o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, aumentando a pena mínima para assassinatos de mulheres de 6 para 12 anos, e a máxima, de 20 para 30 anos. A Lei também incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos, alterando o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990 (BRASIL, 2015). Assim, o feminicídio passou a ser conceituado na legislação como o assassinato de mulheres “por razões da condição do sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015).

O feminicídio “é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte” (BRASIL, 2013, p.1137) que, como afirmam Radford e Russel (1992), é precedido de uma série de ataques psicológicos, insultos verbais, agressões físicas, ameaças, configurando a etapa final de um *continuum* de violências, logo, trata-se de um crime que pode ser evitado. A justificativa da CPMIVCM para a tipificação do feminicídio consiste em

[...] reconhecer, na forma da lei, que mulheres estão sendo mortas pela razão de serem mulheres, expondo a fratura da desigualdade de gênero que persiste em nossa sociedade, e é social, por combater a impunidade, evitando que feminicidas sejam beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como o de terem cometido “crime passional” (BRASIL, 2013, p.1138).

A citação do ponto específico do “crime passional” no Relatório que justificou a promulgação da Lei do Feminicídio sugere o compromisso do governo em atuar de maneira incisiva no combate ao feminicídio. Para evitar que a não identificação do feminicídio aconteça nas investigações policiais e no decorrer dos processos e julgamentos na justiça, o Governo Federal lançou, em 2016, em parceria com a ONU Mulheres, as Diretrizes Nacionais de Feminicídio (ONU Mulheres, 2016), que sugerem que a perspectiva de gênero seja aplicada desde o início das investigações de mortes violentas de mulheres. Ou seja, propõe olhar para esses assassinatos a partir da perspectiva do feminicídio para evitar que esses crimes sejam encobertos por outros tipos de dolo.

Contudo, mesmo com todos os avanços na criação de legislações que prezam pela prevenção, pelo combate e pela punição dos crimes de violência contra mulheres, por que tivemos o aumento de 30,7% de feminicídios na década

de 2007 a 2017 - (IPEA/FBSP, 2019a)? Para refletir sobre essa pergunta, mencionamos dados que podem servir para tecer algumas conclusões.

De maneira geral, ao tomarmos o índice geral de 30,7% do IPEA/FBSP (2019a), observamos que a não contenção do crescimento da violência pode estar relacionada, em grande medida, à ineficácia da aplicação da Lei Maria da Penha em sua totalidade, como já relatado nas pesquisas apresentadas. Entretanto, quando examinamos os dados desagregados a partir das variáveis gênero e raça/etnia, publicados no mesmo relatório, notamos que enquanto

a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5% (IPEA/FBSP, 2019a, p.38).

Isso posto, observamos que no tempo compreendido entre 2007 e 2017, período de vigência de onze anos da Lei Maria da Penha, enquanto o crescimento dos assassinatos de negras foi de 60,5%, o de não negras foi de 1,7%, o que aponta a desigualdade racial entre essas mulheres. Inclusive, o próprio relatório destaca que “o crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas” (IPEA/FBSP, 2019a, p.39).

Diante dessa discussão, um novo questionamento vem à tona: por que então as mulheres negras morrem mais? Ou, ainda, por que a legislação não tem sido eficaz na redução ou pelo menos na contenção do aumento de feminicídios de mulheres negras? A resposta para essas perguntas pode vir daquilo que estudiosas e pesquisadoras têm apontado como explicações para essa problemática, que são as diferentes formas de discriminação ou violências que podem afetar a vida das mulheres de acordo com suas identidades sociais. Nas palavras de Crenshaw (2002b):

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos

específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002b, p.173).

Nessa perspectiva, Crenshaw (2002b) demonstra que para garantir os direitos humanos baseados no gênero, devemos dar atenção às diversas “formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres” (CRENSHAW, 2002b, p.174). Noutros termos, isso significa pensar como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social está relacionada a situações de opressão e violências na vida das mulheres negras. O conceito de interseccionalidade é definido por Crenshaw (2002b) como uma

conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002b, p.177).

Alguns dados ilustram de maneira prática como a combinação entre gênero, raça e classe social pode causar desigualdades nas vidas das mulheres negras brasileiras no mercado de trabalho e no acesso à escolaridade, contribuindo para a vulnerabilidade social dessas mulheres no país.

A pesquisa mais atual e detalhada com dados comparativos entre gênero e raça no mercado de trabalho, no acesso à educação e na desigualdade de renda é o *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, de 2017, que apresenta resultados de pesquisas durante 20 anos, de 1995 a 2015. Outro documento com informações ainda mais detalhadas sobre a situação das mulheres no país com dados comparativos entre negras e não negras é o *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, produzido pelo IPEA, em 2013. A ausência de relatórios com análises detalhadas indica um grave problema da maioria das pesquisas no país que, apesar de incluírem os eixos “cor ou raça/etnia”, não os articulam dentro do grupo mulheres, impossibilitando a análise de problemas específicos. Essa situação, contudo, não é observada apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, como salienta Pasinato (2011a), que chama a atenção para o fato pautado ainda na Convenção de Belém do Pará, em

1994, acerca da “importância de desagregar as informações sobre o sexo da vítima, viabilizando a formulação de políticas públicas mais consistentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres” (PASINATO, 2011a, p.233).

Segundo o IPEA (2017), os primeiros sinais de desigualdades entre negras e não negras no Brasil são vistos na execução de profissões menos remuneradas e socialmente desprestigiadas com índice de ocupação na função “trabalhadora doméstica” de 18% para mulheres negras e 10,3% para brancas. Ademais, as mulheres negras são as que menos têm carteira assinada, representando um índice de 29,3% das trabalhadoras e 32,5% das brancas, o que reflete as desvantagens de gênero e cor no acesso ao mercado de trabalho com estabilidade (IPEA, 2017). O trabalho sem carteira assinada implica menor acesso aos direitos trabalhistas e proteção social no caso de essas pessoas sofrerem algum tipo de acidente de trabalho ou mesmo serem acometidas por alguma doença.

A ocupação no mercado de trabalho também está diretamente relacionada ao nível de escolaridade dessas mulheres. De acordo com o Ipea (2017), a taxa de analfabetismo das mulheres negras é de 10,2% em comparação a 4,9% das mulheres brancas. O relatório indica que, de maneira geral, houve aumento significativo no número de pessoas negras (homens e mulheres) que chegaram ao ensino superior no Brasil entre os anos de 1995 e 2015, subindo de 3,3% para 12% (IPEA, 2017, p.2). Contudo, o fato de o patamar alcançado pelos negros em 2015 ser o mesmo alcançado pelos brancos em 1995, já que, naquele ano, a taxa da população adulta branca com mais estudo era de 12,5%, indica uma defasagem de 20 anos entre brancos e negros no que se refere à escolaridade das pessoas adultas (IPEA, 2017).

De acordo com relatório anterior (IPEA, 2013), as mulheres de classes empobrecidas, frequentemente negras e com menor grau de instrução, ocupam cargos de prestação de serviços ou ligados à produção na indústria, enquanto as mulheres de classe média, com maior grau de escolaridade, estão nas áreas administrativas, da saúde e da educação. Isso implica, conforme já discutido, renda média menor das mulheres negras e, conseqüentemente, aumento da vulnerabilidade social. Embora a educação seja um forte quesito que interfere na desigualdade entre esses grupos sociais, quando esse elemento é eliminado, as

pessoas negras ainda sofrem desvantagens em relação às melhores posições ocupacionais (IPEA, 2013).

Esses dados mostram que a vida dessas mulheres não é apenas atravessada pelas opressões provenientes de gênero, mas da combinação desse eixo com raça, classe social, orientação sexual, religião, que criam situações de violências específicas vividas por algumas mulheres, que não são, portanto, alcançadas por legislações generalizantes. Dentre os marcadores que se combinam à raça e ao gênero, a classe social acentua sobremaneira as vulnerabilidades vivenciadas por muitas delas, uma vez que a intersecção desse marcador à raça e ao gênero diferencia quais mulheres sofrerão mais ou menos opressões.

Todavia, isso ainda não é tudo. As violências sofridas por essas mulheres, quando não coibidas pela legislação, formam um ciclo discriminatório do qual dificilmente elas conseguem sair. Um exemplo disso é a pesquisa apresentada por Carvalho e Oliveira (2017) sobre *Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres*, na região Nordeste do Brasil, que analisa os impactos da violência doméstica na vida profissional das mulheres. A pesquisa mostra que nessa região “mulheres vítimas de violência doméstica possuem um salário cerca de 10% menor do que aquelas que não são vítimas de violência doméstica” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p.17). Entretanto, os autores discutem que quando incluída a questão étnico/racial no grupo das mulheres que sofreram violência, as mulheres negras recebem menores salário (R\$7,74 por hora de trabalho) do que as mulheres brancas (R\$9,79 por hora de trabalho) (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017).

Esses dados apontam para o que Crenshaw (2002b) fala acerca da necessidade de se pensar as consequências das interações entre dois ou mais eixos de subordinação em subgrupos específicos, pois, caso contrário, também as políticas públicas de enfrentamento às violências serão produtoras de desigualdades. Um estudo que ilustra como o próprio Estado pode contribuir para a acentuação de disparidades entre mulheres e a perpetuação da violência é o apresentado pelas pesquisadoras Bernardes e Albuquerque (2016), no artigo *Violências interseccionais silenciadas em Medidas Protetivas de urgência*, que discutem a invisibilização das violências praticadas contra mulheres negras com

baixa renda em medidas protetivas desferidas em três Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no Rio de Janeiro. A partir da narrativa das mulheres nas denúncias contidas nas Medidas Protetivas, as autoras identificaram que todas as denúncias feitas pelas mulheres contra os agressores apresentam uma simultaneidade de opressões que consistem em ameaças e agressões, usurpação do patrimônio, conflitos relativos aos cuidados com os filhos, disputas acerca da posse e propriedade dos locais em que residem as mulheres e conflitos decorrentes de dependência química dos agressores (BERNARDES; ALBUQUERQUE, 2016). Embora todas essas complicações fossem de conhecimento do judiciário, não foram deferidas Medidas Protetivas suficientes para abarcar todas essas situações. Em um dos casos relatados pelas estudosas, a vítima, empregada doméstica, convivia há mais de vinte anos com o marido, e após inúmeras agressões resolveu denunciá-lo. Nesse caso, o juiz concedeu a medida protetiva relativa à proibição de contato com a ofendida, mas ignorou o fato da coabitação, negando a medida de afastamento do lar. Como a vítima não tinha condições financeiras de sair do domicílio, a garantia de uma medida sem a outra se tornou ineficaz.

A exposição de todas essas pesquisas nos leva a pensar que mesmo a aplicação integral da Lei Maria da Penha em todo o país poderia não diminuir o número de assassinatos de mulheres negras. Isso significa concluir que a violência de gênero contra essas mulheres – ou de fato, contra todos os subgrupos de mulheres - deve ser tratada de maneira específica, a fim de se abarcar as interseccionalidades que impedem que elas usufruam de um direito fundamental, o direito à vida. A discussão sobre essas intersecções será feita no próximo tópico.

1.3 FEMINISMOS E AGENDAS DE DEBATES EM TORNO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL

A partir das décadas de 1980 e 1990, os movimentos de mulheres abrem caminhos para diversas reivindicações em relação à condição das mulheres na sociedade, motivados especialmente pela nova perspectiva de gênero,

denunciando as questões universalistas defendidas pelos grupos dominantes. É inclusive no ano de 1990 que Judith Butler questiona a universalização da categoria “mulheres”, impulsionando um novo momento dentro dos movimentos, ao problematizar o fato de o “sujeito” das mulheres não ser mais compreendido em “termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2003, p.18). A crítica à generalização do termo mulher, é feita por Butler (2003) no sentido de que

Se alguém é uma mulher isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos e porque os gêneros estabelecem intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p.20).

A discussão empreendida por Butler (2003) propõe pensar o gênero como um elemento performativo, formado por atos, gestos e representações cotidianamente e temporalmente construídos. Além disso, a constituição do gênero é marcada pela intersecção com outras modalidades, como raça, etnia, classe social, por exemplo. É também nesse momento, conforme afirmam Rangel e Nader (2014), que trabalhos de estudiosas sobre identidade e diferença, como Hall, Woodward e Silva (2009) descrevem e interpretam a redefinição dos papéis femininos, e a principal discussão política dos movimentos feministas é assim direcionada para a busca das causas de opressões específicas das mulheres que não eram pautadas ou ficavam em segundo plano nos discursos dominantes.

Contudo, o fato de não haver uma representação universal para o sujeito mulher, conforme problematizado por Butler (2003), mobilizou questionamentos dentro do próprio movimento, que estaria ignorando os problemas específicos de cada grupo identitário. Segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.146), havia um temor de que se criassem “novas formas de dominação entre homossexuais e heterossexuais, entre burguesas e proletárias, entre as mães e aquelas que não o são, entre as mulheres brancas e as mulheres negras”. Tais contestações estavam relacionadas diretamente às intersecções que constituem os gêneros e que faziam

com que mulheres negras, lésbicas e de classes empobrecidas, por exemplo, não se sentissem representadas.

Embora esses discursos tenham se fortalecido nos entornos da década de 1990, críticas nesse sentido já haviam sido expostas em momentos anteriores da história quando militantes negras questionaram o sistema de opressão sob o qual eram subordinadas e a situação de invisibilidade na sociedade nos Estados Unidos. Segundo bell hooks (2014), Sojourner Truth foi uma das ativistas que se posicionou abertamente sobre o assunto no século XIX, e, dentre seus discursos mais conhecidos, está o “*Ain’t I a Woman?*”, proferido durante a Conferência dos Direitos da Mulher de Ohio em 1852, após um homem branco dizer que as mulheres eram muito fracas para desempenharem trabalhos braçais e por isso não poderiam ter direitos iguais aos homens. Em reação à fala do homem branco, bell hooks (2014) relata que Sojourner Truth argumentou:

Bem, crianças, atrevo-me a dizer algo sobre este assunto. Eu acho que quer os negros do Sul e as mulheres do Norte estão a falar sobre direitos, os homens brancos estarão em dificuldade em breve. Mas o que é isto que estão a falar? Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) ... Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (BELL HOOKS, 2014, p.115).

Esse discurso simboliza um marco para o feminismo negro estadunidense por publicamente questionar quem de fato eram as mulheres negras para a sociedade: alguém que se igualava aos homens na força de trabalho, mas não usufruía dos mesmos direitos; alguém que se igualava às mulheres não negras ao gerar uma criança, mas não era tratada como mulher.

Na mesma esteira, a professora, ativista e filósofa Angela Davis retrata o cenário de luta das mulheres negras também nos EUA ao publicar pela primeira vez, em 1981, a obra “Mulheres, raça e classe”. Nesse trabalho, a autora questiona o fato de as mulheres negras serem tratadas no sistema escravista como unidades de trabalho lucrativas, iguais aos homens, sendo assim “desprovidas de gênero”

para os proprietários de escravos, mas, por outro lado, de acordo com a conveniência dos senhores, vistas como “fêmeas” e vítimas de abusos sexuais (DAVIS, 2016, p.24).

Guardados os devidos distanciamentos históricos e contextuais, os discursos de Truth e Davis ilustram um dos principais questionamentos das militantes negras feito ao longo dos séculos, que é o reconhecimento de suas identidades. Foram discursos nesse sentido que também ganharam tom uníssono na década de 1970 na fundação da *National Black Feminist*, nos Estados Unidos (EUA) (RIBEIRO, 2017). Assim, estava claro o desejo de que as identidades das mulheres negras não fossem mais definidas em oposição a um “ser” que é o “*outro do outro*” (KILOMBA, 2010), ou seja, a partir da dupla alteridade: o oposto do masculino, a partir do homem negro, e o oposto da cor, a partir da mulher não negra. Esse movimento ganhava força porque, segundo Kilomba (2010),

A mulher negra tem sido portanto posicionada dentro de vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é um homem negro; um discurso sobre gênero em que o sujeito é uma mulher branca; e um discurso sobre classe no qual “raça” não tem lugar nenhum (KILOMBA, 2010, p.56, tradução nossa²²).

Nessa perspectiva, as mulheres negras ocupavam e ainda ocupam um não-lugar que impõe a elas a invisibilidade e a impossibilidade de serem vistas como sujeitos, de terem voz, já que os sujeitos do antirracismo e dos feminismos já estavam (e ainda estão) bem marcados. Daí resultam em nossas sociedades preconceitos que objetificam e animalizam as mulheres negras, que muitas vezes não são vistas e tratadas como seres humanos.

Infelizmente, essas desigualdades também estão presentes no cotidiano das mulheres brasileiras e, por incrível que pareça, são naturalizadas pela mídia televisiva. Exemplo disso foi o seriado “Sexo e as negas”, exibido pelo Rede Globo de Televisão em 2014, que, inspirado na série estadunidense “*Sex and city*”, propôs apresentar o empoderamento sexual e financeiro de quatro mulheres negras (CAMPOS, 2014). Contudo, ao tentar transpor o projeto político

²² “Black woman have thus been positioned within several discourses that misrepresent our own reality: a debate on racism where the subject is a Black male; a gendered discourse where the subject is a white female; and a discourse on class where “race” has no place at all” (KILOMBA, 2010, p.56).

estadunidense de mulheres brancas e ricas para uma série brasileira, protagonizada por mulheres negras e moradoras de um bairro da periferia do Rio de Janeiro, ignoraram completamente as questões raciais e de classe, havendo a naturalização dos estereótipos da mulher “negra para o sexo” e da “branca para casamento” (CAMPOS, 2014).

Esse tipo de representação das mulheres no seriado brasileiro mostra como as identidades ainda são construídas sob a “lógica da oposição binária” (HALL, 2003a, p. 344), criticada pelas mulheres negras e por todas as outras que não se reconhecem no “padrão” branco-europeu, como as asiáticas, latino-americanas e indígenas. De maneira detalhada, a noção de identidade é empregada por Hall (2003b) para se referir

ao ponto de encontro, o ponto de *sutura* entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam nos “interpelar”, falar conosco ou nos colocar em nosso lugar como sujeitos sociais dos discursos particulares e, por outro, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos capazes de “dizer” (HALL, 2003b, p.20, tradução nossa)²³.

Essas identidades, por sua vez, são móveis, “formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representadas e interpeladas (sic) nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p.13). Isso significa que as identidades são culturais, construídas dentro de discursos e não fora deles, “são construídas através da diferença, não fora dela. [...] só podem ser construídas através do relacionamento com o Outro, a relação com o que ele não é” (HALL, 2003b, p.18, tradução nossa)²⁴. Essa construção identitária, segundo Hall (2003b; 2006) é característica do sujeito pós-moderno, que é continuamente descentrado, fragmentado e, portanto, não é composto por uma identidade apenas, mas por várias, com as quais poderá se identificar e, assim, reconhecer-se como sujeito.

²³ “Uso “identidad” para referirme al punto de encuentro, el punto de *sutura* entre, por un lado, los discursos y prácticas que intentan «interpelarnos», hablarnos o ponernos en nuestro lugar como sujetos sociales de discursos particulares y, por otro, los procesos que producen subjetividades, que nos construyen como sujetos susceptibles de “decirse” (HALL, 2003b, p.20).

²⁴ “[...] las identidades se construyen a través de la diferencia, no al margen de ella. [...] sólo puede construirse a través de la relación con el Otro, la relación con lo que él no es [...]” (HALL, 2003b, p.18).

Numa leitura rápida poderíamos pensar que há um antagonismo entre as ideias de Hall (2003b) e Kilomba (2010) na medida em que ela critica o reconhecimento da mulher negra a partir dos Outros (mulher branca e homem negro), enquanto Hall (2003b) pensa as identidades a partir das diferenças. Entretanto, trata-se apenas de uma aparente contradição, já que as críticas da feminista consistem justamente no fato de a identidade das mulheres negras serem definidas à *margem* da diferença dos Outros, o que sistematicamente indefine o sujeito mulher negra. Ademais, esses Outros não precisam ser necessariamente homens negros e mulheres brancas, podem ser a Outra da heterossexualidade, a Outra rica, a Outra casada, a Outra empregada, que irão colocar a mulher negra homossexual, transexual, pobre, mãe solteira e desempregada no vazio da invisibilidade. Isso as fazem ocupar um “entre lugar” ou talvez um “não lugar” e então serem “parte” de homens e de mulheres, mas, simultaneamente, não serem ninguém.

A partir da teorização de Hall (2003b) acerca das identidades serem construídas por meio de discursos e práticas, podemos imaginar o quão difícil é para algumas pessoas pensarem suas origens étnico/raciais quando essa gênese é majoritariamente narrada pelo Outro. É por esse motivo que discursos estereotipados são tão nocivos às pessoas, pois interferem na construção de identidades. Ao lembrar dos questionamentos de Truth e Davis, percebemos que nos respectivos momentos da história havia uma descontentação em relação aos discursos que interpelavam as mulheres negras a partir da “norma”. Quando dizemos “norma”, nos referimos à noção de “norma mítica”, de Lorde (2007), a qual discute que “na América, a norma é geralmente definida como branca, magra, masculina, jovem, heterossexual, cristã e financeiramente estável” (LORDE, 2007, p.115, tradução nossa)²⁵. Dessa forma, quando pensamos as identidades das mulheres negras, lésbicas, asiáticas e indígenas, por exemplo, sendo construídas por meio da “norma mítica”, percebemos que algumas diferenças podem ser obscurecidas ou omitidas nesse processo de construção, como a afirmação da identidade nacional omitir as diferenças de classe e gênero, como lembra Woodward (2009).

²⁵ “In america, this norm is usually defined as white, thin, male, young, heterosexual, christian, and financially secure” (LORDE, 2007, p.115).

É então a partir da necessidade de se afirmar a identidade cultural da minoria social das mulheres negras, que surge o campo específico de estudo conhecido como o pensamento feminista negro. Essa afirmação identitária é, antes de tudo, uma mobilização política, que “envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica” (WOODWARD, 2009, p.23). Dentre as autoras precursoras dessas pesquisas no contexto estadunidense estão a feminista e ativista social bell hooks, a professora e advogada Kimberlé Crenshaw e a professora e socióloga afro-americana Patrícia Hill Collins. O trabalho de Collins (2000), intitulado *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, publicado pela primeira vez em 1990, mostrou questões interseccionais no feminismo negro ao problematizar opressões contra mulheres afro-americanas escravizadas nos EUA. Collins (2000) afirmou que as opressões promovidas pela convergência entre raça, classe e gênero na escravidão estadunidense moldaram os relacionamentos subsequentes das mulheres de ascendência africana com as famílias e comunidades negras americanas (COLLINS, 2000). Essa constatação mostrou que as opressões sofridas no período da escravidão foram capazes de afetar as relações de poder entre essas mulheres e a sociedade até hoje. Dessa forma, a ênfase dada à “interligação entre raça, gênero e opressão de classe é um tema recorrente nos trabalhos de feministas negras” (COLLINS, 2016, p.106), já que a compreensão desses modos de opressão implica o entendimento das relações de poder.

Essa discussão leva a refletir sobre o fato de que quando pensamos no racismo e sexismo, não lidamos com grupos homogêneos, mas com grupos sociais atravessados por muitos eixos de opressão, que podem promover múltiplas violências. Para elucidar como essa combinação de violências pode ocorrer, Crenshaw (2002b) usa uma metáfora:

faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções

complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002b, p.177).

Partindo da metáfora de Crenshaw (2002b) e do estudo de Collins (2000), podemos pensar nas “avenidas” que cruzam a vida das mulheres negras e de tantos outros grupos que sofrem opressões no Brasil, que são vítimas de “atropelamentos” constantes e simultâneos pela sociedade e pela mídia, como gays, indígenas, idosas, lésbicas, mulheres que cuidam dos filhos sozinhas. Também podemos refletir de maneira específica sobre os impactos da combinação das opressões na vida das mulheres negras brasileiras e suas descendentes não só durante o período escravocrata, mas até hoje, quando ainda milhares dessas pessoas sofrem opressão em relação ao gênero, à classe e à raça. Para entendermos o impacto desses marcadores na vida das mulheres negras brasileiras, é necessário revermos, de maneira breve, o contexto histórico do abolicionismo e do imigracionismo no país.

1.3.1 Abolicionismo e imigracionismo no Brasil e a construção social de raça e classe

No contexto brasileiro da escravidão, o termo raça foi empregado, de acordo com Guimarães (2003), como um conceito nativo que significava posição social, uma vez que nossa nação foi formada a partir de uma escravidão de povos específicos, oriundos de lugares que conhecemos hoje como Congo, Angola, Moçambique, Zaire, Nigéria, Níger e Golfo do Benin, escravizados por negreiros da Holanda, de Portugal, do Brasil, da Inglaterra, da França e alguns reinos africanos e colônias estadunidenses. Nesse cenário, Guimarães (2003) afirma que essas pessoas escravizadas eram nomeadas como “‘africanas’ e ‘negros’; [...] as duas identidades criadas na sociedade escravocrata brasileira, em que o negro tinha um lugar e esse lugar era a escravidão” (GUIMARÃES, 2003, p.99). Além dos termos “africanas” e “negros”, um terceiro ganhou relevância no período escravocrata, “mulata”²⁶, que, segundo Nascimento (1978), era “resultado” da

²⁶ O termo “mulata” tem origem espanhola, “mula” ou “mulo”, que significa aquilo é híbrido, originário do cruzamento entre espécies. A gênese do termo está relacionada ao animal mula, que

exploração das mulheres africanas pelo senhor por meio da exploração sexual, sendo a mulata um dos principais “produtos nacionais”, pois era “prova” das saudáveis relações raciais no Brasil (NASCIMENTO, 1978, p.62). É relevante destacar que Nascimento (1978) chama a atenção para o fato de a mulata ser vista como “produto” não só durante a escravidão, mas até hoje quando ainda seu papel social é definido pela exploração econômica frente às desigualdades sociais. Esse papel é completamente diferente das mulheres brancas, conforme pontua Caldwell (2000), que são vistas como padrão de feminilidade e beleza.

Nessa perspectiva, Nader (2001) observa que a colonização portuguesa, bem como a escravidão no Brasil foram acontecimentos históricos que definiram não só a relação entre brancos e negros, mas criaram “limites entre os sexos e a vida das mulheres de elite, brancas pobres, negras livres ou não” (NADER, 2001, p.72). Esse fato aponta para uma das principais causas das desigualdades entre gênero e raça, que está diretamente relacionada à estruturação da sociedade brasileira que já definia os papéis sociais de cada pessoa, especificamente os das mulheres. De acordo com Nader (2001), no período colonial, o comportamento das mulheres era classificado como “honrado” e “desonrado” que, em linhas gerais, estavam relacionados às condutas como castidade, sobriedade, fidelidade e libidinagem, infidelidade, respectivamente. Ainda segundo a autora, tais papéis eram atribuídos especialmente às mulheres brancas, já que “somente o fato de a mulher não ter a pele branca já era suficiente para ser socialmente desqualificada” (NADER, 2014, p.109). Nader (2001) enfatiza ainda que a mulher escravizada tinha, diferentemente da mulher branca, “além das funções produtivas de bens e serviços, o papel de objeto sexual” (NADER, 2001, p.76). Para a autora,

A mulher negra, assim como todos os escravos, (sic) não era considerada pessoa [...] era submetida ao seu proprietário, que a controlava não somente pela sua condição de escrava, mas também pela sua condição de mulher e de mulher sem honra (NADER, 2001, p.76).

nasce a partir do cruzamento de jumentos com éguas ou de cavalos com jumentas. A analogia é feita à cópula do animal considerado nobre (*equus caballus*) com o animal considerado inferior (*equus africanus asinus*). Dessa forma, o vocábulo “mulata” indica de modo pejorativo a mestiçagem, impureza da raça, que, em no período colonial, era empregado para se referir aos negros de pele mais clara, fruto do estupro de escravas pelos senhores (RIBEIRO, 2018).

Até esse momento, persistia no Brasil o discurso sobre raças baseado na “ordem natural”, que é a justificativa “de diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza” (HALL, 2003a, p.69). A respeito disso, Guimarães (2003) observa que numa “sociedade ‘racialista’, a raça era importante, nativamente importante, para dar sentido à vida social porque alocava as pessoas em posições sociais. Essas posições sociais foram chamadas originalmente de ‘classes’” (GUIMARÃES, 2003, p.99). Nessa perspectiva, “as raças e as classes, portanto, se articulavam intimamente, em seu sentido nativo” (GUIMARÃES, 2003, p.99).

No fim do século XIX, durante o abolicionismo, um ideal de branqueamento tomou conta do país, uma vez que “os abolicionistas viam o escravismo como um obstáculo à modernização econômica”, conforme pontua Hasenbalg (2005, p. 164). Esse “embranquecimento” da população era fomentado pelas políticas de imigração, sendo que, na medida em que o branco da camada dominante e o imigrante melhoravam suas condições sociais, econômicas e políticas, ao negro e mulato restava disputar as oportunidades inferiores (FERNANDES, 2008). Isso mostrava que o “novo” arranjo social propiciado pela abolição era apenas simbólico, pois a realidade era que negros, imigrantes e brancos não desfrutavam das mesmas condições sociais, culturais e econômicas, permanecendo assim “a ordem escravocrata e senhorial” (FERNANDES, 2008, p.303). Dessa forma, acentuavam-se as diferenças sociais entre essas pessoas, sendo os negros relegados às periferias que emergiam dessa sociedade de classes.

É nesse contexto que as desigualdades antes justificadas pelo “racismo científico” passam a ser legitimadas pela “democracia racial”, ou seja, um racismo velado” (NASCIMENTO, 1978). Essas disparidades eram facilmente negadas porque não havia barreiras explícitas que impedissem a ascensão social das pessoas negras, apenas, é claro, os preconceitos de raça e de cor (FERNANDES, 2008). A propósito, Guimarães (2003, p.100) explica que a classificação social de “cor” – “homens livres pretos, mulatos e pardos”- serviu para tornar menos aparente o preconceito desferido contra a raça, já que era justamente a discriminação racial que contribuía para a estrutura de classes e hierarquias sociais.

Um dos discursos que sustentou o mito da “democracia racial” foi a obra *Casa-Grande e Senzala*, publicada em 1933 por Gilberto Freyre (2003). Esse livro alimentou o mito da democracia racial no Brasil, que, segundo Nascimento (1978), consistia no mito da “convivência harmoniosa entre pretos e brancos, desfrutando de iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência [...] das respectivas origens raciais ou étnicas” (NASCIMENTO, 1978, p.41). Essa alegoria rendeu ao país o título de paraíso racial, onde acreditavam que nossa nação fosse feita de negros, brancos e índios e esses “contingentes humanos se encontraram de modo espontâneo, numa espécie de carnaval social e biológico” (DAMATTA, 1986, p.31).

Um fato, porém, mudou completamente a imagem de “igualdade racial” brasileira na década de 1950, quando um estudo patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), para entender as bases da convivência “pacífica” entre as raças no Brasil, identificou a falácia do mito da democracia (GUIMARÃES, 2003). Durante a Segunda Guerra Mundial, fora difundido o conceito de raça com conotação das ciências naturais, em que se entendia a noção com base no pensamento de que “a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais” (GUIMARÃES, 2003, p. 96). Segundo Munanga e Gomes (2016, p.177), essa crença esteve “ligada à dominação político-cultural de um povo em detrimento do outro, de nações em detrimento de outras e possibilitou tragédias mundiais como foi o caso do nazismo”. Nesse contexto, o cenário da “democracia racial” no Brasil foi visto como uma “fórmula” a ser copiada por outras nações, com intuito de se evitar novas guerras. É, inclusive, após as catástrofes do nazismo que alguns intelectuais, como assinala Munanga e Gomes (2016), preferiram a utilização do conceito de “etnia” para “identificar a diversidade dos povos judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas, [...], mas, sim, por processos históricos e culturais” (MUNANGA; GOMES, 2016, p.177).

Dentre os autores que desmistificaram o “mito da democracia racial” estava Florestan Fernandes (2008) que percebeu que esse ideal servia para isentar o branco das obrigações, responsabilidades ou solidariedade morais, “de alcance

social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato” (FERNANDES, 2008, p. 311). Dessa forma, a construção dessa alegoria estava (e ainda está) principalmente relacionada ao fato de ela ocultar os conflitos e as desigualdades sociais entre as raças e instaurar para os próprios grupos oprimidos a sensação de desfrutar dos mesmos direitos. A persistência dessa falsa consciência está também relacionada ao padrão de comparação estadunidense adotado pelos cientistas das ciências sociais. O fato de o cenário dos Estados Unidos ser marcado por relações violentas e segregacionistas em oposição à equidade jurídica e a aparente indiferença racial no Brasil, ajudou a ocultar o racismo entre os brasileiros (GUIMARÃES, 1995). Aliás, Oracy Nogueira (2006) explica que o racismo no Brasil é baseado em um preconceito de “marca” e não de “origem” como na América do Norte, na medida em que aqui o preconceito é exercido em relação ao fenótipo, como cor da pele e cabelo, e não à descendência.

Apesar de os estudos confirmarem o preconceito e a desigualdade no Brasil, somente em 1978, quando do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), é que a luta pela igualdade entre as raças ganha força política por meio da reivindicação da identidade do negro para a recuperação de suas origens africanas (GUIMARÃES, 2003). Nesse momento, o conceito sociológico de raça é reintroduzido na sociedade pelo MNU com objetivo de expressar algo que não existia de maneira objetiva, como a cor, mas de fato uma construção social (GUIMARÃES, 1995). Essa (re)apropriação do termo pelos grupos inferiorizados mostrou-se como uma maneira de resgatar suas origens negadas ou silenciadas ao longo dos anos pelos discursos dominantes. Isso ilustra o que Wodak e Reisigl (2001) teorizam acerca de o conceito de raça ser usado como um “instrumento ideológico legitimador” para oprimir e explorar grupos sociais específicos e para lhes negar acesso a recursos materiais, culturais e políticos (WODAK, REISIGL, 2001), mas também, servir de instrumento para minorias sociais construírem uma “autoidentidade alternativa e positiva” e como base para resistência (WODAK, REISIGL, 2001). Isso significa que foi e é usando o discurso do Outro, que conceituava e ainda conceitua o negro como uma raça “inferior”, que esse grupo

social passou a construir sua identidade como forma de resistência. A propósito, para Hall (2003a),

A categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão — ou seja, o racismo (HALL, 2003a, p. 69).

Entendendo, portanto, raça como um termo marcado por relações de poder (HALL, 2003a), é que o MNU o emprega com um propósito social e político, no sentido de despertar a atenção para a história da população negra no Brasil e a complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação social (MUNANGA; GOMES, 2016), denunciando todas as formas de desigualdades. Cabe ainda dizer que algumas pessoas preferem utilizar o termo etnia para designar o “pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade” (MUNANGA; GOMES, 2016, p.177), e outros ainda optam pela expressão “étnico/racial” para mostrar que para o “negro da população brasileira, tanto a dimensão cultural (linguagem, tradições, ancestralidade) quanto a racial (características físicas [...], cor da pele etc.) são importantes e estão articuladas” (MUNANGA; GOMES, 2016, p.178). Para além das escolhas terminológicas, Munanga e Gomes (2016) enfatizam, porém, que o mais importante é compreender que esses termos foram e são empregados em diferentes contextos históricos, políticos e culturais e, portanto, não foram e são “construídos ingenuamente” (MUNANGA; GOMES, 2016, p.178). Logo, há que se pensar, retomando Hall (2003a), nas relações de poder que são construídas por meio dessas escolhas linguísticas para que não sejam reforçadas ou erguidas mais desigualdades.

É importante dizer que não só os negros, mas também outras etnias, como indígenas, asiáticos, pomeranos sofreram e sofrem preconceito no Brasil, que ainda sustenta a fama de lugar de convivência pacífica entre os diferentes povos ao redor do mundo. Esse falso cenário fomenta, para Guimarães (1995), o racismo brasileiro que é “sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como antirracismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro” (GUIMARÃES, 1995, p.17). Tais crenças e práticas são, para van Dijk (2010), uma das características centrais do racismo contemporâneo, que é a sua negação, marcada pelas ressalvas “nós não temos

nada contra os negros, mas...” (VAN DIJK, 2010, p. 142). Essa negação também é uma característica mencionada por Nogueira (2006), o qual afirma que “a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região”.

A partir da retomada dessas questões históricas, notamos que as vidas das mulheres negras no Brasil foram e são marcadas por diversas intersecções, com destaque para as de gênero, raça e classe social. É importante dizer que ao mencionar essas “categorias” não desejamos fixar as identidades dessas mulheres nessas divisões como apenas um fado histórico, mas, ao contrário, questionar os marcadores que definiram e definem as diferenças do grupo marginalizado como algo “natural” por meio da experiência histórica desse grupo (SILVA, 2009). De fato, essa foi uma das principais lutas do feminismo negro brasileiro, tema da nossa próxima discussão.

1.3.2 Feminismos interseccionais

No Brasil, também o movimento feminista tampouco pautou a questão da opressão racial das mulheres negras, já que esteve por muito tempo “prisioneiro” da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, como afirma Lemos (2006). A consequência disso foi a “incapacidade de se reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino” (CARNEIRO, 2003b, p. 118), já que, paralela à luta pela entrada no mercado de trabalho movida por mulheres não negras de classe média, havia uma exploração, desde a colonização, da mão de obra das mulheres negras que, portanto, “exigiam direitos trabalhistas e não o direito de trabalhar” (LEMOS, 2006, p.64). Esse cenário fez com que militantes negras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez empreendessem um movimento no sentido de “enegrecer o feminismo”, que se tratava de pensar a “condição específica da mulher negra” a partir de um “novo olhar feminista e antirracista” nas lutas do movimento negro e dos movimentos de mulheres (CARNEIRO, 2003a, p.3).

Nesse sentido, o feminismo negro brasileiro “emergiu da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre” (CARNEIRO, 2003b, p.118).

E, dentre os momentos marcantes para o fortalecimento desse pensamento, destaca-se a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras, em 1975, durante o Congresso das Mulheres Brasileiras, no Rio de Janeiro, que, segundo Caldwell (2000),

chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual (CALDWELL, 2000, p. 98).

Dessa maneira, observamos que de modo análogo aos questionamentos do feminismo negro estadunidense, embora em contextos diferentes, as mulheres negras caminhavam para a ocupação de seu lugar. A continuidade de encontros nos anos seguintes, como o Terceiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, em Bertioga, São Paulo, em 1985, foi primordial para o debate das temáticas do racismo e sexismo, conforme assevera Ribeiro (1995). Somado a esse evento, a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em 1988, no Rio de Janeiro, configurou um grande marco para o debate político desse pensamento, sobre o qual Ribeiro (1995) destaca um dos principais objetivos daquele momento:

Nosso objetivo é que nós mulheres negras comecemos a criar nossos próprios referenciais deixando de olhar o mundo pela ótica do homem tanto o negro quanto o branco ou pela da mulher branca. O sentido da expressão “criar nossos próprios referenciais” é que queremos estar lado a lado com as(os) companheiras(os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades, enfim queremos uma posição de igualdade nessa luta (RIBEIRO, 1995, p. 450).

Dentre as importantes militantes à frente do feminismo negro no Brasil, ressaltamos o protagonismo da antropóloga e professora Lélia Gonzalez, a qual antecipou os estudos interseccionais no país ao associar racismo, sexismo e exploração capitalista. Na pesquisa “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”, apresentada no *8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association*, em Pittsburgh, em 1979, Gonzalez mostra como o gênero e a etnicidade marcam a força de trabalho

brasileira de baixa remuneração, sendo as mulheres e a população negra a mão de obra do capitalismo (GONZALEZ, 1979). Já em 1980, no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, apresentado no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, a autora problematiza as noções do racismo brasileiro e do sexismo, questionando situações como o carnaval, por exemplo, no qual as mulheres negras deixam de ser a doméstica, atual mucama, para virarem a mulata brasileira, “produto de exportação” do país (GONZALEZ, 1984, p. 239).

A proposta de Gonzalez (2011) ultrapassou as fronteiras nacionais e defendeu a necessidade de um feminismo Afro-latino-americano capaz de representar o caráter multirracial e pluricultural das nossas sociedades, “para nós, *amefricanas* do Brasil e de outros países da região [...] a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial” (GONZALEZ, 2011, p.18). Essa afirmação nos leva a entender que a consciência em relação às opressões de raça foi e é primordial para o combate de outras opressões, haja vista os momentos históricos em que as mulheres negras não se sentiram representadas por mulheres não negras nos movimentos sociais e se uniram para militar por pautas que necessariamente incluíram as opressões de raça.

Também à frente do feminismo negro brasileiro estava e está a escritora, ativista e filósofa Sueli Carneiro, que fundou o Instituto da Mulher Negra – Geledés, em São Paulo, em 1988. Carneiro (2003a) explica, em consonância com os objetivos do ENMN, em que consiste o ponto central do feminismo negro:

um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003a, p.3).

Isso significa que não se trata de apenas lutar pela superação das desigualdades promovidas pela dominação masculina, mas também pelas geradas pelo sistema de opressão racista e tantas outras que oprimem as mulheres latino-americanas. Essas mulheres, para Carneiro (2003a), viveram e ainda vivem à sombra de dois mitos: o mito da democracia racial latino-americana, quando, no período colonial, “a violação perpetrada pelos senhores brancos contra as

mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante originou todas as construções de nossa identidade nacional” (CARNEIRO, 2003a, p.1); e o mito do sexo frágil, quando as mulheres negras não foram ou são tratadas como frágeis, já que elas fizeram parte de um “contingente de mulheres que trabalharam séculos como escravas nas fazendas ou nas ruas e que não entenderam nada quando as feministas começaram a lutar para ganhar o mercado de trabalho” (CARNEIRO, 2003a, p.2).

Outro momento crucial para a consolidação do feminismo negro foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, promovida pela ONU em 2001, em Durban, na África do Sul. No processo de preparação para a conferência, em 2000, Carneiro (2002) relata a importante participação da “Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban”, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país, que ofereceram à Conferência contribuições originais as quais sensibilizaram várias delegações governamentais de países da América Latina (CARNEIRO, 2002). A autora ressalta o protagonismo dos afrodescendentes das Américas com a aprovação da redação que compôs o documento final da Conferência em que consta o “reconhecimento dos países da região das Américas e de todas as outras áreas da diáspora africana, da existência de sua população de descendência africana” e de todas as contribuições feitas por esta população, além da persistência do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância a esses povos (CARNEIRO, 2002, p.212).

É nesse sentido que as mulheres negras têm marcado historicamente as lutas específicas do movimento negro, instituindo

na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2003a, p.3).

A reivindicação do sujeito político mulher negra pelas ativistas trouxe para o centro de debates contemporâneos conceitos e teorias produzidas por essas mulheres negras que antes estavam às margens das teorizações feministas, como frisa Rodrigues (2013). Essa mudança, especialmente após a Conferência de Durban, fez com que ativistas e acadêmicas feministas adotassem de vez a interseccionalidade como ferramenta de análises que “desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais” (RODRIGUES, 2013, p.1).

A perspectiva interseccional também pode ser vista na proposta de um feminismo descolonial, da filósofa feminista nascida na Argentina María Lugones (2014), que propõe descolonizar²⁷ o gênero. A colonialidade de gênero, definida por Lugones (2014, p.941) como “a opressão de gênero racializada capitalista”, apresenta a necessidade de descolonizar o gênero porque “diferente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014, p.939). Essa perspectiva mostra a inclusão do eixo racial como marcador de desigualdade no grupo social feminino, tendo em vista o fato de a mulher colonizada não ser vista como sujeito (LUGONES, 2014). Exemplo disso é como a desigualdade de raça entre as mulheres não ficou relegada ao cenário da escravidão, mas (re)configura-se continuamente, como no mercado de trabalho, no caso das “babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital -, e são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono” (ALMEIDA, 2018, p.145). É nesse sentido que a pesquisadora propõe caminhos para se deslocar metodologicamente dos feminismos das mulheres negras para o feminismo descolonial, em que se “decreta uma crítica à opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p.940).

²⁷ A noção de colonialidade utilizada por Lugones (2014) é nomeada por Quijano em termos de “colonialidade de poder”, entendida como “a forma específica que a dominação e a exploração adquirem na constituição do sistema de poder mundial capitalista” (QUIJANO, 1991, apud LUGONES, 2014, p.939).

A conceituação de Lugones (2014) é pensada no contexto dos países da América Latina e ilustra as emergências dos atuais feminismos, que também são estudados por Sonia Alvarez (2014) em trabalho que repensa as dinâmicas e mudanças dos feminismos no Brasil e na América Latina, a partir de entrevistas com atuais feministas, conhecidas como “feministas jovens”. Ao conversar com dezenas de ativistas feministas entre 2013 e 2014, em Belo Horizonte, São Paulo, Minas Gerais, Florianópolis, Rio de Janeiro e Bahia, a autora fala sobre os diversos sujeitos feministas que se autointitulam “anticapitalistas ou negras ou *queer*”, e que atuaram nos multifacetados movimentos de protesto no país²⁸ (ALVAREZ, 2014, p.34). Dentre os depoimentos ouvidos por Alvarez (2014) sobre o que é o feminismo, a socióloga destaca o de uma militante da Coletiva Vadias do Desterro, de Florianópolis, que diz “o meu feminismo é um feminismo interseccional, anticapitalista, antirracista, um feminismo do faça você mesma, um feminismo de criar seus espaços” (ALVAREZ, 2014, p.35). Essa declaração enfatiza o que Alvarez (2014) conclui acerca do feminismo atual, que é um feminismo contra todas as opressões na sociedade, com autoras “heterogêneas”, que abarcam “todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo” (ALVAREZ, 2014, p.41). Dessa forma, o movimento é marcado pela participação de sujeitos que se identificam com o campo feminista e, a partir de pautas grupais, promovem os “processos de descentramento no interior desses feminismos plurais” (ALVAREZ, 2014, p.41).

É, pois, dentro desse universo complexo e diferenciado do “feminismo jovem”, como assevera Alvarez (2014, p.41), que também o movimento de mulheres negras seria hoje constituído por várias vertentes (ALVAREZ; BAIROS, 2012), inclusive formadas por mulheres, homens, pessoas trans, que se intitulam feministas negras (ALVAREZ, 2014). Essa perspectiva deixa entrever a constituição de feminismos que atraem sujeitos pela identificação, e a partir da organização, conseguem pautar demandas específicas de cada grupo, que não são iguais, mas podem ser engendradas pelos feminismos plurais ou interseccionais, como pontua a filósofa feminista Djamila Ribeiro (2018). Ribeiro (2018) enfatiza a impossibilidade de se considerar um movimento feminista que

²⁸ Alvarez (2014) faz referência aqui às Jornadas de Junho de 2013 e aos movimentos posteriores anti-Copa Mundial do 2014 e, depois, anti-olimpíadas 2016.

represente todas as diversidades e demandas das mulheres no país e, portanto, a necessidade de vários feminismos, de um “movimento feminista interseccional, para dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. [...] que, para além da opressão de gênero, sofre outras opressões, como racismo, lesbofobia” (RIBEIRO, 2018, p.47).

Os feminismos interseccionais, como coloca Ribeiro (2018), são representados por grupos específicos que questionam e abalam as relações hierárquicas de poder, para interrogar o modo como o racismo se articula com o sexismo, o classismo, o patriarcalismo, o capitalismo, enfim, os mais diversos meios de opressão para produzir desigualdades e causar mortes. Essa visão, construída a partir das lutas de tantas militantes, consistiria assim na possibilidade de grupos sociais separados e discriminados, como mulheres trans, lésbicas, bissexuais, trabalhadoras do sexo, *queers*, unirem forças e, a partir de cada lugar, compartilharem experiências de subordinação e privilégios, a fim de combaterem as violências e desigualdades no mundo atual.

De fato, todos esses debates em torno dos feminismos buscam nomear as mudanças desses movimentos, que emergem continuamente a partir de questionamentos de não identificação de sujeitos, como o de Sojourner Truth que, igualmente às mulheres colonizadas nas Américas, não é vista como mulher.

Na tentativa de continuar refletindo sobre as intersecções que atravessam a vida das mulheres negras brasileiras, buscamos agora compreender como alguns eixos de subordinação contribuem especialmente para os assassinatos dessas mulheres.

1.4 DO FEMINICÍDIO AO *FEMIRRACÍDIO*

O número de denúncias de crimes contra mulheres na Ciudad Juárez, no estado de Chihuahua, México, em 1993, despertou a atenção da mídia e da população que viam crescer uma série de assassinatos brutais, com cadáveres de jovens mulheres trabalhadoras das fábricas da região, encontrados com marcas de torturas e violências sexuais (FALQUET, 2015). O contexto desses assassinatos passou a ser estudado e investigado por comissões especiais nacionais e internacionais, como aponta Lagarde (2004), as quais chegaram à

conclusão, em 1999, que a ausência do Estado na proteção das mulheres causou a insegurança e os diversos assassinatos, além de deixar impunes os autores dos crimes.

Nos anos seguintes, comissões e feministas empenhadas em compreender a natureza dos assassinatos não só de Ciudad Juárez, mas em todo o México formaram a “*Comisión Especial para Conocer y dar Seguimiento a las Investigaciones Relacionadas con los Femicidios en la República Mexicana y a la Procuración de Justicia Vinculada*”, em 2004, para dar continuidade às investigações sobre assassinatos de mulheres em todo o país, já que só naquele ano, 1.205 meninas e mulheres haviam sido assassinadas (LAGARDE, 2009). A Comissão Especial, formada pela antropóloga e etnóloga Marcela Lagarde, ajudou a compreender os assassinatos ocorridos ao longo dos anos de 1993 a 2004, nomeando-os como *femicidios*. O resultado de todo o trabalho de investigação, feito a poucas mãos, como ressalta Lagarde (2009), foi apresentado como projeto de Lei em 2005, e deu ensejo a *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*, em 2007.

Nesse cenário, o termo *femicidio* foi empregado por Lagarde (2004) para configurar “o genocídio contra as mulheres que acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem ataques contra a integridade, a saúde, as liberdades e a vida das mulheres” (LAGARDE, 2004, p.9, tradução nossa)²⁹. A proposição do conceito surge a partir do trabalho teórico e empírico das estudiosas Radford e Russell (1992), que criaram o termo *femicide*. A categoria *femicide* foi citada pela primeira vez pela feminista Diana Russell, em 1976, em um Tribunal Internacional sobre Crimes Contra as Mulheres, em Bruxelas, na Bélgica (RADFORD, 1992). Depois, em 1992, o termo é explicado pelas autoras Radford e Russell que compilam no livro *Femicide: the politics of woman killing* uma série de estudos sobre as mortes violentas de mulheres que incluíam questões patriarcais, misóginas, midiáticas, racistas e homofóbicas como elementos que contribuíram para esses assassinatos, sendo a obra um marco mundial para os estudos sobre o assunto.

²⁹“el *genocidio* contra mujeres y sucede cuando las condiciones históricas generan prácticas sociales que permiten atentados contra la integridad, la salud, las liberdades y la vida de las mujeres” (LAGARDE, 2004, p.9).

É nessa coletânea que *femicide* é definido como o “assassinato misógino de mulheres por homens, uma forma de violência sexual” (RADFORD, 1992, p.3, tradução nossa)³⁰ e entendido como a maior expressão da violência contra mulheres, já que configura o último ato de um *continuum* de violências contra mulheres. Em texto da mesma coletânea, Caputi e Russel (1992) explicam do que se trata esse *continuum*:

Femicídio é o extremo fim de terror anti-feminino que inclui uma variedade enorme de abuso verbal e físico, tais como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente na prostituição), incestos e abuso sexual infantil extrafamiliar, agressão física e emocional, assédio sexual (pelo telefone, nas ruas, no escritório, na sala de aula), mutilação genital (clitoridectomias, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomias gratuitas), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (pela criminalização da contracepção e do aborto), psicocirurgia, negação de alimentos para mulheres em algumas culturas, cirurgias estéticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que essas formas de terrorismo resultam em morte, eles se tornam femicídios (CAPUTI; RUSSEL, 1992, p. 15 - tradução nossa)³¹.

A partir dessa definição, Lagarde (2004) traduz o termo *femicide* para o espanhol, como *feminicidio*. Embora a estudiosa reconheça que a tradução mais próxima de *femicide* seja *femicidio*, não o faz por se tratar de um termo análogo a *homicidio*, que significaria apenas a morte de mulheres, excluindo assim perspectivas políticas que o conceito poderia expressar, bem como o *continuum* de violências. Nessa perspectiva, para Lagarde (2004), *feminicidio* denota não só o assassinato de mulheres, mas critica a incapacidade e a omissão do Estado em investigar, processar e punir os responsáveis pela violência de gênero contra mulheres, responsabilizando-o por esse crime.

O feminicídio é moldado pelo ambiente ideológico e social do machismo e da misoginia, da violência normalizada contra as mulheres e por ausências legais e políticas governamentais, que criam condições de vida

³⁰ “the misogynous killing of women by men, is a form of sexual violence” (RADFORD, 1992, p.3).

³¹ “Femicide is on the extreme end of a continuum of anti-female terror that includes a wide variety of verbal and physical abuse, such as rape, torture, sexual slavery (particularly in prostitution), incestuous and extrafamilial child sexual abuse, physical and emotional battery, sexual harassment (on the phone, in the streets, at the office, and in the classroom), genital mutilation (clitoridectomies, excision, infibulations), unnecessary gynecological operations (gratuitous hysterectomies), forced heterosexuality, forced sterilization, forced motherhood (by criminalizing contraception and abortion), psychosurgery, denial of food to women in some cultures, cosmetic surgery and other mutilations in the name of beautification. Whenever these forms of terrorism result in death, they become femicides” (CAPUTI; RUSSEL, 1992, p. 15).

inseguras para as mulheres, põe em perigo a vida e favorece conjunto de crimes que precisamos esclarecer e eliminar (LAGARDE, 2004, p. 10, tradução nossa)³².

Diante da breve explanação desses conceitos, percebemos que a principal diferença entre *femicide* e *feminicidio* consiste no viés fortemente político deste último, baseado no contexto de violência mexicana e latino-americana em geral, configurando o ato como “um crime de Estado” (LAGARDE, 2004). A propósito, foi seguindo esse ponto de vista, que a legislação brasileira adotou o termo oficialmente em 2015 com a promulgação da Lei do Feminicídio (11.104/2015).

Apesar da diferença entre *femicide* e *feminicidio*, ambas as noções apontam para situações de vulnerabilidade vivenciadas por mulheres, que são resultado das desigualdades entre gêneros, sustentadas pelo patriarcalismo e baseadas em crenças machistas e misóginas, principais causas desse tipo de assassinato. Ao destacar a importância do trabalho de Radford e Russell (1992), Segato (2006, p.3) salienta que a teoria do feminicídio politiza os homicídios de mulheres ao enfatizar “o sistema no qual o poder e a masculinidade são sinônimos e impregnam o ambiente social de misoginia”, fazendo com que nesse ambiente seja “atribuído menos valor à vida das mulheres e haja uma propensão maior de se justificar os crimes contra elas” (SEGATO, 2006, p.3, tradução nossa)³³.

Ademais, Segato (2006) também ressalta a importante função que a noção feminicídio teve ao caracterizar esses crimes como crimes de ódio, assim como os dolos racistas e homofóbicos. Seguindo o ponto de vista da autora, podemos dizer que o conceito fez com que violências contra mulheres fossem demarcadas na sociedade, nos meios de comunicação e no judiciário como resultado de crenças patriarcais e misóginas e não mais como mais um homicídio.

Na esfera jurídica, em especial no Brasil, a criminalização do feminicídio a partir da Lei do Feminicídio (11.104/2015) nomeou a violência decorrente da desigualdade entre gêneros em desfavor das mulheres, reconhecendo

³² “El *feminicidio* se conforma por el ambiente ideológico y social de machismo y misoginia, de *violencia normalizada* contra las mujeres, y por ausencias legales y de políticas de gobierno lo que genera condiciones de convivencia insegura para las mujeres, pone en riesgo la vida y favorece el conjunto de crímenes que exigimos esclarecer y eliminar” (LAGARDE, 2004, p. 10).

³³ “[...] un sistema en el cual poder y masculinidad son sinónimos e impregnan el ambiente social de misoginia. [...] se atribuye menos valor a la vida de las mujeres y hay una propensión mayor a justificar los crímenes que padecen” (SEGATO, 2006, p.3).

“juridicamente uma forma de violência extrema praticada contra mulheres e, por isso, simbolicamente importante”, conforme defende Campos (2015, p.114). Longe de violar o princípio da igualdade, “a qualificadora nomina diferenciadamente a motivação de um comportamento feminicida ocorrido em uma circunstância específica” (CAMPOS, 2015, p.113). Isto é, especifica as motivações dos crimes contra mulheres com base nas condições sociais de disparidades entre gêneros no país.

É nessa perspectiva que se pode afirmar que as contribuições das conceituações *femicide* e *feminicidio* na categorização dos assassinatos de mulheres representam um divisor de águas para as lutas por equidade entre gêneros em todo o mundo. Para além de uma simples categorização, o emprego político do termo feminicídio no Brasil permite lançar um olhar para milhares de assassinatos em razão de gênero em todo o país e elucidar caminhos para a reversão da 5ª posição que o país ocupa no *ranking* internacional dos 83 países que mais matam mulheres (WASELFISZ, 2015).

Contudo, ao passo que feminicídio põe em relevo os assassinatos em razão de gênero, encobre, por outro lado, os provenientes da intersecção desse marcador com raça e, na grande maioria das vezes, com classe social. Essa afirmação é feita ante as especificidades dos assassinatos de mulheres negras no Brasil, no qual tão importante quanto o papel da misoginia nesses crimes, é a atuação do racismo e também do classismo, elementos que junto ao gênero particularizam os assassinatos de mulheres negras. Essa particularidade é mostrada pelas diferenças nos índices de assassinatos entre negras e não negras, que ilustram a diferença percentual entre as taxas de vítimas nos dois grupos de mulheres. O Mapa da Violência 2015 nomeia essa discrepância como índice de vitimização negra, e mostra que, em 2003, morriam assassinadas 22,9% mais negras dos que não negras, índice que passou para 66,7% em 2013 (WASELFISZ, 2015).

Diante desses dados e em consonância com a afirmação de Segato (2006) acerca do valor da vida das mulheres, notamos como as vidas das mulheres negras têm menos valor na sociedade brasileira quando comparada às das mulheres não negras. Logo, tratar esses assassinatos de maneira generalizada pode contribuir para a continuidade da ocultação desse problema em nossa

sociedade. De maneira análoga, é como se ainda acreditássemos em um feminismo “universal”, como pontua Carneiro (2003b),

o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003b, p.118).

É, portanto, a partir desse contexto político, histórico, cultural e ideológico que propomos o termo *femirracídio*, que pretende nomear os assassinatos de mulheres ocasionados pela intersecção das discriminações provenientes, principalmente, dos eixos de opressão gênero e raça e, ainda, de outros mais que a esses se combinam, como a classe social. A sugestão do vocábulo é inspirada na palavra feminicídio, formada a partir do radical da Língua Portuguesa “*fem*” (do latim *femina.ae*) mais o sufixo “*cídio*” (do latim *-cidium*) (PRIBERAM, 2019). De maneira análoga, *femirracídio* parte da combinação dos radicais da Língua Portuguesa “*fem*” (do latim *femina*), que se refere à feminino, e “*rac*” (do italiano *razza*), que se refere à raça, mais o sufixo “*cídio*” (do latim *-cidium*), que exprime a ação que provoca morte, como nas palavras homicídio, suicídio, infanticídio.

A proposta de uma terminologia específica para esse tipo de assassinato é decorrente do entendimento de que a experiência das mulheres nas relações globais de poder é marcada pela diferença, diferença que “categoriza” essas existências em “mulher de classe trabalhadora”, “mulher imigrante” (BRAH, 1996) e, especialmente, no caso do nosso *corpus*, “mulheres negras de classes empobrecidas”, ou seja, marcadas fortemente pelas opressões de gênero, raça e classe. A escolha pelos marcadores gênero e raça na conceituação do *femirracídio* tem relação com a diferença no “valor da vida das mulheres” (SEGATO, 2006), que é visível na discrepância entre os índices de assassinatos de negras e não negras. Lembremos que, em números absolutos, tivemos um aumento de 60,5% entre os anos de 2007 e 2017 de feminicídios de mulheres negras no Brasil; e o número de assassinatos de mulheres negras é três vezes maior do que o de não negras no ES (IPEA/FBSP, 2019a, p.38). Já a inclusão do eixo classe social é motivada pela presença acentuada desse marcador em nosso *corpus*, que apenas confirma o

que já foi descrito e ressaltado por várias militantes e diversos movimentos ao longo da história, como discutido no capítulo anterior.

É claro que também concordamos com Brah (1996) que cada existência do ser mulher assume um significado específico nos discursos sobre essas diferenças, formados a partir de trajetórias históricas e experiências culturais particulares, e que as experiências nas relações de poder são tão diversas quanto as existências. Isso significa que a opção pela intersecção desses eixos não exclui os outros mais que a eles se combinem para culminar nos assassinatos dessas mulheres. Esse ponto quer enfatizar que não lidamos com um fenômeno com combinações rígidas, já que há assassinatos em nossas notícias, por exemplo, causados pelas combinações de gênero, raça, classe social e drogadição e, outras, observadas por Tomazi (no prelo), pela combinação de gênero e raça. Em resumo, entendemos que o *femirracídio* acontece quando o gênero, a raça e, muitas vezes, a classe social se interseccionam e constroem condições relevantes para que assassinatos de mulheres ocorram, podendo a eles se combinar outros eixos de opressão os quais podem acentuar ainda mais a situação de vulnerabilidade dessas mulheres, como quando um homem mata uma mulher, negra, pobre e que está desempregada.

Nessa perspectiva, assumimos que um dos principais objetivos para a sugestão desse termo é político, com intuito de destacar na sociedade que esses assassinatos são geralmente provenientes do sexismo, do machismo, do patriarcalismo, do racismo e também do classismo, do etarismo que se combinam e tornam mais difícil e abreviada a vida das mulheres negras. Esse intuito político inclui não apenas chamar a atenção para o problema, nomeando-o, mas deseja mover novas pautas para a promoção de políticas públicas, discussões, ações acadêmicas e debates em torno dos privilégios que alimentam essa realidade. Essas motivações são guiadas pelo trabalho de Lagarde (2004), a qual menciona que o silêncio social contribui para o feminicídio, na medida em que se acredita na ideia de que existem problemas mais urgentes. Logo, entendemos que abordar pontualmente esse problema, nomeando-o como uma problemática específica, pode ajudar a atrair a atenção da sociedade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de políticas direcionadas para isso. É nesse sentido que

insistimos na necessidade da ênfase, no mesmo patamar³⁴, dos eixos gênero e raça e, também, da classe social no tocante à violência contra mulheres negras, para podermos investigar detalhadamente a “subordinação de mulheres racialmente marcadas”, a fim de “desenvolver intervenções e proteções mais eficazes” (CRENSHAW, 2002b, p.177).

A proposição dessa terminologia carrega ainda o desejo de “decolonizar o poder da ação criativa no esforço da superação do conhecimento universalizante”, como defende Resende (2019), entendendo que, como analista crítica do discurso latino-americana, é necessário “reagir” a esse “conhecimento universal”, pensando especificamente a problemática dos assassinatos de mulheres negras no Brasil – especialmente no ES –, apesar de ocupar um “espaço academicamente subalterno” (RESENDE, 2019, p.42).

É preciso também comentar sobre os perpetradores preferenciais desse crime que, de maneira geral, situam-se em duas perspectivas: a primeira, abordada neste trabalho, tem características individuais, sendo os criminosos parceiros ou ex-parceiros íntimos das mulheres. Essa definição é baseada na noção de feminicídio íntimo de Russel (2001), entendida como o assassinato cometido por um companheiro da mulher. As circunstâncias desse crime são diversas, podendo ocorrer no ambiente doméstico e familiar, mas também em espaços públicos, já que o percentual de agressões às mulheres negras é distribuído nesses espaços de maneira similar, 42% em casa e 41% na rua (DATAFOLHA\FBSP, 2017, p.14). A título de comparação, a vitimização das mulheres não negras é de 47% em casa, e 34% em locais públicos (DATAFOLHA, 2017, p.14).

Contudo, nem sempre o perpetrador é um indivíduo, mas pode ser uma instituição. Isso ocorre nos casos em que há combinação de diversos problemas, como tráfico de drogas, prostituição e desemprego, os quais indicam ainda mais a ausência do Estado na garantia dos direitos fundamentais às mulheres negras, uma vez que, em grande parte dos casos, a situação de vulnerabilidade ocasionada por essas opressões não é uma escolha, mas decorrente da ausência

³⁴ Rarford e Russell (1992) e Lagarde (2009) também reconhecem que ao gênero podem articular-se outras formas de opressão, como classismo, racismo, discriminação etária e étnica, para a promoção do feminicídio. Contudo, ainda assim, na teorização das autoras, a opressão ao gênero feminino ganha destaque em relação às outras explorações, disputando o eixo “raça” espaço com outros marcadores de desigualdades.

de direitos sociais às cidadãs. Segundo a pesquisadora Juliana Borges, autora do livro *Encarceramento em Massa*, entre 2006 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou em 567,4%, sendo que 67% dessas mulheres são negras (BORGES, 2019). Além disso, a autora mostra que 62% dessas mulheres estão presas por crimes relacionados às drogas, mas que isso não significa serem chefes das facções, pelo contrário, muitas vezes estão presas pela conduta dos parceiros ou familiares ou por encontrarem na venda de drogas a garantia da sobrevivência da família (BORGES, 2019). Em um levantamento feito pelo Ministério da Justiça acerca da população feminina carcerária no Brasil, no estado do Espírito Santo, 70% das mulheres em privação da liberdade são negras em comparação com 28% brancas (INFOPEN MULHERES, 2018, p.42).

Isso mostra que o *femirracídio* pode ser provocado por um conjunto de atitudes discriminatórias em instituições públicas governamentais e/ou empresas privadas e não apenas por indivíduos. Essa perspectiva também é inspirada nas constatações de Russel (2001), que expõe o caráter social do feminicídio causado por atitudes misóginas em instituições sociais, como quando milhares de mulheres morrem em abortos fracassados ao não terem reconhecido o direito de escolherem não ser mães. Na mesma esteira, entendemos que há *femirracídio* decorrente da omissão do Estado e do tratamento discriminatório em instituições públicas, nas quais pessoas de classes empobrecidas são vítimas de sexismo e racismo institucional³⁵. Essa afirmação tem por base o trabalho de Werneck e Iraci (2016), que discutem os assassinatos das mulheres negras provenientes do mal atendimento no sistema de saúde brasileiro. As autoras retomam dados divulgados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), nos quais 62,8% dos óbitos maternos são de mulheres negras, e afirmam que “a maioria dessas mortes estão

³⁵ A partir da conceituação de racismo institucional de Carmichael e Hamilton (1967, p.4), -“falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” -, Werneck (2016) define racismo institucional como um “mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva de grupos racialmente subordinados - negr@s, indígenas, cigan@s, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana” (WERNECK, 2016, p.17).

diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde (WERNECK; IRACI, 2016, p.20). Inclusive, isso poderia ser evitado com assistência pré-natal por meio de consultas e exames físicos e laboratoriais, com a prestação de serviços de qualidade e sem discriminação em todo o país (WERNECK; IRACI, 2016). Ou seja, conforme pontuam Prado e Sanematsu (2017, p.63), “o racismo não só torna as mulheres [negras] mais vulneráveis à violência como também – em sua faceta institucional – faz dos serviços do Estado agentes revitimizadores”.

Toda essa argumentação mostra que, assim como o *femicide*, o *femirracídio* é também resultado de uma sequência de violências as quais as mulheres negras são submetidas diariamente e que, seja nas relações íntimas ou institucionais, a manutenção ou a interrupção desse *continuum* é de responsabilidade do Estado. Contudo, diferente do que Caputi e Russel (1992) definem sobre o feminicídio ser o “extremo fim” de uma sequência de várias formas de violências, acreditamos que, algumas vezes, o assassinato pode não configurar o fim das violências para as mulheres negras, pois mesmo após a ação letal, elas ainda podem ter suas memórias violentamente agredidas pelos meios de comunicação, caso se tornem notícia. Essa afirmação é feita com base no que apontam Prado e Sanematsu (2017) acerca da revitimização das mulheres na mídia, as quais são vítimas de um “linchamento moral” que colocam em xeque a sua moral e causa sofrimento dos seus familiares; e também no que constatamos durante o estudo do nosso *corpus* (que será discutido nos Capítulos 4 e 5). Nessa perspectiva, todas as vezes que essas mulheres têm suas memórias violentadas pela mídia, o *continuum* de violências do *femirracídio* é perpetuado.

CAPÍTULO 2 MULHERES, VIOLÊNCIAS E ANÁLISES DE DISCURSOS DAS MÍDIAS

Neste capítulo, buscamos refletir sobre a tematização das violências contra mulheres na imprensa jornalística por meio da revisão de diversas pesquisas destinadas à compreensão da representação desse crime nos meios de comunicação.

Esse propósito é iniciado com discussões acerca do agendamento de crimes de gênero pela mídia de maneira geral e, em seguida, enfatizada a representação das violências contra mulheres negras nos meios de comunicação de modo específico. Com esse percurso pretendemos destacar que as discrepâncias causadas pelos marcadores raça e classe social entre mulheres também se fazem presentes na cobertura jornalística que pode atuar (re)produzindo preconceitos. Para então compreendermos como o discurso midiático pode (re)produzir preconceitos na sociedade, seguimos com reflexões pautadas nos estudos sobre sexismo e racismo da Análise Crítica do Discurso. Nessas discussões, enfatizamos os trabalhos da vertente Sociocognitiva do Discurso com a apresentação das estruturas e estratégias discursivas que servirão de base para análise crítica das notícias desta tese e, em seguida, discorreremos brevemente sobre a representação dos atores sociais na perspectiva semiótica, que também será aparato para a compreensão das narrativas jornalísticas.

Por fim, apresentamos as questões metodológicas deste trabalho e a seleção das categorias discursivas que serão utilizadas no desenvolvimento das análises.

2.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NOS JORNAIS

A violência contra mulheres como tema de debate nas sociedades intensificou-se na década de 1960, a partir de quando essa problemática passou a ser enfatizada pelos movimentos feministas e pelas estudiosas e discutida em diversas esferas, como no trabalho, na família, na sociedade em geral e também

na mídia jornalística³⁶ (NADER, 2014). É especialmente neste último campo, como assevera Nader (2014), que os casos de violências contra mulheres tomavam as páginas dos jornais no Brasil, no século XX, e, em geral, retratavam “crimes de paixão” como algo “natural”. Contudo, um fato ocorrido em 1976 torna-se um marco histórico na visibilidade da temática na sociedade brasileira, bem como no agendamento dessa violência pela mídia: o assassinato de Ângela Diniz, *socialite* assassinada pelo companheiro Doca Street (NADER, 2014). A absolvição do assassino sob alegação de defesa de “honra masculina” gerou grande revolta na população, que pressionou um novo julgamento, resultando na condenação do assassino três anos depois (NADER, 2014). Esse crime foi o estopim para que milhares de pessoas fossem às ruas na campanha “Quem ama não mata”, na década de 1980, em protesto contra a impunidade dos agressores (NADER, 2014).

A partir desse acontecimento, as violências contra mulheres passaram a ser noticiadas pelos jornais em todo país, entretanto, apesar do papel denunciante e investigativo exercido pelos meios de comunicação na retratação desse problema, as notícias veiculadas pela imprensa não deixaram de representá-lo de maneira sensacionalista e reproduzir preconceitos de gênero. Lage e Nader (2013) apresentam essa reflexão a partir da comparação da cobertura de jornais brasileiros de casos de violências contra mulheres nos séculos XX e XXI, na qual observam que as narrativas variam de maneira explicitamente preconceituosa, como no jornal *O Correio Paulistano*, em 1905, que se refere a uma mulher agredida por um homem como “uma dengosa mulata, abundante de formas e de seduções”, para um preconceito mais velado, quando em 2010 a imprensa noticia o feminicídio de Elisa Samúdio, enfatizando a “condição de garota de programa da vítima e, inclusive, o fato de ela já ter trabalhado em um filme pornográfico” (LAGE; NADER, 2013, p.310).

Embora seja nítida a alteração na cobertura da temática pela imprensa ao longo dos séculos, também é perceptível que a representação das mulheres nos meios de comunicação ainda é carregada de preconceitos, como sexismo e racismo. Isso é evidente não apenas nos jornais impressos, mas também na

³⁶ O uso dos termos mídia jornalística, meios de comunicação e imprensa são aqui feitos de maneira intercambiável para designar as instituições jornalísticas que difundem textos e discursos de diferentes gêneros jornalísticos (notícias, artigos, reportagens etc.) em diferentes meios (impresso, online, televisivo, radiofônico).

representação das mulheres na mídia em geral, como na televisão, no cinema, nas revistas e nas propagandas, estudadas em diferentes áreas, como na Comunicação Social (jornalismo e publicidade/propaganda), no Serviço Social, na Sociologia, na Psicologia, na História, no Direito, nas Letras e na Linguística. Dentre as diversas pesquisas realizadas nessas áreas, retomamos aqui estudos desenvolvidos a partir de 1990, que contribuem sobremaneira para o desenvolvimento desta tese.

De maneira geral, o interesse pelo estudo da mídia é motivado pelo fato de a linguagem jornalística ser um poderoso reconfigurador da realidade na medida em que constrói a representação de grupos e atores na sociedade, influenciando a percepção e compreensão das pessoas sobre o mundo (VAN DIJK, 2014). Essa visão de mundo reconstruída e propagada pelos meios, por sua vez, não é feita de maneira aleatória, mas segundo os interesses das elites simbólicas, que irão definir as agendas de debate na sociedade e também o tipo de conhecimento sobre alguns assuntos que serão difundidos para a população, conforme pontua van Dijk (2014). Segundo Bourdieu (2008), as elites simbólicas detêm um poder simbólico, que não é exercido com a força física, mas um poder invisível, reconhecido como legítimo pela sociedade. A mídia, por exemplo, tem o poder de reproduzir interesses de grupos dominantes (interesses políticos, econômicos) por meio da escolha de pautas, agendas e formas de representações e esse poder está justamente relacionado à legitimidade que locutores, jornalistas têm para falar. O fato é, segundo van Dijk (2014), que essa legitimidade constitui um poder sobre a sociedade, uma vez que a população recebe os discursos dominantes como confiáveis e pode (re)produzi-los em suas opiniões e atitudes cotidianas. Além do poder simbólico, a mídia pode ainda exercer a violência simbólica (BOURDIEU, 1991) por meio da imposição de uma visão de mundo, papéis sociais, estereótipos, quando, por exemplo, é enfatizada a profissão garota de programa para noticiar o assassinato de uma mulher pelo namorado, avaliando-a por meio dessa profissão.

Um exemplo que ilustra a atuação da mídia na representação da violência de gênero é a pesquisa publicada por Tomazi e Natale (2015), que identifica ideologias patriarcais em notícias impressas veiculadas no ES. Isso é notado em análises de escolhas lexicais que favorecem uma boa representação dos agressores; das justificativas baseadas nos vícios dos agressores que atenuam os

crimes; e da apresentação da violência de gênero como “crime passional”. Esses resultados, oriundos principalmente de análises quantitativas, apresentam um panorama geral de como a mídia capixaba pode ajudar na construção da “nossa visão da sociedade”.

As notícias na imprensa escrita são discursos públicos sobre eventos recentes que o periódico deseja tornar relevantes para leitoras(es) e partem de um produto comercial, por isso, os conteúdos e as estruturas desses textos devem ser atraentes para as pessoas que querem comprá-los (VAN DIJK, 2014). Isso está relacionado, segundo Traquina (2001), à capacidade de jornalistas em reconhecer quais acontecimentos devem ser transformados em notícia, ou seja, possuem “valor-notícia”, seguindo um conjunto de critérios de noticiabilidade, como “a notoriedade, o conflito, a proximidade geográfica” (TRAQUINA, 2001, p.31). A produção da notícia, por sua vez, estará relacionada à capacidade de agendamento da mídia, que pela “seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 1995, p.169). Esse “poder” de representação da realidade é enfatizado por Traquina (2001, p.30), que afirma que “as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento”.

A preferência por conteúdos como produtos comerciais, segundo van Dijk (2014), vai influenciar a agenda de debates que está diretamente relacionada aos interesses das empresas de comunicação e aos grupos e instituições dominantes que têm acesso preferencial à mídia (VAN DIJK, 1999). Logo, se se percebe uma sociedade com ideologias tradicionais, que defende a heterossexualidade e a propriedade privada, esses serão os motes dos discursos midiáticos, ao passo que a fome, a miséria e a luta por igualdade entre os gêneros serão temas pouco discutidos.

Da mesma forma, a ênfase constante na comunicação de um mesmo tema contribui para a aprendizagem acerca de acontecimentos na sociedade e é, então, uma forma de manipular a opinião pública (VAN DIJK, 2014). Por exemplo, se o objetivo é eleger um político que é a favor do porte de armas, notícias sobre insegurança, violência, homicídios farão parte da agenda midiática juntamente com a divulgação da necessidade de armar a população como solução para o problema.

De maneira análoga, se a intenção é minimizar a responsabilidade do Estado em relação aos altos índices de feminicídios, tais crimes serão noticiados como um ato particular e como uma “história de amor trágica” e não um problema social (TOMAZI, no prelo). Na pesquisa de Tomazi (no prelo) acerca de um caso de tentativa de feminicídio no ES, é discutido, por exemplo, como a notícia do suicídio do assassino, Jonas Amaral, o torna a figura principal das notícias ao passo que a vítima, Jane Cherubim, ocupa uma posição secundária, sendo que o crime cometido contra ela perde o valor-notícia. Isso mostra, ainda segundo a autora, que esses casos têm alto valor de noticiabilidade por causa do forte apelo junto ao público leitor, além de uma visão “passional” com base no espetáculo.

Pesquisas da década de 1990 nos Estados Unidos, como a da professora e jornalista Helen Benedict, também discutem como a representação das violências de gênero pela mídia jornalística podem interferir no modo como a sociedade interpreta esses dolos. No estudo publicado em 1992, a autora analisa a cobertura midiática de quatro crimes sexuais no país, ocorridos entre 1979 e 1989. A partir da identificação de diversas características das vítimas destacadas nas narrativas jornalísticas, que oscilam entre os polos de estereótipos de “mulher pura” e “mulher sedutora”, a professora mostra que os jornais refletem preconceitos de classe dos estadunidenses, que, somados a preconceitos sexuais e raciais, definem o motivo pelo qual alguns crimes são escolhidos em detrimento de outros e influenciam o modo como as vítimas e os suspeitos são retratados (BENEDICT, 1992). A raça é percebida como marcador relevante na representação das vítimas e implica o tratamento diferenciado da mídia sobre crimes que envolvem pessoas negras e brancas (BENEDICT, 1992). Nesse âmbito, a autora identifica um racismo duplo: violações de homens negros contra mulheres brancas são enfatizadas, enquanto estupros de mulheres negras são amplamente negligenciados.

As contribuições da professora ainda descrevem os principais “mitos do estupro” que são propagados pelos meios de comunicação: o estupro é um “ato sexual” e não prejudica a vítima para além disso; sendo o estupro um “ato sexual”, o perpetrador é alguém que não consegue conter seus desejos sexuais e, ainda, pode ser definido como doente; o estuprador é negro e de classe empobrecida; a mulher provoca e merece o estupro; apenas mulheres solteiras ou promíscuas são estupradas; o ataque sexual “suja” a vítima; o estupro é um castigo por atitudes

anteriores; só mulheres são estupradas e não podem ser perpetradoras do estupro; mulheres denunciam estupro para se vingarem dos homens (BENEDICT, 1992). Todos esses mitos, segundo Benedict (1992), produzem uma visão equivocada da violência sexual, fazendo com que algumas violações sejam mais “graves” e outras nem sejam consideradas violações a depender da legitimidade atribuída à vítima ou ao agressor.

De modo similar a Benedict (1992), Marian Meyers (1997) também pesquisa a cobertura de jornais nos Estados Unidos em casos de violência contra mulheres. No estudo, a pesquisadora mostra que a imprensa retrata mulheres com um discurso polarizado entre “virgem” ou “prostituta”, que contribui para a vitimização ou culpabilização das agredidas e negação do problema sistêmico enraizado na misoginia e no patriarcado (MEYERS, 1997). Assim como Benedict (1992), Meyers (1997) também critica a reprodução de mitos e estereótipos pela narrativa noticiosa que interfere no comportamento de cada gênero, como a advertência dos lugares que as mulheres podem frequentar ou não para evitarem ser violentadas, além do que vestir, como falar e agir socialmente, o que delinea os limites do comportamento aceitável e as consequências da transgressão. Por último, a autora também corrobora que a violência contra o gênero na representação midiática não está dissociada da raça e da classe social sendo, pois, a violência contra mulheres pobres e negras menos retratadas do que as contra mulheres brancas e de classe média (MEYERS, 1997).

Seguindo a mesma linha de pesquisa de Benedict (1992) e Meyers (1997), a socióloga Isabel Ventura (2014) faz um estudo sobre a cobertura da violência sexual em quatro jornais portugueses. Na pesquisa, a autora concluiu que as notícias reforçam papéis sexuais e reproduzem o que ela chama de “mitos da violação”, entendidos como “falsas crenças acerca de vítimas, agressoras/es (sic) e do próprio ato, que têm como base imagens estereotipadas de homens, mulheres, sexualidade e violência e desconhecimento sobre o fenômeno” (VENTURA, 2014, p.158). De maneira geral, os mitos sobre estupros reproduzidos nas notícias estudadas por Ventura (2014) são: agressores apresentados como monstros ou com disfuncionalidades sexuais/sociais; culpabilização das vítimas a partir da aparência física, do *status* social e do seu comportamento anterior à

agressão; conjugação do crime de estupro com outros crimes, como homicídio e roubos (VENTURA, 2014).

As semelhanças dos resultados desses estudos apontam para uma cobertura midiática estereotipada acerca da violência sexual que, mesmo em períodos históricos e culturas diferentes, pode manter-se praticamente inalterada. Algo semelhante acontece no Brasil, como mostra Carriço (2018) em estudo sobre a representação social de uma adolescente vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro, em 2016. Ao analisar notícias e comentários de internautas sobre o caso, a pesquisadora chega à conclusão de que os discursos das(os) jornalistas são fundamentados em crenças patriarcais e machistas ao representar a adolescente estuprada em discursos polarizados, nos quais se minimiza a culpa dos agressores e transfere a responsabilidade para a vítima (CARRIÇO, 2018).

Além dos “mitos de violação”, a reprodução de outras normas, valores e crenças relacionados às violências contra mulheres também são identificados em numerosos estudos sobre a mídia na Espanha. Nesta linha está Concha Fagoaga (1994), que destaca a função ideológica dos estereótipos acerca dos crimes de gênero. O “estado de abandonado” é um dos estereótipos mais frequentes encontrado nas notícias estudadas pela jornalista e se refere à nomeação da situação do marido agressor após a ruptura do relacionamento. Esse estereótipo, usado nas narrativas para explicar o crime, representa um desvio na comunicação, pois o crime é mostrado como uma ação “romântica” (FAGOAGA, 1994). Isso manifesta uma tendência em tornar a cobertura dos crimes de gênero um problema particular e não público, como discutido por Pilar López Díez (2002). A autora argumenta que desculpas de agressões, como alcoolismo, ciúmes, “crime de paixão”, estresse, problemas psicológicos são usadas para explicar o crime, sendo que um raciocínio muito simples destruiria esses estereótipos: “por que as mulheres, apesar do ciúme, do estresse, dos problemas psicológicos, da depressão [...], têm índices de agressão tão inferiores a eles?” (LÓPEZ DÍEZ, 2002, p.26)³⁷. A implicação dessa representação é a construção de um conhecimento equivocado acerca das causas dessa violência, já que quando se pergunta à

³⁷ ¿por qué las mujeres a pesar de los celos, del estrés, de los problemas psicológicos, la depresión [...], tienen índices de agresión mucho más bajos que ellos? (LÓPEZ DÍEZ, 2002, p.26).

população europeia as causas dos crimes de gênero, a imensa maioria credita a problemas de álcool, drogas, desemprego, e não às relações desiguais de poder entre homens e mulheres (LÓPEZ DÍEZ, 2002).

Em pesquisa posterior, Claudia Vallejo Rubinstein (2005) destaca o importante papel de alguns meios de comunicação espanhóis em dar visibilidade ao assunto, tornando “público” um problema ainda considerado “privado”. Contudo, a autora observa que tão importante quanto tornar visíveis os crimes contra mulheres é refletir sobre como isso será feito, já que a maioria dos trabalhos sobre essa cobertura ainda mostram discursos repletos de estereótipos de gênero (RUBINSTEIN, 2005). De maneira análoga, María Isabel Menéndez (2010) destaca que a evidência dada à violência de gênero pela imprensa foi alcançada às custas da qualidade das notícias, que são carentes de especialização de jornalistas.

A preocupação com a maneira como essa violência tem sido retratada na imprensa e como isso atua na manutenção do *status quo* na sociedade é também muito presente na literatura latino-americana. A partir dos termos “banalização” e “silêncio”, Teresa Cáceres (2003) mostra como essas duas estratégias são usadas para despolitizar a violência contra mulheres na imprensa escrita, de modo que essa prática oculta as estruturas de poder que tornam possíveis as violências. A primeira estratégia consiste basicamente em justificar os crimes com diversos motivos, como doenças, alcoolismo, paixão, vingança, tendo sempre como parâmetro o racional e o masculino; já a segunda, em dedicar pequenas notas ao assunto, utilizando o feminino como recurso privado e emotivo (CÁCERES, 2003). Em todas as duas situações, de acordo com Cáceres (2003), as mulheres seguem sendo sub-representadas, já que mesmo em casos de violências nos quais elas são o tópico central, a própria noção do “noticiável” não admite o sujeito mulher como protagonista.

Observamos, assim, que, via de regra, os meios de comunicação seguem estabelecendo uma relação de causalidade entre o comportamento das vítimas (passivas ou provocantes) e a violência; o uso de substâncias, como álcool e drogas pelo agressor e os dolos; além do tratamento dos crimes de gêneros como fatos “passionais”, o que coloca o problema em um universo privado. De modo não surpreendente, essas mesmas questões são apontadas em pesquisas sobre

discurso noticioso na Costa Rica (INAMU, 2013) e no México (MONTIEL, 2014), que, somados aos resultados dos trabalhos até aqui discutidos, ilustram uma reprodução prototípica de discursos midiáticos baseados em crenças patriarcais e misóginas.

Estudos brasileiros vão ao encontro do que tem sido identificado na América e na Europa no que se refere à reprodução de crenças patriarcais e sexistas. A professora Belmira Magalhães (2005) apresenta estudo que contemplou discursos de violências de gênero veiculados pela imprensa e entrevistas com vizinhas(os) de vítimas de violência doméstica e com as próprias vítimas, para compreender os efeitos que a narrativa midiática tem sobre o imaginário social. A autora concluiu que a reprodução de crenças de mulher submissa, virgem e fiel e de homem viril tem “permitidas” pela sociedade e naturalizadas pela imprensa algumas formas de violências, como controle da mulher com a proibição do uso de roupas, escolhas de emprego, diversões e cerceamento de algumas falas e comportamentos (MAGALHÃES, 2005).

Outro estudo muito relevante é feito por Blay (2003), que pesquisa como os assassinatos de mulheres eram tratados na mídia (televisão, rádio e jornal - jornais paulistas), nos Boletins de Ocorrência das Delegacias de Polícia e nos Processos Judiciais em cinco Tribunais do Júri da Capital São Paulo, acompanhando a temática nessas áreas de 1991 até o ano 2000. Nos resultados relativos à mídia, a autora apontou uma “recorrente dramatização romântica do amor passionnal, sobretudo na televisão e no rádio”, e ainda observou que o espaço destinado às notícias nos jornais, assim como aspectos da linguagem refletem a classe social da vítima e do agressor (BLAY, 2003, p.96). Apesar disso, Blay (2003) observa uma mudança na abordagem dos noticiários no decorrer dos anos pesquisados, que é a adoção de um perfil mais investigativo acentuado na última década do século XX.

Mudanças também são observadas pela jornalista e professora Sandra Azevêdo (2011) no estudo do agendamento jornalístico de dois casos de feminicídio na Paraíba, *Caso Cris* e *Caso Márcia*, ocorridos em 1990 e 1998, respectivamente. Nas análises, a autora nota, no primeiro caso, uma alteração na narrativa jornalística com a humanização do relato do assassinato de Cris, bem como a não culpabilização da vítima e, ainda, a discussão sobre a temática da

violência contra mulheres como realidade social (AZEVEDO, 2011). Por outro lado, no segundo caso, as notícias apresentaram estereótipos advindos de discursos policiais em relação às mulheres que atuavam como as principais testemunhas do assassinato (AZEVEDO, 2011). A professora observa que as discrepâncias entre as coberturas estão relacionadas às instituições políticas, como movimentos de mulheres, ONGs feministas, órgãos do governo, que interagiram com a prática jornalística e influenciaram a manutenção da temática nas notícias, bem como os rumos do desfecho dos casos (AZEVEDO, 2011). É importante ainda salientar que os dois casos estudados tiveram uma cobertura ampla ao longo de anos nos jornais pelo fato de os perpetradores serem considerados pessoas “socialmente influentes”. Essa observação é feita pela autora que, inclusive, reforça a afirmação de Blay (2003) para quem a cobertura dos assassinatos de mulheres pela mídia também se relaciona com o *status* social dos envolvidos. Isso é uma forte marca do classismo.

Embora observadas algumas mudanças positivas nas pesquisas de Blay (2003) e Azevedo (2011), não parece ser essa uma alteração em ascendência nas coberturas jornalísticas no Brasil no século XXI, especialmente no Espírito Santo, já que trabalhos desenvolvidos no Gedim, como o de Tomazi, Rocha e Ortega (2016), Tomazi (2017; 2019) e Demoner (2018) identificam narrativas com intensa reprodução de estereótipos de gênero. Em estudo sobre manchetes jornalísticas sobre violência contra mulheres em jornais do ES, Tomazi, Rocha e Ortega (2016) identificaram a manipulação ideológica por meio de análises de orações passivas, passivização e léxico ao empregar e/ou combinar essas estruturas e estratégias para amenizar ou, até mesmo, apagar a ação do criminoso. Os resultados apontaram que 43% de todos os títulos estudados atribuíam a violência ao comportamento da vítima, como em *“Pizzaiola apanha após ser vista com amigo”*, *“Surra após marido ver conversa no WhtasApp”* (TOMAZI; ROCHA; ORTEGA, 2016, p.54). Essa atitude, de acordo com as pesquisadoras, minimiza e legitima a ação do agressor, fazendo parecer que a mulher “mereceu apanhar” ou “sofrer outros tipos de agressão” (TOMAZI, ROCHA, ORTEGA, 2016, p.55).

Em continuidade a essa pesquisa, Tomazi (2017) estudou sintaticamente quatrocentos e cinquenta e oito (458) manchetes de notícias publicadas em 2013, analisando se essas estruturas construía uma representação social sexista,

patriarcal e machista da violência de gênero no ES. Nas análises, a autora percebeu que as manchetes com construção sintática passiva configuram uma estratégia que favorece o criminoso, já que, ao topicalizar a vítima, o jornal ameniza ou até mesmo apaga o agente. É importante dizer que algumas orações não precisam ter a estrutura sintática passiva para transmitir a ideia de passividade do agente, já que os atores podem, semanticamente, ter as ações ativadas ou apassivadas (VAN DIJK, 2012).

Essa perspectiva é corroborada ainda em trabalho posterior de Tomazi (2019), que mostra que os jornais continuam a exercer uma “cobertura noticiosa totalmente acrítica e estereotipada” com narrativas que reiteram estereótipos de dominação masculina, com base na naturalização de crenças como “defesa da honra” e “violenta emoção”. Esse tipo de cobertura é, segundo a autora, uma estratégia do jornal que aposta na narrativa como uma mercadoria e assim ignora completamente o ciclo de violência doméstica dos feminicídios. Além disso, a pesquisadora também afirma que, assim como a notícia, “a mulher é tratada como mercadoria, como objeto de posse do marido, companheiro ou ex-marido porque teve sua honra comprometida, porque bebeu, porque foi traído, porque não aceita o fim do relacionamento, porque é machista” (TOMAZI, 2019, p.215).

Por fim, os resultados apresentados por Demoner (2018) mostram como uma notícia escrita de maneira preconceituosa pode ajudar a reproduzir e/ou acentuar as crenças machistas na sociedade. Isso é notado a partir do estudo da notícia “*Mulher nega sexo e mata marido*”, que foi publicada pelo jornal *A Tribuna*, em maio de 2016, e depois compartilhada pela página feminista *Não me kahlo*, no *Facebook*, que teve o intuito de criticar a manchete escrita pelo jornal. Contudo, mesmo diante das críticas feitas pela página na rede social, a postagem foi comentada com vários discursos misóginos feitos por internautas, tais como: “*Se ela era casada, não ouve tentativa de estupro mesmo!*”; “*Estupro é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal. Sexo faz parte das obrigações matrimoniais*” (DEMONER, 2018, p. 91).

Todas essas pesquisas nos permitem compreender como os meios de comunicação podem difundir estereótipos e colaborar para a naturalização das violências de gênero que parecem ser vistas socialmente como reações aos comportamentos “afrontosos” das mulheres que não seguem os preceitos

patriarcais. Contudo, as crenças misóginas, machistas e sexistas reproduzidas pela imprensa e que atingem às mulheres podem ainda ser combinadas com outros tipos de preconceitos, como o racismo e o classismo, conforme mostrado brevemente neste tópico e que será tema da próxima discussão.

2.2 REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NA IMPRENSA

No artigo *Nossos feminismos revisitados*, de 1995, a ativista ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil, Luiza Bairros, faz uma crítica ao estereótipo de mulher negra reproduzido pela mídia. A autora relata que ao ver um quadro de culinária na televisão, despertou sua atenção o papel de uma jovem negra que executava em silêncio as atividades ordenadas por uma mulher branca (BAIRROS, 1995). No programa, segundo Bairros (1995, p.458), o estereótipo da “boa cozinheira foi redefinido pela redução da mulher negra ao papel coadjuvante, mesmo no limitado espaço imposto pelo racismo”, ou seja, o único papel a ela reservado em um quadro gastronômico na TV. Partindo do entendimento de que os meios de comunicação não apenas reproduzem as representações sociais já existentes na sociedade, mas também são “agentes que operam, constroem e reconstroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação” (CARNEIRO, 2003b, p.125), Carneiro (2003b) enfatiza o lugar central que a mídia ocupa na naturalização do racismo e do sexismo ao fixar a presença minoritária das mulheres negras em categorias específicas, como a mulata e a empregada doméstica.

Não por acaso, questionamentos sobre as imagens e lugares das mulheres negras na mídia têm movido a maioria das pesquisas e militâncias que buscam mudar não só a lógica da representação, mas também incluir representantes dos grupos marginalizados à frente da informação (CARNEIRO, 2003b). Trabalho importante feito por Collins (2000; 2004), nos Estados Unidos, identifica as representações de mulheres e homens afro-americanos na mídia de massa, filmes, vídeos, músicas, revistas, programas de televisão, publicidade, que resultam de ideologias raciais, de gênero e de classe dominantes, e sustentam o racismo. A autora enfatiza a importância da militância do pensamento feminista negro em criar

os próprios padrões e desconstruir os retratos das mulheres negras como “mães” dos filhos das patroas ou mulheres sexualmente agressivas, padrões que são explorados e comercializados pela mídia por meio de imagens que funcionam como controle da feminilidade dessas mulheres (COLLINS, 2004). O controle da feminilidade é feito, segundo a pesquisadora, porque, como matriarca, a mulher negra é representada como “desprovida de sexo” e, como libidinoso, tratada como objeto sexual, sendo essas crenças uma forma de manter as relações de poder desde os regimes coloniais. Para bell hooks (2015), a representação feminina negra na mídia influencia como as próprias mulheres se veem e como os outros grupos irão enxergá-las, por isso, não se trata apenas de questionar o problema, mas criar alternativas críticas capazes de transformar visões de mundo (BELL HOOKS, 2015).

Dos estudos sobre as imagens e representações de mulheres negras em noticiários, destacamos um dos trabalhos apresentados por Meyers (2013), na obra *African American Women in the News*, que numa perspectiva interseccional trata da representação das mulheres negras na imprensa, buscando compreender como os significantes gênero, raça, classe social e sexualidade moldam discursos da cobertura jornalística em relação a essas mulheres. Nessa pesquisa, a autora analisou como mulheres afro-americanas que sofreram violências em um evento de primavera anual chamado *Freaknik*, na cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, foram retratadas pela imprensa entre os anos de 1994 e 1996. Em razão da ausência de notícias sobre violências contra mulheres afro-americanas, a pesquisadora escolheu o *Freaknik* porque o grande aumento no número de estupros durante o evento parecia garantir que alguns casos dessa violência seriam noticiados (MEYERS, 2013). Contudo, isso não aconteceu, uma vez que os jornais representaram o evento de modo racista e classista ao culpar moradores locais e não estudantes pelos atos de violência e, ainda, sexista, não reconhecendo de imediato o assédio sexual como um problema (MEYERS, 2013). Para Meyers,

a comparação de moradores locais e estudantes nas notícias trabalha ideologicamente para afirmar valores e normas da classe média como remédio para a pobreza e o racismo, sustentando a crença de que o

sucesso e o fracasso dependem da iniciativa individual (MEYERS, 2013, p.99, tradução nossa)³⁸.

Nas poucas vezes em que a violência contra mulheres foi abordada pelos noticiários, Meyers (2013) observou que a imprensa minimizou a gravidade do crime, culpou as vítimas, representando-as como lascivas, e absolveu os autores. Este último ponto foi destacado pela autora ao mostrar que a adição do elemento “educação” aos homens negros foi associado à mudança de comportamento e ascensão social, mas o mesmo não eliminou a ideia de promiscuidade das mulheres negras. Em suma, Meyers (2013) concluiu que a cobertura noticiosa do *Freaknik* criminalizou homens negros quando o dano foi contra a propriedade, mas descriminalizou-os nas violências contra mulheres negras. Disso resulta o reforço das “advertências” sobre os perigos da transgressão das normas e comportamentos ditados pela sociedade, algo já apontado por Benedict (1992) e também pela própria Meyers (1997), o que nos faz perceber pontos semelhantes nas representações de diferentes grupos minoritários pela mídia.

Embora Collins (2004) e Meyers (2013) realizem pesquisas em áreas diferentes, ambas chegam a uma conclusão comum, que é a identificação do estereótipo de mulheres negras como promíscuas, ou seja, retratadas como “sedentas incansáveis por sexo”. Para as autoras, o impacto dessa visão para o imaginário social é que mulheres que são assim estereotipadas nunca são estupradas, pois sempre são responsáveis por “provocar” os instintos sexuais masculinos (COLLINS, 2004; MEYERS, 2013). Trata-se da imagem de um mal comportamento ligado a lapsos morais associados às mulheres negras e de classes empobrecidas, como acentua Meyers (2013), e ingrediente básico para o racismo e sexismo, conclui Collins (2004).

Os trabalhos de Collins (2000; 2004) e Meyers (2013) fazem parte das poucas pesquisas que contemplam especificamente a representação da violência contra mulheres negras em noticiários jornalísticos, uma vez que a maioria dos estudos encontrados versa sobre a imagem dessas mulheres de modo geral, na publicidade/propaganda, em telenovelas e em revistas, como a análise feita por

³⁸ “[...] the news’ juxtaposition of locals and students works ideologically to affirm middle class values and norms as a remedy for poverty and racism while supporting the belief that success and failure depend upon individual initiative” (MEYERS, 2013, p.99).

López (2010), na Espanha, sobre a construção cultural do corpo feminino negro no discurso publicitário.

Não diferente, também no Brasil são poucas as pesquisas que tematizam a violência contra mulheres negras em notícias jornalísticas de maneira específica, mas, por outro lado, há diversos trabalhos que tratam do racismo e das etnicidades nos meios de comunicação, como o estudo comparativo das produções jornalísticas entre Brasil e Estados Unidos, sob a perspectiva das relações raciais, de Conceição (2005); e a coletânea *Mídia e racismo*, organizada por Borges e Borges (2012), que integra vários trabalhos sobre as relações raciais na mídia. Na mesma linha está a coleção *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro* (MELLO, 2004), que traz um capítulo no qual se analisa como mulheres negras são retratadas em jornais, revistas e televisão. De autoria de Mello (2004), o estudo mostra que a vida das mulheres negras é sempre retratada a partir do sofrimento, com reforço de estereótipos e sensacionalismo em notícias jornalísticas, - sendo raramente apresentadas em reportagens -, e relacionadas a problemas com o racismo e nunca em situação de equilíbrio e sucesso, além do reforço de padrões de beleza europeus, no caso das revistas femininas. De maneira análoga à Mello (2004), Barbosa e Silva (2010) também observam que a presença das mulheres negras nas páginas jornalísticas das revistas femininas é construída sob “a forma de estereótipos como a mulata sensual, indivíduo exótico, pessoa que depende da ajuda da pessoa branca, bandida ou marginal, feia” (BARBOSA; SILVA, 2010, p.154), além de esporádicas aparições em matérias sobre temas do cotidiano (BARBOSA; SILVA, 2010).

O trabalho mais recente acerca da representação da violência de gênero na mídia é o desenvolvido pelo Instituto Patrícia Galvão em 2017, que apresenta uma análise da cobertura jornalística sobre feminicídios em mais de 2.500 notícias em todo Brasil, entre outubro de 2015 e março de 2016, mostrando que

O racismo, a discriminação a orientação sexual e a identidade de gênero e o preconceito de classe são gritantes. É muito comum ver matérias ilustradas por imagens sem nenhum tratamento exibindo corpos de mulheres negras dilacerados, vilipendiados pela crueldade da morte e a exposição midiática. No caso dos feminicídios de mulheres não negras isso ocorre em menor escala (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.170).

Outro ponto destacado no documento é o fato de os assassinatos de mulheres negras e de classes empobrecidas não serem acompanhados pela imprensa, além de enfatizar, ainda, a recorrência das imagens de homens negros suspeitos de cometerem os crimes como bandidos, sendo os não negros e de classe média ou alta retratados como pessoas de bom comportamento (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Das considerações dessas autoras, percebe-se que os meios de comunicação fracassam, apresentando uma visão estereotipada das mulheres negras, deixando ver os preconceitos sexistas e racistas. Em relação ao discurso racista, trata-se do que van Dijk (1999) chama de “racismo moderno”, o qual não é biologicamente fundamentado, mas pautado no que os outros fazem ou pensam e não como são, como a atribuição de problemas sociais aos negros. Na mesma esteira, Collins (2004) argumenta que vivemos um “novo racismo” que está diretamente relacionado à manipulação das ideologias dentro da mídia de massa, a qual implicitamente constrói a imagem de pessoas negras como um problema social.

A revisão desses trabalhos nos permite perceber a similaridade de alguns preconceitos contra mulheres negras e não negras, como a culpabilização das vítimas associada ao comportamento “transgressor” das mulheres. Por outro lado, as representações dos dois grupos diferem quando a presença das mulheres negras é fixada nos papéis polarizados e subalternos como matriarca ou libidinoso, como observou Collins (2004). É interessante pensar, aliás, como esses papéis são construídos em oposição às mulheres não negras e de classe média ou alta, atuando a mídia como reprodutora também das diferenças dentro do grupo mulheres. Essas discrepâncias, vistas num pequeno ângulo como a cozinha, conforme apresentado no início deste tópico, representam sim uma das cisões dentro desse grupo social, no qual o protagonismo da apresentadora branca só foi definido na relação com a subalternidade da ajudante negra, e vice e versa (BAIROS, 1995). Entretanto, ao ampliar a perspectiva, Bairos (1995) propõe olhar esse cenário como parte do contexto amplo das atividades desiguais desempenhadas pelos diferentes gêneros, e chega à conclusão: “numa sociedade racista, sexista, marcada por profundas desigualdades sociais, o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais?”

(BAIRROS, 1995, p.458). A resposta para essa pergunta é: a cozinha! Pois, ironicamente, é *no* e *a partir do* espaço desvalorizado da atividade doméstica que se constroem hierarquias e relações de poder.

2.3 ESTUDOS NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E PRECONCEITOS NA MÍDIA

A Análise Crítica do Discurso (ACD) surgiu como um projeto comum para estudar as relações de poder, dominação, discriminação e como tais se manifestam no discurso (MEYER, 2003). Dentro desse vasto campo de investigação, o interesse compartilhado entre os fundadores Ruth Wodak, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Siegfried Jäger é de estudar problemas sociais que são resultado das desigualdades de poder entre grupos, com especial ênfase para a reprodução discursiva das ideologias que mantêm essas disparidades.

De maneira específica, os trabalhos no campo da perspectiva crítica discursiva sobre o racismo na mídia têm sido desenvolvidos por van Dijk (1984; 1991), Wodak e Reisigl (2001), van Leeuwen (2008), entre outros. Inspirados por esses trabalhos e outros de natureza crítica feminista³⁹, pesquisadoras como Litosseliti (2002), Fernández Díaz (2003) e Lazar (2005) empreenderam pesquisas no viés crítico discursivo sobre preconceitos de gênero no discurso midiático, acentuando o olhar feminista no campo da ACD. Diante das contribuições que essas pesquisas oferecem para o desenvolvimento desta tese, discutimos, neste primeiro momento, os trabalhos sobre gênero para abordar depois, de maneira mais sistemática, outros que focalizam o racismo.

Na coletânea *Gender Identity and Discourse Analysis*, Litosseliti (2002) examina as maneiras pelas quais a identidade e os comportamentos pré-estabelecidos para gêneros estão presentes na construção de argumentos morais

³⁹ Situam-se aqui as pesquisas voltadas para a construção e representação das identidades de gênero na linguagem, de Cameron (1985, 1997, 2003); os trabalhos sobre as relações hierárquicas de poder e desigualdade marcadas nos estilos conversacionais de homens e mulheres, de Tannen (1996); e os estudos sobre Análise da Conversação e análise de discurso feminista pós-estruturalista, de Sunderland (2004; 2006).

em colunas de jornais. Litosseliti (2002) define argumentos morais como um processo de “argumentação que envolve avaliação explícita ou implícita de crenças morais (ideias e valores) e ideologias: aqueles que apelam para "certo" e "errado" em qualquer contexto social” (LITOSSELITI, 2002, p.132)⁴⁰. Para a autora, esse tipo de argumentação se baseia em ideologias naturalizadas e tem um poder de representação muito significativo, pois é capaz de produzir e sustentar identidades de gênero. Nos resultados apresentados, Litosseliti (2002) identifica argumentos classificados como reais, racionais e comprovados atribuídos a homens; e pessoais, sentimentais e emotivos, a mulheres. Além disso, nos argumentos definidos como masculinos, há uma ênfase em opiniões e valores de uma maioria coletiva, no intuito de garantir a adesão por meio da legitimação da tradição, do costume, da lei, da ordem e do senso comum; por outro lado, os femininos foram marcados pela individualidade e irracionalidade (LITOSSELITI, 2002).

É interessante pensar como essas representações nas colunas jornalísticas, baseadas em crenças e valores sociais, podem interferir na compreensão das pessoas em relação aos papéis dos gêneros nas sociedades. Em se tratando de violência de gênero, por exemplo, podemos refletir como esses estereótipos implícitos ajudam a perpetuar a ideia de que mulheres são dramáticas, impulsivas, insensatas, sendo tais “instabilidades” muitas vezes usadas para justificar as violências que elas sofrem; ao passo que homens, salvo em caso de alguma patologia, são apresentados como racionais, com “razões plausíveis” para a violência cometida.

A problematização da violência sexual na imprensa no âmbito das pesquisas críticas de análise do discurso, é feita por Fernández Díaz (2003) no estudo de notícias veiculadas por jornais da Espanha entre os anos de 1989 e 1993. A partir da análise de categorias linguísticas, sociais e cognitivas, a pesquisadora destaca que os meios de comunicação se constituem como “produtores de verdades”, porque desfrutam de um lugar privilegiado na produção de representações sociais, como é o caso de ter o poder de tornar público o crime

⁴⁰ [...] argument which involves the explicit or implicit evaluation of moral beliefs (ideas and values) and ideologies: those appealing to ‘right’ and ‘wrong’ in any given social context (LITOSSELITI, 2002, p.132).

da violência sexual (FERNÁNDEZ DÍAZ, 2003). Isso pode ser um problema quando a mídia transforma essa violência em apenas um artigo de consumo, que atende aos objetivos empresariais. Essas considerações nos levam a refletir que a maior divulgação de crimes de gênero pela mídia não significa mais qualidade na informação e, muito menos, mais conscientização da sociedade acerca do problema que temos enfrentado.

A aparente contribuição que o agendamento desse problema na mídia pode ter para a igualdade entre gêneros também é discutida por Lazar (2005), que fez um estudo linguístico e semiótico sobre as práticas de representação da paternidade em propagandas governamentais de Singapura que, a partir do final da década de 1980, passou a incentivar a paternidade no país diante do declínio de nascimento de crianças. A pesquisa é parte de uma coletânea organizada em 2005 pela autora, intitulada *Feminist critical discourse analysis*, que reúne diversos trabalhos de pesquisadoras sobre discurso e gênero em torno da terminologia Análise Crítica Feminista do Discurso (ACFD). O intuito da obra foi visibilizar e fortalecer o viés crítico feminista dentro dos estudos discursivos, mostrando como diversos discursos sustentam a ordem social patriarcal, ou seja, as relações de poder que privilegiam homens e desfavorecem, excluem e enfraquecem mulheres (LAZAR, 2005).

Lançando mão da ACFD, Lazar (2005) identificou a presença de dois principais discursos nas propagandas governamentais: o igualitário, que buscava a paridade de gênero com atribuições de paternidade simétrica para mulheres e homens; e o conservador, que reproduzia papéis de homens e mulheres baseados em ideologias patriarcais. No primeiro caso, as análises mostraram como o uso de falas amorosas de um pai para um recém-nascido, além da imagem de um casal empurrando um carrinho de bebê, sugeriam que a atividade de criar uma criança é igualmente dividida (LAZAR, 2005). Embora nessa primeira situação haja uma evolução na imagem do pai como cuidador, Lazar (2005) ressalta que a característica é limitada à matriz heterossexual do anúncio, já que os homens só aparecem em oposição às mulheres.

No segundo caso, esses mesmos anúncios apresentavam imagens de pais que eram exclusivamente os atores a realizarem as principais atividades, como fazer a gravação de um bebê dormindo, tirar foto do filho no jogo, além de

continuarem com sua carreira profissional sem alterações após terem filhos, o que significa a diferença de gênero no desempenho de tarefas e conhecimentos (LAZAR, 2005). Dado isto, Lazar (2005) entende que o discurso igualitarista não se sobressai ao conservador, pois é revestido de imagens leves e divertidas que tornam o momento apenas uma pequena parte da vida do "homem de família". Por último, Lazar (2005) também identifica a disseminação de outros preconceitos nos anúncios, como: de classe, porque as propagandas apresentaram um modelo igualitário de paternidade apenas para homens "educados", ou seja, classe média e alta; de raça, porque apenas chineses, grupo étnico majoritário em Singapura, foram os protagonistas dos anúncios; de sexualidade, porque a masculinidade heterossexual foi a predominante, suprimindo a possibilidade de uma paternidade gay.

A análise de elementos multimodais feita por Lazar (2005) possibilita refletir sobre os estereótipos e ideologias que podem estar implícitos nas notícias jornalísticas acerca da violência contra mulheres negras. É importante pensar sobre como essas representações podem ser naturalizadas pelo discurso midiático a ponto de que crenças patriarcais e conservadoras, como as destacadas pela autora, tornem-se imperceptíveis para a maioria da população.

No mesmo quadro de preconceitos reproduzidos pela mídia como o sexismo, o machismo, o patriarcalismo, o conservadorismo e o classismo, também se insere o racismo, elemento que, associado a outras formas de discriminação, compõem o conjunto dos principais eixos de opressão, como afirmam Collins (2000; 2004), bell hooks (2014), Crenshaw (2002b) e Carneiro (2003b). Nessa perspectiva, para compor o quadro teórico para estudo do *femirracídio* nas notícias jornalísticas, discutimos a partir de agora trabalhos sobre racismo na imprensa na ACD, com especial ênfase nos estudos Sociocognitivos do discurso, de van Dijk (1999; 2010; 2012), e depois, enfatizamos as pesquisas sobre representação visual de atores sociais de van Leeuwen (2008) e Machin (2007).

2.3.1 Sociocognição Discursiva e análise do racismo

Desde a década de 1980, van Dijk vem desenvolvendo importantes estudos sobre o discurso racista na imprensa que, junto com o sexismo e o classismo, fazem parte das experiências cotidianas de discriminação das minorias sociais nas sociedades pluriétnicas (VAN DIJK, 2011a). Os preconceitos, segundo o autor, ocorrem mediante crenças compartilhadas por grupos sociais que polarizam avaliações positivas de si (endogrupo) e negativas dos outros (exogrupo), estabelecendo relações desiguais de poder, como historicamente tem ocorrido entre os europeus “brancos” e não europeus (VAN DIJK, 2011a).

Contudo, van Dijk (2011a) salienta que os preconceitos não nascem com os sujeitos, mas são aprendidos ao longo da vida e é justamente nesse processo que o discurso tem um papel fundamental, já que é por meio dele, na vivência em grupos sociais, que aprendemos a discriminar outros grupos. É nessa perspectiva que, para o autor, o racismo, por exemplo, é um preconceito de natureza cognitiva e social, porque

não é apenas uma característica de crenças individuais ou emoções sobre grupos sociais, mas uma forma compartilhada de representação social entre membros do grupo, adquirida durante processos de socialização e transformada e encenada em comunicação social e interação (VAN DIJK, 1984, p. 13, tradução nossa)⁴¹.

Essa afirmação aponta para uma das principais relações dos meios de comunicação com a reprodução do racismo, que ocorre por meio da representação estereotipada desses grupos (VAN DIJK, 1984). A representação social é entendida pelo autor como um “conjunto organizado de crenças socialmente compartilhadas (conhecimentos, atitudes, ideologias etc.) localizados na memória social” (VAN DIJK, 1999, p. 69)⁴². Desse modo, a difusão constante de informações negativas na sociedade sobre um assunto pode contribuir para a construção de uma percepção ruim acerca do que é dito. Essa conclusão de van Dijk (1991) é

⁴¹ Is not merely a characteristic of individual beliefs or emotions about social groups, but a shared form of social representation in group members, acquired during processes of socialization and transformed and enacted in social communication and interaction. (VAN DIJK, 1984, p. 13).

⁴² “[...] conjuntos organizados de creencias socialmente compartidas (conocimientos, actitudes, ideologías etc.) localizados en la memoria social [...]” (VAN DIJK, 1999, p. 69).

construída a partir do estudo da cobertura de minorias étnicas pela imprensa britânica e holandesa, iniciado em 1981, no qual observou que os temas mais frequentes nos jornais correspondiam a preconceitos étnicos predominantes em conversas cotidianas da população, como crenças de imigração como invasão e imigrantes como responsáveis pelo aumento do crime e da violência (VAN DIJK, 1991). Em consonância com as constatações de van Dijk (1991), Wodak e Reisigl (2001) argumentam, a partir de estudo feito sobre imigrantes na Áustria, que as imagens na mídia são instrumentos da construção e do reforço de termos preconceituosos e de debates sobre o "problema estrangeiro", que geralmente é comunicado em torno das diferenças e das ameaças.

As conclusões mostradas por van Dijk (1991) foram encontradas a partir da análise crítica do discurso midiático com ênfase no estudo de categorias como temas, léxico, eufemismos, metáforas e estratégias argumentativas de polarização entre grupos sociais. Isso significa que jornalistas, editores, chefes de redação desempenham um papel importante na reprodução ou no combate ao racismo (VAN DIJK, 1993). Entretanto, não apenas os discursos da elite jornalística são responsáveis por isso, mas também outros discursos proferidos por outras elites, como professores, escritores, enfim, todos que tenham acesso preferencial ao discurso público (VAN DIJK, 2010). Um exemplo apresentado por van Dijk (1999) é o caso do discurso conservador do escritor Dinesh D'Souza, no livro *The End of Racism: Principles for a Multiracial Society*, de 1995, no qual os afro-americanos são retratados como uma "patologia social", uma ameaça para toda sociedade estadunidense por supostamente promoverem a violência, usarem álcool e drogas, dependerem excessivamente do governo, não empreenderem e por constituírem famílias monoparentais. É inclusive acerca deste último tópico que van Dijk (1999) acentua a crítica ao discurso preconceituoso de D'Souza que atribui às mulheres negras a responsabilidade pela "desintegração" das famílias afro-americanas, de modo que, além do racismo, a obra reproduz também crenças sexistas e classistas.

É na realização dessas pesquisas que van Dijk sistematiza um quadro teórico que pode ser empregado para apontar ideologias subjacentes ao discurso. Essa proposta é nomeada como o estudo Sociocognitivo do Discurso, pois o autor entende que para compreender a relação entre discurso e sociedade é necessário

também estudar o elemento que conecta esses dois campos: a cognição (VAN DIJK, 1999). Isso significa que, nessa abordagem, não há uma relação direta entre o campo discursivo e o campo social, ou seja, a produção e a interpretação discursiva não são feitas numa relação direta com a sociedade, mas intermediadas pela cognição (experiências, opiniões, crenças). É importante dizer que a proposta Sociocognitiva do discurso está situada no campo da Análise Crítica do Discurso (ACD) e não compreende um aparato teórico e metodológico único, mas um enfoque multidisciplinar, pois lança mão de conhecimentos advindos da linguística, sociologia, filosofia, psicologia, entre outras áreas, para compreender o problema social estudado (VAN DIJK, 2010).

Dessa forma, é a partir do trinômio discurso-cognição-sociedade que o pesquisador elenca uma série de estratégias e estruturas discursivas capazes de ajudar a identificar os modos de reprodução de preconceitos e abusos de poder na sociedade via discurso. Para cada um dos vértices do triângulo de conceitos, o autor sugere categorias que podem ser selecionadas de acordo com o objeto e objetivo de cada pesquisa. Por exemplo, se se propõe estudar a reprodução discursiva do machismo na imprensa, categorias como temas, proposições, léxicos serão importantes (VAN DIJK, 2003). A menção dessas categorias é feita ao longo das obras publicadas por van Dijk, com destaque para as referências dos anos de 1980, 1999, 2010, 2011a, 2012, 2014 e 2016.

A seguir, discutimos algumas categorias que servirão de base para o estudo do *femirracídio* nas notícias do *corpus* desta tese.

2.3.1.1 O discurso numa perspectiva multimodal: conceitos e categorias

O aspecto discursivo é definido por van Dijk (2012) numa perspectiva ampla, na qual inclui

estruturas verbais (faladas e escritas) e quaisquer aspectos semióticos (interpretáveis) do evento comunicativo que sirvam diretamente de apoio ao evento, tais como as estruturas sonoras e visuais (escrita, impresso) relevantes, a expressão facial e os gestos” (VAN DIJK, 2012, p.167).

Essa acepção é decorrente das aplicações mais recentes acerca das diversas formas de expressões de comunicação humana que se atualizam cotidianamente com as novas tecnologias. Dentre as principais funções do discurso, van Dijk (2014) descreve a básica, que é a comunicação do conhecimento ou da informação.

Para estudar o discurso, van Dijk (1980) elenca uma série de categorias discursivas que são didaticamente divididas entre estruturas linguísticas locais e globais. Essa distinção ocorre porque usuárias(os) de uma língua fazem implícita e explicitamente a diferenciação entre estruturas locais e globais do discurso, uma vez que no processamento discursivo há ações cognitivas de especificação ou particularização e generalização ou abstração (VAN DIJK, 1980).

No nível global de análise discursiva, nomeado como Semântica Global ou Macroestruturas Semânticas são estudadas categorias como tópicos e temas discursivos, que são responsáveis por trazerem a informação essencial do discurso e, por isso, são construídos pelos modelos de situação (VAN DIJK, 2014). Nas notícias jornalísticas, por exemplo, os tópicos e temas são assinalados nos títulos, subtítulos, introduções (lides), resumos, uma vez que falantes usam noções como tema, tópico, essência, conclusão para caracterizar o geral (VAN DIJK, 2014). Nesse processo, o uso de palavras ou tópicos pelas(os) usuárias(os) da língua é feito com foco no significado do discurso, com ênfase no que é dito a respeito do conteúdo e não com ênfase na ordenação das orações, por isso a noção de Macroestrutura é explicitada em termos semânticos (VAN DIJK, 1980). Ademais, ainda no domínio da semântica global, outros tipos de descrições globais são propostos pelo autor, como a autoapresentação positiva e a outroapresentação negativa, entendidas como estratégias discursivas baseadas na polarização ideológica, que é utilizada para dar destaque às coisas boas em “nós” e ruins nos “outros”, como exemplificado por van Dijk (1991) no estudo sobre a representação dos imigrantes na Europa.

Já no nível local de análise discursiva estão presentes categorias como palavras, frases, cláusulas, sentenças e conexões entre sentenças, estruturas diretamente "expressas" no discurso (VAN DIJK, 1980). Nesse nível são identificadas três grandes categorias: Sintaxe Oracional, que compreende ordem e categorias das palavras, estrutura das sentenças e pronomes; Semântica Local,

que consiste na análise de predicado, argumento, quantificação (todos, muito, pouco), modalização (atenuar ações de sujeitos), distribuição da informação (tópicos, comentários), metáforas, evidências (fontes do discurso), implicação, pressuposição, tipos de descrição, (atores sociais, precisão, vagueza, ambiguidade); e Semântica Sequencial, em que se observam as relações entre as sentenças ou proposições e também a relação entre fatos/eventos e o mundo ou modelo mental, além do tempo e das condições/causas, chamada de coerência referencial (VAN DIJK, 2016).

Cabe ressaltar que a análise discursiva das estruturas locais como palavras, frases, sentenças e sequências de sentenças é feita com o intuito de se alcançar níveis de compreensão global acerca do discurso (VAN DIJK, 1980). Isso significa que o estudo das estruturas de "superfície" é feito para chegarmos às estruturas semânticas, tendo em vista que esse é um processo necessário para identificarmos as intenções que subjazem ao discurso (VAN DIJK, 1980).

Definindo a noção de discurso numa perspectiva multimodal, Van Dijk (2016) acrescenta ao vértice discurso a categoria nomeada como Expressões Multimodais, entendidas em termos de sons, gestos, imagens, entre outros elementos que podem ser relevantes no estudo crítico discursivo⁴³.

Por último, é necessário ressaltar a importância da categoria léxico ao longo de toda a abordagem Sociocognitiva do discurso, que indica identidades sociais, relações entre participantes, emoções, valores. Conforme pontua van Dijk (2012), poucas categorias não são de algum modo marcadas pela escolha do léxico. Essa escolha, definida pelos modelos de evento das(os) participantes, é entendida como uma estratégia geral empregada pelas(os) usuárias(os) da língua para atingir seus objetivos de comunicação, já que as palavras manifestam os conceitos semânticos subjacentes usados na definição da situação (VAN DIJK, 1991). Nesse sentido, a lexicalização do conteúdo semântico nunca é neutra, pois a eleição de uma palavra e não outra para expressar mais ou menos o mesmo significado, ou para denotar o mesmo referente, pode sinalizar opiniões, emoções ou posição social de uma ou um falante (VAN DIJK, 1991).

⁴³ A discussão sobre esse tópico será ampliada no item 2.3.2 quando serão enfatizadas questões relativas à representação visual de atores sociais.

As estruturas e estratégias discursivas apresentadas constituem assim parte de um vasto repertório de categorias que podem ser utilizadas para análise e compreensão dos discursos nas sociedades. Entretanto, para compreender essa relação, entre discurso e sociedade, é necessário conhecer as categorias cognitivas que estabelecem essa mediação e que fazem parte da próxima discussão.

2.3.1.2 Cognição: a interface entre discurso e sociedade

Como já tem sido discutido, a cognição é uma ponte conceitual entre os vértices discursivo e social, e isso significa que as estruturas sociais não têm relação direta com as estruturas do discurso, mas só o fazem através da mediação cognitiva dos modelos mentais (VAN DIJK, 2014). Dessa forma, a perspectiva cognitiva do processamento do discurso se baseia nas maneiras como usuárias(os) de uma língua representam seus entornos naturais, sociais e comunicativos via modelos mentais multimodais e são esses modelos que irão orientar a produção e interpretação do discurso, bem como nossa percepção acerca das interações sociais (VAN DIJK, 2014). Assim, segundo van Dijk (1999), não é o grupo ou a organização ou nenhuma outra estrutura social o que diretamente condiciona, influi ou restringe as práticas ideológicas, mas as formas pelas quais as pessoas subjetivamente as representam, compreendem ou interpretam, e isso é feito por meio de modelos mentais.

A definição de cognição é feita em termos sociais (conhecimento sociocultural, normas e valores) e individuais (modelos mentais pessoais e situações específicas) (VAN DIJK, 2014). Dessa forma, de maneira análoga ao discurso, podemos dizer que há aqui também dimensões globais e locais dentro das quais se situam categorias cognitivas que também podem ser analisadas.

As categorias cognitivas de dimensão mais ampla são chamadas por van Dijk (2014) de cognição social. Para o autor, a base da cognição social é o conhecimento, que nos permite ver mais coisas ou dados além do que está explícito no discurso e na interação verbal (VAN DIJK, 2014). Por exemplo, o conhecimento das relações de poder entre gêneros em uma cultura é crucial para

a análise da influência desse elemento em conversas entre homens e mulheres. Essa é a experiência compartilhada por Fishman (2010), a qual indica que mulheres se esforçam mais nos diálogos entre casais, mas obtêm menos êxito do que homens, porque os tópicos introduzidos por homens são tratados como assuntos e desenvolvidos pelas mulheres, ao passo que os levantados pelas mulheres são geralmente fracassados pelo fato de os homens não se esforçarem em responder ao trabalho interacional.

O conhecimento compartilhado é a soma dos conhecimentos e crenças que as/os participantes compartilham como uma representação acumulada ao longo das atividades desempenhadas em grupo (VAN DIJK, 2012). Para van Dijk (2012), as unidades básicas do sistema do conhecimento são os conceitos, que se relacionam com outros conceitos para formar crenças, que, por sua vez, organizam-se em sistemas de crenças que podem dar origem aos preconceitos (VAN DIJK, 2012).

Já o sistema cognitivo individual é regido por modelos mentais construídos a partir das experiências pessoais, opiniões e emoções dos indivíduos (VAN DIJK, 2012). Para van Dijk (2012, p.94), “modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências”, que incluem não apenas a maneira como interpretamos o discurso, mas também todas as nossas experiências pessoais armazenadas em nossa memória episódica⁴⁴. Dessa forma, esses modelos controlam a nossa percepção e a interação social, bem como a produção e compreensão do discurso (VAN DIJK, 2014).

Ainda de acordo com van Dijk (2012), os modelos mentais, por sua vez, são “classificados” em diversos tipos, sendo dois deles, o de situação ou evento e o de contexto, os mais relevantes para a discussão aqui empreendida. Os modelos de situação ou evento são definidos a partir dos fatos sobre os quais os indivíduos estão interagindo, já os de contexto são responsáveis pela construção e interpretação do discurso no processo de interação verbal (VAN DIJK, 2012). Dessa forma, no momento da interação, primeiro a(o) participante aciona os

⁴⁴ Tradicionalmente, faz-se distinção entre memória de curto prazo e memória de longo prazo. O processamento das informações, como a percepção, a compreensão e a produção discursiva, ocorre na memória de curto prazo, já as informações, como o conhecimento são armazenadas na memória de longo prazo. Dentro da memória de longo prazo há ainda uma distinção entre memória *episódica* e *semântica*. A *episódica* armazena experiências pessoais e a *semântica* armazena informações mais gerais, abstratas e socialmente partilhadas (VAN DIJK, 2010, p. 202).

modelos de eventos ou situações (de natureza semântica)⁴⁵, semelhantes à situação comunicativa para, depois, ativar os modelos de contexto (de natureza pragmática), a fim de produzir o discurso propriamente dito (VAN DIJK, 2012). Por exemplo, quando uma/um jornalista escreve uma notícia, já possui um modelo do evento referente ao acontecimento que será divulgado, porém, a maneira como a informação será efetivamente noticiada depende dos modelos de contexto (VAN DIJK, 2012).

Nessa perspectiva, van Dijk (2012) afirma que a parte crucial da teoria dos modelos mentais, ou seja, da interface cognitiva entre discurso e sociedade, é explicar a produção única dos discursos, já que mesmo estando na mesma situação comunicativa, falantes narram o mesmo acontecimento de diferentes formas. Nesse sentido, o gênero ou a raça não têm uma relação direta com a produção e a compreensão de um discurso, mas são mediados pela forma como atores sociais representam esses elementos subjetivamente.

Em virtude da natureza única e pragmática, os modelos de contexto possuem poucas categorias, como: cenário (tempo, lugar, circunstâncias), participantes (eu-mesmo, identidades, papéis comunicativos, relações entre as(os) participantes), atos/atividades/Interação (atos de fala, atos comunicativos, atos sociais, políticos e atividade social) e cognição pessoal e social (intenção e objetivo, conhecimento, atitude/ideologia) (VAN DIJK, 2016). Isso se deve à necessidade constante de adaptação e atualização desses modelos em cada nova interação (VAN DIJK, 2016).

Cabe aqui esclarecer que a principal diferença entre a noção de contexto tradicional (como situação comunicativa) e a noção de modelos de contexto é que a primeira corresponde a um construto sociológico – que corresponde à situação comunicativa - e a segunda, a um construto sociocognitivo (VAN DIJK, 2012). Assim, o segundo conceito dá conta da relação entre discurso (no sentido multimodal) e seu entorno social (lugar, tempo, circunstâncias) como parte do episódio comunicativo (VAN DIJK, 2012).

⁴⁵ Enquanto os Modelos de situação definem a significação do discurso (semântica – inclusive são eles que orientam a produção e interpretação das categorias discursivas semânticas discutidas anteriormente), os Modelos de contexto definem a adequação pragmática do discurso (relaciona-se com a categoria de estrutura pragmática discursiva também já mencionada) (VAN DIJK, 2014).

Por último, dentre as categorias dos modelos de contexto, a noção de “si mesmo” – identidade - é uma das mais complexas para a Ciência Cognitiva, segundo van Dijk (2012), pois está relacionada à autoconsciência, ao reconhecimento de algo como parte do corpo, à autorrepresentação, à subjetividade e à consciência, além de nossas experiências armazenadas na memória. Isso diz muito sobre o fato de pessoas negras se sentirem subalternizadas em razão das diversas violências que sofrem desde a infância, como críticas e preconceitos em relação à pele, ao cabelo, ao nariz, à boca etc.

Para Fanon (1973), a situação psicológica de “inferioridade” é derivada de um duplo processo que, primeiramente, é econômico (exploração, escravidão); e, depois, por interiorização, quando há a “epidermização da subalternidade”, ou seja, quando é interiorizada a subalternidade a partir de uma sociedade que afirma constantemente a superioridade de uma raça (FANON, 1973, p.10). Esse sentimento de subalternidade, portanto, não é, para o autor, um fator individual, pré-existente à colonização, mas social, imposto a partir da colonização.

O sentimento de subalternidade interfere na autorrepresentação dessas pessoas, comprometendo a construção de suas identidades e levando-as a não reconhecerem partes de seu próprio corpo, como quando uma mulher alisa o cabelo para tentar se “encaixar” no modelo de beleza que, subjetivamente, está em sua consciência. Fanon (1973) pontua que em um mundo branco, o homem de cor tem dificuldades em reconhecer o seu próprio corpo, sendo o conhecimento do corpo uma ação comumente negada e feita em terceira pessoa. Na obra, *Quem tem medo do feminismo negro?*, Djamilia Ribeiro conta um pouco de sua história e experiências com as imposições da branquidade durante a infância e adolescência. Dentre as várias violências relatadas, a autora cita o alisamento do cabelo, que causava diversas queimaduras no couro cabeludo por causa dos produtos químicos, e a baixa autoestima ao ser inferiorizada com apelidos pejorativos, como a “neguinha do cabelo duro”. “A sensação de não pertencimento era constante e me machucava [...] até que comecei a despertar [...] compreendi que existia uma máscara calando não só a minha voz, mas minha existência” (RIBEIRO, 2018, p. 15).

É nessa perspectiva que a diferença da abordagem Sociocognitiva do discurso para os outros estudos é que não se descreve apenas o discurso

preconceituoso, mas explica-se porque isso é possível (cognitivamente) e porque ocorre (socialmente) (VAN DIJK, 2011a).

2.3.1.2.1 Sobre ideologia

A ideologia é definida como conjunto de crenças compartilhadas por grupos, que são adquiridas, utilizadas e modificadas em situações sociais a partir dos interesses grupais (VAN DIJK, 1999). Assim, a base estrutural das crenças sociais são grupos ou comunidades que atuam compartilhando, adquirindo e criando essas crenças e isso implica dizer que não há ideologias individuais, mas somente opiniões individuais (VAN DIJK, 1999).

Para além da função mais negativa das ideologias, que é legitimar o poder e a desigualdade, elas também servem positivamente para ajudar os grupos dominados a organizarem suas lutas e sustentar opiniões, assim, as ideologias definem cognitivamente a identidade, os valores e os objetivos dos grupos e são a base para que membros desse grupo possam atingir seus objetivos (VAN DIJK, 1999). Para o autor, os grupos sociais são formados por membros que compartilham conhecimentos, ideologias, opiniões, objetivos e, portanto, possuem os mesmos interesses (VAN DIJK, 1999).

Em função dos objetivos, os grupos geralmente estão em constante confronto na sociedade. Essa luta dá origem ao que van Dijk (1999) chama de polarização ideológica em que haverá defesa dos aspectos positivos do próprio grupo (endogrupo) e crítica aos aspectos negativos do outro grupo (exogrupo). Esse antagonismo fica evidente no discurso quando se observam estratégias e estruturas discursivas que enfatizam coisas boas em “nós” e ruins nos “outros”, polarização que sustenta o quadrado ideológico (VAN DIJK, 2011b):

Quadro 1. Quadrado ideológico

Enfatizar aspectos bons em Nós	Enfatizar aspectos ruins sobre Eles
(Des)enfatizar aspectos ruins em Nós	(Des)enfatizar aspectos bons sobre Eles

Fonte: van Dijk (2011b, p. 396).

Um exemplo de como essa polarização ocorre é a maneira como os estrangeiros foram descritos em um conjunto de ações políticas, discursos, campanhas e propagandas na televisão, na Áustria, iniciadas desde 1993, nos quais Wodak e Reisigl (2001) observaram a presença de basicamente dois grupos: o imigrante, tratado como “alienígena”, “violento” e “sujo” em oposição ao austríaco, mostrado como “humano” e “ético” (WODAK; REISIGL, 2001).

A ideologia ainda tem uma função social que é legitimar a classe ou instituições sociais dominantes, as quais podem coordenar objetivos e ações comuns de grupos para alcançar seus interesses (VAN DIJK, 1999). Se essas instituições funcionam exclusivamente para difundir ideologias, elas serão chamadas de “instituições ideológicas”⁴⁶, como igrejas, escolas, porém algumas não têm um objetivo ideológico tão claro, como os meios de comunicação, que propagam ideologias dominantes de maneira indireta e, às vezes, mais eficaz (VAN DIJK, 1999). Um exemplo disso é a seleção de temas dentro da programação de um canal de televisão aberta, com exibição de filmes, entrevistas, documentários, programas de entretenimento, que podem (re)produzir crenças de maneira velada.

É claro que a seleção das temáticas que serão abordadas nos meios de comunicação estão relacionadas sobretudo às pautas de cada veículo, às linhas editoriais, às rotinas jornalísticas, mas também aos valores sociais de uma cultura, assim, tendem a reforçar o que é bom e ruim, o que é relevante e irrelevante, o que é falso e verdadeiro, enfim, a definir a agenda de debates sociais (VAN DIJK, 1999). No cenário do Espírito Santo, a tendência em reforçar a ideologia patriarcal pode ser decorrente dos aspectos históricos da colonização do estado, que ocorreu em meados do século XIX, como pontua Nader (2013b), na qual a dominação masculina era mostrada pelo poder do homem sobre todos os membros da família, especialmente mulher e filhos. Isso ilustrou, segundo a autora, a aproximação da

família capixaba do modelo patriarcal, que estabelecia papéis sociais bem diferenciados entre os homens e as mulheres: para ele, o domínio público; para ela, o destino privado do papel de esposa e mãe, mesmo quando trabalhava ao lado dos homens no campo (NADER, 2013b, p.141).

⁴⁶ As instituições ideológicas são também definidas como “aparelhos ideológicos do Estado” por Althusser (1984) (VAN DIJK, 1999, p. 418).

Essa divisão, reafirma Nader (2013b), manifestou a ideologia sexista na sociedade capixaba à época da colonização que ainda é perpetuada até o momento atual, quando somos educados a valorizar as ações dos homens.

Em síntese, as ideologias são representações do que somos, do que sustentamos, dos nossos valores, das nossas relações com outros grupos, enfim, da defesa de nossos interesses de maneira coletiva para alcançar nossos objetivos.

2.3.1.3 A estrutura social: o vínculo sociedade-cognição

Tendo em vista a relação intrincada entre discurso, cognição e sociedade, a dimensão social é definida a partir do modo como interactantes entendem e constroem os episódios sociais em suas mentes na medida em que estão comunicando e não em termos de estruturas sociais objetivas (VAN DIJK, 2011a). Por exemplo, em um debate sobre racismo, receptores terão diferentes avaliações acerca do mesmo discurso de acordo com seus conhecimentos e experiências pessoais. Isso ocorre porque atores em uma situação comunicativa têm representações mentais de si mesmos, das(os) outras(os) participantes, do ambiente, do lugar, das instituições, enfim, têm modelos de contexto únicos e subjetivos acerca da situação (VAN DIJK, 2011a).

O vértice social, por sua vez, contará com categorias como participantes e suas identidades, papéis relacionados ao espaço-temporal, gênero, raça, etnia, objetivos da interação, relações de poder, grupos sociais, classe social, comunidades, instituições, nação e história (VAN DIJK, 2011a). A menção dessas categorias permite observar que a “situação social” é entendida e empregada por van Dijk (2011a), para denotar as interações sociais (aspectos cognitivos) mais o entorno social (aspectos físicos).

Essa conceituação, segundo o próprio autor (VAN DIJK, 2011a), dialoga com Goffman (1964), já que não são apenas os atributos da estrutura social constituem uma situação social, mas o valor dado a esses atributos na medida em que são reconhecidos e estão acessíveis à situação em curso. Isso significa que o elemento gênero só será relevante em uma situação de interação se assim ele for

considerado pelos atores, logo, a avaliação dos atributos sociais pelos atores é primordial para a constituição social das situações comunicativas. Um estudo sobre as aproximações entre van Dijk e Goffman pode ser visto em Tomazi e Natale (2018), no qual as autoras apresentam diálogos entre as duas perspectivas:

Assim como Brown e Levinson (1987) sistematizaram a proposta de Goffman partindo de um ponto de vista pragmático e discursivo, conseguindo demonstrar que existem questões gramaticais que só podem ser explicadas se considerada a noção de face e de território – este último entendido como uma expansão da noção de face – também van Dijk, em sua abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso, propõe uma aproximação de seus estudos com a Microsociologia de Goffman dentro de uma perspectiva discursiva, social e cognitiva. Na proposta de van Dijk, essas noções de Goffman e mesmo as de Brown e Levinson (1987), ao postularem a face negativa e a face positiva, são reinterpretadas pelas noções de autoapresentação positiva e autoapresentação negativa, diferenciando-se das outras abordagens, justamente, por levar em conta o discurso como prática social e a interface entre a tríade: discurso, sociedade e cognição (TOMAZI; NATALE, 2018, p.138).

Mesmo entendendo a perspectiva sociocognitiva da situação social, poderíamos ainda nos perguntar: mas qual a utilização prática desse ponto de vista em uma análise discursiva? Conforme temos discutido até aqui a respeito da violência contra mulheres negras, observa-se por meio das pesquisas já realizadas (COLLINS, 2000; 2004; DAVIS, 2016; CRENSHAW, 2002b; MEYERS, 1997; 2013; PRADO; SANEMATSU, 2017) que a representação estereotipada dessas mulheres não ocorre apenas em função dos marcadores gênero, raça e classe social, mas a partir de condições específicas contextuais nas quais essas mulheres estão ou são retratadas numa relação desigual de poder. Isso quer dizer que não podemos falar que os eixos gênero, raça e classe social influenciam a dominância ou a subordinação sem compreender como esses elementos se relacionam a outras categorias contextuais, como identidade, papel social, relações de poder. Se, por exemplo, o sexo tivesse uma relação direta com o discurso sexista, poderíamos pensar que esse tipo de preconceito só poderia ser proferido por um homem e jamais por uma mulher. Contudo, isso não é verdadeiro, já que há diversas situações em que as próprias mulheres reproduzem ideologias sexistas e também patriarcais e machistas, como é mostrado por Tomazi e Cabral (2017), na análise de uma sentença condenatória de um caso de violência contra mulher no Espírito Santo, na qual são identificadas ideologias sexistas, patriarcais e

machistas como base dos modelos de contexto de um discurso, uma sentença, construído por uma juíza.

Dessa discussão, observa-se que somente as categorias sociais (gênero, raça, classe social, papel social, instituição, geração) que são tomadas como relevantes pelos modelos de contexto dos indivíduos, é que podem ser consideradas no entendimento do discurso preconceituoso. Nesse sentido, só é possível compreender os efeitos da intersecção dessas categorias se consideradas as propriedades dos modelos de contexto.

Tendo em vista que esta tese analisará a violência contra mulheres negras não apenas nos textos escritos, mas também nas fotografias que compõem as notícias jornalísticas, o próximo item é dedicado aos estudos que tratam das representações visuais dos atores sociais.

2.3.2 Representações de atores sociais: questões multimodais e interseccionais

A representação visual e discursiva de atores sociais tem sido estudada no âmbito das pesquisas multimodais na ACD. A multimodalidade designa, segundo van Leeuwen e Kress (2011, p.107, tradução nossa)⁴⁷, “o fenômeno em textos e eventos comunicativos pelo qual uma variedade de “modos semióticos” (meios de expressão) são integrados em um todo unificado”. Pensar os modos semióticos é perceber que, geralmente, o discurso é acompanhado de expressões faciais, gestos, postura e autoapresentação através do vestuário e da aparência, enquanto o texto escrito é seguido de leiaute, tipografia, ilustração visual, todos entendidos como modos semióticos (VAN LEEUWEN; KRESS, 2011). Dessa forma, para esses autores, o fato de os textos combinarem mais de um código semiótico é que os caracteriza como multimodais.

O significado de tais modos, por sua vez, tem alcance diferente em cada cultura, já que imagens têm um significado “escondido” porque nelas há ideias e valores, discursos, pessoas, lugares e objetos sendo representados, isto é, os

⁴⁷ “the phenomenon in texts and communicative events whereby a variety of “semiotic modes” (means of expression) are integrated into a unified whole” (VAN LEEUWEN; KRESS, 2011, p.107).

elementos numa fotografia só têm significado porque o que eles representam é compartilhado por pessoas em uma cultura particular (MACHIN, 2007). Um exemplo disso é o significado da cor vermelha no Brasil que, quando empregada em um contexto político, significa o pertencimento aos movimentos políticos de “esquerda”, já que essa cor é utilizada na bandeira do grupo político do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, e antes já era usada como a cor do comunismo e do socialismo. É nesse sentido que Tomazi e Cavalcanti (2016) afirmam que

Os modos podem possuir potenciais de significado, por já terem sido usados anteriormente em interações similares, ou simplesmente estarão “disponíveis” para o uso em novas formas, a depender de seu contexto. Assim, a multimodalidade combina vários modos para criar efeitos de sentido.

Esses potenciais de significado, por vezes, estão relacionados às ideologias que sustentam os interesses de um determinado grupo (TOMAZI; CAVALCANTI, 2016, p.35).

Além das cores, questões relacionadas ao enquadramento e ângulo das imagens apresentam importantes significados nas pesquisas multimodais. De acordo com van Leeuwen (2008), a distância nas imagens é como na vida real, se perto, comunica proximidade nos relacionamentos interpessoais; se longe, afastamento. Essa teorização é observada nas análises de racismo em figuras sobre imigrantes publicadas em um livro didático de geografia da Holanda, com a legenda “*The Third World in Our Street*” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 139). Para detalhar como o racismo pode aparecer nas imagens, van Leeuwen (2008) faz o estudo das figuras a partir de três dimensões: distância social - entre pessoas retratadas e espectador; relação social - entre pessoas retratadas; e interação social - entre pessoas retratadas e espectador. Essas dimensões procuram compreender os significados dos enquadramentos dos atores sociais nas imagens, como saber que “pessoas mostradas em enquadramento aberto, muito longe, são representadas como se fossem estranhas; pessoas mostradas em um enquadramento fechado, muito perto, são representadas como se fossem “um de nós” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 138, tradução nossa)⁴⁸.

⁴⁸ “People shown in a “long shot” from far away, are shown as if they are strangers; people shown in a “close-up” are shown as if they are “one of us”” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 138).

Além disso, van Leeuwen (2008) também faz considerações importantes sobre a angulação da foto (de cima para baixo, de baixo para cima, frontal, perfil). Segundo o autor,

olhar de cima para baixo para alguém é exercer poder simbólico imaginário sobre essa pessoa, ocupar em relação a essa pessoa um tipo de posição “superior” que, na vida real, seria criada por estágios, púlpitos, sacadas e outros dispositivos” (VAN LEEUWEN, 2008, p.139, tradução nossa)⁴⁹.

Isso ajuda a compreender como alguns modos semióticos presentes nas fotografias que compõem notícias jornalísticas podem (re)produzir estereótipos e preconceitos acerca dos atores sociais representados nas imagens. Van Leeuwen (2008) afirma que o estudo das imagens deve ter um lugar de relevância na investigação do discurso racista, por exemplo, pois “o racismo visualmente apresentado pode mais facilmente ser negado, ser atribuído aos olhos de quem vê, que o racismo verbal” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 137, tradução nossa)⁵⁰.

As análises dos modos semióticos podem ainda ser feitas, como sustentam Machin (2007) e van Leeuwen (2008), por meio da correlação de estratégias semióticas de representações nas imagens e estratégias discursivas de representações no texto, a saber:

i) Individualização ou coletivização

Trata-se de uma estratégia que pode individualizar uma pessoa, enfatizando as especificidades como sujeito; ou coletivizar, ao mostrar grupos, homogeneizando as diferenças. Van Leeuwen (2008) afirma que essa estratégia pode ocorrer na imagem, mas também no texto. Um exemplo de coletivização no texto é quando os jornais voltados para a elite citam pessoas de classes empobrecidas de modo geral e individualizam as de classes mais altas.

ii) Categorização

Trata-se de categorizar culturalmente pessoas por meio de atributos como roupas, cabelos, corpos, cor da pele etc. Essa estratégia também pode ocorrer via

⁴⁹ “To look down on someone is to exert imaginary symbolic power over that person, to occupy, with regard to that person, the kind of “high” position which, in real life, would be created by stages, pulpits, balconies, and other devices [...]” (VAN LEEUWEN, 2008, p.139).

⁵⁰ “[...] that visually communicated racism can be much more easily denied, much more easily dismissed as “in the eye of the beholder” than verbal racism” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 137).

categorização biológica quando são enfatizadas características físicas estereotipadas de grupos étnicos, por exemplo. No campo textual, a categorização ocorre quando atores sociais são identificados ou avaliados de maneira positiva ou negativa (MACHIN, 2007; VAN LEEUWEN, 2008).

iii) Sub-representação

A sub-representação nas imagens ocorre quando atores aparecem em segundo plano e, no texto, quando são omitidos, embora possamos sintaticamente inferi-los por meio de partes do texto, desinências verbais, contexto (VAN DIJK, 1991; MACHIN, 2007; VAN LEEUWEN, 2008).

iv) Não representação/exclusão

Não representação de atores ou agentes em situações em que eles são protagonistas. Nesse caso, há a exclusão total do ator de modo que não se possa inferi-lo (MACHIN, 2007; VAN LEEUWEN, 2008).

A relação entre essas categorias é bastante relevante, como sugere van Leeuwen (2003), pois não há necessariamente congruência entre os papéis sociais de atores nas imagens e nos textos. Um jornal, por exemplo, pode construir uma notícia acerca de um crime representando o assassino como agente na fotografia, mas, na narrativa, o papel do criminoso pode ser estruturado de maneira passiva.

Dessa forma, percebe-se que o estudo multimodal da notícia jornalística pode mostrar diversas informações que rotineiramente são ocultadas por estratégias discursivas e modos semióticos. Algumas dessas informações indicam crenças racistas, como já citado, mas também podem manifestar preconceitos relativos à classe social, ao gênero e à raça. Um exemplo disso é o estudo semiótico de van Leeuwen (2008) de brinquedos infantis da marca *Playmobil*, que mostrou como esses objetos oferecem perspectivas de raça, gênero e classe social. No que se refere ao gênero, van Leeuwen (2008) descreveu que os bonecos tinham significados masculinos ou femininos por meio de atributos físicos, como a genital, ou por atributos culturais, no caso das bonecas vestidas como meninas e com cabelos longos e seios. Além disso, havia uma nítida distinção entre os gêneros com divisão de atividades masculinas e femininas, mãe, pai, e também diferenciações de raça e idade entre as próprias mulheres: mulheres mais velhas e mulheres negras com o cabelo com coque; mais jovens e brancas sem coque (VAN LEEUWEN, 2008).

Embora o autor tenha observado que as personagens não tinham nomes, a exemplo da Barbie, a representação dos brinquedos da *Playmobil* era feita em termos de grupos, como a “família étnica”, “a família”, e também em termos individuais, “mãe”, “filha”, “bebê”, “avó”, avô” (VAN LEEUWEN, 2008). Nessa classificação, a raça era significada pelos grupos comercializados como: “família étnica”, com mais filhos e todos com cor da pele morena e cabelo preto; “família”, com menos filhos e membros com cores de cabelos diferentes (VAN LEEUWEN, 2008). Dessas representações, van Leeuwen (2008) identifica “tipos sociais” que são caracterizações dos brinquedos baseadas em classificações reais, como atividades profissionais e de lazer, gênero, raça e idade. A categoria classe social, por exemplo, foi identificada por meio das atividades profissionais e das vestimentas, como profissões com *status* de alto escalão, visualmente significadas por uniformes que ostentam as insígnias de sua patente, como capitães ou policiais, em oposição a motoristas de caminhões e outras ocupações com uso de macacões e bonés sem símbolos (VAN LEEUWEN, 2008).

Toda essa análise possibilita a Leeuwen (2008) afirmar que os brinquedos estudados transmitem padrões culturais, como papéis e atividades sociais prescritas para homens e mulheres, brancos e não brancos, jovens e velhos, além de implicar construções das identidades das crianças. De maneira análoga, podemos pensar que a representação dos atores sociais nas notícias sobre assassinatos de mulheres negras pode ser analisada a partir dos marcadores gênero, raça e classe social, como apontados por van Leeuwen (2008). Esse tipo de estudo pode ajudar a mapear como os grupos sociais são representados nas notícias e se essa representação (re)produz estereótipos nas sociedades.

A relação da representação da violência de gênero pela mídia com o imaginário social já foi discutida por Crenshaw (1993) na perspectiva da interseccionalidade representacional, que é a maneira como imagens de raça e gênero, conhecidas por nossa cultura, são utilizadas para criar narrativas únicas e específicas para mulheres negras. A autora afirma que as imagens (re)produzidas pela mídia fornecem pistas para entender como mulheres de cor são representadas pela nossa sociedade, ou seja, como negras, latinas, asiáticas, afro-americanas são imaginadas dentro da intersecção da raça e do gênero (CRENSHAW, 2002a). A pesquisadora ressalta que as representações na mídia

não apenas desvalorizam as mulheres de cor, mas contribuem para a interpretação das experiências dessas mulheres, já que “a ideia por trás dessas propagandas é que a raça determina os hábitos e os padrões sexuais das pessoas e, também, as situa fora das expectativas comportamentais tradicionais” (CRENSHAW, 2002a, p.12). Para a pesquisadora, a propaganda contra mulheres pobres e negras pode contribuir para que elas não sejam levadas a sério pelas autoridades quando buscam proteção ou têm seus discursos desacreditados em tribunais de júri. Isso implica dizer que as representações acerca das mulheres negras podem partir da crença de que elas não são agredidas ou estupradas, por exemplo, mas que permitiram ou provocaram as violências, tal como já discutido por Meyers (2013).

A partir das contribuições dessas discussões teóricas, apresentamos no próximo tópico as questões metodológicas, bem como as categorias linguísticas que serão utilizadas nas análises das notícias.

2.4 QUESTÕES METODOLÓGICAS E CATEGORIAS PARA COMPREENSÃO DAS NOTÍCIAS

O estudo do *femirracídio* é feito em um *corpus* de 35 notícias jornalísticas que representam assassinatos de mulheres negras veiculadas no ano de 2013 no estado do Espírito Santo pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. Esses textos são provenientes de um *corpus* de seiscentas e quatro (604) notícias sobre violência de gênero, compiladas durante minha pesquisa de mestrado (NATALE, 2015). Naquele ano, foram selecionadas quatrocentas e cinquenta e oito (458) textos que tratavam de violências contra mulheres perpetradas por companheiros e ex-companheiros para análises quantitativas.

Para este estudo foi feita uma segunda triagem do *corpus* em busca das notícias que retratavam apenas feminicídios, a qual resultou no quantitativo de oitenta e quatro (84) textos. Em seguida, foi realizada uma terceira seleção visando encontrar informações que apontassem para a raça/etnia dos atores sociais. Como não havia marcas linguísticas que expressassem essa informação, foi adotada a estratégia de observação das imagens das narrativas para a identificação da cor dos atores representados nos casos noticiados, empregando, como opção

metodológica, a classificação étnica utilizada pelo IBGE (heteroatribuição). Nessa etapa, chegamos ao total de 35 notícias, sendo 19 textos do jornal *A Gazeta*, e 16 do jornal *A Tribuna*.

As notícias do primeiro jornal são sempre publicadas na sessão “Cidades”, subitem “Segurança”, e, do segundo, na sessão intitulada “Polícia”. Isso chama atenção para o fato de a cobertura dos crimes de gênero nesses jornais ser “enquadrada” em sessões nas quais são noticiados diversos outros crimes que ocorrem na sociedade capixaba, não havendo, portanto, dessa perspectiva, uma diferenciação das violências. A veiculação de notícias sobre a temática nos cadernos “Segurança” e “Polícia” nesses jornais é uma constante no *corpus* das 458 notícias mesmo nos casos de algumas reportagens especiais sobre o assunto – como no mês de aniversário da Lei Maria da Penha. De modo geral, pesquisas como a de Tomazi (no prelo) indicam que alterações dessa prática têm ocorrido no agendamento de alguns feminicídios, como o de Milena Gottardi Tonini Frasson, médica, branca e moradora de bairro de classe média-alta em Vitória, capital do ES, assassinada em 2017, o qual foi amplamente representado pelos jornais em várias capas e páginas destinadas à cobertura do crime.

É importante pontuar que durante o processo de triagem das notícias pela observação das imagens do *corpus* de 84 textos, notamos que algumas fotografias que constituíam as notícias não apresentavam atores sociais, mas retratos de delegacias ou carros de polícia, e que isso parecia ser recorrente nos casos em que os envolvidos no crime eram pessoas que desempenhavam profissões mais prestigiadas socialmente. Isso nos fez pensar na hipótese de que pessoas de classes empobrecidas e negras podem ser representadas com mais frequência nas imagens de notícias sobre violência de gênero ao passo que as de classe média e alta e não negras tendem a não aparecer. Embora seja necessária uma pesquisa comparativa dessas notícias para que possamos tecer conclusões a respeito disso, essa observação vai ao encontro dos resultados de diversos estudos realizados no Gedim, como o de Tomazi (no prelo), por exemplo, o qual identifica uma representação diferenciada na cobertura de feminicídios de mulheres de diferentes raças e classes sociais no ES.

A opção pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* ocorreu devido a esses dois periódicos serem os de maior tiragem e circulação no Espírito Santo⁵¹. Até setembro de 2019, o jornal *A Gazeta*⁵² possuía uma tiragem de 24 mil exemplares nos dias úteis e 45 mil aos domingos, com 68% de leitoras(es) das classes A e B, 24% da classe C e 9% da classe D e E. Em 29 de setembro de 2019 o jornal passou a ser publicado de maneira impressa apenas aos sábados, concentrando as veiculações de notícias diárias em seu site, que tem uma média de 180 mil visitantes únicos por dia. Cabe ainda ressaltar que a Rede Gazeta de Comunicações é uma empresa de comunicação filiada à Rede Globo, uma das maiores redes de televisão comercial aberta do mundo, com alcance de quase 98,6% do território brasileiro e 99,6% da população do Brasil⁵³.

Já o jornal *A Tribuna*⁵⁴ tem mais de 390 mil leitoras(es) diariamente e atinge todos os municípios do estado, com impressão e distribuição de 88.113 mil exemplares aos domingos e 56.702 nos dias úteis, e um perfil de leitoras(es) de 40% das classes A e B, 50% da classe C e apenas 10% das classes D e E. A empresa é uma das filiais do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que conta com 97% da cobertura nacional, sendo a segunda maior emissora do país⁵⁵.

Os procedimentos metodológicos e analíticos das notícias seguem a proposta da Sociocognição discursiva que estuda um conjunto de estruturas e estratégias discursivas, em níveis locais e globais, situadas no triângulo de conceitos Discurso-Cognição-Sociedade, apresentadas no item 2.3.1. A essas estruturas e estratégias discursivas foram somadas estratégias semióticas de representação dos atores (mencionadas no item 2.3.2). Tudo isso nos levou a eleição de oito categorias a serem estudadas nas notícias, sintetizadas no Quadro 1:

⁵¹ O ES tem uma população estimada em 2018 de 3.972.388, segundo o IBGE, distribuída em 78 municípios. Dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁵² Dados disponíveis no site: <<https://www.redegazeta.com.br/veiculos-e-negocios/a-gazeta/>> Acesso em: 24 nov. 2019.

⁵³ Dados disponíveis no site: http://estatico.redeglobo.globo.com/2017/10/04/sobre_globo.pdf. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁵⁴ Dados obtidos em contato com a equipe de marketing do jornal e no site: <http://portfoliodemidia.meioemensagem.com.br/portfolio/midia/A+TRIBUNA/14973/home>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁵⁵ Dados disponíveis no site: <https://www.sbt.com.br/institucional#quem-somos>. Acesso em: 05 mai. 2019.

Quadro 1 - Categorias para compreensão das notícias

CATEGORIAS PARA COMPREENSÃO DAS NOTÍCIAS	ESTRATÉGIAS E ESTRUTURAS DISCURSIVAS E SEMIÓTICAS
Temas e tópicos nas manchetes	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão dos temas e tópicos nas manchetes a partir do estudo da macroposição, da agentividade e dos papéis sociais dos atores sociais e das escolhas lexicais.
Atores sociais nos textos	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão do papel social, institucional e das relações sociais entre os atores.
Atores sociais nas imagens	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão da representação dos atores nas imagens a partir das estratégias de individualização, coletivização, categorização, não representação e outras categorias.
Ações sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão do <i>femirracídio</i> como ação social nas notícias.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão das fontes de informações das narrativas.
Lugar e tempo	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão do lugar e tempo mencionados nas notícias.
Ideologias	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão das principais polarizações ideológicas presentes nas notícias a partir das relações entre grupos sociais.
Conhecimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão dos conhecimentos acerca dos crimes de gênero difundidos nas notícias

Fonte: Categorias organizadas a partir da leitura/diálogos de/com van Dijk (1999; 2010; 2011a; 2012; 2014; 2016), van Leeuwen (2008) e Machin (2007).

O estudo do *femirracídio* nas narrativas noticiosas a partir dessas categorias é guiado pelas questões: 1) Como o tema violência de gênero contra mulheres negras é topicalizado nas notícias? 2) Quais atores sociais são representados nas notícias (texto) e quais papéis sociais eles desempenham? 3) Como as imagens que compõem as notícias representam o gênero, a raça e a classe social dos atores? 4) Como a ação da violência de gênero contra mulheres negras é apresentada nas notícias? 5) Quais são as fontes de informações que aparecem nas notícias? 6) Como os elementos lugar e tempo são representados nas notícias? 7) Quais ideologias são socialmente (re)produzidas pelos jornais nessas notícias? 8) Quais conhecimentos acerca dessa violência o discurso noticioso pressupõe?

É importante dizer que os nomes dos atores sociais foram abreviados em todos os trechos transcritos das notícias ao longo das análises em respeito a essas

pessoas. Algumas vezes, contudo, não foi possível omitir os nomes dos envolvidos em função da necessidade de reprodução integral da página do jornal (imagem) na qual a notícia foi publicamente veiculada.

Durante o estudo das categorias, citaremos trechos das notícias de acordo com a discussão empreendida. Isso significa que um mesmo trecho poderá ser retomado várias vezes no decorrer das análises para exemplificar diferentes questões. As 35 notícias foram enumeradas com os códigos N1 (notícia 1), N2 (notícia 2) e assim por diante, estando disponíveis nessa ordem nos Anexos desta tese.

Antes de prosseguirmos ao estudo do *corpus*, fazemos algumas observações. De início, é importante dizer que o nosso principal interesse nas análises é compreender o papel dos meios de comunicação na reprodução das ideologias dominantes, já que os discursos da mídia jornalística contribuem para a formação, a mudança ou a permanência de representações sociais das(os) leitoras(es) sobre si mesmos e sobre os outros (VAN DIJK, 1991).

É claro que, em concordância com van Dijk (1988) e Hall (2016), sabemos que, em muitos casos, o objetivo primeiro da imprensa não é promover uma conspiração contra a população. Entretanto, reconhecemos que é também na relação dos meios de comunicação com as elites simbólicas que seguem sendo perpetuadas as estruturas de poder. Esse ponto de vista parte do entendimento de que a produção da notícia é um ato de construção da realidade, por meio do qual os acontecimentos são transformados em informações, como salienta Tuchman (1983). Esse processo, ainda segundo a autora, torna a notícia produto de uma instituição social, que, por sua vez, reafirma ideologias de outras instituições sociais com as quais mantém relações.

Seguindo essa perspectiva, compreendemos que a maneira como o discurso noticioso é construído pressupõe representações mentais que são socialmente compartilhadas e apresentadas acerca de grupos “bons” e “ruins” na sociedade, indicando preconceitos (VAN DIJK, 2010). Logo, é importante pensarmos que tipo de acesso privilegiado as elites têm na imprensa e como a (re)produção de seus discursos pode contribuir para desigualdades sociais.

CAPÍTULO 3 TEMAS E ATORES SOCIAIS NAS NOTÍCIAS SOBRE FEMIRRACÍDIOS

Neste capítulo serão analisadas as categorias temas e atores sociais nas notícias, sendo o estudo organizado em três momentos: primeiramente, na seção 3.1, analisamos como a violência é tematizada semanticamente nas manchetes e nos textos; em seguida, na seção 3.2, estudamos como os atores sociais são representados nos textos das notícias e; por fim, na seção 3.3, como esses atores são representados nas imagens que compõem as narrativas noticiosas a partir dos marcadores gênero, raça e classe social.

3.1 TEMAS E TÓPICOS

Os tópicos e temas discursivos das notícias geralmente estão presentes nas manchetes⁵⁶, nos subtítulos, nos lides, estruturas que, em tese, resumem a ideia essencial do texto (VAN DIJK, 2014). Contudo, embora tais partes tenham a função principal de sintetizar a informação central da notícia, isso nem sempre ocorre, já que uma informação pode ser comunicada de diferentes formas a depender dos interesses a que os textos respondem. Um exemplo citado por van Dijk (1987) a respeito disso é que uma reportagem sobre desemprego de jovens imigrantes pode ser noticiada a partir do tópico "Eles causam desemprego" ao invés de "Eles sofrem desemprego" (VAN DIJK, 1987, p.50).

A estratégia geral envolvida na definição da informação principal do discurso é chamada por van Dijk (1987) de Macroestrutura Semântica ou Semântica Global, considerada a essência da informação do que se escreve ou fala. Segundo o autor, essa estratégia é construída por meio de macroproposições ou tópicos, como em "Eles tomam nossos empregos" (VAN DIJK, 1987, p.59, tradução nossa)⁵⁷, que resumem o tema ou assunto sobre o qual se fala. Dessa forma, a mídia pode reproduzir implicitamente crenças acerca de alguns grupos sociais, como minorias étnicas, por meio de macroproposições, e ainda colaborar para a construção de uma imagem

⁵⁶ Neste capítulo, os termos manchetes e títulos serão usados de maneira intercambiável.

⁵⁷ "They take our Jobs" (VAN DIJK, 1987, p.59).

negativa desses grupos, uma vez que as informações nos tópicos em destaque nas notícias são as mais lembradas pelas pessoas (VAN DIJK, 1987; 2016). A explicação de lembrarmos mais das macroproposições ocorre porque as estratégias semânticas têm uma relação direta com os modelos de situação que são responsáveis por nos dar uma definição geral da situação ou, nesse caso, o sentido referencial do texto (VAN DIJK, 1987). Isso significa que a análise da semântica global possibilita identificar preconceitos que geralmente estarão implícitos nas notícias e podem ser mostrados por meio de tópicos semânticos, mas também pelos significados locais do discurso, como nos itens lexicais, nos papéis ou nas descrições de atores e grupos sociais, como a associação desses atores a ações positivas, neutras ou negativas, e das pressuposições (VAN DIJK, 1987).

A pesquisa feita por van Dijk (1987) sobre o que diziam os holandeses e californianos a respeito dos imigrantes aponta como o estudo da semântica global pode mostrar preconceitos étnicos. No trabalho, foram entrevistadas 180 pessoas em Amsterdã, na Holanda, e em San Diego, na Califórnia, com questões sobre o que pensavam acerca das minorias sociais. Dentre os principais tópicos das entrevistas foi identificado que os imigrantes são vistos como problemas sociais, como em “eu me sinto inseguro (não ousa sair mais)”, “eles estão envolvidos no crime”, “eles causam a decadência de Amsterdã/do bairro” (VAN DIJK, 1987, p.53, tradução nossa)⁵⁸. Paralelo a isso, van Dijk (1987) notou que esse conhecimento era, na maioria das vezes, adquirido via mídia, especialmente por meio de jornais, pois os entrevistados relataram que o contato direto com imigrantes raramente acontecia e os meios de comunicação eram as principais fontes de informação sobre os grupos minoritários.

Para se chegar às macroestruturas semânticas de um discurso, van Dijk (1987) mostra que é preciso estudar os significados locais de palavras e sentenças utilizando “macrorregras”, chamadas de *supressão*, *generalização* e *construção*. Essas três macrorregras são apresentadas pelo autor (VAN DIJK, 1987) como etapas de análise para reduzir todo um texto ou parágrafo a uma unidade

⁵⁸ “I feel unsafe (I do not dare to go out anymore);
They are involved in crime;
They cause the decay of Amsterdam/the neighborhood (VAN DIJK, 1987, p.53).

semântica, como feito em “Eles (minorias) tomam nossos empregos”. Segundo o estudioso, na *supressão* são eliminadas todas as partes do texto que não sejam pressuposições das sequências seguintes, ou seja, que delas não dependa a interpretação das orações seguintes; na *generalização*, faz-se uma proposição que tenha o sentido derivado das sequências de pressuposições não eliminadas na supressão, de modo que essa proposição represente e substitua todo o conjunto das sequências originais; por último, na *construção*, produz-se uma proposição que substitua todas as proposições feitas na etapa generalização, chegando assim a uma macroproposição, isto é, uma proposição que resuma todas as sequências anteriores (VAN DIJK, 1980; 1987).

Para identificar a macroestrutura semântica das notícias sobre *femirracídios*, utilizamos o método citado por van Dijk (1980; 1987), a fim de identificar as macroproposições ou tópicos construídos a partir das leituras das notícias. Vejamos a listagem:

O femirracídio ocorre

- 1- por causa de traição;
- 2- por causa de ciúmes;
- 3- porque homens não aceitam o fim do relacionamento;
- 4- com pessoas de classes sociais empobrecidas, negras e que têm envolvimento com drogas.

De modo geral, podemos afirmar que essas macroproposições deixam entrever ideologias patriarcais e sexistas, subjacentes ao comportamento violento dos homens. Entretanto, o que fica explícito no discurso noticioso por meio desses tópicos é que os crimes de gênero são decorrentes de condições específicas do relacionamento entre vítima e agressor, como não aceitar o fim do relacionamento, descobrir uma traição, ciúmes, ou que não ocorrem em todas as famílias e com pessoas “de bem”. As manchetes, subtítulos e lides das notícias abaixo são amostras de como as macroproposições foram construídas:

Tabela 1 - Manchetes e tópicos principais das notícias

Jornal e data	Manchete, subtítulo e lide	Tópicos principais
A Gazeta 09-02-13	<p><i>(N3) Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho⁵⁹</i> <i>Acusado é o ex-marido da vítima, que não aceitava o fim do relacionamento</i></p> <p>Uma mulher foi assassinada a facadas pelo ex-marido na frente do filho, em Mimoso do Sul, após uma discussão do casal. O crime aconteceu na noite da última quinta-feira, por volta das 21h30, próximo à agência da Previdência Social, no bairro da Palha. O acusado tentou fugir de moto, mas caiu e foi detido pela polícia.</p>	Ex-marido é acusado de assassinar a esposa porque não aceitava o fim do relacionamento, por acreditar estar sendo traído e ter ciúmes da vítima.
A Tribuna 17-04-13	<p><i>(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca L. da S., 21, foi preso pela morte de G., sua ex-mulher. Ele alega que foi informado de que ela estava com outro</i></p> <p>Uma história de amor acabou em tragédia por causa de uma fofoca. É o que alega L. S. da S., 21 anos, que confessou ter matado a ex-mulher, G. A. da S., 24, ao descobrir que estaria sendo traído. Segundo ele, o tiro foi acidental. L. que também confessou ser traficante, foi preso na manhã de ontem, no bairro Jardim dos Palmares, em Cariacica.</p>	Ex-marido confessa ter assassinado a esposa porque ficou sabendo que ela estava em outro relacionamento e que o tiro foi acidental. Ele era gerente de boca de fumo.
A Tribuna 29-10-13	<p><i>(N28) Matador de babá é preso após saquear ônibus na 101 M. R. Fugiu para Cachoeiro após assassinar K. em Cariacica. No caminho, assaltou passageiros, mas acabou preso</i></p> <p>Acusado de matar a tiros a babá K. K. P. C., 20 anos, no domingo em Bubu, Cariacica, o pedreiro M. A. R., 34, foi preso na tarde de ontem na localidade de Safra, na BR-101, na entrada de Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Estado.</p>	Pedreiro que confessou ter matado babá em Cariacica foi preso após assaltar ônibus na BR-101.
A Gazeta 22-08-13	<p><i>(N18) Acusado de matar a mulher grávida de 4 meses a facadas J. F. estava foragido desde 2012; ele afirma que agiu em legítima defesa</i></p> <p>O auxiliar de serviços gerais, J. F., 25 anos, foi preso, suspeito de matar a própria mulher a facadas, em setembro de 2012. A vítima, a vendedora autônoma E. de S. F., 33, estava grávida de quatro meses. J. estava foragido desde a época do crime, ele fugiu para Bahia para evitar ser preso.</p>	Homem mata a mulher grávida em legítima defesa, pois ela o ameaçava. Ele é envolvido com tráfico de drogas. Ela tinha três filhos de outro relacionamento.

⁵⁹ Todos os trechos das notícias apresentadas daqui em diante estão enumerados de acordo com a apresentação dos textos no Anexo 1, por exemplo: para me referir à *Notícia 1* do anexo, uso *N1*, à *Notícia 2*, *N2*, e assim por diante. A enumeração das notícias foi feita respeitando a data da veiculação de cada uma por cada jornal. Além disso, todos os excertos são seguidos do nome do jornal e da data de publicação do texto, exemplo: *A Gazeta, 09-02-13*. As formatações das partes das notícias também seguem um padrão: **Manchete**: Arial 10, em negrito e itálico; Subtítulo: Arial 10, em itálico e sublinhado; Corpo da notícia: Arial 10.

Dos exemplos apresentados, ressaltam-se algumas razões para os assassinatos citadas nas macroproposições, como ciúmes, traição, fim de relacionamento, que são as principais explicações apresentadas nas notícias. Poderíamos pensar que tais exemplos foram elegidos pela ênfase dessas “justificativas”, contudo, das 35 notícias analisadas, 23 apresentam essas “respostas” como explicações para os crimes. Já as questões relativas à cor dos atores foram observadas nas imagens das notícias, por isso compõem as macroproposições em um nível visual.

Muitas questões que derivam das macroproposições podem ser analisadas, contudo, em função da discussão neste momento, iremos nos deter à análise das manchetes observando três itens: *i)* se elas expressam ou não o tópico central da notícia e qual a implicação disso; *ii)* a agentividade dos atores sociais; *iii)* os papéis atribuídos aos atores sociais por meio das escolhas lexicais. O estudo das imagens será feito mais adiante no item 3.3.

3.1.1 Manchetes e macroproposições

Para van Dijk (1991), as manchetes têm importantes implicações textuais e cognitivas, porque expressam as informações mais importantes sobre um evento e podem influenciar o processo de compreensão das pessoas, já que resumem o que, de acordo com o jornal, é o aspecto mais importante da notícia e que fará parte das conversas cotidianas das pessoas. Dessa forma, o fato de a manchete, como guia de leitura e interpretação do texto, não expressar o assunto principal da notícia ou ocultar informações importantes contribui para a compreensão equivocada da informação que está sendo transmitida (VAN DIJK, 2016). Esse aspecto aponta para a função cognitiva dos títulos que, estrategicamente, são usados para ativar conhecimentos de leitoras(es) antes mesmo de a notícia ser lida, logo, ao ler a palavra “tumulto” na manchete, leitoras(es) ativam conhecimentos sobre tumultos e toda a interpretação do restante do texto será “monitorada” por esses conhecimentos (VAN DIJK, 1991).

É nesse sentido que se estabelecem as implicações ideológicas dos tópicos e temas (VAN DIJK, 1991). No caso das manchetes do *corpus* em estudo, essas

implicações são observáveis na cobertura de um mesmo crime de gênero por dois jornais diferentes. Vejamos as duas manchetes a seguir:

(N33) Cabelereira é assassinada a tiro (A Tribuna, 24-12-13)

(N35) Morte em Jardim Camburi: 5 dias antes, juíza negou proteção à vítima (A Gazeta, 26-12-13)

As duas manchetes enfatizam tópicos diferentes do mesmo acontecimento porque têm o mesmo evento como referência, ou seja, os mesmos modelos de evento (VAN DIJK, 2012). Isso implica assegurar, para van Dijk (2012), que as variações dos discursos ocorrem em função dos modelos de contexto das(os) jornalistas, que dão margem para alterações lexicais, sintáticas e também macroestruturais, mas, sobretudo, das agendas e das rotinas jornalísticas de cada veículo de comunicação. Aqui nos interessa observar os efeitos ideológicos que as variações dos títulos podem causar, pois as questões sintáticas e lexicais serão discutidas nos próximos itens.

Nessa perspectiva, observa-se que a manchete de N33 realça o assassinato da mulher enquanto a de N35, a negação da proteção à vítima que resultou no *femirracídio*. Ambos os títulos representam as informações contidas nas notícias, o que mostra a diferente cobertura do caso pelos dois jornais. O jornal *A Tribuna* narra o evento a partir de entrevistas com familiares da vítima e com policiais, concentrando todo o texto na descrição do acontecimento, com detalhes do momento do crime:

(N33) A cabeleireira I. B. M., de 42 anos, foi assassinada com um tiro à queima-roupa no rosto por um criminoso encapuzado, que abordou a vítima depois que ela saiu do salão dela, em Jardim Camburi, Vitória. O crime aconteceu por volta das 21 horas, na rua Ruy Pinto Bandeira, a 20 metros do estabelecimento da vítima. [...] Segundo relatos da filha à Polícia Militar, ela e a mãe tinham acabado de fechar o salão e seguiam para um ponto de ônibus, quando foram abordadas pelo assassino. Ele mandou a jovem se afastar, mas antes tomou o celular da mão dela. Em seguida, pegou Ivone pelo braço e seguiu andando mais rápido com ela. “Minha mãe olhou para o rosto do bandido, não sei se ela o reconheceu, mas sei que, de repente, ela o empurrou. Foi então que ele sacou a arma e atirou”, contou a filha à polícia **(A Tribuna, 24-12-13)**.

Nesse trecho, percebemos que a descrição dos detalhes do assassinato não é relevante para propor uma reflexão acerca do crime de gênero, mas serve apenas para aumentar a perversidade do acontecimento. Na notícia, inclusive, é

informado que o crime foi registrado como latrocínio, e apenas em um momento é citado, em discurso indireto, a possibilidade de ser um crime de gênero, apesar de a vítima já ter uma medida protetiva contra o acusado:

(N33) Ele (filho da vítima) disse acreditar que o padrasto foi quem mandou matar a cabelereira.
[...]
O sargento informou na ocorrência que a filha da vítima contou que a mãe vinha recebendo ameaças do ex-marido e que teria uma medida protetiva contra ele **(A Tribuna, 24-12-13)**.

Já *A Gazeta*, em N35, focaliza a ausência de proteção do Estado em todo o texto noticioso, desde a manchete *Morte em Jardim Camburi: 5 dias antes, juíza negou proteção à vítima (A Gazeta, 26-12-13)*, o subtítulo *Ex-marido de dona de salão é suspeito do crime; ela já tinha sido ameaçada de morte*, seguindo com informações no decorrer do texto sobre a negação da medida protetiva pelo judiciário e da primeira ocorrência na delegacia feita um mês antes do assassinato. A notícia segue ainda enfatizando o motivo das ameaças do ex-marido, que seria o fato de ele não aceitar o fim do relacionamento.

(N35) [...] pediu uma medida protetiva contra o ex-marido, mas teve o pedido negado pela Justiça [...]
[...] um mês antes do crime, a vítima foi ao Plantão Especializado da Mulher, no bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória, e registrou um boletim de ocorrência contra o ex-marido. O motivo das ameaças seria o fato de o homem não aceitar o fim do relacionamento **(A Gazeta, 26-12-13)**.

O único espaço do texto em que ocorre mudança de perspectiva é no último parágrafo, no qual é narrada, de maneira breve e com poucos detalhes, a maneira como a mulher foi morta, informação que, em *A Tribuna*, abrangeu todo o texto.

É interessante ainda citar que nas duas notícias são entrevistados policiais aos quais se questiona a possível motivação do crime. Em *A Tribuna*, um sargento do 4ª Companhia (Jardim Camburi) do 1º Batalhão (Vitória) da Polícia Militar é citado em discurso indireto:

(N33) O sargento [...] disse que, apesar dos filhos da vítima afirmarem que o padrasto foi o mandante, o boletim de ocorrência foi registrado

como latrocínio – roubo seguido de morte – porque a bolsa da vítima foi roubada (*A Tribuna*, 24-12-13).

Em N33, observa-se uma “cobertura policialesca”, conforme discutido por Azevêdo (2011) e Prado e Sanematsu (2017), em que há mais detalhamento da cena do crime e menos informações sobre o caso. Já em N35, a visão da polícia militar é citada de modo a descartar a possibilidade de latrocínio, além de entrevistado o delegado que responde pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM):

(N35) [...] a polícia (militar) descartou a hipótese de que a mulher tenha sido morta durante um roubo. O delegado [...], também acredita que foi o ex-marido de Ivone quem a matou. “Esse crime não tem característica nenhuma de latrocínio. A suspeita é de que o autor seja o ex-marido ou alguém contratado por ele”, afirmou o delegado. O ex-marido da cabeleireira ainda não foi localizado (*A Gazeta*, 26-12-13).

As duas perspectivas acerca do assassinato de uma mulher em investigação mostram como a compreensão da notícia pode ser direcionada a partir das macroproposições: no caso de *A Tribuna*, em N33, percebe-se que as informações do assassinato são mais superficiais, estando restritas à visão preliminar do policial militar e às opiniões dos filhos da vítima; ao passo que em *A Gazeta*, em N35, verifica-se uma investigação jornalística do caso, com pesquisas no Tribunal de Justiça e na Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher. Dessa forma, parece haver uma cobertura mais direcionada para a violência de gênero no caso de N35, com caráter mais investigativo, sendo, em todo o *corpus*, a única notícia com esse tipo de abordagem. Apesar do avanço, o texto não vislumbra reflexões críticas sobre a problemática e, mesmo enfatizando a violência contra a mulher na maior parte da notícia, o faz com base na justificativa de “estado de abandono” do ex-marido. Esse estereótipo, conforme defendido por Fagoaga (1994), atribui uma conotação “romântica” ao crime e, mais uma vez, o relega a um problema individual.

Outro elemento a ser ressaltado na análise das manchetes é que os títulos nem sempre representam o que é abordado nas notícias, como o caso de (N3) *Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho* (*A Gazeta*, 09-02-13). Nessa notícia, a manchete enfatiza o modo como a mulher foi morta, com “golpes de canivete”, e a circunstância do assassinato: “na frente do filho”. A ênfase dessa

circunstância pode causar comoção em leitoras(es) e tornar esse *femirracídio* mais sério ou grave do que outros *femirracídios*, já que uma criança presenciou tudo. Como salienta van Dijk (2016), esse tipo de construção é comum nas narrativas que tratam de crimes que violam os direitos humanos, sendo essa construção uma forma de tornar o acontecimento ainda mais trágico e sensibilizar mais leitoras(es). Também Tomazi (2019) discute sobre os títulos de notícias capixabas não representarem, na maioria das vezes, o conteúdo das narrativas, contribuindo mais para a espetacularização dos crimes do que para a informação do fato.

Já o texto de N3 dá ênfase para diversas outras questões, como o fato de o acusado, o ex-marido, não aceitar o fim do relacionamento no subtítulo; informações de lugar, data e hora do crime, no lide; e entrevista com a polícia sobre como ocorreu o crime. Além disso, a narrativa é dividida em subitens, com os subtítulos “Fuga”, no qual se narra a fuga do ex-marido; e “Tristeza”, no qual é apresentada uma entrevista com a irmã do acusado. Isso indica que a ação de golpear com canivete não é a informação principal da notícia, mas sim, o fato de o ex-marido assassinar a ex-esposa por não aceitar o fim do relacionamento. Vejamos as principais partes da notícia:

(N3) Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho (A Gazeta, 09-02-13)

Acusado é o ex-marido da vítima, que não aceitava o fim do relacionamento

Uma mulher foi assassinada a facadas pelo ex-marido na frente do filho, em Mimoso do Sul, após uma discussão do casal.

[...]

Segundo a Polícia Militar, S. P. L., de 30 anos, havia saído da igreja Assembleia de Deus, com o filho de 8 anos e seguia para casa, quando o ex-marido, L. dos S. G., 41, abordou-a.

[...]

Nesse momento, os dois começaram a discutir. A vítima teria dito ao acusado que estava com outro homem. L., então, foi até o baú da motocicleta, pegou um canivete e partiu para cima de S., que gritou por socorro, enquanto a criança saiu correndo.

[...]

FUGA

Leandro fugiu do local na moto, mas caiu e continuou a fuga a pé.

[...]

TRISTEZA

A irmã de L., L. G., disse que ele ficou transtornado após o fim do relacionamento com S.

Como era a relação da S. com L.?

Eles viviam muito bem. Nunca tiveram nenhum problema durante o casamento. Toda a mudança começou pouco antes do Natal, quando ela decidiu sair de casa, alegando que o casamento não estava dando certo e que estava procurando outro lugar para morar.

[...]

Eles se encontraram depois que a S. saiu de casa?

Ele a viu chegando em casa tarde de carro com outro cara e ficou inconformado.

Nós o aconselhamos a não fazer nada, mas ele foi até a casa dela e os dois discutiram. Por isso ela deu queixa contra ele na delegacia.

Nesses excertos, nota-se que a notícia topicaliza o assassinato como uma ação motivada por ciúmes, traição e abandono ao passo que a manchete dá ênfase à forma brutal como a mulher foi assassinada, além de polemizar o acontecimento ao incluir a informação de que o filho do casal presenciou o crime. Nesse caso, o jornal ignora o crime de gênero na notícia e ainda lança mão de uma manchete polêmica para atrair a atenção do público. Para van Dijk (2013b), quando o tópico do texto que organiza apenas uma parte da notícia é promovido a tópico principal, há aí uma “tendenciosidade”.

As manchetes seguintes são semelhantes à N3, pois ora polemizam com assassinatos brutais, ora com razões banais para os crimes:

(N18) Acusado de matar a mulher grávida de 4 meses a facadas (A Gazeta 22-08-13)

(N7) Após assassinato, declaração na internet (A Gazeta, 17-04-13)

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

(N14) Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa, na Serra (A Gazeta, 23-07-13)

(N16) Morta a marteladas dentro de casa (A Tribuna, 23-07-13)

(N20) Garota de 15 anos assassinada com 13 tiros (A Gazeta, 28-08-13)

(N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13)

O destaque de ações brutais, como “matar grávida a facadas”, “matar idosa a golpes de martelo” e “garota ser assassinada com 13 tiros” (N18, N14, N16, N20); e banais, como “matar por causa de fofoca” e “fazer declaração de amor na internet após assassinato” (N7, N8, N24), reafirma as observações que temos feito a respeito de o discurso noticioso usar da polêmica nas manchetes para atrair leitoras(es). Essa prática é vista nos dois jornais, logo, a escrita mais investigativa de N35 pelo jornal *A Gazeta* foi uma exceção no *corpus*.

O destaque para questões brutais ou banais indica a função cognitiva dos títulos de acionar conhecimentos de leitoras(es) com base nos valores sociais de uma cultura. Em se tratando do cenário de crimes de gênero do Espírito Santo,

notamos que há a reprodução da naturalização das relações hierárquicas entre gêneros, que são baseadas no modelo patriarcal e sexista desde a colonização, como pontua Nader (2013b). A escrita dessas manchetes pode também estar relacionada ao que dizem as fontes das notícias, como, por exemplo, policiais, - algo que será discutido no item 4.2 -, e/ou aos próprios interesses mercadológicos das empresas de comunicação, como já destacado por Alberti e Matas (2002). Ocorre que, independente das situações, essa postura relega esse tipo de crime às esferas da banalização e da barbaridade, (re)produzindo a crença de que mulheres morrem por motivos banais e de maneiras cruéis e ignorando o *continuum* de violências que elas sofrem no dia a dia.

3.1.2 Agentividade de atores sociais nas manchetes

As minorias sociais tendem a ocupar posições de destaque na mídia quando protagonizam ações negativas, tal como aponta van Dijk (1991). Isso é notado em sua pesquisa sobre minorias étnicas na imprensa, nas quais minorias são frequentemente descritas como atores passivos de ações neutras ou positivas, ao passo que elites são definidas como receptoras de ações negativas, ou seja, vítimas das ações dos outros (VAN DIJK, 1991). Disso, conclui-se que a ação e os papéis atribuídos aos atores têm implicações ideológicas e, por esse motivo, a análise de manchetes com observação desse aspecto, nos ajuda a compreender estereótipos de atores reproduzidos nos títulos.

Para esta análise, as manchetes foram selecionadas e agrupadas de acordo com a ação passiva ou ativa dos atores sociais. Vale lembrar que essa seleção segue o pressuposto de que as orações não precisam ter a estrutura sintática passiva prototípica para serem assim interpretadas, já que as ações dos atores podem ser ativadas ou apassivadas semanticamente (VAN DIJK, 2012). Assim, essa estratégia é empregada, como nota Fernández Díaz (2003), em frases passivas que não se realizarão apenas em termos linguísticos, pois “nelas estão

imbricadas as eleições léxicas, os argumentos, as estratégias retóricas” (FERNÁNDEZ DÍAZ, 2003, p.126, tradução nossa).⁶⁰

Seguindo essa perspectiva, identificamos nove manchetes nas quais as mulheres estão na posição de sujeito receptor da ação. Em apenas uma delas, N11, há um agente explícito (agressor) na posição paciente:

(N11) Aposentada é assassinada pelo marido com 9 facadas (A Gazeta, 25-06-13)

Em um outro caso, N10, a manchete aponta um “suposto agente”, que é o ex-namorado, contudo, ele é mostrado apenas como suspeito e não aparece exercendo a ação:

(N10) Jovem de 20 anos é morta, e ex-namorado é suspeito (A Gazeta, 30-05-13)

Nos outros sete casos não há agentes explícitos nas manchetes, o que configura a não representação desses atores no nível dos tópicos (MACHIN, 2007; VAN LEEUWEN, 2008). Contudo, embora não sejam explicitados nos títulos, eles podem ser facilmente recuperados em nossos modelos de situação acerca desse tipo de crime. A presença dos agentes nos modelos mentais é notada por van Dijk (2014; 2016) que discute o papel do conhecimento na compreensão do discurso, de modo que grande parte das informações ficam armazenadas nos modelos mentais em forma de *scripts*, esquemas, categorias, que serão ativados de acordo com o assunto em evidência. Assim, temos um conhecimento geral sobre esse tipo de assassinato de mulheres e, ao ler a manchete mesmo sem agente, acionamos rapidamente o agente assassino, na maioria das vezes o companheiro ou ex-companheiro, que, nesse caso, está semanticamente implícito (VAN DIJK, 2016). Vejamos alguns exemplos:

(N3) Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho (A Gazeta, 09-02-13)

(N4) Mulher foi torturada e queimada por vingança (A Tribuna, 22-03-13)

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

⁶⁰ [...] en ellas se imbrican las elecciones léxicas, los argumentos, las estrategias retóricas (FERNÁNDEZ DÍAZ, 2003, p.126).

(N14) Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa, na Serra (A Gazeta, 23-07-13)

(N16) Morta a marteladas dentro de casa (A Tribuna, 23-07-13)

(N20) Garota de 15 anos assassinada com 13 tiros (A Gazeta, 28-08-13)

(N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13)

O fato de não haver agentes explícitos nesses títulos pode estar relacionado à questão de não se conhecer a causa do assassinato ou à adoção da presunção da inocência, como defendido por lei, critério que pode ter sido usado também em N10 para se referir ao ex-namorado como suspeito. Contudo, apesar dos acusados não serem citados nas manchetes, eles são apontados explicitamente no decorrer das narrativas, sendo N4 a única exceção em que se cogita o “crime passional” sem mencionar o nome do acusado. Nessa perspectiva, a construção dessas macroproposições não parece seguir a regra da presunção da inocência, já que isso implicaria a não menção do assassino ou do suspeito em todo o texto e não somente nas manchetes. Para exemplificar como isso ocorre, vejamos N8:

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

L. da S., 21, foi preso pela morte de G., sua ex-mulher. Ele alega que foi informado de que ela estava com outro.

Nessa notícia, por exemplo, o agente do crime é citado logo no lide. Assim, percebe-se que a escrita da macroproposição sem agente é uma escolha. Essa prática é nomeada por Machin (2007) e van Leeuwen (2008) como sub-representação dos atores, na qual os atores principais das ações são omitidos dos tópicos. Além disso, a ausência do agente parece ser “compensada” nas manchetes já analisadas pelos modos como as mulheres foram mortas, como em “golpes de canivete”, “torturada e queimada”, “golpes de martelo”, “marteladas”, “13 tiros”; ou pela motivação da ação “vingança” e “fofoca”. O estudo de Tomazi (2017) já mostrou algo semelhante ao notar a ocorrência frequente de construções sintáticas passivas adjetivas com a inclusão do elemento que indica a causa da agressão e das passivas adjetivas acrescidas de instrumento. Isso também é reforçado em outra pesquisa, na qual é notado que o título não só chama atenção

pelo apagamento do agente, mas pela ênfase na crueldade do assassino (TOMAZI, 2019).

O que desperta atenção é que essas informações são selecionadas para compor a parte de mais destaque na notícia, que é a manchete. Com apelos sensacionalistas, essas informações trazem detalhes sobre os assassinatos de mulheres e incidem diretamente na representação dos corpos das vítimas. Isso tudo não é acompanhado de uma discussão sobre as causas sociais dos assassinatos, bem como das consequências dessas atitudes para familiares de ambas as partes, o que resulta no estereótipo de que tais crimes são extremamente cruéis e inevitáveis.

Dessa forma, as informações escolhidas para compor essas manchetes são apelativas, omitem os violadores e não representam a ideia principal da notícia. Em se tratando da violência de gênero, o estudo de Tomazi, Rocha e Ortega (2016) mostrou que a predominância da construção sintática passiva configura uma estratégia que favorece o criminoso, já que o jornal topicaliza a vítima e reproduz ideologia machista, “ao utilizar a voz passiva, o jornal ameniza ou, até mesmo, apaga o ator da ação. [...], sutilmente, a ‘responsabilidade/culpa’ da agressão é transferida para a mulher” (TOMAZI, ROCHA, ORTEGA, 2016, p. 63).

Em comparação, os agressores são apresentados semanticamente como pacientes em cinco manchetes:

(N15) Preso homem que matou aposentada (A Gazeta, 25-07-13)

(N25) Domador de cavalos é preso por matar duas mulheres (A Tribuna, 19-10-13)

(N26) Domador preso por matar mulher e amiga (A Gazeta, 19-10-13)

(N27) Assassino de babá é preso no sul (A Gazeta, 29-10-13)

(N28) Matador de babá é preso após saquear ônibus na 101 (A Tribuna, 29-10-13)

Em todos os casos, os assassinos são posicionados como receptores da ação de serem presos pelos crimes cometidos, o que parece ser bem positivo no sentido da resolução dos assassinatos. Porém, desperta atenção os papéis atribuídos aos atores em N27 e N28, que são nomeados como criminosos de uma vítima específica, “Assassino de babá” e “Matador de babá”, ou seja, são identificados em função da ação que cometeram e da vítima. Essa forma de representação é nomeada como individualização por Machin (2007) e van Leeuwen (2008) e pode implicar a interpretação dos assassinos como ameaças

apenas para as mulheres já assassinadas e não como perpetradores de um crime grave crime que afeta toda a sociedade capixaba, motivado em grande parte por crenças machistas e patriarcais.

Em todo o *corpus* não há manchetes em que as vítimas ocupem posição de agentes. Por outro lado, há seis casos em que os agressores são posicionados no início da oração, como agentes, e as vítimas, no final da oração, como pacientes:

(N1) Pedreiro confessa que degolou a mulher (A Tribuna, 06-01-13)
(N12) Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa (A Tribuna, 25-06-13)

Nesses títulos, embora tenhamos agentes nas orações, destaca-se novamente a ênfase aos modos cruéis do assassinato, como “degolou” e “facadas”.

A agência do assassino em outras duas manchetes também é motivo de destaque:

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)
(N23) Motorista de ônibus mata a mulher e comete suicídio (A Gazeta, 03-09-13)

Nesses dois casos, apesar de os assassinos exercerem a ação de agentes e, as mulheres, pacientes, à manchete é acrescentada a informação de que eles se suicidaram após matarem as mulheres. Essa estrutura da oração iguala o sofrimento dos assassinos aos das vítimas, como se os dois fossem igualmente vítimas do amor doentio. Esse problema é identificado por Meyers (1997) na análise de um caso semelhante que mostra como o assassinato da mulher perde todo o *status* de crime ao ser equalizado ao suicídio do homem. Assim, tanto em N22 como em N23, os suicídios após os assassinatos podem sensibilizar a empatia de leitoras(es) que tendem a se solidarizar com o “sofrimento” dos homens que preferiram a morte à possibilidade de viver sem as mulheres. Logo, os *femirracídios* ficam em segundo plano em função dos suicídios.

De maneira geral, essas análises apontam o que já foi resultado de estudos anteriores (TOMAZI; ROCHA; ORTEGA; 2016); TOMAZI (2017; 2019), sobre as vítimas serem mais citadas nas manchetes no início das orações e numa posição passiva e, os agressores, na maioria das vezes, omitidos nos títulos, além de ser enfatizado o modo cruel como foi cometido o crime. Essas estruturas discursivas direcionam a percepção de leitoras(es) em relação aos papéis sociais de vítimas e

agressores, nos casos de violência de gênero, contribuindo para representações estereotipadas.

3.1.3 Léxico e atribuição de papéis sociais a atores nas manchetes

O léxico e os papéis sociais atribuídos aos atores são elementos que ganham destaque nas análises das manchetes porque estão diretamente relacionados à agentividade. Nesse processo, há também implicações ideológicas, já que as escolhas relacionadas ao léxico e aos papéis não apenas significam ou descrevem o que e quem está sendo representado, mas apontam avaliações com base em crenças e opiniões (VAN DIJK, 1991).

Para Cameron (1985), todas as escolhas (lexicais) simbolizam posicionamentos políticos e, principalmente, relações assimétricas de poder entre gêneros, como o uso genérico do pronome *he* na língua inglesa e *ele* na língua portuguesa que representa a dominância de uma ideologia sexista nas sociedades. É por meio dessas escolhas que West, Lazar e Kramarae (2000) argumentam que podemos aceitar tacitamente e perpetuar o *status quo* ou desafiá-lo e mudá-lo.

Nas manchetes em análise, os atores sociais são geralmente representados a partir da relação com a(o) companheira(o), por meio da faixa etária e da profissão. Quando se trata da vítima, “mulher” e “ex-mulher” são as palavras usadas em 13 das 35 manchetes estudadas, tratando-se, pois, da forma mais utilizada para identificar a pessoa assassinada. Retomemos N22 e N23 para exemplificar essa representação:

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)

(N23) Motorista de ônibus mata a mulher e comete suicídio (A Gazeta, 03-09-13)

Esses dois casos mostram que o emprego de “mulher” e “a mulher” é feito em oposição a “marido”, ou seja, a partir da sua relação com o assassino, fato que, segundo Ventura (2014), pode contribuir para a negação da identidade da vítima. Em outras duas manchetes, porém, o uso de “mulher” é feito no sentido de expressar o gênero:

(N4) Mulher foi torturada e queimada por vingança (A Tribuna, 22-03-13)

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

De modo geral, observamos que essa mudança no sentido de “mulher” é provocada pelo cotexto e ausência do agente na manchete.

Em comparação, os assassinos são nomeados como “homem” apenas uma vez em todas as manchetes e o sentido expressado é para designar o gênero:

(N15) Preso homem que matou aposentada (A Gazeta, 25-07-13)

Além dessa nomeação, o assassino também é referenciado numa relação com a vítima em outras manchetes, como namorado (1 vez) e marido (2 vezes):

(N11) Aposentada é assassinada pelo marido com 9 facadas (A Gazeta, 25-06-13)

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)

(N19) Namorado atira, e estudante morre (A Gazeta, 28-08-13)

N11 e N22 exemplificam as duas únicas vezes em todo o *corpus* em que a palavra “marido” é usada nas manchetes para se referir ao assassino. O que mais chama atenção, contudo, é a palavra “namorado” em N19, usada para nomear o assassino da “estudante”. O destaque para o uso desse termo ocorre por dois motivos: primeiro, porque é empregado para designar o papel do ator social numa relação amorosa que, apesar de representado de maneira ativa “namorado atira”, aparece em uma oração coordenada, o que induz a leitura das ações de maneira independentes, como se a primeira oração “namorado atira” não tivesse uma relação direta com “estudante morre”. Isso nos faz pensar o porquê desse tipo de construção sintática ao invés de “Namorado atira em estudante” ou “Namorado mata estudante”. Na leitura do texto da notícia é possível perceber que o crime é tratado pelas fontes, familiares do casal (eles eram primos), como um “acidente”, o que pode indicar a escrita de uma manchete “menos acusativa”. Apesar disso, é possível notar uma relação de causa e consequência no título em razão do conector “e” (coordenada aditiva) e dos sentidos contextuais, em consonância com Bechara (2009, p.320), o qual afirma que “o grupo das orações coordenadas permite-nos

extrair um conteúdo suplementar de ‘causa’, ‘consequência’, ‘oposição’; e também, de acordo com os resultados observados por Tomazi (2017), a respeito de o uso da voz ativa com o conector “e” em coordenadas aditivas servir para o encadeamento dos fatos.

O segundo motivo pelo qual N19 merece nossa atenção está relacionado ao fato de junto a N21 constituir a continuação do caso relatado pelo jornal. Comparemos as duas manchetes:

(N19) Namorado atira, e estudante morre (A Gazeta, 28-08-13)

(N21) Estudante diz que matou por acidente (A Gazeta, 29-08-13)

Observa-se que N21 foi publicada no dia seguinte à N19, representando a continuidade da narração do caso. A diferença relevante entre elas é o fato de o “namorado” em N19 tornar-se “estudante” em N21, ou seja, muda-se a forma de nomear o agressor que antes foi identificado na relação com a vítima e depois como alguém que frequenta uma instituição de ensino. A referência “estudante” atribui sentido positivo ao assassino, já que essa palavra denota uma pessoa estudiosa, que realiza atividades estudantis, socialmente vista como inexperiente e menos responsável por suas ações, o que o desvincula da ação do crime de gênero. Assim, a mudança do *status* “namorado” (N19) para “estudante” (N21) implica uma avaliação mais positiva para um assassino. A amenização do crime cometido pelo namorado em N21 por meio da mudança de representação do acusado como “estudante” assemelha-se ao que foi notado em uma das pesquisas de Meyers (2013), que mostrou como a adição do elemento “educação” afetava positivamente a imagem dos agressores em casos de violência contra mulheres negras no evento *Freaknik* representado pela imprensa estadunidense.

Por fim, N21 está escrita em discurso indireto, o que diminui a participação do jornal na declaração, dando voz ao assassino que justifica a ação como um “acidente”, algo inesperado e não intencional, além de haver a omissão da vítima, o que diminui ainda mais o valor negativo da ação dele. A construção de N21 reforça ainda a nossa leitura a respeito da escrita “menos acusativa” de N19, já que a informação de “acidente” no texto de N19 é promovida a tópico em N21. Se compararmos a manchete de N21 com outras de nosso *corpus*, vemos claramente a diferença entre títulos mais acusatórios e mais prudentes, como de N12, por

exemplo, (N12) *Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa (A Tribuna, 25-06-13)*, no qual o marido assassina a esposa e alega que o motivo foi ciúmes.

Já as outras formas de identificação das vítimas são feitas a partir da faixa etária (garota, estudante, jovem, idosa), da profissão (aposentada, cabelereira e enfermeira) e em um caso pela causa/instrumento do assassinato (morta a marteladas). Os usos de “garota”, “estudante” e “idosa” nas manchetes estão relacionados às idades das vítimas, observação que é confirmada na leitura da notícia. Quando comparados ao uso de “mulher” e “ex-mulher” nos textos das notícias, notamos que esses vocábulos tendem a serem usados para representar as vítimas de maneira mais positiva, discussão que faremos mais adiante.

Nas três manchetes em que as palavras “garota”, “estudante” e “idosa” aparecem, os assassinos ou suspeitos são os ex-namorados.

(N10) Jovem de 20 anos é morta, e ex-namorado é suspeito (A Gazeta, 30-05-13)

(N20) Garota de 15 anos assassinada com 13 tiros (A Gazeta, 28-08-13)

(N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13)

O termo “idosa”, por exemplo, é usado no título para representar uma vítima de 84 anos, informação que é mostrada logo no lide:

(N14) Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa, na Serra (A Gazeta, 23-07-13)

Uma aposentada de 84 anos foi morta a marteladas, dentro da própria casa.

O fato de o jornal usar a palavra “idosa” para se referir a uma pessoa de 84 anos não deve causar estranhamento, assim como “estudante”, “garota” e “jovem” para nomear vítimas com menos idade. De fato, a variação por si só nas manchetes parece inofensiva não fosse o tratamento diferenciado que essas vítimas recebem nas notícias em relação às “mulheres” ou “ex-mulheres”. Em N14, por exemplo, nota-se uma representação positiva da idosa que é descrita em todo o texto como vítima de uma grande crueldade. O mesmo se percebe na leitura das notícias N10, N20 e N24, em que os crimes contra a “jovem”, a “estudante” e a “garota” parecem ser mais questionados do que contra as “mulheres”, como se os

assassinatos contra a primeiras vítimas fossem motivo de mobilização social enquanto os das últimas, não. Logo, os vocábulos “jovem”, “estudante”, “garota” e “idosa” tendem a ser usados com valor mais positivo do que “mulher” e “ex-mulher”. Essa observação indica a presença do marcador “idade” como um eixo de opressão. Para chegarmos a uma reflexão mais ampla sobre esse ponto é necessário analisar detalhadamente como essas palavras nas manchetes se relacionam com avaliações feitas em toda a notícia, por esse motivo, esse debate será retomado nos itens 3.2.1 e 3.3, quando são analisadas as representações textuais e semióticas das vítimas.

Outra maneira pela qual os atores sociais são representados nas manchetes é por meio da profissão. No caso das vítimas, as profissões são: babá, cabeleireira e doméstica. Já os agressores: pedreiro, lavrador, motorista, domador de cavalos e empresário. Com exceção de empresário, sabe-se que todas as outras profissões são comumente desempenhadas por pessoas de classes empobrecidas, por isso, as manchetes direcionam para a leitura de esse crime envolver pessoas mais pobres. Isso aponta para uma das intersecções que marcam os assassinatos de mulheres negras, que é a classe social. Contudo, apenas a menção da profissão no título não é suficiente para tecermos conclusões mais gerais sobre o *femirracídio*, por isso essa discussão será retomada no próximo item, quando estudada a representação dos atores sociais nos textos das notícias.

3.2 REPRESENTAÇÕES DE ATORES SOCIAIS NAS NOTÍCIAS

A representação de atores envolvidos em eventos e práticas sociais e as relações estabelecidas entre eles, segundo Resende e Ramalho (2017, p.106), “podem ser analisados em textos e interações, de um ponto de vista representacional, em termos de quais atores são incluídos e excluídos da representação e a quais atores é dada a proeminência, por exemplo”. Esse entendimento vai ao encontro do que propõe van Leeuwen (2008) a respeito das representações de atores sociais no discurso, as quais, segundo o autor, devem ser pensadas não apenas a partir de categorias linguísticas, mas também sociológicas, de como são feitas essas representações nos discursos de acordo

com interesses e propósitos de comunicação. Isso significa, para o autor, que os atores sociais podem ser representados nos discursos de diversas formas (agência, nomeação, apagamento do agente) e analisar os efeitos das diferentes representações nos ajuda a compreender como algumas crenças são (re)produzidas na sociedade.

Ainda conforme Resende e Ramalho (2017), para observarmos as diferentes representações é preciso considerar diferentes discursos de um mesmo evento ou de eventos semelhantes. Nos resultados do estudo sobre a representação de atores sociais em notícias impressas sobre violência sexual na Espanha de Fernández Díaz (2003), por exemplo, foram mostradas representações distintas entre pessoas de profissões socialmente prestigiadas ou não prestigiadas pela sociedade. Já em van Leeuwen (2008), identificado o racismo velado em análises multimodais de imagens de imigrantes em livros escolares (VAN LEEUWEN, 2008).

A exemplo desses trabalhos, faremos o estudo da representação dos atores no âmbito textual neste item e, no âmbito das imagens, no item 3.3. Essa escolha é apenas uma opção metodológica para melhor apresentação das análises em função da quantidade de informações que estão sendo estudadas.

A partir da análise textual das notícias, identificamos que os atores representados nas narrativas são geralmente vítimas, agressores, policiais, parentes das vítimas e dos agressores e vizinhas(os). Dada a relevância de vítima e agressor, faremos o estudo da representação desses atores no texto, enfatizando questões como: papéis sociais, idade e profissão e, depois, nas imagens, destacando marcadores como gênero, classe social e raça. Já policiais, vizinhas(os) e parentes serão estudados no item 4.2, no qual analisaremos as Fontes nas notícias.

3.2.1 Representações das vítimas nos textos

As vítimas são comumente representadas nas notícias a partir da idade, da relação com o agressor, da profissão e dos papéis no *femirracídio*. Com exceção da última, as três primeiras representações também foram identificadas nas manchetes, conforme item 3.1.3. Dessa forma, a intenção agora é analisar

como essas representações são construídas no decorrer da notícia e se contribuem ou não para a reprodução de estereótipos em relação às vítimas.

As análises das representações das vítimas no texto estão divididas em subtópicos que foram definidos em virtude da relevância e frequência de ocorrência nas notícias.

3.2.1.1 *Vítima: idade, relação com o agressor e papéis no femirracídio*

As vítimas são identificadas nos textos a partir da intersecção de três elementos: idade, relação com o agressor e papéis no *femirracídio*. A Tabela 2 mostra como esses elementos se relacionam e a frequência de ocorrência de cada um deles nas narrativas.

Tabela 2 - Papéis sociais das vítimas nas notícias

PAPÉIS SOCIAIS DAS VÍTIMAS NAS NOTÍCIAS A PARTIR DA FAIXA ETÁRIA, DA RELAÇÃO COM OS AGRESSORES E DOS PAPÉIS NO <i>FEMIRRACÍDIO</i>						
Faixa etária	Papel da vítima de acordo com a faixa etária	Ocorrências das palavras	Papel da vítima na relação com o agressor	Ocorrências das palavras	Papel da mulher no <i>femirracídio</i>	Ocorrências das palavras
De 13 anos a 17 anos	Menina Garota Estudante Adolescente	1 2 5 5	Ex-mulher Mulher	4 2	Vítima	2
De 18 a 21 anos	Jovem Mulher Estudante	4 1 1	Ex-namorada	1	Vítima	3
De 22 a 30 anos	Mulher Estudante Jovem	6 7 3	Companheira Namorada Ex-mulher Esposa	1 1 7 1	Vítima	15
De 31 a 40 anos	Mulher Jovem	19 1	Mulher Ex-mulher Companheira Namorada	10 1 3 2	Vítima	14
De 41 a 50 anos	Mulher	1			Vítima	12
De 51 a 60 anos	Aposentada	6	Mulher	4	Vítima	6
De 61 a 84 anos	Aposentada Idosa	16 7			Vítima	13
Sem idade			Mulher	2	Vítima	4

A sumarização dos perfis dessas mulheres mostra que a maioria das vítimas têm entre 13 e 84 anos de idade, sendo apenas uma delas sem identificação de faixa etária. As palavras que as identificam nos textos são usadas, em sua maioria, de acordo com a idade, numa escala crescente de “menina” à “idosa”. Todas elas assumem em algum momento da narrativa o papel de “vítima” quando esse vocábulo é usado para se referir aos papéis dos atores sociais no *femirracídio*. Isso poderia nos levar a afirmar que os jornais representam as mulheres assassinadas sempre como vítimas do *femirracídio*. Contudo, veremos nas discussões seguintes que essa hipótese não é totalmente verdadeira, pois diversas outras informações destacadas nas notícias, como divórcio, filhos de outro casamento, envolvimento com drogas e abandono do marido fazem com que a maioria das mulheres assassinadas sejam responsabilizadas pelo próprio assassinato, na medida em que a credibilidade da vítima é desconstruída com a ênfase dessas informações.

Quanto à representação das vítimas com identificação dos papéis nas relações com os agressores, percebe-se uma frequência maior das palavras “companheira”, “namorada”, “ex-mulher”, “esposa” e “mulher” nas faixas etárias entre 13 e 40 anos. A representação como “mulher” e “ex-mulher” no *corpus* inicia-se especificamente aos 17 anos. Isso aponta para o fato de que é entre essas idades que a maioria das vítimas são representadas em relação ao companheiro.

Aqui, retomamos uma discussão iniciada no item 3.1.3 sobre a percepção de que nos crimes contra mulheres mais jovens, nomeadas como “menina”, “garota”, “estudante” ou mais velhas, como “idosa” e “aposentada”, as vítimas são tratadas de maneira mais positiva do que em comparação aos cometidos contra “mulher” e “ex-mulher”, que tendem a serem retratadas de modo mais negativo.

Para verificarmos como isso ocorre no texto, comparemos três notícias:

(N20) Garota de 15 anos assassinada com 13 tiros (A Gazeta, 28-08-13)

A estudante D. O., de 15 anos, foi encontrada morta em uma estrada de Guarapari, na quinta-feira, com 13 tiros. Para a família, o namorado é o principal suspeito.

Eles só souberam do crime quando receberam uma ligação do Departamento Médico Legal (DML). “Ela fazia um trabalho sobre a violência contra a mulher, e não imaginava que seria a próxima vítima”, disse um irmão de Diana.

D. morava no bairro Jaburuna, em Vila Velha, e estudava na escola Polivalente da Glória. Há quatro meses, começou a namorar com um

rapaz de 20 anos, morador do bairro de Guaranhus, também em Vila Velha. Mas a família sempre desconfiou das atitudes do rapaz, revela o irmão da jovem, um marinheiro de 22 anos.

(N14) Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa, na Serra (A Gazeta, 23-07-13)

A arma usada no crime foi encontrada dentro do imóvel, perto do corpo da aposentada

Uma aposentada de 84 anos foi morta a marteladas, dentro da própria casa.

O corpo de M. de A. foi encontrado pela filha de 57 anos, que preferiu não se identificar, às 17h40 de domingo. O principal suspeito do crime, segundo a polícia, é o companheiro da vítima, que está foragido. M. foi morta no sábado. O crime violento chocou os moradores da Rua Itu, no bairro Feu Rosa, na Serra.

“O que fizeram com a M. foi uma covardia. Ela sempre foi uma pessoa muito trabalhadora”

J. DE O., VIZINHO

“MINHA MÃE ERA UMA PESSOA MUITO BOA”

Filha de M. de A.

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

L. da Silva, 21, foi preso pela morte de G., sua ex-mulher. Ele alega que foi informado de que ela estava com outro

Uma história de amor acabou em tragédia por causa de uma fofoca. É o que alega L. S. da S., 21 anos, que confessou ter matado a ex-mulher, G. A. da S., 24, ao descobrir que estaria sendo traído. Segundo ele, o tiro foi acidental. L. que também confessou ser traficante, foi preso na manhã de ontem, no bairro Jardim dos Palmares, em Cariacica.

“Uma amiga em comum me falou que G. estava ficando com outro rapaz na casa onde morávamos”, afirmou.

[...]

Após o crime, o acusado postou mensagem no Facebook dizendo que estava com saudade de G. “Estou sofrendo muito... meu amor se foi ora nunca mais voltar. Tiamey de uma tao forma que nunca mais amarei ninguem nesse mundo. Saudades G. (sic)”.

Em N20, a vítima “garota” é representada de maneira positiva, descrita como uma estudante, que inclusive fazia um trabalho sobre violência contra mulheres. Essa representação é ainda corroborada por uma avaliação negativa do namorado dela, suspeito do crime, que é descrito como alguém não confiável pelo irmão da vítima, única fonte na narrativa. Além disso, um recurso retórico é usado na manchete para dar mais veracidade à notícia e garantir o convencimento das(os) leitoras(es), que é o uso dos números (VAN DIJK, 1988), empregado por meio do destaque da idade dela, 15 anos, e dos 13 tiros desferidos contra ela.

A idade também é usada para definir a vítima em N14, destacada na primeira linha do lide: “Uma aposentada de 84 anos”. A vítima, identificada como “idosa” e “aposentada”, é representada de maneira positiva, ao ser descrita pelas

fontes - familiares e vizinho - como alguém “trabalhadora e boa”, além de serem topicalizadas informações que ressaltam a brutalidade do crime na manchete, “a golpes de martelo”, e que o “crime violento chocou os moradores”, no lide. Esses dados assim destacados direcionam para a leitura de que não se espera que uma mulher “idosa, trabalhadora e boa” seja vítima de um crime de gênero, já que não há nenhum motivo baseado em crenças machistas e patriarcais, como traição, abandono do marido, que “justifique” o assassinato.

O mesmo não ocorre em N8 que se refere à vítima como “mulher” e “ex-mulher”. A idade dela, 24 anos, só é mencionada no meio do primeiro parágrafo, quando outras informações como o motivo do assassinato, “fofoca” e traição da vítima, “ela estava com outro”, já foram topicalizadas na manchete e no subtítulo. Além disso, a narrativa é iniciada com a frase “uma história de amor acabou em tragédia por causa de uma fofoca”, que corrobora o fato de todo o relacionamento ter sido “destruído” pelas atitudes “imorais” da mulher e não pelo *femirracídio*. Diferente de N20 e N14, nas quais familiares das vítimas são fontes de informações, em N8, a principal fonte da notícia é o próprio assassino que “explica”, em discurso direto, o motivo do assassinato além de ter reproduzida dentro da própria notícia uma postagem feita na rede social na qual se declara à ex-mulher após o crime, ressaltando o estereótipo de marido que matou por “amor” e está arrependido.

A comparação dessas notícias (N20, N14 e N8) mostra a diferença nas representações das três vítimas, que são apresentadas a partir das escolhas das fontes: irmão da vítima; filha e vizinho da vítima; e assassino, respectivamente. Os discursos das fontes indicam avaliações dos jornais acerca dessas mulheres e têm uma relação direta com as idades delas. O destaque para as faixas etárias, segundo Ventura (2014), tem um efeito de “reforço dos mitos de violação”, uma vez que permite avaliar se elas são vítimas expectáveis ou não, sendo a violência das mais jovens associadas à beleza e, a das mais velhas, a alguma patologia do agressor.

Outra questão que chama atenção na Tabela 2 é a frequência com que a palavra “mulher” é usada para se referir às vítimas entre 31 e 40 anos, sendo 19 vezes relacionada ao sexo feminino e 10 vezes na relação com o agressor. De acordo com van Leeuwen (2008), isso pode ser identificado como uma estratégia

de coletivização, que ocorre quando as diferenças dentro de um grupo são homogeneizadas. De fato, é possível ver uma homogeneização entre as faixas etárias que leva a construção de três grandes grupos de vítimas: garotas, mulheres e idosas, sendo as “mulheres” tratadas como vítimas mais comuns ou com mais possibilidades de evitarem as próprias mortes do que as “garotas” e “idosas”. Essas representações estão relacionadas a atitudes e crenças em relação a essas “mulheres”, as quais são vistas como provocadoras da própria sorte/morte, pois “escolheram” estar com o agressor, ao passo que “garotas” e “idosas” são vistas como mais “inocentes”.

É claro que essa observação não é uma regra, já que, se compararmos a representação de vítimas de outros grupos, como estupros de garotas/adolescentes da periferia *versus* bairro nobre, poderemos ter representações bastante diferentes. Embora não faça esse tipo de comparação, o estudo de Carriço (2018) nos mostra como o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos em uma comunidade do Rio de Janeiro é representado pela mídia de modo a destacar informações pessoais dela, como ser usuária de drogas, ter um filho de 3 anos e manter amizades com traficantes, com objetivo de responsabilizá-la pela violência sofrida.

O fato é que se deveria ter em mente que questões relativas à classe social, à idade, à raça e ao comportamento não deveriam ser usadas como bases para avaliações das vítimas por parte do jornal, mas, ao contrário, poderiam ser problematizadas como marcadores e problemas que se interseccionam e acentuam ainda mais a violência em cada grupo.

As discussões levantadas até aqui não contemplam ainda a “profissão”, um dos elementos pelos quais as vítimas também são representadas e que nos aponta o marcador classe social. Esse será o tema da nossa próxima discussão.

3.2.1.1.1 Profissões/atividades das vítimas e classe social

A associação das minorias sociais com o tipo de trabalho que elas desempenham é algo observado por van Dijk (1987) como muito frequente em notícias que tratam de imigrantes, por exemplo, que geralmente relacionam essas pessoas a trabalhos subalternos, como limpeza, mas também a indivíduos que não

gostam de trabalhar. Essas representações estereotipadas mostram, segundo o autor, como os preconceitos étnicos e de classe podem estar relacionados. Tal relação ocorre porque raramente o marcador raça é usado de maneira isolada, já que “o discurso será influenciado ao mesmo tempo por outras condições sociais, como o poder, o *status* e a ocupação” (VAN DIJK, 2012, p.220).

Em se tratando de notícias sobre crimes de gênero, as análises de Tomazi, Rocha e Ortega (2016) já apontaram que profissões como “dona de casa”, “cabeleireira” e “cozinheira” aparecem com muita frequência nas manchetes e isso implica destaque para os casos de agressões que ocorrem com mulheres que atuam em profissões menos valorizadas socialmente, além de relacionar essa violência às classes sociais empobrecidas.

Seguindo essas descobertas, também observamos em nosso *corpus* que as profissões dos atores têm uma relação com a classe social. Já notamos anteriormente que a profissão é uma das formas mais utilizadas para se referir aos atores sociais nas manchetes e também nas notícias. O levantamento das profissões/atividades das vítimas em todas as narrativas ajuda a mapear as tarefas que elas desempenhavam. Vejamos os dados na Tabela 3:

Tabela 3 - Profissões/atividades das vítimas nas notícias

PROFISSÕES/ ATIVIDADES DAS VÍTIMAS NAS NOTÍCIAS	
Identificações	Quantidade
Estudante	5
Doméstica/diarista	1
Dona de casa	4
Babá	2
Cabeleireira	3
Aposentada	5
Auxiliar de Serviços Gerais	1
Vendedora autônoma	1
Vendedora de droga	1
Analista financeira	2
Não identificado	10

A sumarização das atividades/profissões das vítimas mostra uma maioria de profissões comumente desempenhadas por pessoas de classes sociais empobrecidas. Logo, esse fato aponta para a presença do marcador classe social como fator recorrente nas notícias estudadas.

O uso de profissões para definir vítimas e agressores é também notado por Ventura (2014), que observa um efeito de descredibilização dessas atividades, já que “essa associação cria relações complexas de empatia (ou ausência dela) em relação a vítimas e agressores e reforça estereótipos” (VENTURA, 2014, p.14). Dessa forma, a topicalização de profissões como vendedora, auxiliar de serviços gerais, babá, somada ao marcador raça, por exemplo, pode ajudar a construir estereótipos das vítimas do *femirracídio*, que podem ser “categorizadas” a partir dessas atividades de maneira negativa (MACHIN, 2007; VAN LEEUWEN, 2008). Essa representação negativa é perpetuada socialmente porque a população passa a associar a violência a pessoas pouco instruídas, pobres, negras, ou seja, cria-se a crença de que são violentas porque são pobres, negras e têm pouco estudo.

As notícias N5 e N31 ilustram isso ao representar as vítimas nas manchetes como “doméstica” e “dona de casa”, além de também retratá-las em fotografias nas quais é possível identificar a cor da pele, respectivamente. Os marcadores relacionados à profissão e à cor da pele cruzam-se com outras informações sobre os comportamentos classificados como “indevidos” das vítimas, como, no primeiro caso, a traição, e, no segundo, o papel de amante. A associação desses elementos constitui as representações dessas mulheres de modo que a violência seja vista como um ato inerente à vida dessas pessoas.

Cabe ainda ressaltar que as vítimas com profissões “estudante” e “aposentada” são mostradas de maneira menos negativa do que “domésticas” e “donas de casa” e isso tem uma relação direta com a culpabilização dessas mulheres. Essa representação ocorre de maneira gradativa, o que chamamos de “*continuum* de culpabilização das vítimas”, e conta com a presença de outros marcadores, como idade, e outros problemas, como drogas, por exemplo. Por se tratar de uma discussão mais ampla, faremos o estudo desse *continuum* nos próximos itens.

3.2.1.2 O “*continuum*” de culpabilização das vítimas: do comportamento “*imoral*” à (quase) inocência

Os trabalhos de Benedict (1992) e Meyers (1997) mostram como a transgressão de normas e valores ditados socialmente podem tornar mulheres mais ou menos culpadas e sustentar os mitos de “puras” e “sedutoras” em casos de violência de gênero. Na mesma esteira, Ventura (2014) e Tomazi (2019) destacam como comportamentos das vítimas anteriores às agressões são usados em crimes de gênero, para reproduzir os mitos da violação e culpar as vítimas, respectivamente, tornando-as mais ou menos “responsáveis” pelos crimes sofridos.

A partir desses estudos, percebemos que também em nosso *corpus* há uma hierarquização das vítimas que é construída a partir de uma série de informações nas narrativas que fazem com que leitoras(es) construam, na maior parte das vezes, representações negativas das mulheres, vistas como responsáveis pelo próprio assassinato ou que poderiam ter evitado o *femirracídio*. Essa culpabilização não é feita a partir de afirmações explícitas, mas por meio de um conjunto de informações e detalhes que são apresentados no texto para narrar a violência e que desqualificam as vítimas. Trata-se da apresentação de um *continuum* de informações sobre as vítimas, que oscila entre o comportamento imoral e a (quase) inocência.

Dessa forma, partindo do polo de culpabilização total ao polo de (quase) inocência, veremos a seguir algumas das principais informações que compõem esse *continuum* de culpabilização.

3.2.1.2.1 A mulher “provocadora”

Um dos elementos mais frequentes no *continuum* da culpabilização é a ênfase em comportamentos da vítima. Destaca-se, de modo geral, ações da vítima como traição, idas a festas/bares, rompimento do relacionamento com o agressor e incitação de brigas. Observemos o trecho de N13:

(N13) Preso por assassinar a ex-mulher (A Tribuna, 29-06-13)

L. de O., 24, disse que matou J. R., 17, porque estaria sendo traído por ela. Crime foi em abril, em Viana

Foi preso na manhã de ontem o assassino confesso da estudante J. de F. R., de 17 anos. L. R. de O., 24 anos, ex-marido da vítima, afirmou que matou a adolescente porque teria sido traído por ela e ficou nervoso ao vê-la bebendo em um bar após o término do relacionamento dos dois [...].

Nesse fragmento, os textos do subtítulo e lide informam que a vítima teria traído o ex-marido e em seguida ido a um bar beber. Essas informações, baseadas em preconceitos que classificam comportamentos “impróprios” para mulheres, são exemplos de como essa notícia (re)produz crenças machistas, sexistas e patriarcais, pois narra que o “ex-marido” foi traído – se estavam separados não houve traição -, e, ainda, ignora o fato de haver uma relação do assassino com uma adolescente, isto é, menor de idade, e ainda mencionar que ela consumia bebida alcoólica. Se não bastasse isso, a notícia segue enfatizando provocações da vítima ao ex-marido:

(N13) Revoltado, ele afirmou que não aceitou vê-la bebendo, foi até o local onde sua ex-mulher estava e a chamou para conversar. Mas, segundo o acusado, os dois iniciaram uma discussão e a vítima teria jogado um copo de cerveja em cima dele. Então, ele atirou duas vezes contra a adolescente e fugiu (**A Tribuna, 29-06-13**).

A sequência das informações narradas ilustra como o texto é construído numa escala crescente de “humilhações” vivenciadas pelo agressor, que são provocadas pelas atitudes da adolescente, como o “abandono do casamento”, a “ida ao bar” e a ação de “jogar um copo de cerveja no ex-marido”. Após esse conjunto de acontecimentos, o ex-marido, caracterizado com o adjetivo “revoltado” no parágrafo anterior, mata a ex-mulher.

Toda essa sucessão de eventos que avalia o comportamento da vítima como “transgressor” e “abusivo” é ainda reforçada por uma entrevista feita com o assassino, que compõe metade da notícia, com perguntas voltadas para a explicação do crime. Vejamos um trecho da entrevista:

(N13) “Ela estava rindo. Achei um abuso”

Ele disse que cometeu o crime porque a viu bebendo num bar, dias após o fim do relacionamento e achou que foi “um desaforo”.

A Tribuna – Por que você e sua mulher terminaram o relacionamento de vocês?

Assassino – Uma semana antes do crime nós decidimos colocar um fim em nosso relacionamento. Eu vi no celular dela mensagens enviadas

para outro homem, onde ela dizia que o amava e ficava claro que ela estava me traindo. Depois eu escutei uma conversa dela com um cara pelo telefone, nós brigamos por isso e terminamos.

A Tribuna – **Vocês continuaram mantendo contato após o fim do relacionamento?**

Assassino – Eu fiquei morando na casa onde antes morávamos juntos e ela foi morar com a família. Às vezes, a gente se encontrava porque morávamos perto. Ela também me ligou algumas vezes fazendo provocações, dizendo que não precisava de mim. Mas não reatamos (**A Tribuna, 29-06-13**).

O título da entrevista “Ela estava rindo. Achei um abuso” direciona a leitura para o comportamento “provocador” da vítima que teria despertado a fúria do ex-marido ao ferir a “honra” dele. Isso é reforçado pelas perguntas feitas ao agressor, que apresenta traição e provocações após o término do relacionamento como razões para o assassinato. Dessa forma, o jornal vocaliza a defesa do assassino nessa entrevista.

Em outra notícia, N3, a provocação é sugerida quando narrado que a vítima não parou para conversar com o ex-marido e disse que estava “com outro homem”:

(N3) Segundo a Polícia Militar, S. P. L., de 30 anos, havia saído da igreja Assembleia de Deus, com o filho de 8 anos e seguia para casa, quando o ex-marido, L. dos S. G., 41, abordou-a. Ele a seguiu de moto, pedindo que os dois conversassem. Como ela não parou, ele desceu da moto e segurou S. pelo braço.

Nesse momento, os dois começaram a discutir. A vítima teria dito ao acusado que estava com outro homem (**A Gazeta, 09-02-13**).

O trecho da narrativa descreve uma sucessão de ações que ocorreram momentos antes do assassinato, apresentando também avaliações negativas dos comportamentos da vítima. Semelhante à N13, uma entrevista feita com a irmã do assassino em N3 ressalta o fato de que todos os problemas entre o casal começaram quando a vítima “decidiu sair de casa, alegando que o casamento não estava dando certo”, além de o ex-marido tê-la visto “chegando em casa tarde de carro com outro cara”:

(N3) A Gazeta – Como era a relação da S. com L.?

Irmã do assassino - Eles viviam muito bem. Nunca tiveram nenhum problema durante o casamento. Toda a mudança começou pouco antes do Natal, quando ela decidiu sair de casa, alegando que o casamento não estava dando certo e que estava procurando outro lugar para morar.

[...]

A Gazeta – **Eles se encontraram depois que a S. saiu de casa?**

Irmã do assassino - Ele a viu chegando em casa tarde de carro com outro cara e ficou inconformado (**A Gazeta, 09-02-13**).

De modo análogo à N13, o adjetivo “inconformado” é usado para caracterizar o sentimento que levou o agressor a cometer o crime. Esses exemplos ilustram como as narrativas (re)produzem de maneira implícita as crenças de que as mulheres são as responsáveis pelo *femirracídio*. Essa prática no jornalismo capixaba é bastante frequente e já foi observada em diversos trabalhos, como os de Tomazi, Rocha e Ortega (2016), Tomazi (2017; 2019), os quais concluem que a transferência da responsabilidade da ação do agressor para a vítima mostra crenças preconceituosas de jornalistas e instituições jornalísticas.

Essas crenças sustentam o mito de que somente mulheres com comportamentos imorais são assassinadas ou de que elas sempre contribuem de alguma forma para a própria morte. Isso remonta às crenças do período colonial indicando que permanece a classificação do comportamento das mulheres como “honrado” e “desonrado”, conforme discutido por Nader (2001), a partir dos quais as condutas como fidelidade e infidelidade eram e ainda são empregadas para a “condenação” social da vítima.

3.2.1.2.2 A mulher usuária ou traficante de drogas

Outro fator que influencia a culpabilização da vítima é a ênfase no envolvimento dela com drogas ou de ela se relacionar com alguém que tem relação com drogas. Já foi discutido que o tráfico de drogas é um problema que contribui para o *femirracídio* porque acentua sobremaneira a situação de vulnerabilidade das vítimas. Retomando o estudo de Borges (2019), lembramos que o tráfico é a primeira das tipificações para o encarceramento das mulheres negras no Brasil, sendo, na maioria das vezes, a atividade usada para o sustento da família. Isso ajuda a entender porque as drogas são tão comuns nas notícias do nosso *corpus*. Vejamos alguns exemplos:

(N1) Pedreiro confessa que degolou a mulher (A Tribuna, 06-01-13)

O pedreiro K. N. dos S., de 18 anos, foi preso na tarde de sexta-feira, no bairro Corsanto, em Laranjeiras Velha, na Serra, acusado de degolar a mulher, E. S. C., no dia 29 de dezembro. [...]

Ele disse que chamou E. para consumir drogas numa construção, onde ficaram 30 minutos. [...]

B. informou que K. e a vítima trabalhavam vendendo drogas na região. “Os dois trabalhavam no tráfico. No depoimento, ele disse que E. queria tomar o lugar dele no tráfico”, afirmou.

(N4) Mulher foi torturada e queimada por vingança (A Tribuna, 22-03-13)

L. R. V. tinha sete passagens pela polícia. Delegado acredita que o crime foi execução a mando do tráfico ou passional

A auxiliar de serviços gerais L. R. V., 29 anos, que tinha desaparecido no dia 14 deste mês foi torturada e queimada depois de ser executada com três tiros na cabeça. A polícia acredita que ela foi executada por vingança e trabalha com duas linhas de investigação. [...]

Segundo o delegado F. A. P., que responde pela Delegacia de Fundão, L. tinha sete passagens pela polícia, entre elas, por tráfico de drogas e formação de quadrilha. [...]

As investigações preliminares apontam para uma execução relacionada ao tráfico de drogas e também um possível crime passional, pois, em janeiro deste ano, ela foi à polícia registrar ocorrência que estava sendo ameaçada pelo companheiro”.

Em N1 destaca-se o fato de que ela era usuária de drogas e também trabalhava no tráfico, já em N4, topicaliza-se no lide que ela tinha sete passagens pela polícia e, em seguida, no decorrer da narrativa, que essas prisões foram decorrentes do tráfico e da formação de quadrilha, aparecendo somente depois a informação de que ela estava sendo ameaçada pelo companheiro. Ou seja, constrói-se uma relação de causalidade entre as drogas e os assassinatos enquanto as relações desiguais de poder entre gêneros são negligenciadas. Ademais, é interessante ressaltar que, embora não se saiba a motivação do crime, a manchete de N4 culpabiliza a vítima antecipadamente com a palavra “vingança”, já que o ato de “vingar” é realizado por alguém que foi lesado por uma pessoa e age contra ela no intuito de revidar o mal sofrido. Sendo assim, o assassinato da mulher visto sob a ótica da vingança não causa comoção. Isso mostra como o eixo gênero tende a ser desconsiderado pela mídia quando há outros problemas que contribuem para o *femirracídio*, como as drogas.

Além do destaque para as usuárias e traficantes de drogas, há ainda a ênfase nas vítimas que se relacionam com o agressor que tem algum tipo de envolvimento com entorpecentes.

(N7) Após assassinato, declaração na internet (A Gazeta, 17-04-13)

L. S. confessou o crime; em mensagem no Facebook, ele afirma que ainda ama a namorada

Acusado de matar a ex-mulher e apontado como gerente de tráfico, L. S. da S., 21 anos, foi preso pela Polícia Civil, na manhã de ontem.

A menção da relação do assassino com o tráfico no lide funciona como uma avaliação dos jornais em relação às vítimas que deveriam estar cientes do perigo que correm ao manterem relacionamentos com “gerentes do tráfico”. Essa advertência, que atua como um “alerta” para outras mulheres que estão na mesma situação, é semelhante ao que foi mostrado por Benedict (1992) e Meyers (1997), no que se refere aos meios de comunicação avisarem sobre lugares e comportamentos “indevidos” para mulheres não serem estupradas. A associação dessa violência com drogas reforça também, como afirma Meyers (1997), a falsa crença de que mulheres que não são usuárias ou que não têm relação com traficantes estão seguras.

A propagação dessa estereotipia é muito grave, pois além de se atribuir a responsabilidade do assassinato às vítimas, também ignora todos os outros marcadores que estão relacionados ao *femirracídio*. Entendemos que o problema das drogas deve ser problematizado como um fator que acentua ainda mais a vulnerabilidade social dessas pessoas e não como uma única forma de se justificar ou explicar o assassinato.

3.2.1.2.3 A mulher divorciada e com filhos de outro casamento

A situação da mulher em relação ao matrimônio, o estado civil e filhos de outros relacionamentos também são informações ressaltadas nas narrativas noticiosas para retratar as vítimas. Esses destaques reforçam o preconceito em relação a essas mulheres, que sofrem julgamentos por não seguirem regras socialmente prescritas para “mulheres corretas”. Ou seja, leitoras(es) acionam modelos de situação nos quais, numa sociedade patriarcal, uma mulher com conflitos no segundo casamento é culpada pelo fracasso da relação. Logo, isso colabora para a culpabilização da vítima, que é vista como esposa e mãe ruim, já que não conseguiu levar a diante mais um relacionamento e ainda, em alguns casos, colocou a vida dos filhos em risco.

Os dois fragmentos de notícias a seguir mostram isso ao enfatizarem a informação de que as vítimas tinham filhos de outros relacionamentos:

(N18) O relacionamento entre J. e E. durou cerca de quatro meses. Segundo a polícia, a jovem tinha três filhos de um outro relacionamento (**A Gazeta 22-08-13**).

(N26) S. vivia junto com Ronaldo há um ano. Simone tinha três filhos de outro relacionamento (**A Gazeta, 19-10-13**).

Em trecho de outra notícia, durante uma entrevista do jornal com o assassino são feitas perguntas sobre a motivação do assassinato e, em uma das respostas, é apresentado em discurso direto a fala do agressor dizendo que cuidava do filho da vítima e mesmo assim foi traído:

(N28) A Tribuna - Você matou a K. K.?

Assassino - Sim.

A Tribuna - Por qual motivo?

Assassino - Traição. Ela me traiu. [...]

A Tribuna - Conversou com ela?

Assassino - Conversei. Falei poxa, não podia fazer isso comigo. Te dou tudo. Cuido de você, do seu filho. Se você não quisesse ficar comigo, falava. Não precisava me trair. Ela falou: traí e traio. Disse para ela "K., toma cuidado, você não sabe com quem está mexendo". Só que ela me disse "mete o pé". Foi quando peguei a arma e atirei (**A Tribuna, 29-10-13**).

Já em outra narrativa, é destacado o fato de a vítima ter engravidado de outro homem enquanto o ex-namorado, depois assassino, estava na cadeia:

(N2) Isso porque ele havia namorado com a vítima e, após o término do relacionamento, ela engravidou de outro homem enquanto J. estava na cadeia (**A Gazeta, 08-02-13**).

Nas quatro notícias, N18, N26, N28 e N2, a informação dos filhos é incluída nos textos sem que isso sirva para problematizar a violência de gênero. Na realidade, essa informação caracteriza o comportamento das vítimas como mulheres que parecem não se preocupar com a segurança dos filhos e que não obtêm sucesso em seus relacionamentos. Isso ainda é reforçado pelo fato de nenhuma notícia ressaltar que os agressores têm filhos de outros relacionamentos.

Por último, chama atenção a narrativa N6, que noticia o assassinato e o sequestro de duas filhas de 13 anos e 15 anos, respectivamente, perpetrados pelo ex-marido da mãe das meninas:

(N6) *Lavrador mata adolescente de 13 anos, filha da ex-mulher* (**A Gazeta, 25-03-13**)

Uma tragédia chocou os moradores da Rua Antenor Vieira, no bairro Santo Agostinho, em Viana. Uma menina de 13 anos foi assassinada e a irmã dela, de 15, sequestrada, na madrugada de ontem. O suspeito de cometer os crimes é o lavrador E. R., 37 anos, que há meses vinha ameaçando matar a ex-mulher e a família dela. Ele está foragido.

[...]

A motivação para os crimes, segundo a mãe das meninas, a diarista R. dos S., 31, seria a separação do casal, há seis meses. O casamento terminou depois que ela descobriu que o lavrador teria tentado estuprar a menina de 13 anos.

Nesses trechos iniciais da notícia, nota-se o fato de a filha de 13 anos ter sido vítima do padrasto não apenas no dia do assassinato, mas também antes, na tentativa de estupro. Até nesse momento, a atitude da mãe em se separar do marido é bem aceita socialmente, já que foi verificado que sua filha estava em situação de risco. Porém, no decorrer da narrativa, a informação de a razão para o crime ter sido o fato de o ex-marido descobrir que ela estava com um “novo namorado” desencadeia uma mudança na representação da mulher:

(N6) Há cerca de duas semanas, E. teria agredido o enteado, um adolescente de 16 anos, irmão da menina assassinada. O lavrador teria ido à casa da ex para ameaçá-la, depois que descobriu que ela estava com um novo namorado **(A Gazeta, 25-03-13)**.

Além disso, a narrativa ainda acrescenta o fato de o ex-marido ter ficado com dois filhos do casal, de 2 e 9 anos, após a separação:

(N6) De acordo com R., o ex-marido já havia retirado da casa dela os dois filhos do casal, dois meninos de 2 e 9 anos. “Logo que nos separamos, ele veio aqui e levou as crianças, eu fui na polícia e dei queixa, mas preferi deixar os meninos com ele porque me ameaçou dizendo que se eu fosse atrás dos meus filhos ele iria matar todo mundo, não ia sobrar ninguém”, contou **(A Gazeta, 25-03-13)**.

A partir desse relato, entende-se que a mulher tinha três filhos de um relacionamento anterior, de 13, 15 e 16 anos, respectivamente, mais dois filhos com o assassino, de 2 e 9 anos. Em função das ameaças do segundo marido, ela se separa e inicia um novo namoro que é apontado como o motivo do assassinato e sequestro das filhas pelo ex-marido. A notícia ressalta que as meninas só foram vítimas do ex-padrasto porque a mãe, alvo do assassino, não estava em casa no momento dos crimes.

Esse assassinato narrado em N6 difere das que temos tratado até aqui por a vítima fatal ter sido a enteada e não a ex-mulher do assassino. De início, poderíamos pensar não se tratar de um caso de *femirracídio*, mas de homicídio. Entretanto, o tratamos como *femirracídio* pelas circunstâncias do assassinato que ocorreu em razão de gênero por causa da ex-mulher. No caso de feminicídio, esse tipo de morte é nomeado como “feminicídio por conexão” ou “linha de fogo”, que é quando familiares ou pessoas próximas da vítima são feridas ou assassinadas por familiares ou conhecidos que tinham como alvo principal a mulher (SAGOT; CARCEDO, 2006)⁶¹. Por isso, de maneira análoga, entendemos também que a filha de 13 anos é vítima de “*femirracídio* por linha de fogo”, já que só foi assassinada porque era filha da ex-esposa do padrasto, que tinha como alvo principal a ex-mulher. Em nosso *corpus*, algo semelhante acontece em N25, na qual o homem mata não só a namorada, mas a amiga dela que estava junto a eles no ato do crime. Essa situação também é notada por Blay (2008), a qual verifica que 12% das vítimas fatais de violência de gênero são crianças de até 14 anos, em geral, filhas das vítimas ou dos agressores, que são atingidas por estarem próximas ao agressor no momento da violência.

Não obstante, consideramos que há a culpabilização implícita da mãe em N6 por meio da narração de comportamentos pouco aceitáveis na sociedade, como “chegar tarde em casa com outro” e “abandonar o segundo casamento”, além da descrição avaliativa da “mãe” que tem cinco filhos e está no terceiro relacionamento. Assim, ao ressaltar essas informações, a notícia reforça crenças patriarcais que definem o papel e as obrigações da maternidade como o cuidado e o zelo, atribuindo indiretamente à mãe a responsabilidade de ter colocado as filhas em risco.

É interessante refletir sobre como as mulheres ainda são julgadas por comportamentos tidos socialmente como “transgressores”, como ser divorciada,

⁶¹ As autoras Sagot e Carcedo separam o feminicídio em três tipos: femicídio íntimo - assassinatos cometidos por homens com quem as vítimas tinham alguma relação íntima, familiar, de convivência, ou de afinidade; femicídio não íntimo - assassinatos cometidos por homens com quem a vítima não tinha relações íntimas, familiares, de convivência, ou afinidade a estes; femicídios por conexão – assassinatos de mulheres que estavam na “linha de fogo” de um homem que tentava matar outra mulher (SAGOT; CARCEDO, 2006, p.414). O termo *intimate femicide* foi citado pela primeira vez por Russell, em 1976, quando discutia o conceito *femicide* no Tribunal Internacional sobre Crimes Contra as Mulheres (RADFORD; RUSSELL, 1992).

por exemplo. Dizemos “ainda” porque foi esse mesmo comportamento que mobilizou um país inteiro na década de 1970, no julgamento de Doca Street, e continua sendo utilizado de maneira implícita para noticiar crimes de gênero no século XXI. Ou seja, nas representações dos atores sociais, a “honra masculina” (NADER, 2014) continua sendo motivo de absolvição do assassino, absolvições que ocorrem no âmbito cognitivo das pessoas, no nível dos preconceitos, mas que podem atingir o âmbito das ações, nas atitudes discriminatórias.

3.2.1.2.4 A vítima (quase) inocente

O último estágio do *continuum* de culpabilização da vítima é a (quase) inocência. O exemplo mais típico desse tipo de representação é o caso de N16, notícia publicada por *A Tribuna* que narra o assassinato de uma idosa de 84 anos cometido pelo companheiro, um pedreiro de 41 anos. A notícia informa que a mulher havia conhecido o homem há poucos meses, quando o contratou para realizar um trabalho de pedreiro em sua casa e, como ele não tinha para onde ir, ofereceu abrigo para ele que passou a morar na casa dela. A atitude da idosa, que a princípio é tida como um gesto de bondade, é avaliada negativamente em algumas partes da notícia por meio de uma entrevista com a filha dela:

(N16) Morta a marteladas dentro de casa (A Tribuna, 23-07-13)

A TRIBUNA – A senhora conhecia o pedreiro que morava com a sua mãe? Como ele era?

FILHA DA VÍTIMA – Nem eu e nem a minha mãe conhecíamos ele. Fui contra o fato dele morar na casa da minha mãe, mas ela sempre gostou de ajudar as pessoas. Eu não tinha muito contato com ele. A única coisa que eu sei é que ele bebia muito.

Também são apresentadas entrevistas com amigas(os) e familiares que “alertaram” sobre o perigo de conviver com um desconhecido. Esses discursos são mostrados em uma parte da notícia que está sob o subtítulo “Amigos alertaram sobre o suspeito”:

(N16) Temendo que algo de ruim pudesse ser feito contra a aposentada M. de A., 84 anos, morta a marteladas em Feu Rosa, na Serra, amigos e familiares orientaram a idosa para que ela não abrigasse o pedreiro de 41 em sua casa.

[...]

“Eu aconselhei, disse que era perigoso, e olha só o que aconteceu. Foi muita covardia o que fizeram com ela. Estou com o coração na mão e profundamente triste”, afirmou (**A Tribuna, 23-07-13**).

Nesse trecho, nota-se que o fato de a vítima não ter dado ouvidos ao “aviso” dos amigos sobre a situação de perigo na qual estava vivendo funciona como um “alerta” para outras mulheres, especialmente para idosas. A violência contra a mulher idosa tem sido discutida nos movimentos feministas, como afirmam Nader e Silveira (2019), com objetivo de compreender como a idade, em diálogo com outros marcadores, raça/etnia e classe, compõem representações acerca dessas mulheres que “transmitem” papéis sociais impostos pela sociedade, geralmente produzidos pelo patriarcado. Em N16, a ideologia patriarcal perpassa toda a narrativa e contribui para que avaliemos a atitude da idosa de se relacionar com um homem “estranho”, 43 anos mais novo, já que, socialmente, acredita-se que uma mulher de 84 anos não é mais atrativa sexualmente e deveria permanecer sozinha.

De modo semelhante, em N12, o comportamento da vítima também é avaliado implicitamente ao mencionar que ela se casou com o agressor sem conhecê-lo: “um mês após começarem a namorar, os dois se casaram”:

(N12) *Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa (A Tribuna, 25-06-13)*

A aposentada M. L. R. P., 54 anos, que foi morta com nove facadas, conheceu o marido, o motorista A. C. S. da P., 43, – que confessou o crime à polícia – há quatro anos, em uma igreja evangélica. Um mês após começarem a namorar, os dois se casaram.

Além disso, depoimentos de parentes da vítima, que aparecem em destaque em N12, informam que ela sofria violência, mas permanecia com o marido porque “gostava dele”:

(N12) *“Ela gostava dele”*

“Demos muitos conselhos para ela se separar dele, mas infelizmente ela gostava dele. Quando ele chegou aqui, falou que era solteiro, mas há três anos o filho dele veio visitá-lo. Então, descobrimos que ele mentiu” (**A Tribuna, 25-06-13**).

Dessa forma, percebe-se que tanto em N16 como em N12, a representação das mulheres é feita a partir de uma (quase) inocência, já que elas poderiam ter “evitado” a morte se não tivessem tomado a decisão “precipitada” de se relacionarem com homens mais jovens e que conheceram há pouco tempo. Ventura (2017) nomeia esse tipo de descrição como “culpabilização suave”, assim intitulada para designar a conduta de mulheres que não é criticada de maneira explícita na notícia, mas de modo sutil por meio da narração de comportamentos pouco aceitáveis na sociedade.

Os “alertas” ressaltados nas notícias ilustram novamente uma avaliação das condutas “seguras” que mulheres devem adotar na sociedade para não serem vítimas da violência de gênero, tal qual não usarem “roupas que mostram o corpo” para evitarem o estupro (TOMAZI, 2014b). Logo, esses discursos nos remetem a crenças preconceituosas acerca dessas mulheres que passam a ser avaliadas a partir de suas atitudes.

3.2.2 Representações dos agressores nos textos

Os agressores são também identificados nos textos a partir da idade, da relação com a vítima, da profissão e dos papéis no *femirracídio*. Semelhante ao que foi mostrado nas análises das representações das vítimas, as três primeiras formas de apresentação também apareceram nas manchetes. Desse modo, faremos o estudo de como são feitas essas representações dos agressores no texto das notícias, observando se elas contribuem ou não para a reprodução de estereótipos em relação aos perpetradores do crime.

De maneira análoga ao estudo sobre as vítimas, os subtópicos a seguir foram definidos em virtude da relevância e frequência de ocorrência nas notícias.

3.2.2.1 Agressor: idade, relação com a vítima e papéis no femirracídio

Os agressores são representados nos textos a partir da intersecção de três elementos: idade, relação com a vítima e papéis no *femirracídio*. A Tabela 4 mostra

como esses elementos se combinam, bem como a ocorrência de cada um nas narrativas.

Tabela 4 - Papéis sociais dos agressores nas notícias

PAPÉIS SOCIAIS DOS AGRESSORES NAS NOTÍCIAS A PARTIR DA FAIXA ETÁRIA, DA RELAÇÃO COM AS VÍTIMAS E DOS PAPÉIS NO <i>FEMIRRACÍDIO</i>						
Faixa etária	Papel do agressor de acordo com a faixa etária	Ocorrências das palavras	Papel do agressor na relação com a vítima	Ocorrências das palavras	Papel do homem no femirracídio	Ocorrências das palavras
De 13 anos a 17 anos	Adolescente Estudante Garoto Rapaz Jovem	9 2 1 3 1	Namorado	7	Suspeito	2
De 18 a 21 anos	Rapaz	4	Namorado Marido Ex-marido Ex-companheiro	3 1 4 1	Acusado Suspeito	12 1
De 22 a 30 anos	Jovem Rapaz	1 1	Ex-namorado Ex-marido Marido	2 1 1	Suspeito Assassino Acusado	6 1 4
De 31 a 40 anos	Homem	3	Marido Ex-marido	4 1	Assassino Acusado Suspeito	2 5 2
De 41 a 50 anos	Homem	1	Ex-marido Companheiro Marido Namorado	3 3 11 1	Suspeito Assassino Acusado	10 4 10
Sem idade	Homem	3	Ex-marido Companheiro	8 1	Suspeito	2

Os agressores têm entre 17 e 50 anos de idade e, em comparação com a idade das vítimas, - a mais nova com 13 e a mais velha com 84 anos-, nota-se uma grande diferença entre os períodos em que as mulheres se tornam vítimas fatais e os homens, *femirracidas*. Essa discrepância pode estar conexas à relação de poder entre gêneros, que inclui a força física, por exemplo, já que agressores precisam dessa força para manusear algumas armas, como canivete, martelo e faca, e isso é mais difícil quando se é mais novo ou mais velho.

Em relação à identificação dos agressores de acordo com a faixa etária, observa-se o uso dos vocábulos adolescente, estudante, garoto, rapaz, jovem e homem, numa escala crescente. Na faixa etária dos 17 anos, os agressores “adolescente, estudante, garoto, rapaz e jovem” são identificados na relação com a vítima como “namorados” (7 ocorrências) e, no papel no *femirracídio*, como

“suspeitos” (2 ocorrências). A diferença na quantidade de uso dessas palavras mostra que agressores dessa faixa etária tendem a ser mais representados a partir da sua idade do que na relação com a vítima e menos ainda na atuação no crime. Esse tipo de representação pode estar relacionado ao fato de se tratar de pessoas menores de idade, que são penalmente inimputáveis e respondem a atos infracionais de acordo com a Lei n.8069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Já nas faixas etárias entre 18 e 50 anos, as identificações a partir da idade são bem menos frequentes se comparadas com as da relação com a vítima e do papel no *femirracídio*. Nessas idades, os agressores são identificados como “namorado, ex-namorado, marido, ex-marido, companheiro e ex-companheiro”, indicando para o fato de, na maioria das vezes, eles serem definidos a partir da relação com as vítimas. Essa última definição, contudo, não parece ser negativa para eles, ao contrário, atua representando-os de modo positivo especialmente quando ao papel vem associada a descrição do “amor” que levou o “marido” a cometer o crime:

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)

O motorista de ônibus E. C. assassinou K. com dois tiros e depois se matou. Crime foi cometido por ciúmes

Um relacionamento de 17 anos teve um fim trágico na manhã de ontem. Motivado por ciúmes, o motorista de ônibus E. G. C., de 36 anos, matou a tiros a sua mulher, a analista financeira K. S. N. C., de 32 anos. Em seguida, ele se matou.

[...]

Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o crime teria sido motivado pelo ciúme.

Nesse caso, o agressor é representado na relação com a vítima como o “marido” que mata a mulher por ciúmes, motivo que levou o “relacionamento de 17 anos” ao “fim trágico”, como é romanticamente descrito no lide de N22. A palavra “marido” é a mais utilizada para ser referir ao agressor em todas as notícias, totalizando 17 ocorrências. Se somarmos as ocorrências de “marido, ex-marido, companheiro e ex-companheiro”, temos um total de 39 ocorrências. Em comparação, cabe lembrar (como visto no item 3.1.2) que os agressores são representados como agentes em apenas seis manchetes em todo o *corpus*, nas

quais a palavra “marido” só aparece duas vezes. Isso indica que não topicalizar os agressores nas manchetes é uma opção dos jornais.

Por último, em relação à identificação do papel do agressor no *femirracídio*, nota-se o uso majoritário de “acusado”, 31 vezes, e “suspeito”, 21 vezes, em detrimento de “assassino”, 7 vezes. A razão do uso do léxico “acusado” e “suspeito” pode estar relacionada ao fato de o agressor ainda não ter sido julgado criminalmente, embora já tenhamos observado algumas manchetes mais acusatórias e outras mais prudentes, mesmo se tratando de casos ainda em julgamento. Nas notícias em que a palavra “assassino” é usada, esse substantivo é geralmente acompanhado pelo adjetivo “confesso”, como em: (N13) Foi preso na manhã de ontem o assassino confesso da estudante [...]” (A Tribuna, 29-06-13); ou da informação de que ele confessou o assassinato: (N27) “[...] M. foi encontrado e confessou o assassinato e o assalto” (A Gazeta, 29-10-13). Apesar disso, não há uma relação direta entre a nomeação “assassino” e a confissão do agressor, já que diversas outras notícias mencionam o fato de o homem ter confessado o crime e a representação continua sendo feita por meio de vocábulos como “acusado” e “suspeito”.

Além das representações discutidas até aqui, os agressores são ainda identificados a partir da “profissão”, que é foco da próxima seção.

3.2.2.1.1 Profissões/atividades do agressor e classe social

Assim como mostrado na análise das profissões/atividades das vítimas, também mapeamos as profissões/atividades dos agressores. Observemos a sumarização desse elemento na Tabela 5:

Tabela 5 – Profissões/atividades dos agressores nas notícias

PROFISSÕES/ATIVIDADES DOS AGRESSORES NAS NOTÍCIAS	
Identificações	Quantidade
Barbeiro	1
Estudante	3
Motorista	3
Lavrador	1

Auxiliar de serviços gerais	1
Empresário	4
Pedreiro	7
Domador de cavalos	2
Vendedor	1
Vigilante	1
Gerente do Tráfico/traficante	3
Não identificado	8

As profissões/atividades citadas nas notícias indicam uma quantidade maior de tarefas laborais em relação às encontradas nas manchetes, que foram apenas cinco, “pedreiro, lavrador, motorista, domador de cavalos e empresário”. Quase todas as profissões elencadas na Tabela 5 são geralmente desempenhadas por pessoas de classes sociais empobrecidas, sendo a única exceção, também observada nas análises das manchetes, a profissão “empresário”, que é socialmente mais prestigiada.

As notícias nas quais a profissão “empresário” é mencionada tratam do caso de uma mulher, dona de casa, que foi assassinada pelo companheiro, um empresário. O primeiro ponto que se deve destacar é o fato de cada jornal ter publicado duas notícias sobre o acontecimento que, inicialmente, havia sido noticiado como sequestro de um casal com assassinato da mulher e, depois, como “crime passionnal”. A continuidade do caso pode ser algo muito positivo quando as notícias informam a resolução dos crimes, como a prisão do agressor, por exemplo. No caso analisado, contudo, as notícias não são suficientes para a população conhecer o julgamento do *femirracídio*, pois as informações narradas indicam para mais um “crime passionnal” no qual o acusado permaneceu foragido.

No que se refere a forma como o agressor é representado, as quatro notícias veiculadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, N29 e N30, N31 e N32, respectivamente, identificam o companheiro da vítima como “empresário” e em nenhum momento o nome dele é citado nas narrativas e ele também não é retratado nas imagens. Não citar o nome poderia ser entendido como uma cautela pelo fato de ele ser apenas “suspeito” do assassinato, entretanto, em outras notícias do

corpus, os nomes dos agressores são expostos mesmo quando a investigação ainda não foi concluída. Além disso, na primeira notícia de *A Gazeta*, N29, a vítima é representada como uma desconhecida, embora se mencione o nome completo dela:

(N29) Casal é sequestrado em Vila Velha, e mulher é assassinada (A Gazeta, 14-11-13)

Uma mulher identificada como J. O. dos S., de 32 anos, foi morta com um tiro no rosto, e um empresário ficou ferido com um tiro na perna, depois de serem feitos reféns por bandidos, em Santa Mônica, Vila Velha.

[...]

Família de empresário não conhecia vítima

Familiares do empresário, que estiveram no local onde ele e a mulher foram baleados, conversaram com a polícia e afirmaram que ele é casado, mas não conheciam a mulher que estava na companhia dele no momento do crime.

A apresentação da vítima como uma “desconhecida” é feita pelo discurso indireto dos familiares do empresário, que ressalta o fato de ele ser casado. Ou seja, a vítima é representada como amante do homem.

Na segunda notícia de *A Gazeta*, N30, o jornal direciona a narrativa para um possível “crime passionnal”, porque foi identificada uma briga entre o casal no dia do crime, motivada pelo fato de ele não aceitar o fim do relacionamento:

(N30) Empresário some após assalto em que companheira foi morta (A Gazeta, 15-11-13)

BRIGA

O delegado revelou que o casal discutiu no dia do crime. A briga foi presenciada pelo irmão da vítima. “Ela queria terminar o relacionamento de 7 anos, mas ele não aceitava [...]”.

O mesmo ocorre na primeira notícia de *A Tribuna*, N31, na qual é também é topicalizada a suspeita de “crime passionnal” em entrevista com delegado de polícia, intitulada “Crime pode ser passionnal”:

(N31) Família de dona de casa não acredita em assalto (A Tribuna, 15-11-13)

[...] tivemos a informação de que ele discutiu com J. no dia do crime, porque ela queria a separação e ele não aceitava.

Já a segunda notícia de *A Tribuna*, N32, veiculada treze dias depois do assassinato, informa que o assalto foi descartado e o crime encaminhado para a Divisão de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM). Ainda que essa seja a

informação mais atualizada sobre o crime, a notícia não menciona nenhum novo dado sobre o agressor.

(N32) Descartado assalto na morte de dona de casa (A Tribuna, 28-11-13)

[...] o inquérito referente à investigação desse crime foi remetido na última semana para a Divisão de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM), que assumirá as investigações.

Cabe ainda dizer que três das quatro notícias trazem a mesma imagem da vítima, em que ela é retratada em enquadramento feito do joelho para cima e ângulo de perfil, sorrindo, por meio da qual observam-se as características étnico-raciais. Já em relação ao agressor, apesar de haver quatro notícias sobre o acontecimento, em nenhuma delas ele é identificado por nome, imagem e tampouco informado o desfecho do crime. Não obstante, van Dijk (2014) argumenta que embora o agente não seja representado, podemos inferi-lo em nossos modelos de situação, a partir do nosso conhecimento acerca desse tipo de acontecimento. Dessa forma, as leituras dos textos nos fazem acionar modelos de situação sobre um “crime passional”, no qual o homem, um “empresário casado e com família”, matou a amante, uma dona de casa, negra, por ciúmes e por não aceitar o fim do relacionamento.

A prática de exclusão ou não representação das(os) participantes principais das ações, como sinalizam Machin (2007) e van Leeuwen (2008), pode indicar a preservação da identidade do agressor, especialmente quando confrontamos essa notícia às outras já estudadas. Para efeito de comparação, em N14 e N15, que apresentam a sequência do *femirracídio* da idosa de 84 anos, o agressor, um pedreiro, é identificado com o nome completo desde a primeira notícia, embora ele só seja preso e confesse o crime dois dias depois.

(N14) Suspeito morava com a vítima

O pedreiro G. B. de O., 41 anos, é apontado pela Polícia Civil como suspeito de ter matado a aposentada M. de A. (**A Gazeta, 23-07-13**).

Dessa forma, vemos como há diferenças nessas representações quando combinamos os marcadores gênero, classe e raça nas análises.

Por último, outra atividade que ganha destaque nas notícias é a nomeada como “gerente do tráfico” ou “traficante”. Dada a relevância das drogas nos casos estudados, discutiremos isso no tópico seguinte.

3.2.2.2 O estereótipo de agressor usuário ou traficante de drogas

Nas narrativas estudadas até aqui, observamos com frequência a apresentação de razões para os crimes, informadas, geralmente, pelo próprio assassino, pela polícia ou parentes dos envolvidos nos casos. A maioria das justificativas estão diretamente relacionadas ao ciúme, à traição e ao fim do relacionamento e não são usadas para descrever o agressor, mas apenas para justificar o ato da violência em si. Nesse sentido, os agressores são descritos a partir de outras características ou comportamentos como ser traficante de drogas ou ter algum desvio social.

Um dos estereótipos de agressores mais propagados pelas notícias é o de uma pessoa que trafica drogas ou que é usuária de drogas. Nas duas formas, a ênfase nas drogas, como já mencionado, tende a ocultar eixos de opressão que estão relacionados à problemática, como gênero, raça e classe social, de modo que não haja reflexões acerca das intersecções que atravessam esse problema. Vejamos alguns trechos de notícias:

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

[...] L. que também confessou ser traficante, foi preso na manhã de ontem, no bairro Jardim dos Palmares, em Cariacica. [...]

Ele foi preso em uma casa, onde a polícia encontrou um revólver calibre 38, seis munições, 110 gramas de crack, 373 pedras de crack, 20 papélotes de cocaína, 241 buchas de maconha, duas toucas ninjas, dois radiocomunicadores, dois celulares e uma agenda com o controle da venda da droga.

Ele confessou que era gerente da boca de fumo onde a droga foi encontrada e disse que o revólver foi usado na morte de G.

Em N8, apesar da motivação do assassinato ser descrita como uma “fofoca”, a notícia detalha informações relacionadas às drogas, descrevendo o agressor como traficante “confesso”. Embora só haja três ocorrências em todo o *corpus* de “gerente do tráfico” ou “traficante”, as drogas são frequentemente associadas ao crime em várias notícias. De modo geral, a representação por meio

dessa atividade estabelece uma relação de causalidade entre drogas e o *femirracídio*, já que o assassinato de mulheres que se relacionam com traficantes geralmente não causa comoção popular.

Em N24, também é narrado que o agressor tinha envolvimento com tráfico de drogas:

(N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13)

Além do mandado de prisão pela morte de D. de J., P. H. L. F. já tinha um mandado de prisão por homicídio contra ele. Segundo a polícia, o crime teria ocorrido recentemente, em Vila Velha, cidade onde ele e W. tinham envolvimento com o tráfico de drogas.

[...] Apesar de eles não terem passagem por envolvimento com drogas, sabemos que atuavam no tráfico em Vila Velha” [...].

No momento em que foram presos, W. e P. H. tinham duas buchas de maconha e R\$ 1.900, que, segundo B., pode ser fruto da venda de entorpecentes.

De modo semelhante à N8, N24 também destaca a relação do agressor com as drogas, construindo uma representação negativa dele e, de maneira indireta, da vítima que se envolveu com um traficante. A razão do crime é também descrita como uma “fofoca”, “conversa fiada de adolescentes”, que se tratava de uma traição da vítima que provocou a ira do agressor.

A informação de que os agressores são usuários de drogas também é muito comum nas notícias, que às vezes trazem esse dado de maneira isolada, sem nenhuma contextualização. É o caso de N10, na qual esse dado é apresentado nas últimas quatro linhas do texto:

(N10) Jovem de 20 anos é morta, e ex-namorado é suspeito (A Gazeta, 30-05-13)

Segundo a polícia, o acusado é usuário de drogas, mas nunca foi preso. Ele está foragido.

Sem contextualização, percebe-se que essa informação serve apenas para construir a representação do agressor como alguém com problemas com entorpecentes e, por isso, uma pessoa perigosa de se conviver. A motivação para o *femirracídio* é narrada como uma “discussão” entre o casal, momento no qual o agressor cometeu o crime.

Embora nas três notícias, N8, N24 e N10, as razões para os crimes sejam narradas como “fofoca” e “discussão”, o fato de os agressores serem identificados a partir do envolvimento com drogas pode provocar questionamentos sociais a

respeito do comportamento das mulheres em manter um relacionamento com traficantes. Assim, isso contribui indiretamente para a representação negativa da vítima que pode ser avaliada a partir do comportamento dele. É claro que, como já defendido, as drogas devem sim fazer parte das notícias quando forem um dos problemas que contribuem para a situação de vulnerabilidade dos envolvidos, contudo, essa discussão deve ser parte de uma reflexão sobre os elementos que atuam na problemática e não apenas um modo implícito de julgar e caracterizar as ações dos atores sociais.

3.2.2.3 O agressor “anormal”

Nas notícias em que não são encontradas informações relacionadas às drogas e nas quais a vítima não é diretamente culpada pela violência, é comum que seja construída a ideia de que o agressor é uma pessoa com algum tipo de patologia ou comportamento antissocial, como assinala Ventura (2014).

Em nosso *corpus*, isso ocorre em N17, notícia publicada por *A Tribuna*, que dá continuidade à narrativa do assassinato de uma idosa de 84 anos, iniciada em N16. Como discutido, em N16 há a “culpabilização suave” da vítima que “assume” o risco de morte ao se relacionar com um desconhecido. Já em N17, o jornal informa que o agressor é preso e apresenta uma entrevista com ele que expõe a razão do *femirracídio*:

(N17) “Você é um monstro”, diz filha ao matador da mãe (A Tribuna, 25-07-13)

Na delegacia, o pedreiro G. B. de O. conversou com a reportagem de A Tribuna e contou que recebeu uma revelação, em uma igreja evangélica, que alguém tinha feito macumba para que ele se separasse da nova companheira.

A TRIBUNA – Você planejou o crime?

G. – Não planejei nada. Fui lá para conversar com ela e pedir para que ela parasse de fazer macumba, entendeu? Porque estava atrapalhando minha vida. Aí, começamos a beber. Depois de tomar duas garrafas de vinho, acabei matando ela.

Nesse trecho, o agressor diz que matou a ex-companheira porque “recebeu uma revelação na igreja” de que ela havia feito uma macumba contra ele. Além disso, ainda acrescenta que não planejou o crime, mas que cometeu o assassinato

após beber vinho junto com a ex-companheira. Essa razão indica uma reação “impensada” do agressor que, sob efeito de álcool, agiu de súbito. Apesar de a entrevista direcionar a leitura para a representação de um assassino que agiu sem pensar, a informação de que ele teve uma revelação na igreja dias antes do crime desmente esse dado, mostrando que ele procurou a ex-companheira com a intenção de discutir o assunto:

(N17) A TRIBUNA – Mas como você descobriu que ela teria feito macumba?

G. – Eu frequento uma igreja e, dias antes do crime, recebi uma revelação na igreja que alguém tinha feito macumba para mim. Na mesma hora, pensei nela (*A Tribuna, 25-07-13*).

Além dessas informações que representam o agressor como alguém “descontrolado”, é importante destacar a manchete “Você é um monstro”, escrito em discurso direto, na voz da filha da mulher assassinada que, somado à explicação do assassino, caracteriza o agressor como alguém com alguma patologia, já que não se espera que uma pessoa mate a outra por causa de uma “revelação”. Para Meyers (1997), a representação do assassino como um monstro ou psicopata também permite que os homens se distanciem da autoria do crime, de modo que a “doença” sobressaia ao dolo.

Nos casos nos quais não é encontrada uma patologia explícita do agressor, a ausência do “anormal” é questionada por meio de entrevistas com familiares e vizinhas(os) dele na busca por algum comportamento “desviante”, como ocorre em N22:

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)

Família e vizinhos ficam chocados

De acordo com moradores do bairro e com parentes das vítimas, o casal nunca demonstrou cenas de ciúmes ou brigas e o motorista era considerado um homem tranquilo e educado. “O meu neto sempre foi uma pessoa muito tranquila. Não consigo entender o que deu nele para fazer o que fez.

[...]

“Era um casal feliz. Não sei se o E. teve um surto, mas ele era saudável e não tinha nenhum quadro psíquico.

Nesse excerto, observa-se que o destaque para o estranhamento dos vizinhas(os) e parentes do agressor, que ficaram “chocados” com o crime, além da

descrição do assassino como uma “pessoa tranquila” e “saudável”, fundamenta a possibilidade de ele ter tido um “surto” e não planejado o crime. Algo semelhante acontece em N23:

(N23) Motorista de ônibus mata a mulher e comete suicídio (A Gazeta, 03-09-13)

O crime foi cometido durante uma crise de ciúmes do marido, segundo testemunhas

Entrevista

E. C. Tio do motorista

E. C., tio de E., o motorista que matou a mulher e cometeu suicídio, afirmou que a família não entende o que pode ter levado o sobrinho a cometer o crime.

Como era a vida deles no dia a dia?

Era um casal normal, que tinha suas brigas, mas também se gostava muito. Eles estavam terminando a reforma da casa.

Como Eduardo estava na noite de domingo?

Ele ficou nostálgico de repente, o que não era comum. Eduardo também veio até minha casa para se despedir da avó, o que também não um hábito dele.

A entrevista com o tio do agressor é marcada pelo estranhamento da família que “não entende o que pode ter levado o sobrinho a cometer o crime”, que também é definido como alguém “normal”. Há nesse fragmento apenas a ênfase no fato de ele ter ficado “nostálgico de repente” dois dias antes do ato, algo classificado como fora do “comum” pelo tio dele. Além disso, é topicalizada no subtítulo da notícia a informação de que ele teve uma “crise de ciúmes”, o que conduz leitoras(es) a uma representação de agressor “doente”.

Logo, observa-se a busca por “anormalidades” desde as topicalizações “choque” e “crise de ciúmes” às entrevistas com perguntas direcionadas a encontrar “desvios”. Isso mostra que a caracterização dos agressores como “anormais” funciona como elemento justificador que precede às razões dos crimes, as quais ganham pouca relevância frente aos comportamentos “desviantes”, que são tratados com compaixão pela sociedade.

3.2.2.4 O estereótipo do “marido abandonado/traído”

O estereótipo de “marido abandonado/traído” é muito frequente e aparece em 22 textos de nosso *corpus*. A combinação de abandono e traição é comumente feita nas razões apresentadas pelo agressor para o crime, que mescla as duas

motivações para explicar a violência. O “estado de abandono” não é uma descoberta nova, pois já fora identificado por Fagoaga (1994), que notou a estereotipia como a mais proeminente nas notícias sobre violência de gênero na Espanha. Também Tomazi (2019) identifica a “traição” como uma das mais frequentes justificativas para violências de gênero nas notícias veiculadas no ES, prática que atribui a violência ao comportamento “indigno” da mulher.

Esse tipo de representação indica a forte presença da crença patriarcal na sociedade na qual a ação da mulher de abandonar e trair o marido é classificada como um comportamento “transgressor” e usada para justificar a violência sofrida. Os trechos de N13 e N6 são exemplos prototípicos dessas situações:

(N13) Ele afirmou que matou J. porque teria descoberto que estava sendo traído. Segundo L., ele ficou ainda mais nervoso quando viu a mulher bebendo em um bar com os amigos.
[...] Ele disse que cometeu o crime porque a viu bebendo num bar, dias após o fim do relacionamento e achou que foi “um desaforo” (*A Tribuna*, 29-06-13).

Em N13, chama atenção o destaque para o discurso indireto do marido que achou um “desaforo” ver a ex-mulher “bebendo num bar, dias após o fim do relacionamento”. Nesse depoimento, está clara a crença de que mulheres não podem sair ou se relacionar com outros homens logo após o término de um relacionamento, pois isso é “imoral”, o que significa um tipo de controle da mulher na sociedade, como defendido por Magalhães (2005). Esse preconceito também se estende a mulheres viúvas que são “condenadas” socialmente caso se relacionem com outra pessoa logo após o falecimento do companheiro.

Já os trechos de N6 enfatizam a não aceitação da separação pelo marido, que direciona para o “estado de abandono”:

(N6) [...] A motivação para os crimes, segundo a mãe das meninas, a diarista R. dos S., 31, seria a separação do casal, há seis meses.
“[...] Ele sempre teve muitos ciúmes dela e não aceitava o fato dela estar namorando novamente” (*A Gazeta*, 25-03-13).

É importante analisar como a justificativa de não aceitar o fim do relacionamento está associada à representação mental de que a mulher deve cuidar do homem e que o abandono é a negação de um dos principais papéis femininos na sociedade: o cuidado. Esse papel, por sua vez, está diretamente

relacionado ao zelo da família, sendo o sucesso ou fracasso dessa instituição imputados à mulher.

Em N5, traição e defesa da família são usados como argumentos para explicar um *femirracídio*, o que deixa evidente a crença patriarcal:

(N5) “Eu não me arrependo”

Após confessar que matou a ex-mulher R. de F., 25 anos, o pedreiro P. S. dos R., 44 anos, afirmou que não está arrependido.

A TRIBUNA — Por que você cometeu o assassinato?

P. — Traição, entendeu? Fui muito humilhado [...].

A TRIBUNA — Vocês planejaram o crime?

P. — Não planejamos nada. Cometi o crime para defender a minha família [...] (**A Tribuna, 22-03-13**).

Esses exemplos ilustram como o estereótipo do marido traído e abandonado é reproduzido nas notícias e como isso está relacionado às crenças machistas e patriarcais dos papéis das esposas e dos maridos na sociedade. A representação do agressor é fundamentada na ideia de que ele defende a família até o fim, sendo o crime percebido como uma “reação” a todas as “provocações” feitas pela mulher.

Dessa forma, essas representações atenuam a responsabilidade dos agressores nos *femirracídios* ao destacar que a violência ocorre em função dos comportamentos negativos das vítimas. Esses comportamentos são topicalizados, de modo que a traição, o fim do relacionamento e a imagem de marido “apaixonado” constituam as principais macroproposições das notícias, nas quais se cristaliza uma causa e se legitima uma consequência.

3.3 GÊNERO, RAÇA, CLASSE SOCIAL E OUTROS MARCADORES NA REPRESENTAÇÃO VISUAL DE ATORES NAS NOTÍCIAS

A análise da representação dos atores sociais é, para van Leeuwen (2003), uma forma sistemática de estudar os protagonistas e seus papéis semânticos no discurso. Desenvolvendo pesquisas sobre racismo no campo da semiótica, o autor mostrou como imagens podem comunicar o racismo velado que geralmente passa despercebido pela maioria das pessoas. Nessa perspectiva, a análise visual dos atores é muito importante porque pode mostrar representações estereotipadas implícitas no discurso noticioso.

Nesse sentido, buscando identificar se os jornais (re)produzem crenças sexistas, racistas e classistas, faremos o estudo da representação dos atores nas imagens⁶² das notícias. Essa análise estará articulada aos dados dos atores sociais já estudados no âmbito textual, o que permitirá checar preconceitos mais implícitos. Para isso, utilizamos as categorias de análise semiótica apresentadas por van Leeuwen (2008) e Machin (2007), em que os atores podem ser representados de modo individualizado, coletivizado, categorizado, sub-representado ou não representado, além de observar categorias como enquadramentos e ângulos.

As primeiras imagens analisadas são as que compõem N8, veiculada pelo jornal *A Tribuna*. A notícia apresenta duas fotografias nas quais são retratados o agressor, numa imagem maior que está localizada na parte superior do texto; e a vítima, em uma foto bem pequena (tamanho 3/4), posicionada ao final da narrativa. O agressor é representado em um enquadramento de plano médio, em uma sala de delegacia com uma mesa ao fundo onde estão as drogas e armas apreendidas junto com ele, que está algemado. Vejamos as imagens na Figura 1:

⁶² Esta discussão enfatizará as imagens que compõem as notícias, assim, as páginas dos jornais foram reproduzidas de modo que as fotografias ficassem evidentes. Por esse motivo, poderá haver alguma dificuldade na leitura do texto das notícias, logo, quando necessário, a partes textuais serão reproduzidas no decorrer das análises.

Polícia



LUHAN diz estar arrependido de ter assassinado a ex-mulher. Ele confessou que é gerente do tráfico em Cariacica

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mulher assassinada por causa de fofoca

Luhan da Silva, 21, foi preso pela morte de Geani, sua ex-mulher. Ele alega que foi informado de que ela estava com outro

Patrick Pereira

Uma história de amor acabou em tragédia por causa de uma fofoca. É o que alega Luhan Souza da Silva, 21 anos, que confessou ter matado a ex-mulher, Geane Anastácio da Silva, 24, ao descobrir que estaria sendo traído. Segundo ele, o tiro foi acidental. Luhan que também confessou ser traficante, foi preso na manhã de ontem, no bairro Jardim dos Palmares, em Cariacica. “Uma amiga em comum me falou que a Geane estava ficando com outro rapaz na casa onde morávamos”, afirmou. Luhan disse para a polícia que ele e a vítima estavam separados e que eles ainda tinham contato por causa da filha. Segundo Luhan, no dia do crime, 11 de fevereiro deste ano, ele

foi até a casa da vítima para conversar porque soube que ela estaria em outro relacionamento. O acusado afirmou que, durante o tempo que esteve na casa, ele questionou a vítima sobre o suposto relacionamento, com a arma apontada para o alto. Ele alegou que, durante uma discussão, abaixou a mão e a vítima colocou a mão dela na arma, que teria disparado acidentalmente, e ela teria sido atingida. “Não foi nada planejado”, afirmou. Ele não informou onde o tiro acertou. Luhan contou que fugiu e pediu que a mãe dele fosse buscar sua filha, que estava na casa durante a discussão, pois acreditava que poderia ter matado Geane. Ele foi preso em uma casa, onde a polícia encontrou um revólver calibre 38, seis munições, 110 gramas de crack, 373 pedras de crack, 20 papéletes de cocaína, 241 buchas de maconha, duas toucas ninjas, dois rádios comunicadores, dois celulares e uma agenda com o controle da venda da droga. Ele confessou que era o gerente da boca de fumo onde a droga foi encontrada e disse que o revólver foi usado na morte de Geane.

“Chegamos na casa, pois tínhamos o mandado de prisão temporária por causa do homicídio”, disse o delegado Adroaldo Lopes, da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM). Após o crime, o acusado postou mensagem no Facebook dizendo que estava com saudade de Geane. “Estou sofrendo muito... meu amor se foi pra nunca mais voltar. Tíamey de uma tao forma que nunca mais amarei ninguém nesse mundo. Saudades Geany”. (sic)



GEANE foi morta em fevereiro

LUHAN SOUZA DA SILVA PRESO POR MATAR A EX-MULHER “Minha filha vai crescer sem mãe”

Afirmado estar arrependido, Luhan Souza da Silva, 21 anos, que confessou ter assassinado a ex-mulher Geane Anastácio da Silva, 24, disse que tinha ido até a casa da vítima apenas para conversar, pois foi informado que ela estava com outro homem. Segundo ele, o tiro que matou a ex-mulher foi acidental. **A TRIBUNA — Você confessou que matou sua ex-mulher?** **LUHAN DA SILVA** — Minha esposa, sim. Fiquei sabendo por uma

amiga que ela estava me traindo com um outro rapaz e que estava com ele na casa. Depois, descobri que não era verdade. **> Mas vocês já tinham se separado?** Estávamos separados, mas ainda tínhamos contato. Minha esperança era de reatar o relacionamento. **> Você foi à casa dela para matá-la?** Não, fui para conversar. Cheguei lá e conversei com ela, mas ela era

muito ignorante e colocou a mão na arma. O tiro foi acidental e a discussão foi muito rápida. **> Você trabalha no tráfico há muito tempo?** Desde julho do ano passado. Sou o gerente da casa, ficava guardando o material. Entrei nessa vida por causa do dinheiro, achava que seria um dinheiro fácil, mas não é. **> Você se arrepende?** Com certeza, ainda amo ela. E minha filha vai crescer sem mãe.

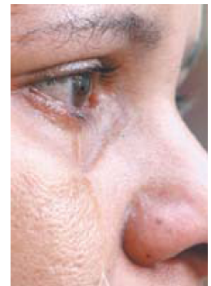
Garota é baleada no rosto pelo ex

Uma adolescente de 17 anos foi baleada no rosto enquanto passava pela rua com uma amiga, às 21h30 de segunda-feira, no bairro Nova Carapina II, na Serra. Elas seguiam em direção a uma lanchonete, quando o ex-namorado, da vítima, de 17 anos, chegou em uma moto e atirou. Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o acusado estava na garupa de uma moto Shineray, pilotada por um rapaz. Ele a abordou, perguntando se a adolescente estava duvidando dele. Em seguida, sacou uma pistola e começou a atirar. Desesperada, a vítima correu e tentou se esconder atrás da amiga, mas acabou sendo baleada no rosto e na perna. A amiga da adolescente não ficou ferida. Após efetuar os disparos, o acu-

sado fugiu. Já a vítima foi socorrida por uma ambulância do Samu e levada ao Hospital Dório Silva. Ela recebeu alta e passa bem. Segundo os policiais, a adolescente contou que o ex-namorado teria atirado nela porque não aceita o fim do relacionamento, que durou cerca de um ano e meio. Um familiar da adolescente, que pediu para não ser identificado, contou que ela começou a namorar com o menor quando morava em Nova Carapina II e foi ameaçada e espancada por ele. “Ele batia nela, até tentou enforcá-la. Ela se mudou com a família para outro bairro e começou a ser ameaçada”, contou. Nas ameaças, o acusado exigiria que a vítima não voltasse à Nova Carapina II. Segundo o familiar da menina, mesmo estando hospitalizada, ela continuou sendo ameaçada pelo ex.

MÃE DA ADOLESCENTE BALEADA “Eu sentia um perigo”

Diante do que viveu a filha, uma adolescente de 17 anos que foi baleada com dois tiros na noite de segunda-feira, a mãe dela, uma dona de casa de 36 anos, disse, chorando, que chegou a aconselhá-la a não namorar com o acusado do crime. **A TRIBUNA — Como a senhora soube que a sua filha havia sido baleada?** **MÃE DA ADOLESCENTE** — Estava em casa, quando fui avisada. Eu não sabia onde a minha filha estava, porque ela saiu de casa na madrugada de segunda-feira e não tinha voltado. **> No tempo em que procurou pela sua filha, o que passou pela cabeça da senhora?** Achei que, em algum momento, poderiam me ligar dizendo que tinha acontecido algo com ela. Eu sentia um perigo. **> Por quê?** Porque eu não gostava de ela sair sem me avisar, que ficasse na rua, principalmente em Nova Carapina II. Ela já tinha sido avisada que não era para voltar lá. **> Por que ela não podia voltar ao bairro?** Porque o ex-namorado dela



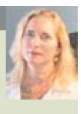
DONA de casa chorou pela filha

mora lá e não quer vê-la, nem com outro nem com ninguém. **> A senhora a aconselhava, e o que ela dizia?** Dizia para eu não interferir, que estava tudo certo. As vezes dava vontade de bater para ela me obedecer. Mas, quando ameaçei fazer isso, ela disse que ia chamar o Conselho Tutelar. O pai dela e eu nunca encostamos um dedo nela.

ANÁLISE

“Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes”

Lorena Meneguelli Batista
Terapeuta sexual



Algumas jovens resolvem se relacionar com criminosos porque eles dão a elas melhores condições de vida. Seja um passeio em lugar legal, presentes, além de muitas promessas. Também tem o fato delas se sentirem poderosas por serem as mulheres desses homens perigosos. Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes, mesmo que pelo lado negativo. Há ainda casos de mulheres

que acreditam que vão conseguir fazer com que seus parceiros saiam da criminalidade. Porém, quando elas percebem que esses homens não são o que elas querem para elas, elas acabam tendo dificuldades para terminar o relacionamento. Como esses homens se acostumaram a mulher aceitando todas as condições para estar com eles, eles esperam que elas cedam sempre.

Fonte: A Tribuna.

É interessante destacar que ambas as fotos têm legendas. A legenda da imagem do agressor: “L. diz estar arrependido de ter assassinado a ex-mulher. Ele

confessou que é gerente do tráfico em Cariacica” reforça, de início, que ele está arrependido, estabelecendo uma relação direta com a expressão do rosto do assassino, que sugere remorso. A escolha da palavra “arrependido” em consonância com a expressão de pesar do agressor indica uma avaliação do jornal em relação ao estado emocional dele que indica a leitura de um assassino arrependido. Já a segunda parte, “Ele confessou que é gerente do tráfico em Cariacica”, enfatiza a outra informação topicalizada na imagem, que é a relação do agressor com o tráfico, bastante evidente no enquadramento da foto em que drogas e outros objetos apreendidos estão dispostos em cima da mesa. A ênfase nesse material é corroborada no texto da notícia:

(N8) [...] Ele foi preso em uma casa, onde a polícia encontrou um revólver calibre 38, seis munições, 110 gramas de crack, 373 pedras de crack, 20 papelotes de cocaína, 241 buchas de maconha, duas toucas ninjas, dois radiocomunicadores, dois celulares e uma agenda com o controle da venda da droga **(A Tribuna, 17-04-13)**.

Assim, embora seja topicalizado na manchete o assassinato da mulher, a relação do agressor com as drogas é bastante enfatizada na representação do agressor na fotografia, que tem grande destaque na notícia. Além disso, o enquadramento da foto destaca o trabalho da polícia na prisão do assassino com entorpecentes, já que o material apreendido está organizado em cima da mesa com as iniciais da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM), além de ao fundo estar em destaque um colete escrito “polícia civil”. Já a vítima é retratada com menos ênfase em uma foto pequena, em enquadramento fechado, dos ombros para cima, na qual está com a mão no rosto com expressão de tranquilidade.

Os enquadramentos das fotos do agressor e da vítima permitem a categorização dos atores por meio dos atributos físicos, como o cabelo e a cor da pele, o que possibilita identificar o grupo social. Esse tipo de representação categoriza as pessoas que são reconhecidas por características físicas estereotipadas, como afirma van Leeuwen (2008). Assim, a intersecção dos eixos raça, classe, gênero, somada ao problema das drogas, além da atitude de traição por parte da mulher, atuam na estereotipação dessas pessoas que passam a figurar na mente da população como atores prototípicos dos casos de *femirracídio*.

Essa representação é ainda corroborada por outros modos que compõem a página na qual foi veiculada a notícia. Primeiro, destaca-se uma outra notícia

sobre violência de gênero ao lado de N8, na qual é narrado o caso de uma jovem que foi baleada no rosto pelo ex-namorado que também era chefe do tráfico. A notícia é composta pela imagem do perfil do rosto de uma mulher que, a partir da manchete, parece se tratar da vítima. Contudo, ao ler a entrevista, percebe-se que a face representada é da mãe da vítima, representada em plano fechado, com ênfase nas lágrimas que escorrem pelo seu rosto, somada à legenda “Dona de casa chorou pela filha”. A partir disso, pressupomos que a mãe chora pelo fato de a filha ter sido baleada, entretanto, na entrevista feita com a genitora é apresentada a informação de que ela chora por sofrer as consequências de a filha ser rebelde. Ou seja, não há uma equivalência nas representações da mãe na imagem e no texto da notícia – embora ambas leituras possam ocorrer -, já que as declarações apresentadas na entrevista direcionam para a interpretação de que a filha ignorou os conselhos da mãe de não namorar o agressor, além de adotar outros comportamentos reprovados pela matriarca, como sair de madrugada e não voltar para casa, sair sem avisar e ameaçar chamar o Conselho Tutelar quando a mãe tentava aconselhá-la. Isso aponta para a construção de uma representação negativa da vítima por meio da classificação de seus comportamentos.

Segundo e talvez mais relevante, é um quadro posicionado no canto inferior da página de N8, no qual uma Terapeuta sexual faz uma análise das jovens que se relacionam com criminosos.

Figura 2 - (N8) Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes (A Tribuna, 17-04-13)



ANÁLISE

“Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes”

Algumas jovens resolvem se relacionar com criminosos porque eles dão a elas melhores condições de vida. Seja um passeio em lugar legal, presentes, além de muitas promessas.

Também tem o fato delas se sentirem poderosas por serem as mulheres desses homens perigosos. Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes, mesmo que pelo lado negativo.

Há ainda casos de mulheres que acreditam que vão conseguir fazer com que seus parceiros saiam da criminalidade.

Porém, quando elas percebem que esses homens não são o que elas querem para elas, elas acabam tendo dificuldades para terminar o relacionamento.

Como esses homens se acostumaram a mulher aceitando todas as condições para estar com eles, eles esperam que elas cedam sempre.

Terapeuta sexual

Fonte: A Tribuna.

O texto da Figura 2, sob rótulo de “Análise”, apresenta uma avaliação do comportamento “perigoso” das vítimas na voz de uma profissional que pretende explicar os motivos pelos quais as mulheres, jovens, se relacionam com criminosos. De início, desperta atenção a especialidade da profissional que não tem uma relação direta com a problemática da violência de gênero, o que ilustra a ausência de vozes especializadas na mídia para falar do *femirracídio*. Em seguida, a crítica responsabiliza as vítimas pela violência que seria o resultado da busca pelo “poder”. Percebe-se que nessa “análise” ocorre a reprodução discursiva da dominação masculina, de modo que o discurso da profissional é permeado pelas ideologias patriarcais, machistas e classistas ao avaliar o comportamento das vítimas e não propor reflexões sobre as crenças que levam agressores a cometerem violências. Dessa representação, resultam as estereotípias desses atores sociais fixadas a problemas econômicos, ao tráfico e ao comportamento “imoral”, que são associados ao gênero, à classe e à raça. Ou seja, as minorias sociais com esses marcadores passam a ser vistas socialmente como fontes desses problemas, o que configura também a coletivização desses sujeitos, como asseveram Machin (2007) e van Leeuwen (2008), a partir da qual todas as minorias são vistas com a mesma “lente”.

Em outra notícia, N18, veiculada por *A Gazeta*, os atores envolvidos no caso de *femirracídio* são representados em duas fotografias que enquadram seus rostos:

VITÓRIA

Acusado de matar a mulher grávida de 4 meses a facadas

Jeferson Felicio estava foragido desde 2012; ele afirma que agiu em legítima defesa

▲ **PATRICIA MACIEL**
pmaciel@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O auxiliar de serviços gerais Jeferson Felicio, 25 anos, foi preso, suspeito de matar a própria mulher a facadas, em setembro de 2012. A vítima, a vendedora autônoma Elaine de Souza Fernandes, 33, estava grávida de quatro meses. Jeferson estava foragido desde a época do crime, ele fugiu para a Bahia para evitar ser preso.

Jeferson foi capturado no dia 12 de junho deste ano, por policiais militares, poucos dias após voltar para o Estado, no Bairro da Penha, em Vitória. A prisão só foi divulgada ontem. A vendedora foi encontrada morta dentro da casa onde morava com Jeferson, no Morro do Romão, em Vitória, por volta das 9h. O corpo estava caído próximo ao banheiro da residência, e, segundo a polícia, havia muito sangue e objetos espalhados pela casa, indicando luta no local.

Na época, vizinhos rela-



MARCOS FERNANDEZ



Vizinhos ouviram Jeferson e Elaine (acima) brigando por aproximadamente uma hora

taram aos investigadores que ouviram uma discussão vindo da residência durante a madrugada. A gritaria teria durado cerca de uma hora, entre meia-noite e 1h da manhã. Jeferson confessou o crime, mas disse que matou a mulher para se defender, já que a vítima o teria golpeado primeiro. Para o delegado Adroaldo Lopes, titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), a versão do suspeito não convence.

“Há um histórico de dis-

cussão entre eles. A briga do dia do crime durou uma hora. Em uma hora, você tem tempo de desistir. Então, ele não pode nem alegar que foi legítima defesa, pois quando a pessoa quer se defender, reage na hora”, afirmou o delegado. Jeferson alega ter sido esfaqueado duas vezes pelas costas, quando tentava entrar em casa. Ele disse que a mulher não concordava que o marido sáísse para beber com os amigos.

Ele permaneceu do lado de fora de casa por um tem-

po, e os dois discutiram. Jeferson alega que assim que virou as costas para ir até a casa de parentes, a mulher abriu a porta e deu dois golpes de faca dele.

Depois de matar a mulher, ele foi até a casa do irmão e desmaiou. Mais tarde, acordou já em um hospital do município de Fundão. O delegado vai usar o laudo médico da época e solicitar o prontuário de atendimento do hospital para concluir se houve ou não legítima defesa.

ainda, um envolvimento de Jeferson com o tráfico de drogas. O suspeito confirmou que já foi ligado ao tráfico, mas, após o crime, fugiu para o Estado vizinho e tentou se regenerar, trabalhando na zona rural.

O relacionamento entre Jeferson e Elaine du-

rou cerca de quatro meses. Segundo a polícia, a jovem tinha três filhos de um outro relacionamento. O suspeito diz que deu apenas uma facada na mulher, mas a perícia identificou duas perfurações no corpo. A arma do crime não foi encontrada.

ENTREVISTA

“ELA AMEAÇAVA ME MATAR HAVIA MUITO TEMPO”

Jeferson Felicio
Preso por matar a mulher

▲ Após confessar o crime à polícia, Jeferson disse que esfaqueou a mulher para se defender.

Como matou Elaine?

Eu a chamei do lado de fora, pois queria entrar em casa. Ela já abriu a porta me esfaqueando. Então, dei um chute nela, e a faca caiu. Peguei a faca e dei um golpe.

Sabia que ela estava grávida?

Não. Se eu soubesse...

Como reagiu quando soube?

Fiquei chocado, porque meu sonho sempre foi ser pai.

Como se sente vendo as fotos do crime?

Para mim, isso é muito ruim, pois sou do interior e não gosto dessas coisas, mas nem sempre a vida dá escolha para a gente.

Já bateu nela alguma vez?

Muito pelo contrário. Ela é que era agressiva comigo. Já vinha ameaçando me matar havia muito tempo.

E por que brigavam?

Ela não queria que eu sáísse para beber com os meus amigos.

Vítima escreveu textos detalhando a relação

▲ Na casa onde Elaine foi morta, policiais civis encontraram papéis em que a vítima fazia desabafos sobre sua vida pessoal. Os

textos, segundo a polícia, relatam que a vítima e o suspeito tinham constantes discussões.

As confissões revelam,

Fonte: A Gazeta.

Na imagem do agressor, sem legenda, o rosto dele é representado em um ângulo oblíquo, com expressão neutra ou levemente preocupada. Já a vítima é representada em uma foto com enquadramento do rosto em ângulo frontal e plano fechado, com expressão facial séria. O enquadramento dos rostos dos atores em plano fechado permite a categorização das(os) participantes, a partir da qual são mostradas as características físicas, como a cor da pele e o formato do cabelo. A

combinação das informações imagéticas às textuais, como a profissão dos envolvidos, auxiliar de serviços gerais e vendedora autônoma, novamente direciona para marcadores de classe e raça. A esses eixos são somados problemas com droga e bebida por parte do assassino, pois a narrativa informa que ele tinha envolvimento com tráfico de drogas e que a esposa não gostava que saísse para beber.

Ademais, há a explicação de legítima defesa por parte do agressor que é endossada várias vezes na notícia a qual menciona recorrentes discussões entre o casal. Embora uma fala do delegado de polícia refute essa justificativa ao dizer que eles brigaram durante uma hora, tempo suficiente para uma pessoa desistir do crime, a topicalização de legítima defesa baseada nas explicações do assassino direciona para a culpabilização da vítima, que é representada como provocadora. Isso ocorre em três principais pontos: no subtítulo da notícia “J. F. estava foragido desde 2012; ele afirma que agiu em legítima defesa”; na legenda da foto da vítima: “Vizinhos ouviram J. e E. (acima) brigando por aproximadamente uma hora”; e no título de uma entrevista com o assassino, no qual a fala dele está escrita em discurso direto: “Ela ameaçava me matar havia muito tempo”. Essas informações associadas às de que ela tinha três filhos de outro relacionamento, que sabia que o marido tinha envolvimento com tráfico e que deu uma facada nele quando ele chegou em casa, nos remetem à representação de mulher que se colocou em situação de risco e provocou a própria morte. A presença desse estereótipo também é encontrada em gêneros textuais do domínio jurídico, como mostra a pesquisa de Tomazi e Marinho (2014), na qual é observada a justificativa de uma agressão como legítima defesa diante do comportamento “agressivo” de uma ex-mulher em um Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Outra forma de representação bastante relevante é a de N14, na qual é representada uma idosa de 84 anos:

16 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA TERÇA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2013

FEU ROSA

Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa, na Serra

A arma usada no crime foi encontrada dentro do imóvel, perto do corpo da aposentada

▲ NUNO MORAES
numoraes@reddegazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma aposentada de 84 anos foi morta a marteladas, dentro da própria casa. O corpo de Maria de Almeida foi encontrado pela filha de 57 anos, que preferiu não se identificar, às 17h40 de domingo. O principal suspeito do crime, segundo a polícia, é o companheiro da vítima, que está foragido. Maria foi morta no sábado. O crime violento chocou os moradores da Rua Itu, no bairro Feu Rosa, na Serra.

De acordo com a filha da aposentada, quando ela chegou à casa da mãe, no domingo, estranhou o fato de dona Maria não ter aparecido na porta da residência, quando chamou por ela, e de a lâmpada do lado de fora da casa estar acesa.

"Minha mãe era uma pessoa muito ativa, apesar da idade. Ontem (domingo) foi dia de feira e ela teria acordado cedo para ir às compras. Ela não perderia. Como fiquei sabendo que ela não apareceu por lá, então vim ver o que estava acontecendo", disse a filha. A mulher pulou o muro, pois o portão estava trancado. Só uma janela da casa estava encostada.

"Entrei por ali. Fui lá e logo vi o corpo de minha mãe no chão da cozinha. Fiquei aterrorizada e gritei para chamarem a polícia, pois sabia que ela estava morta", continuou a filha, que entrou no imóvel junto com outros moradores da rua.



Maria de Almeida (ao lado) foi encontrada pela filha 24 horas após o crime

Polícia não descarta crime passional

▲ No local do crime, os pertences de Geraldo Oliveira não foram encontrados. O delegado Adroaldo Lopes disse que o suspeito já possui um mandado de prisão em aberto contra ele. O crime a qual o pedreiro responde na Justiça ain-

da será apurado pela DHPM. "Vamos averiguar a motivação do crime. Não descartamos o passional, quando envolve ciúmes entre as partes, mas ainda não temos indícios suficientes para fechar nessa linha", observa Lopes.

Polícia da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) foram chamados. Eles observaram que Maria de Almeida levou vários golpes de martelo na cabeça. A arma usada no crime foi encontrada dentro do imóvel, perto do corpo, sendo

apreendida pelos policiais. O crime, segundo os peritos, teria ocorrido mais de 24 horas antes da descoberta do corpo.

O crime chocou a comunidade. "O que fizeram com a Maria foi uma covardia. Ela sempre foi uma pessoa muito trabalhadora. Hoje

em dia, a gente não pode mais confiar em ninguém, só em Jesus. Mas ela colocou esse cara dentro da casa dela, porque queria ajudá-lo. E acabou pagando por isso, por essa confiança no ser humano, com a própria vida. Espero que prendam esse cara e façam justiça", enfatiza o agente de segurança, Jorge Silva de Oliveira, que era vizinho da aposentada.

SUSPEITO

Segundo a polícia o suspeito do crime é o pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira, 41 anos, que era inquilino da aposentada. Ele não foi mais visto na casa, desde a última sexta-feira. O caso é investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM).

NESTOR MÜLLER

Suspeito morava com a vítima

▲ O pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira, 41 anos, é apontado pela Polícia Civil como suspeito de ter matado a aposentada Maria de Almeida.

Segundo o titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), delegado Adroaldo Lopes, as investigações apontam que o pedreiro e Maria mantinha um relacionamento amoroso antes de Geraldo sair da casa da aposentada e ir morar com uma outra mulher, vizinha da vítima.

"Eles mantinham um relacionamento havia cerca de dois meses. Porém, ele acabou se envolvendo com outra mulher, que mora distante da casa da vítima cerca de 20 metros. Recentemente, ele tentou voltar para a casa da idosa", detalhou o delegado Adroaldo Lopes.

RECONCILIAÇÃO

Testemunhas contaram que o suspeito teria voltado a morar na casa de Dona Maria, na segunda-feira da semana passada, após ser expulso do imóvel da mulher com quem foi morar.

Geraldo teria sido "despejado" da casa da outra mulher, porque perdeu o emprego e ficou sem dinheiro. Na rua, o pedreiro pediu abrigo à ex-namorada Maria de Almeida.



— "O que fizeram com a Maria foi uma covardia. Ela sempre foi uma pessoa muito trabalhadora"

— JORGE DE OLIVEIRA VIZINHO

ENTREVISTA

"MINHA MÃE ERA UMA PESSOA MUITO BOA"

X.
Filha de Maria de Almeida

▲ Ainda chocada com a forma violenta como a mãe foi morta, a aposentada de 57 anos falou sobre o que passou na tarde de domingo, ao descobrir o corpo de Maria de Almeida.

Como encontrou o corpo da sua mãe?
Minha mãe estava caída, num dos cômodos da casa. Foi um choque tremendo. Ela não

merecia isso. **A senhora desconfiava que algo houvesse ocorrido a ela?**
Sim. Por isso resolvi entrar na casa, à força. **Quando viu sua mãe com vida pela última vez?**
Foi na sexta-feira. **Por isso achou que algo houvesse ocorrido?**

Sim. Minha mãe era muito ativa. E ela não foi vista aqui, nem no sábado, nem ontem. **Desconfia de alguém? Tem alguma suspeita?**
Tudo indica que seja o inquilino dela (com quem ela tinha um relacionamento). Mas não posso acusar, sem ter a certeza. **Ela tinha algum**

problema com ele?
Nunca presenciei uma discussão entre eles. Minha mãe era uma pessoa muito boa. **Como era a vida de sua mãe, no bairro?**
Ela era muito querida. As crianças a adoravam. **É no cotidiano, como era sua mãe?**
Ela era muito querida por todos. Não tinha problemas no bairro.

Era simples e sempre alegre. Agora ela se foi, de maneira trágica. Deixou uma marca do bem neste mundo. **O que espera a partir de agora?**
Diante de um crime bárbaro como esse, que o culpado seja identificado, preso e a justiça feita. Minha mãe não merecia isso, uma covardia dessas.

Fonte: A Gazeta.

A Figura 4 mostra que a notícia ocupa uma página inteira do jornal, na qual a filha da vítima é representada na foto em destaque, em um ângulo de baixo para

cima, enquadrando apenas a silhueta que vai do peito até o rosto da mulher. É possível identificar o marcador raça nessa foto por meio do contorno dos cabelos que aparecem na imagem. A filha ainda é retratada com a mão nos olhos, o que sugere que ela está chorando. No canto inferior direito dessa imagem há uma fotografia do rosto da vítima, em enquadramento fechado, ângulo frontal, na qual também se observa o fenótipo negro. Essas características propiciam a categorização da vítima e também da filha dela que, associadas às informações discursivas de bairro e profissão, remetem a representações de pessoas negras e pobres.

Apesar de o agressor não ser representado por meio de imagens em N14, ele é identificado pelo nome completo em alguns momentos da narrativa, o que faz com que ele seja sub-representado, segundo Machin (2007) e van Leeuwen (2008). Essa sub-representação o coloca em segundo plano, já que há poucas informações sobre ele, como idade, 41 anos, e profissão, pedreiro.

Além dessas considerações, é interessante comparar como o mesmo acontecimento é representado em termos de imagens em *A Tribuna*:

Polícia

Morta a marteladas dentro de casa

Pedreiro de 41 anos que morava de favor na casa de Maria Almeida, 84, é o principal suspeito. Ela foi assassinada na Serra

Elis Carvalho
Giordany Bossato

Uma aposentada de 84 anos foi encontrada morta a marteladas dentro da casa onde morava, em Feu Rosa, na Serra. O principal suspeito do crime é o pedreiro da vítima, que morou de favor na casa da idosa por cerca de cinco meses.

Maria de Almeida foi encontrada morta pela filha, a aposentada Maria da Penha Anselmo, de 57 anos, início da noite de domingo. A filha morava em uma casa ao lado da residência da mãe.

"A última vez que nos vimos foi na sexta-feira à tarde. Depois disso, eu quase não parei em casa. No domingo, eu senti a falta dela. Percebi que ela não havia ido à feira como de costume e que as luzes estavam acesas", contou.

Desconfiada, a filha da vítima entrou no quintal da casa da mãe e percebeu que tanto a porta da frente, quanto a porta dos fundos, estavam fechadas. Ela resolveu entrar na casa pela janela, que estava

encostada. "Eu abri a janela e vi que ela estava arrombada e sendo apoiada apenas por uma escada, que estava do lado de dentro da sala. Entrei na casa, fui até a cozinha e vi a minha mãe morta no chão, com a cabeça ferida e um martelo próximo ao corpo", disse.

Maria da Penha saiu da residência e acionou a polícia. Segundo ela, os peritos que foram ao local informaram que sua mãe havia sido morta com marteladas na cabeça cerca de 24 horas antes.

A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa informou que o principal suspeito do crime é o pedreiro da vítima, de 41 anos, que morou de favor por aproximadamente cinco meses na casa da idosa.

Segundo a filha da vítima, há cerca de seis meses, a idosa contratou o pedreiro para um trabalho. Como ele disse que não tinha onde morar, ela ofereceu um cômodo da casa dela para ele ficar. Em troca, ele fazia reparos na casa da aposentada.

Porém, segundo a DHPP, há cerca de um mês, o pedreiro saiu da casa da aposentada para morar com uma mulher. O relacionamento não teria dado certo e ele teria pedido para voltar para casa da idosa, mas ela não teria aceitado.

"Vi o pedreiro novamente na casa da minha mãe na última terça-feira. Não sei se ele tinha voltado para casa dela de vez. Mas não ouvi brigas. Depois do crime, ele desapareceu", disse a filha.



MARIA DE ALMEIDA (destaque) foi encontrada pela filha, que pulou a janela, pois as portas estavam trancadas

MARIA DA PENHA ANSELMO FILHA DA APOSENTADA

"Minha mãe não merecia morrer"

Muito abalada com o assassinato da aposentada Maria de Almeida, 84 anos, que foi morta a marteladas, na Serra, a filha da vítima, a aposentada Maria da Penha Anselmo, 57, contou como foram os momentos de terror que viveu, ao encontrar o corpo da mãe.

A TRIBUNA - A senhora conhecia o pedreiro que morava com a sua mãe? Como ele era?

FILHA DA VÍTIMA - Nem eu e nem a minha mãe conhecíamos ele. Foi contra o fato dele morar na casa da minha mãe, mas ela sem-

pre gostou de ajudar as pessoas. Eu não tinha muito contato com ele. A única coisa que eu sei é que ele bebia muito.

> Eles tiveram algum relacionamento afetivo ou brigas?

Ele era apenas uma pessoa que morava de favor na casa da minha mãe. Também nunca ouvi nenhuma briga. A única coisa que sei é que ele resolveu sair da casa da minha mãe, há cerca de um mês, para morar com outra mulher e depois pediu para voltar, mas minha mãe não teria aceitado.

> Como desconfiou que algo poderia ter acontecido com a sua mãe?

Nos vimos na sexta-feira à tarde. No sábado, não nos vimos, pois quase não paro em casa. Mas, no domingo, ela não saiu para ir à feira, não prendeu o cachorro que fica no quintal, como faz toda manhã, e as luzes estavam acesas. Eu desconfiei e entrei na casa dela pela janela. Foi quando a vi caída no



FILHA da aposentada: revolta

chão. Saí correndo e liguei para a polícia. Não levaram nada da casa, que é muito simples.

> O que espera que aconteça?

Eu espero que prendam o assassino da minha mãe, quero justiça. Minha mãe não merecia morrer de forma tão brutal (choro).

DEPOIMENTOS

"Não podemos mais confiar em ninguém"

"Como pode alguém ter coragem de fazer essa covardia com uma idosa? A Maria sempre foi muito trabalhadora, atuou como garri na Prefeitura de Vitória durante 20 anos, sempre foi uma guerreira.

É um absurdo que ela perca a vida de forma tão banal. Eu mesmo já trabalhei como pedreiro para ela. Ela sempre me tratou muito bem, como tratava a todos. Mas espero que a justiça seja feita. Não podemos mais confiar em ninguém".

Jorge Silva de Oliveira, 59 anos, amigo da vítima

"O bairro está em choque com o crime"

"A Maria era uma pessoa muito boa, católica, frequentava a igreja. Todo o bairro está em choque com esse crime, que foi bárbaro. Ninguém esperava que algo tão terrível pudesse acontecer com ela, que era um pouco tranquila e do bem.

Quando nós conversávamos, ela dizia que tinha muito medo da violência e que, às vezes, deixava de ir à igreja temendo sair à noite. Mal sabíamos que ela seria morta dentro da sua própria casa".

Maria de Lurdes, 49 anos, vizinha da aposentada

"Nem eu e nem a minha mãe conhecíamos ele. Foi contra ele morar na casa da minha mãe, mas ela sempre gostou de ajudar"

Amigos alertaram sobre o suspeito

Temendo que algo de ruim pudesse ser feito contra a aposentada Maria de Almeida, 84 anos, morta a marteladas em Feu Rosa, na Serra, amigos e familiares orientaram a idosa para que ela não abrigasse o pedreiro de 41 em sua casa. Ele é o principal suspeito do crime, segundo a polícia.

"Eu conheço a Maria há 20 anos. Ela sempre foi uma pessoa caridosa. Eu e vários vizinhos tentamos fazer com que ela mudasse de ideia. Mas ela estava decidida e disse que daria abrigo ao pedreiro de qualquer jeito. Ela dizia que ele era um homem bom, trabalhador e sem oportunidades", contou o

agente de segurança Jorge Silva de Oliveira, de 59 anos.

Uma vizinha da vítima de 49 anos, que preferiu não se identificar, contou que conversou com Maria sobre o perigo de ter um desconhecido dentro de casa dias antes do assassinato. "Eu aconselhei, disse que era perigoso, e olha só o que aconteceu. Foi muita covardia o que fizeram com ela. Estou com o coração na mão e profundamente triste", afirmou.

De acordo com a filha da idosa, Maria da Penha Anselmo, apesar dos conselhos que recebia, a aposentada queria sempre ajudar e não via maldade nas pessoas.



MARTELO estava ao lado do corpo

Polícia em busca de provas

O pedreiro de 41 anos, acusado pela polícia de matar a marteladas a aposentada Maria de Almeida, de 84 anos, em Feu Rosa, na Serra, ainda não foi encontrado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPPM), que está investigando o caso.

De acordo com o investigador da DHPPM, Paulo Patrocínio, existe um forte indício de que o pedreiro tenha realmente cometido o crime, porém, ainda não existe um mandado de prisão em nome do acusado.

"Primeiro, vamos ouvir o depoimento dele. Saber a versão do acusado sobre o que aconteceu, para depois, se for o caso, pedir a prisão

preventiva", disse o investigador.

Paulo informou que essa medida precisa ser tomada já que não há testemunhas do homicídio.

O investigador da DHPPM confirmou que o acusado chegou a morar com a vítima por cerca de cinco meses, período no qual o pedreiro foi "praticamente sustentado pela aposentada", disse.

O assassinato da aposentada chocou os moradores do bairro Feu Rosa, já que a vítima foi identificada por vizinhos como uma pessoa do bem e religiosa.

Os detalhes do crime, que segundo a polícia, pode ter acontecido na noite de sábado, continuam a ser investigados pela DHPPM.

Também ocupando uma página inteira do jornal, N16 traz as mesmas imagens usadas em *A Gazeta*, que representa a filha da vítima e a vítima, porém, de modo diferente dentro da narrativa. A foto da filha, que ocupa posição central em N14 é substituída pela imagem da casa da vítima em N16. A fotografia da residência indica uma casa bastante pobre, ainda sem acabamento, sendo possível ver lajotas, com muro também em tijolos e portão antigo de metal. Essa representação da casa, somada às informações textuais, como o bairro Feu Rosa, remete ao eixo classe social. As imagens da filha e da vítima, assim como em N14, manifestam a intersecção da classe com a raça e o gênero. Outra imagem que também chama atenção é a do objeto usado no crime, um martelo embalado em um saco plástico, que pressupomos ser mostrado pela polícia, seguido da legenda “Martelo estava ao lado do corpo”. A foto do objeto no final da página reforça a crueldade do *femirracídio* que é ressaltada desde a manchete.

Por fim, outra representação relevante é a de N1, na qual a explicação do crime como legítima defesa por parte do assassino ocorre de maneira implícita. Nessa notícia, ao contrário de N14 e N16, apenas o homem é representado nas imagens ao passo que a vítima só é citada no texto.

Figura 6 - (N1) Pedreiro confessa que degolou a mulher (A Tribuna, 06-01-13)

ANTONIO M OREIRA/AT



KAIQUE DOS SANTOS: “Tive que agir primeiro. Não estou arrependido”

Pedreiro confessa que degolou a mulher

O pedreiro Kaique Nascimento dos Santos, de 18 anos, foi preso na tarde de sexta-feira, no bairro Corsanto, em Laranjeiras Velha, na Serra, acusado de degolar a mulher, Elizete Silva Costa, no dia 29 de dezembro.

Ele confessou o crime à polícia, e disse que estava sendo ameaçado de morte pela vítima. Ele informou ainda que não está arrependido e que se tivesse que voltar no tempo, faria tudo novamente.

“Estava sabendo que ela queria me matar. Então tive que agir primeiro. Não estou arrependido”, afirmou Kaique.

O acusado afirmou que conhecia a vítima há pouco tempo e que planejou o crime na mesma noite.

Ele disse que chamou Elizete para consumir drogas numa construção, onde ficaram 30 minutos.

Kaique falou que deu 15 facadas no peito da vítima e a degolou. “Foi tudo muito rápido. A faca estava amolada e ela não teve tempo de reagir”, disse o acusado.

O delegado Arthur Luis Bogoni, da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), chegou ao acusado após denúncias anônimas. Ele acredita que outras pessoas possam estar envolvidas no crime, porém o acusado afirma que agiu sozinho.

Bogoni informou que Kaique e a vítima trabalhavam vendendo drogas na região. “Os dois trabalhavam no tráfico. No depoimento, ele disse que Elizete queria tomar o lugar dele no tráfico”, afirmou.

O acusado já tem passagem por roubo e porte de arma. Kaique foi autuado por homicídio e encaminhado para o presídio.

Fonte: A Tribuna.

Na Figura 6, a imagem é posicionada como primeiro item da notícia, na qual o agressor é enquadrado do peito para cima, em ângulo de cima para baixo e parece estar sentado em um banco. A expressão pouco preocupada e a cabeça e os olhos direcionados para cima e para o lado esquerdo, somados à informação

da legenda, “Tive que agir primeiro. Não estou arrependido”, sugerem que ele está em uma interação, provavelmente com a polícia ou jornalistas, em que relata não estar arrependido do crime. Esse tipo de angulação representa um poder simbólico em relação à pessoa retratada, pois ela é representada em uma posição inferior na interação tanto com interlocutores quanto com leitoras(es), como ressaltado por van Leeuwen (2008). Além disso, a foto possibilita a categorização da cor do agressor como negro ou pardo e, a partir da ênfase no texto noticioso da atividade traficante e das passagens pela polícia por roubo e porte ilegal de arma, nota-se novamente a combinação dos marcadores raça e classe social, somados aos problemas de tráfico de drogas e outros crimes.

Já a vítima não é representada por meio de imagens, apenas no texto, no qual ela é identificada com nome completo e descrita por meio da atividade traficante, além do comportamento de ameaçar de morte o assassino, como relatado por ele mesmo. Em função desse tipo de representação, podemos dizer que a vítima também é sub-representada, já que ela está em segundo plano. Apesar de ela não ser representada por meio de imagem, não sendo possível a visualização das características físicas, a raça ou etnia não precisam estar explícitas para que as minorias sejam associadas aos problemas sociais, como mostrado por van Dijk (2010) e Collins (2004). Isso acontece em função da representação frequente pela mídia desses atores sociais associados à violência. Logo, ao ouvirmos falar desse tema, esses atores já estarão presentes em nossos modelos de situação como protagonistas prototípicos desse tipo de situação, o que configura, segundo esses mesmos pesquisadores, a ação implícita do racismo contemporâneo.

De maneira geral, pode-se dizer que a não exposição de vítimas e agressores em algumas notícias é algo bastante positivo. Contudo, a não exposição dos rostos e nomes desses atores não impede a associação das minorias à violência, uma vez que essas minorias são estereotipadas por essa mesma mídia. Assim, mesmo na falta de identificação explícita de atores, se a notícia enfatizar a relação com drogas e marcar a classe social, por exemplo, grande parte das(os) leitoras(es) terá em mente exatamente as representações das pessoas que são retratadas nas narrativas analisadas, das quais provêm preconceitos e discriminações. Isso mostra como os preconceitos atuam em

nossas mentes e servem de base para discriminações em casos de violência de gênero, como exemplificado por Crenshaw (2002a), nos casos da menor probabilidade de processos de mulheres afro-americanas resultarem na prisão dos agressores; e por Tomazi e Cabral (2017), na constatação de ideologias patriarcais em sentenças de juízes em julgamentos de violência contra mulheres. É por isso que as representações dos atores sem uma reflexão das intersecções que atuam nessa violência são tão perigosas, já que, parafraseando Crenshaw (2002a), junto a esses “retratos” são propagadas crenças de que a raça, a classe e o gênero determinam comportamentos.

CAPÍTULO 4 *FEMIRRACÍDIO* COMO AÇÃO SOCIAL NAS NOTÍCIAS

A partir da compreensão de temas e atores sociais, seguimos, neste capítulo, com as análises das categorias relacionadas à representação do *femirracídio* como ação social nas notícias. Este estudo é organizado em cinco etapas: de início, na seção 4.1, analisamos questões relativas à ação do crime; em seguida, seção 4.2, refletimos sobre as fontes de informações mais recorrentes nas produções das narrativas noticiosas; após isso, na seção 4.3, nos dedicamos à compreensão das categorias de lugar e tempo nas narrativas; no momento seguinte, seção 4.4, às ideologias que subjazem esses discursos e; por fim, na seção 4.5, aos conhecimentos sobre o tema que esses discursos pressupõem.

4.1 COMO E POR QUAIS RAZÕES MATAM?

A ação social é entendida em termos de modelos de contexto e controla a informação acerca do que se está sendo dito ou escrito (VAN DIJK, 2011a). Ainda segundo van Dijk (2011a), como todas as outras categorias dos modelos de contexto, as ações sociais são movidas por crenças compartilhadas socialmente (conhecimentos, atitudes, ideologias e normas), logo, no caso do *femirracídio*, podemos inferir que os assassinos podem ter em comum o machismo, a misoginia, o racismo, o sexismo, o classismo, que os levam a ter atitudes machistas, misóginas, racistas, sexistas e classistas. Ou seja, as características correspondentes das ações desses atores nos permitem traçar semelhanças entre crenças pessoais e sociais dessas pessoas.

A compreensão do *femirracídio* como ação social movida por crenças pessoais e sociais, leva a questionar como essa ação é representada nas notícias, na medida em que a própria escrita e interpretação do acontecimento é também resultado das representações sociais das(os) jornalistas e dos interesses das empresas de comunicação (TUCHMAN, 1983; VAN DIJK, 2011a).

Em nossas notícias, a ação é representada nas manchetes majoritariamente por meio dos verbos “matar” e “assassinar”, com 21 e 9 ocorrências, respectivamente, como pode ser observado nos exemplos:

(N11) Aposentada é assassinada pelo marido com 9 facadas (A Gazeta, 25-06-13)

(N19) Namorado atira, e estudante morre (A Gazeta, 28-08-13)

Em algumas narrativas, o emprego desses verbos implica interpretações diferentes quanto à responsabilidade do crime, de maneira que a ação pareça mais ou menos intencional. Vejamos como isso acontece em dois exemplos:

(N11) Aposentada é assassinada pelo marido com 9 facadas (A Gazeta, 25-06-13)

A aposentada M.L.R.P., 54 anos, foi morta com nove facadas no pescoço, dentro da casa onde morava de aluguel, havia dois dias, em Santa Marta, Vitória. O marido dela confessou o crime à polícia.

(N19) Namorado atira, e estudante morre (A Gazeta, 28-08-13)

A estudante L. L. de S, de 22 anos, morreu após ser atingida por um tiro disparado pelo namorado dela, um adolescente de 17, que também é primo da vítima, segunda-feira, no bairro Estrelinha, em Vitória. [...] Familiares do casal acreditam que o tiro que matou L. foi disparado acidentalmente. Mas, para a polícia, o jovem matou a companheira após uma briga entre o casal.

As diferenças no uso de “matar” e “assassinar” nas manchetes são sutis, estando evidente em N11 a autoria e brutalidade do crime e, em N19, a indicação menos acusatória do agente, como já discutido no item 3.1.3.

É possível notar também que os textos das notícias não atribuem de maneira igual a responsabilidade dos crimes aos atores, ainda quando usado o mesmo verbo (matar) para representar a ação, como em N11, “foi morta com nove facadas no pescoço”; e N19, “morreu após ser atingida por um tiro disparado pelo namorado”. No primeiro caso, a crueldade da ação é marcada pelo modo: “9 facadas”, ao passo que, no segundo, a ação é narrada pela perspectiva de um acidente. Isso reflete uma avaliação implícita do jornal em relação aos casos representados, que é reforçada pelas escolhas das palavras e pela construção sintática das orações.

Essa maneira de comunicar os dois assassinatos influencia não só a representação dos agressores, que tendem a ser vistos como mais ou menos culpados por suas ações, mas o próprio entendimento da violência, que é vista, nos dois casos, como resultado de acontecimentos pontuais e não parte de um *continuum*. Isso é bastante intensificado em N19 pelas razões dadas para o assassinato: “acidente”, por parte da família, e “briga entre o casal”, por parte da

polícia. Apesar de a polícia contestar o ponto de vista dos familiares, apresentando outra hipótese para a ação, a proposição policial apenas reitera crenças patriarcais de que é normal haver conflitos entre marido e mulher. É relevante observar, especialmente no trecho de N19: “Mas, para a polícia, o jovem matou a companheira após uma briga entre o casal”, que a sucessão das ações com os vocábulos “matou” e “briga” implica uma explicação por parte do jornal para a atitude dele, assim como nas vezes em que a bebida é usada para justificar um “descontrole pontual” do assassino, como verificou Tomazi (2019).

Essa ação pode ser ainda narrada de maneira mais intensa e cruel, como nos casos de:

(N1) Pedreiro confessa que degolou a mulher (A Tribuna, 06-01-13)
(N4) Mulher foi torturada e queimada por vingança (A Tribuna, 22-03-13)

Esses dois exemplos com os verbos “degolou” e “torturada e queimada” representam os atos de maneira bastante perversa. As atitudes são representadas, na verdade, como reações dos assassinos aos comportamentos das vítimas, de modo que se possa construir uma relação direta entre o nível de crueldade do assassinato e a conduta “provocadora” da mulher. É interessante lembrar que em N1, a agência é bastante enfatizada com a representação do agressor em uma imagem (discutido em 3.3), que deixa evidente a raça e o envolvimento dele com as drogas e, também, a forma cruel do crime.

Além dessas questões, há também algumas semelhanças nas notícias a respeito da apresentação de razões para os crimes e do modo como eles são cometidos.

No que se refere aos instrumentos utilizados nos crimes, a maioria das notícias cita arma de fogo (“tiros”) e faca (“facadas”), como pode ser visto em N12 e N26:

(N12) Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa (A Tribuna, 25-06-13)

(N26) Domador preso por matar mulher e amiga (A Gazeta, 19-10-13)
O homem assassinou as duas com tiros e facadas e enterrou os corpos em cova rasa

Esses instrumentos são os mais referidos nas narrativas sobre *femirracídios*, sendo a arma de fogo mencionada em 25 notícias e a faca, em 6 (há uma notícia em que foram usados os dois instrumentos). Em dados percentuais, significa que 71%⁶³ desses crimes foram cometidos com armas de fogo. No estudo de jornais paulistas, por exemplo, Blay (2008) identificou que metade dos assassinatos foram cometidos por armas de fogo. Logo, em comparação aos resultados da autora, observamos uma taxa bem maior desse instrumento em nosso *corpus*, que também é mais alta em relação às estatísticas nacionais, as quais indicam que 53,8% dos assassinatos de mulheres no país são provocados por esse instrumento (IPEA/FBSP, 2019a). Em hipótese, o maior percentual encontrado em nossas notícias pode ter uma relação com o problema das drogas e o marcador classe social, uma vez que os locais mais violentos concentram maiores índices de desemprego e de menor renda per capita (IPEA/FBSP, 2019b), o que pode levar muitas pessoas a trabalharem com o tráfico e, conseqüentemente, terem acesso a armas de fogo.

Além desses instrumentos, outros três são citados no *corpus*: marreta, martelo e canivete, que indicam não apenas a intenção de matar, mas uma ação com requinte de crueldade. Aliás, quando os jornais topicalizam o modo cruel como as vítimas foram assassinadas nas manchetes, como em “(N16) Morta a marteladas dentro de casa (A Tribuna, 23-07-13)”, as mulheres são revitimizadas, especialmente quando a topicalização é associada à exposição de corpos machucados, conforme já constatado por Prado e Sanematsu (2017), o que configura uma das violências do *continuum* do *femirracídio*. Essa revitimização também é mostrada por Ferraz, Tomazi e Sessa (2019) em trabalho no qual apontam para os assassinatos físicos e simbólicos de umx mulher/homem trans não-binária em uma notícia, em que o discurso indica não apenas o “fim” de um corpo, mas o “apagamento social-linguístico-discursivo [...] de um ser pertencente a um gênero ainda não reconhecido – o não binário – e, interseccionalmente a sua condição de homem/mulher, um ser também negro e pobre” (FERRAZ; TOMAZI, SESSA, 2019, p.953).

⁶³ A comparação com estudos realizados e estatísticas nacionais pretende apenas despertar reflexões acerca da problemática, já que entendemos que lidamos com dados resultantes de *corpus* diferentes.

Já em relação às razões apresentadas para os crimes, as mais citadas são ciúmes, traição e fim de relacionamento que aparecem em 23 notícias, sendo a maioria delas apresentadas pelos próprios agressores ou pelos policiais. Segundo van Dijk (2011a), as razões são parte do processo cognitivo de tomada de decisão que precedem a ação e podem basear-se no conhecimento social e em ideologias e também em motivações pessoais. Seguindo a perspectiva Sociocognitiva do discurso, entendemos que são especialmente as razões apresentadas pelas notícias para os crimes que direcionam nossa compreensão para a violência cometida, na medida em que funcionam como fundamentos “legítimos” para a realização da ação, implicando (re)produção de preconceitos acerca dessa violência. Vejamos alguns exemplos:

(N6) A motivação para os crimes, [...] seria a separação do casal, há seis meses **(A Gazeta, 25-03-13)**.

(N09) Segundo a polícia, ele não aceitava que a jovem tivesse outros relacionamentos amorosos **(A Tribuna, 30-05-13)**.

(N13) [...] Eu vi no celular mensagens enviadas para outro homem, onde ela dizia que o amava e ficava claro que estava me traindo **(A Tribuna, 29-06-13)**.

(N22) Segundo investigadores [...] o crime teria sido motivado pelo ciúme. **(A Tribuna, 03-09-13)**.

(N30) “Ela queria terminar o relacionamento de 7 anos, mas ele não aceitava [...]” **(A Gazeta, 15-11-13)**.

Essas explicações com base no inconformismo do homem mostram uma visão desses assassinos como criminosos “passionais”. Geralmente as razões das ações são informadas a partir da representação do homem como “marido abandonado/traído” e sustentam o *continuum* de culpabilização das mulheres. Essa perspectiva está presente desde os discursos dos homens, dos policiais, bem como da instituição jornalística que (re)produz as declarações sem propor reflexões de gênero, sustentando questionamentos como: “o que ela fez para ele reagir assim?”

As notícias com ênfase no “crime passional” geralmente têm depoimentos que dão um tom sentimental à narrativa. Isso ocorre em N8, por exemplo, a qual reproduz uma postagem do assassino feita em uma rede social lamentando o assassinato da ex-mulher:

(N8) Após o crime, o acusado postou mensagem no Facebook dizendo que estava com saudade de G.. “Estou sofrendo muito... meu amor se foi ora nunca mais voltar. Tiamey de uma tao forma que nunca mais amarei ninguem nesse mundo. Saudades G. (sic)” **(A Tribuna, 17-04-13)**.

Esse sentimentalismo pode ser percebido pelas(os) leitoras(es) que tendem a representar o assassino como uma pessoa descontrolada, que errou por “amor”. Isso é ainda mais intenso quando se trata de um *femirracídio* seguido de suicídio, em que se constrói uma narrativa trágica a partir de detalhes sobre o cenário do crime e da reação dos familiares:

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)

K. foi atingida com dois tiros: um no tórax e outro no abdômen. O corpo ficou caído entre o guarda-roupa e a parede do quarto do casal. Já E. estava caído por cima dela com um tiro do lado direito da cabeça.

[...]

Inconsoláveis, parentes de E. e K. também foram para a residência dos dois. A mãe de K. precisou ser amparada pelo filho para conseguir sair do local. O casal deixou um filho de 14 anos, que estava na escola no momento do crime.

Nessa notícia, a temática “passional” ganha tanta relevância que passamos a não enxergar duas mortes distintas, *femirracídio* e suicídio, mas um único crime motivado pelo “amor”. Inclusive, toda a narrativa se refere ao casal e é construída da perspectiva do assassino e suicida, desde a manchete “Marido mata mulher e se suicida” até os depoimentos de familiares e vizinhas(os) que descrevem o acontecimento como uma fatalidade. Esse tipo de escrita, além de equalizar o sofrimento da vítima e do agressor, ignora a atuação dele no planejamento e execução do crime, bem como as violências que podem ter ocorrido antes da ação fatal. Além disso, pesquisas como a do INAMU (2013) já apontam que o nível de cobertura dos feminicídios seguidos de suicídios ignora as consequências que esses assassinatos têm para os filhos dos atores, pois a cobertura dos casos é encerrada junto com a ação fatal.

Em menor proporção estão as razões de “legítima defesa”, como nos trechos:

(N1) Pedreiro confessa que degolou a mulher (A Tribuna, 06-01-13)

“Estava sabendo que ela queria me matar. Então tive que agir primeiro. Não estou arrependido”, afirmou K. [...] K. falou que deu 15 facadas no peito da vítima e a degolou.

(N26) Domador preso por matar mulher e amiga (A Gazeta, 19-10-13)

R. confessou o crime e mostrou aos policiais o local onde havia enterrado os dois corpos, numa cova rasa, na fazenda onde mora [...].

Ao delegado D. P. J., o suspeito disse que teve uma discussão com a companheira, e ela e a amiga pegaram facas para ameaçá-lo. Ele contou ainda que agiu em legítima defesa.

[...]

O suspeito já havia sido detido em maio deste ano por violência doméstica contra a própria S.

N1 e N26 são notícias com razões de legítima defesa que não apresentam uma discussão contrapondo a alegação dos assassinos. No primeiro caso, dar 15 facadas e degolar a vítima claramente não é uma ação de legítima defesa e, no segundo, também não é problematizado o fato de a vítima já ter uma denúncia de violência doméstica contra o assassino, sendo essa informação apenas incluída na narrativa de modo a “elucidar” o crime anunciado.

Em outro caso, um “acidente” é a razão da ação:

(N8) Segundo L., no dia do crime, 11 de fevereiro deste ano, ele foi até a casa da vítima para conversar porque soube que ela estaria em outro relacionamento.

[...] Ele alegou que, durante uma discussão, abaixou a mão e a vítima colocou a mão dela na arma, que teria disparado acidentalmente, e ela teria sido atingida. “Não foi nada planejado”, afirmou **(A Tribuna, 17-04-13)**.

Nesse trecho, o fato de o assassino ter ido à casa da vítima armado indica a intenção prévia de matar e refuta a ideia de uma ação impensada ou repentina. Isso sugere que o assassinato foi premeditado e a inclusão das informações sobre traição e ciúmes apenas camuflam o *continuum* da violência de gênero.

Todos esses exemplos mostram que esses assassinatos não são tratados como crimes de gênero, mas, de maneira geral, como crimes conjugais e/ou “passionais”.

4.1.1 Quais as consequências dessa ação?

A partir da representação da ação social (*femirracídio*) nas notícias, também são mostradas algumas consequências desse ato para os assassinos. Dentre elas, a prisão:

(N13) Preso por assassinar a ex-mulher (A Tribuna, 29-06-13)
(N15) Preso homem que matou aposentada (A Gazeta, 25-07-13)
(N25) Domador de cavalos é preso por matar duas mulheres (A Tribuna, 19-10-13)

É necessário ressaltar que esse tipo de informação é extremamente importante para o combate à violência de gênero, na medida em que a população compreende que o assassino está sendo punido pelo crime que cometeu. Assim, isso pode ser destacado como algo positivo, especialmente nesses exemplos, nos quais essa informação é topicalizada nas manchetes.

A representação dessa consequência nas manchetes deve ainda ser problematizada porque, apesar da prisão, estamos lidando com a punição de um crime “sem volta”, ou seja, o Estado agiu tarde demais, uma vez que as mulheres já estão mortas. Isso significa que mulheres em situação de violência podem ler essas notícias e se sentirem desamparadas, tendo em vista a ausência de proteção às vidas das que foram assassinadas. Por esse motivo, é importante que as notícias também apresentem reflexões sobre o papel do Estado no combate desses crimes.

Há notícias, contudo, que ao mostrarem a prisão como consequência da ação representam o assassino como uma pessoa arrependida, como N7:

(N7) Após assassinato, declaração na internet (A Gazeta, 17-04-13)
L. S. confessou o crime; em mensagem no Facebook, ele afirma que ainda ama a namorada
Acusado de matar a ex-mulher e apontado como gerente de tráfico, L. S. da S., 21 anos, foi preso pela Polícia Civil, na manhã de ontem. [...] Estou arrependido e ainda amo a G., disse L.

Nesse trecho, o arrependimento é marcado não apenas no texto, mas também na imagem da narrativa que traz o rosto do ex-marido com uma expressão de arrependimento, acompanhada da legenda: “L. teria cometido o crime por ciúmes, durante uma discussão”, que reforça a ideia de “crime passional”. Essa notícia se aproxima muito de N8 (analisada no item 3.3), a qual também enfatiza o estado de contrição do ex-marido.

Ademais, cabe ainda dizer a importância de os jornais não apenas informarem as consequências dos crimes para os assassinos, mas também para

a vida das mulheres (quando ainda não ocorreu o assassinato) e para a vida dos familiares da vítima e do agressor. Isso porque há muitas implicações sociais e psicológicas dessa ação na vida dos filhos, por exemplo, que, em muitas situações, não têm para onde ir após terem a mãe assassinada e o pai preso. A única notícia que apresenta brevemente a situação da criança após o assassinato da mãe cometido pelo pai é N3:

(N3) Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho (A Gazeta, 09-02-13)

Família não sabe quem terá guarda da criança

Os familiares ainda não sabem com quem ficará o único filho do casal, que ainda está em estado de choque após presenciar o crime.

Apesar disso, o texto apenas cita a situação indefinida da guarda da criança, sem problematizar as consequências disso para a vida dela. Em outras notícias, há a informação de que a vítima tinha filhos de outros relacionamentos, mas a maneira como isso é mencionado apenas contribui para a culpabilização da mulher, como já discutido em 3.2.1.2.3.

4.1.2 A narrativa “novelesca”

Algumas notícias informam o *femirracídio* como se fosse uma “tragédia”. A essas notícias chamamos de “narrativas novelescas”, pois, além da ênfase nos detalhes, a narração dos fatos é construída da perspectiva do fim dramático de uma história de amor ou amizade. Observemos como isso se dá em três exemplos:

(N5) Casal é preso por morte de doméstica (A Tribuna, 22-03-13)

Uma traição levou à destruição da amizade entre um casal e resultou no assassinato da doméstica R.de F., 25 anos.

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

Uma história de amor acabou em tragédia por causa de uma fofoca. É o que alega L. S. da S., 21 anos, que confessou ter matado a ex-mulher [...].

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)

Um relacionamento de 17 anos teve um fim trágico na manhã de ontem. Motivado por ciúmes, o motorista de ônibus E. G. C., de 36 anos, matou a tiros a sua mulher, [...].

Nesses três excertos, as notícias informam com “pesar” não os assassinatos das três mulheres, mas “a destruição da amizade”, “a história de amor que acabou em tragédia” e “um fim trágico de um relacionamento de 17 anos”. Todos esses trechos fazem parte dos lides das notícias e, portanto, ocupam uma posição de grande destaque nas narrativas, capaz de direcionar toda a interpretação dos acontecimentos. Tratar tais crime como algo “trágico”, como já mostrado por McNeill (1992), minimiza a responsabilidade do Estado em relação aos *femirracídios*, além de contribuir para a culpabilização das vítimas, uma vez que, segundo as narrativas, as “tragédias” foram provocadas por elas, como também discutido por Tomazi (2019).

A implicação disso é que leitoras(es) podem comparar esses discursos a uma tragédia romântica shakespeariana, na qual o assassinato é visto como parte de um drama vivido por duas pessoas e, portanto, inevitável ou, ainda pior, fazer com que mulheres em situação de violência não se sintam seguras em denunciar criminosos.

4.1.3 Ignorando o *continuum* do *femirracídio*

As diversas manifestações de violência contra mulheres têm sido tratadas de maneira dissociadas, de modo que o *femirracídio* pareça algo isolado e inevitável e não parte de um *continuum* de violências como bem afirmam Caputi e Russel (1992) ao explicarem o conceito femicídio.

Dos *femirracídios* que claramente poderiam ser evitados, estão as notícias que mencionam a existência de denúncias e medidas protetivas por parte das vítimas:

(N3) Na última quarta-feira, S. procurou a polícia após receber ameaças de L. O delegado chegou a abrir o processo de medida protetiva, mas não houve tempo para que a determinação fosse cumprida **(A Gazeta, 09-02-13)**.

(N34) Segundo familiares, ele ameaçava a cabeleireira, que teria uma medida protetiva contra ele **(A Tribuna, 25-12-13)**.

(N26) O suspeito já havia sido detido em maio deste ano por violência doméstica contra a própria S. **(A Gazeta, 19-10-13)**.

Esses três exemplos mostram o que é recorrente em sete notícias do *corpus*, as quais indicam que o Estado estava ciente das violências vividas pelas mulheres. Além de não haver uma problematização nas narrativas sobre a

ausência de proteção dessas pessoas, em nenhum momento os jornais apresentam qualquer discussão acerca da relação continuada entre as violências que geraram as denúncias e as que antecederam ao *femirracídio*. Não falar sobre isso é ignorar as ações sucessivas provenientes das relações de poder entre gêneros nas quais quase sempre prevalece o domínio masculino. É importante repetir novamente que a única exceção desse tipo de escrita é o texto de N35, em que se questiona a falha do Estado que recusou o pedido de medida protetiva da vítima antes do assassinato.

Quando não mencionadas denúncias e medidas protetivas, é possível dizer que os jornais também ignoram o *continuum* do *femirracídio* ao falar das violências que antecederam aos assassinatos para explicar a ação do assassino. Vejamos alguns exemplos:

(N22) Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o crime teria sido motivado pelo ciúme. Esse, inclusive, já teria sido motivo para uma separação há cerca de dois meses. “Pelas informações, eles brigavam constantemente e chegaram a ficar separados por uma semana, mas logo voltaram”, disse um dos investigadores que apurou o caso na manhã de ontem **(A Tribuna, 03-09-13)**.

(N9) “Eles tiveram um relacionamento conturbado, com agressões físicas e verbais [...]” **(A Tribuna, 30-05-13)**.

(N10) “Eles viviam em pé de guerra, e ele batia nela um pouquinho, sim. Mas eu nunca imaginei que ele pudesse fazer isso com ela”, disse o irmão do assassino **(A Gazeta, 30-05-13)**.

(N31) A irmã da vítima afirmou que ela estava sendo ameaçada pelo empresário **(A Tribuna, 15-11-13)**.

Em todos esses casos, as narrativas apenas representam conflitos entre casais, naturalizando comportamentos que levaram ao destino “inevitável”. Essas condutas naturalizadas são fundamentadas pelo patriarcado, como salienta Meyers (1997), que sustenta a noção de que homens seriam naturalmente mais agressivos que mulheres e por isso elas sairiam em desvantagem nas relações de poder entre gêneros. Ademais, essas representações fomentam nas(os) leitoras(es) indagações muito comuns a respeito do comportamento da mulher, como: por que ela não denunciou o companheiro? Por que reagiu ou permaneceu em um relacionamento em que estava sendo agredida? Essas questões atribuem uma responsabilidade direta entre as ações da vítima e a própria morte,

representando-a como cúmplice da situação. Tais perguntas são tão presentes no imaginário social que ocultam pontos que realmente devem ser analisados, como as situações/circunstâncias sociais, culturais, econômicas, emocionais, políticas, que sustentam essa problemática e a torna tão recorrente. Como constatado por INAMU (2013), infelizmente, a mídia reporta os feminicídios como casos desligados não apenas de uma história de violência prévia, mas de um contexto sociocultural no qual a vida das mulheres tem menos valor.

O resultado dessa forma de representação é grave, pois a população, inclusive mulheres em situação de violência, podem construir modelos de situação de que não há alternativas para se libertar de uma situação de violência, pois leem diariamente que as medidas protetivas não funcionam e que o Estado é ausente.

4.2 FONTES DE INFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS

Estudiosas como Tuchman (1983) argumentam que a produção das notícias segue rotinas e processos diários de jornalistas e organizações, a qual é marcada pelo espaço, tempo e pelas fontes. As fontes, segundo a autora, funcionam como elemento chave na construção das narrativas noticiosas porque têm uma relação direta com o fato, ou seja, são o ponto de origem do acontecimento e podem ser usadas para protegerem os jornais de acusações de parcialidade, na medida em que são “responsáveis” por suas declarações.

Nessa perspectiva, a eleição das fontes segue os interesses da empresa de comunicação e das organizações com as quais ela se relaciona, em um fazer cotidiano no qual esses interesses se interseccionam (TUCHMAN, 1983). Assim, a seleção das fontes é uma maneira de a mídia exercer o poder simbólico, já que o acesso ao discurso público legitima vozes de locutores na sociedade, que são recebidas como confiáveis (VAN DIJK, 2010). O conceito de acesso ao discurso público implica pensar “quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis” (VAN DIJK, 2010, p. 89). Essa legitimidade constitui, então, um poder sobre a sociedade, uma vez que a

população pode usar o conhecimento informado pelas fontes para construir opiniões e atitudes acerca das minorias sociais.

A relevância dada ao elemento fonte nos estudos de Tuchman ainda na década de 1970 e reafirmada nos anos seguintes por vários autores - por exemplo, van Dijk (1991); Hall (2016) e Meyers (1997) -, deve ser encarada com bastante atenção, especialmente hoje, quando muitas notícias (ou *fake news*) são validadas por algumas fontes e passam a exercer um poder elevado sobre a população, influenciando a mudança de crenças e comportamentos. Nesse cenário, aliás, a discussão sobre a temática das fontes (como as fontes (pessoas) que informam os fatos das notícias ou as fontes (instituições) das quais se obtêm uma informação) deve ser amplamente realizada nas escolas, no sentido de se compreender as implicações que estão por trás dessas preferências.

Essa reflexão volta nossa atenção à afirmação de Tuchman (1983) sobre as escolhas de fontes seguirem interesses das empresas de comunicação e das organizações a elas relacionadas e, portanto, entender que notícias são o processamento de discursos já existentes, uma vez que a produção da narrativa é proveniente de discursos de outras pessoas (VAN DIJK, 1991). Nesse sentido, cabe a nós reconhecer quais discursos compõem o texto noticioso, quem eles representam e quais interesses estão em jogo.

Em se tratando de violência, a busca pelas fontes está relacionada ao contexto de produção das narrativas, o qual é geralmente construído em cenários como delegacias, pois a(o) jornalista não está presente no momento em que ocorre o fato. Desse modo, é comum que esses profissionais estabeleçam uma relação de “dependência” com a polícia que é a principal fonte de informação legítima e “imparcial”, negando a possibilidade de a visão dessa instituição ser marcada por preconceitos (MEYERS, 1997). Além disso, as fontes também têm a função de dar mais credibilidade à notícia pelo fato de a(o) jornalista ter tido acesso direto ao ator social e também permitir a inserção da opinião do jornal sobre o acontecimento (por meio do discurso de outrem), sem que seja explicitamente “quebrada” a regra da imparcialidade (VAN DIJK, 1991).

Em se tratando de feminicídio, especificamente, as fontes mais comuns nas narrativas são policiais, agressores, vizinhas(os) e parentes das vítimas e/ou dos agressores. Os discursos desses atores possuem valores diferentes na sociedade,

uma vez que representantes institucionais, como policiais, têm suas declarações relacionadas ao acontecimento em si mesmo, ao passo que discursos do agressor são geralmente usados para relatar o crime e, de familiares e vizinhas(os), para falar sobre questões pessoais de vítimas e agressores. Para compreender os papéis de cada ator como fonte nas notícias, analisamos nos itens a seguir o que falam e como esses discursos são apresentados nas narrativas noticiosas.

4.2.1. Implicações de policiais como fontes de informações

Policiais⁶⁴ geralmente assumem papéis institucionais de fontes de dados em notícias sobre violência, segundo Tuchman (1983), devido às rotinas e aos processos diários de jornalistas e organizações. Nas narrativas noticiosas sobre *femirracídios*, isso está relacionado também às sessões nas quais as notícias foram publicadas: caderno “Cidades”, subitem “Segurança”, no jornal *A Gazeta*; e caderno “Polícia” no jornal *A Tribuna*. Assim, em nosso *corpus*, policiais são fontes de informação em 34 notícias. Os excertos a seguir ilustram a maneira como essa fonte é citada:

(N22) Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o crime teria sido motivado pelo ciúme. Esse, inclusive, já teria sido motivo para uma separação há cerca de dois meses. “Pelas informações, eles brigavam constantemente e chegaram a ficar separados por uma semana, mas logo voltaram”, disse um dos investigadores que apurou o caso na manhã de ontem (***A Tribuna, 03-09-13***).

(N24) Segundo o delegado, os dois teriam assassinado D. por causa de uma fofoca sobre traição que surgiu entre ela e uma amiga, também de 15 anos, namorada de P. H. “Tudo ocorreu por causa de fofoca, conversa fiada de adolescentes. Cada uma teria comentado que o namorado da amiga havia sido traído. Depois, houve ameaças, e os dois acabaram matando D.”, contou o delegado (***A Gazeta, 04-09-13***).

Os fragmentos de N22 e N24 exemplificam discursos que são apresentados nos textos de maneira indireta e direta, os quais trazem informações sobre razões dos crimes. Na parte inicial de cada trecho, os jornais empregam o verbo “ter” como

⁶⁴ A palavra polícia está empregada no sentido mais geral para se referir aos profissionais que trabalham nas instituições que têm como função garantir a segurança pública. Dessa forma, o termo é usado para englobar: policiais militares, civis e federais, peritos, investigadores e delegados.

auxiliar para modalizar os discursos das fontes a fim de indicar a “possibilidade” da motivação. O uso de verbos auxiliares modais é bastante recorrente nas notícias quando não se pretende afirmar o que está sendo dito, deixando aberta a possibilidade de mudanças de perspectiva. A modalização também ocorre no trecho (N24) “Cada um teria comentado [...]” que, na voz do policial em discurso direto, reforça a escolha de não dar total crédito às informações fornecidas por testemunhas e acusados, o que também ocorre em N22, mas desta vez com o uso da expressão (N22) “[...] pelas informações [...]”, que semanticamente atribui a responsabilidade das informações a outrem.

Cabe reforçar que os verbos auxiliares modais só foram usados porque as informações, embora nas vozes de policiais, foram fornecidas por testemunhas e acusados. Isso indica que essas pessoas são fontes menos credíveis, fato já notado por van Dijk (1991), que verificou o uso estratégico de verbos e advérbios nos discursos de imigrantes como fontes de notícias com o objetivo de denotar, implicitamente, um *status* de inconfiabilidade. Também poderíamos pensar que, a princípio, isso pode ser uma estratégia de precaução no caso de essas pessoas estarem mentindo ou de a investigação ainda não estar concluída, como citado em trecho de N22, o qual informa que o delegado explicou “que apesar dos relatos confirmarem que a motivação para o crime foi ciúmes, ele precisa fazer uma investigação para concluir o caso”. Apesar disso, essas “incertezas” norteiam os textos a ponto de serem topicalizadas e constituírem as macroproposições das duas notícias, como pode ser visto nas manchetes e nos subtítulos:

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)
O motorista de ônibus E. C. assassinou K. com dois tiros e depois se matou. Crime foi cometido por ciúmes

(N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13)
Namorado da vítima e um amigo dele foram presos; polícia diz que caso foi solucionado.

O fato de essas informações serem promovidas a tópicos nos faz pensar sobre vozes legitimadas e destacadas pelos jornais que são, por consequência, os discursos mais “ouvidos”, creditados e lembrados pela população. Em casos de crimes de gênero, Meyers (1997) afirma que “a confiança de repórteres em porta-

vozes da polícia como fontes ‘legítimas’ assegura que a perspectiva policial é o ponto de vista predominante apresentado” (MEYERS, 1997, p.86, tradução nossa)⁶⁵, ou seja, a notícia tende a refletir opiniões, suposições e argumentos de policiais. Para Hall (2016), fontes policiais atuam como “definidores primários” em narrativas noticiosas, pois é dado a essas pessoas a permissão da “definição ou interpretação primária do tópico em questão” (HALL, 2016, p.316). Ou seja, toda a narrativa será conduzida pela interpretação dessas fontes, a qual será ponto de partida tanto para argumentos favoráveis quanto para argumentos contrários ao tópico principal da notícia (HALL, 2016).

Essa relação entre mídia e polícia aponta para o papel ideológico dos meios de comunicação, que não é “transmitir a ideologia da ‘classe dirigente’ num figurino conspiratório” (HALL, 2016, p. 317), mas reproduzir ideias dominantes por meio de hierarquia e seletividade de fontes (HALL, 2016). E qual o impacto disso, por exemplo, na representação do *femirracídio*? Isso pode ser problemático quando casos de *femirracídios* são narrados por policiais sem capacitação para o atendimento da vítima, que podem ter discursos marcados por uma visão estereotipada da violência, como corroborar explicações como “ciúmes” e “fofoca”. O mesmo pode ocorrer com oitivas de testemunhas mulheres, como pontuado por Azevêdo (2011), que identificou estereótipos advindos de discursos policiais em relação a mulheres que atuavam como principais testemunhas de assassinatos.

Em N31, por exemplo, um *femirracídio* investigado inicialmente como um assalto seguido de morte é tratado pelo delegado, em segunda hipótese, como “passional” após ele obter a informação de que houve uma discussão entre vítima e agressor momentos antes de ela ser assassinada. Essa hipótese é topicalizada no subtítulo: “Crime pode ser passional”. O mesmo ocorre em N14, na qual o subtítulo também destaca “crime passional”: “Polícia não descarta crime passional”. Nas duas situações, a polícia logo cogita “crime passional”, embora os assassinatos ainda estivessem sendo investigados. Ou seja, a perspectiva de violência de gênero não é cogitada em nenhum momento. Desse modo, assim como visto em N22 e

⁶⁵[...] reporter reliance on police spokespersons as “legitimate” sources ensures that the police perspective is the predominant viewpoint presented” (MEYERS, 1997, p.86).

N24, tais discursos promovidos a tópicos nortearão toda a leitura das notícias, desconsiderando os *femirracídios*.

Uma maneira de evitar esse tipo de perspectiva por parte da polícia é capacitar profissionais que lidam com esse crime. Essa necessidade já foi destacada por Blay (2003), que considera o treinamento permanente uma das ações importantes que precisam ser aplicadas para que haja a “transformação da cultura da força e da violência de gênero” (BLAY, 2003, p.97). No ES, a falta de treinamentos já foi constatada em pesquisa realizada por Souza e Cortez (2014) em uma DEAM da cidade de Vitória, que revelou ainda outros graves problemas enfrentados pela instituição, como falta de funcionários, precariedade da estrutura física de prédio e equipamentos, bem como falta de apoio da Polícia Civil e de ações de prevenção, assistência e repressão à violência de gênero por parte do Estado. Esse é o cenário das delegacias que são locais preferenciais para o tratamento de crimes de gênero no ES e que somam apenas treze unidades em todo o estado, ou seja, uma cobertura de somente 16,6% das municipalidades.

Apesar disso, ressaltamos um ponto positivo em uma notícia de nosso *corpus*, na qual o delegado da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), citado em discurso direto, descarta a possibilidade de latrocínio e indica o crime de gênero:

(N35) O delegado B. A., responsável pelas investigações, contou que, um mês antes do crime, a vítima foi ao Plantão Especializado da Mulher, no bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória, e registrou um boletim de ocorrência contra o ex-marido. Na ocasião, a cabeleireira relatou que estava sendo ameaçada de morte por ele.

[...]

O delegado B. A., que responde pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), também acredita que foi o ex-marido de I. quem a matou. “Esse crime não tem característica nenhuma de latrocínio. A suspeita é de que o autor seja o ex-marido ou alguém contratado por ele”, afirmou o delegado (**A Gazeta, 26-12-13**).

Essa notícia corrobora a ideia da polícia como “definidor primário”, já que a perspectiva do delegado é topicalizada no subtítulo “Ex-marido de dona de salão é suspeito do crime; ela já tinha sido ameaçada de morte”, além de toda a narrativa seguir um viés investigativo, contando a trajetória da vítima na denúncia contra o ex-marido e a ineficácia do Estado em protegê-la, informação destacada na manchete, “Morte em Jardim Camburi: 5 dias antes, juíza negou proteção à vítima”. Conforme já discutido, apesar desses pontos positivos, a notícia não apresenta

uma reflexão crítica sobre crime de gênero, pois relaciona o assassinato ao “estado de abandono” do ex-marido. Isso poderia ser resolvido, por exemplo, com o discurso de uma fonte especializada em violência de gênero que problematizasse o *femirracídio*.

Ainda sobre fontes policiais, é interessante destacar a predominância da voz masculina como representante institucional em 32 notícias do *corpus*, ao passo que há o discurso de uma policial em apenas uma notícia:

(N23) Peritos que estiveram no local informaram que os dois corpos estavam dentro do quarto do casal. K. foi atingida com dois tiros: um no abdômen e outro no tórax. Já E. matou-se com um tiro na cabeça, logo acima da têmpora direita. “Ela estava caída, de costas, perto da janela. Já ele estava de bruços, caído por cima do corpo da mulher”, disse uma perita (***A Gazeta, 03-09-13***).

Apesar de a fala da policial ser apresentada em discurso direto, o conteúdo informado apenas compõe parte de um trecho no qual é narrado detalhes sobre o cenário do assassinato, dados menos relevantes quando comparados a informações como a denúncia do crime, por exemplo, apresentada na voz de um policial também em N23:

(N23) “Ela disse que o homem estava dentro de casa, ameaçando matar a família e acabar com a própria vida. Mas, quando nós chegamos ao local, a tragédia já havia acontecido”, frisou o sargento L. C., da 2ª Companhia do 1º Batalhão da PM, que atende à região (***A Gazeta, 03-09-13***).

A carência de vozes femininas em nosso estudo deve ser problematizada, uma vez que já observamos que a busca por fontes institucionais variadas e especializadas é escassa, além de não haver equidade nas representações desses discursos. Essa reflexão pode ser estendida ao âmbito estrutural, pois é preciso pensar se a insuficiência de fontes policiais mulheres pode estar relacionada a menor presença delas nessa profissão, que geralmente é ocupada por uma maioria de homens. De todo modo, tudo isso contribui para que tenhamos uma visão majoritariamente “masculina” acerca da violência que mais afeta mulheres no ES. Além disso, é interessante levantar outra questão, que é a raça/etnia de policiais/delegadas(os) que aparecem como fontes legitimadas nessas notícias. Embora não seja possível averiguar isso por falta de informações discursivas, é

interessante refletir que, caso tenhamos uma predominância de pessoas não negras, além da propagação de preconceitos de gênero, poderá haver mais reprodução de crenças racistas.

Por último, a predominância de fontes policiais indica que crimes de gênero têm sido tratados pelos jornais apenas na esfera da segurança pública, sendo as próprias sessões “Segurança” e “Polícia”, nas quais são veiculadas as notícias, uma amostra de como tais dolos são “classificados”. A interpretação de *femirracídios* como problemas de segurança pública mostra como nossa visão a respeito desses crimes pode ser conduzida pelas crenças sexistas e patriarcais enraizadas na sociedade capixaba.

4.2.1.1 “Narrativas policiaiscas” e ausência de problematizações sobre crimes de gênero

A reprodução frequente e predominante de perspectivas policiais nas notícias mostra representações de violências restritas aos cenários dos crimes, com ênfase em questões pessoais de atores e detalhes de assassinatos (como número de facadas, locais do corpo lesionados), o que configura uma “cobertura policiaisca” (PRADO E SANEMATSU, 2017) ou o emprego de uma “linguagem novelesca” (INAMU, 2013), dando origem a “narrativas policiaiscas”. Vejamos alguns exemplos:

(N4) A auxiliar de serviços gerais L. R. V. [...] foi torturada e queimada depois de ser executada com três tiros na cabeça. [...] Para o investigador G. F., que também trabalha no caso, Lorena foi executada no mesmo dia que desapareceu. “Ela foi levada viva para o local e lá foi torturada e teve o fêmur direito quebrado. Depois da surra, levou três tiros na nuca e quem a matou ainda ateou fogo no corpo, depois que ela já estava morta” (**A Tribuna, 22-03-13**).

(N8) [...] L. que também confessou ser traficante, foi preso na manhã de ontem, no bairro Jardim dos Palmares, em Cariacica. [...] Ele foi preso em uma casa, onde a polícia encontrou um revólver calibre 38, seis munições, 110 gramas de crack, 373 pedras de crack, 20 papelotes de cocaína, 241 buchas de maconha, duas toucas ninjas, dois radiocomunicadores, dois celulares e uma agenda com o controle da venda da droga (**A Tribuna, 17-04-13**).

Nos dois trechos, nota-se informações que detalham a maneira como a vítima foi morta e dados sobre a prisão do agressor, como “teve o fêmur direito quebrado” e “Ele foi preso em uma casa, onde a polícia encontrou um revólver calibre 38, seis munições, 110 gramas de crack [...]”, respectivamente. A ênfase excessiva em detalhes (precisão) ou a vagueza são estratégias de representações frequentes nos discursos públicos, segundo van Dijk (2010), que variam conforme interesses de comunicação. Por exemplo, os pormenores do assassinato em N4 e da prisão em N8 implicam representação positiva da ação policial que foi encontrar a vítima e prender o assassino e ignoram o real problema da violência contra mulheres. Além desses detalhes, a presença de palavras como “executada”, “confessou” indicam que a perspectiva policial é reproduzida no início das duas notícias, já que esses vocábulos são comumente utilizados no âmbito policial. Além disso, o uso de “executada” implica uma avaliação em relação à vítima, uma vez que, para o senso comum, só é executada a pessoa que cometeu algum ato ilegal, ao passo que “confessou” indica a admissão ou reconhecimento de um erro.

Nesses casos, pode-se argumentar que ao jornal não cabe mudar as informações repassadas pela polícia, mas apenas informar os fatos. De fato, as informações passadas pela polícia fazem parte do fazer jornalístico (TUCHMAN, 1983), contudo, a reprodução desses detalhes deve ser repensada a fim de se identificar o que é relevante para promover uma reflexão sobre a violência de gênero para que esse crime seja entendido como tal e não confundido com um problema conjugal ou “crime passional”.

4.2.2 Agressores como fonte

Uma outra fonte muito frequente nas narrativas noticiosas é o próprio agressor, que aparece em onze notícias do *corpus*. O texto de N8 exemplifica isso:

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)
L. da S., 21, foi preso pela morte de G., sua ex-mulher. Ele alega que foi informado de que ela estava com outro

“Uma amiga em comum me falou que a G. estava ficando com outro rapaz na casa onde morávamos”, afirmou.

[...]

Segundo L., no dia do crime, 11 de fevereiro deste ano, ele foi até a casa da vítima para conversar porque soube que ela estaria em outro relacionamento.

Ele alegou que, durante uma discussão, abaixou a mão e a vítima colocou a mão dela na arma, que teria disparado acidentalmente, e ela teria sido atingida. “Não foi nada planejado”, afirmou.

Nesses trechos, o depoimento do agressor em discurso direto e indireto é usado para explicar e narrar o crime na notícia, ocupando, inclusive, posição de destaque na manchete e no subtítulo. A implicação disso é que, por não haver informações de outras pessoas, especialmente da vítima, já que se trata de um *femirracídio*, as declarações do agressor são convertidas na versão do acontecimento na notícia, ou seja, as falas dele são usadas para compor a narrativa, que enfatiza traição, discussão e crime “acidental”.

Na ausência de uma fonte representante do outro lado da história, nesse caso, da vítima, as(os) jornalistas optam por entrevistar uma fonte considerada legítima e neutra, segundo Meyers (1997), como policiais, que apresentariam versões contrárias ou diferentes das do agressor. Contudo, essa estratégia parece não funcionar muito bem em algumas notícias, como em N26, na qual a versão do agressor predomina no texto mesmo sendo informada pela polícia:

(N26) Domador preso por matar mulher e amiga (A Gazeta, 19-10-13)
O homem assassinou as duas com tiros e facadas e enterrou os corpos em cova rasa

R. confessou o crime e mostrou aos policiais o local onde havia enterrado os dois corpos, numa cova rasa, na fazenda onde mora [...].

Ao delegado D. P. J., o suspeito disse que teve uma discussão com a companheira, e ela e a amiga pegaram facas para ameaçá-lo. Ele contou ainda que agiu em legítima defesa.

No fragmento, o ponto de vista policial é construído com base no depoimento do agressor, que, indiretamente, tem sua versão reproduzida e topicalizada pelo jornal. Ou seja, em uma relação intertextual, o discurso policial traz informações apresentadas no discurso do assassino, legitimando declarações como “legítima defesa”. Algo semelhante ocorre em N13:

(N13) Preso por assassinar a ex-mulher (A Tribuna, 29-06-13)
L. de O., 24, disse que matou J. R., 17, porque estaria sendo traído por ela. Crime foi em abril, em Viana

L. foi encaminhado para a DHPM, onde prestou depoimento confessou o crime. Ele afirmou que matou J. porque teria descoberto que estava sendo traído.

Nesse trecho, a versão do assassino também é percebida no discurso policial que reitera a traição. Esses exemplos mostram como as versões dos agressores para os crimes podem ser reproduzidas de maneiras diferentes nas notícias, de modo que as narrativas funcionem direta e indiretamente como meios de difusão de estereótipos e preconceitos de gênero, principalmente quando essas perspectivas são colocadas em posição de destaque.

Por outro lado, há também situações em que a declaração do assassino é contestada pelo delegado e, então, a intenção do jornal em apresentar outro ponto de vista é parcialmente alcançada:

(N18) Acusado de matar a mulher grávida de 4 meses a facadas (A Gazeta 22-08-13)

J. F. estava foragido desde 2012; ele afirma que agiu em legítima defesa
Para o delegado A. L., titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), a versão do suspeito não convence. “Há um histórico de discussão entre eles. A briga do dia do crime durou uma hora. Em uma hora, você tem tempo de desistir. Então, ele não pode nem alegar que foi legítima defesa, pois quando a pessoa quer se defender, reage na hora”, afirmou o delegado **(A Gazeta 22-08-13)**.

Dizemos que é alcançada de maneira parcial porque, apesar desse esforço, a contestação do delegado é mantida apenas no interior da narrativa, ao passo que o depoimento do agressor continua sendo topicalizado na manchete e no subtítulo de N18. Sabendo que as informações topicalizadas são as mais lembradas, podemos afirmar que a perspectiva policial terá menos influência na representação do assassino do que a própria versão do agressor. Isso corrobora a importância de analisarmos não somente quais fontes aparecem nas notícias, mas também como elas são citadas e qual posição esses discursos ocupam na narrativa. Essa prática está relacionada à produção da notícia que, assim como todos os outros elementos que compõem o discurso noticioso, como imagens, entrevistas, devem ser construídos a partir da perspectiva de gênero para evitar a propagação de preconceitos. Aliás, o papel das(os) jornalistas nas frequentes entrevistas com os agressores no *corpus* também despertou nossa atenção e, por isso, é tema da próxima discussão.

4.2.2.1 Papéis de jornais/jornalistas nas entrevistas com agressores

Ao utilizar o agressor como fonte, algumas notícias chamam atenção por darem voz a esse ator por meio de uma entrevista. Nessas narrativas, que totalizam sete textos⁶⁶, as entrevistas são estruturadas de maneira bastante parecida, com título, que é construído a partir de um trecho do discurso do agressor; introdução, que situa leitoras(es) sobre o tema da entrevista; perguntas feitas pelos jornais (“por que matou?” e “como matou a vítima?”, muito frequentes); e respostas dos assassinos em discurso direto. Diante dessas características e dos efeitos que esse discurso pode causar, interessa-nos refletir sobre os papéis das(os) jornalistas nessa prática. Vejamos o exemplo da entrevista de N8:

(N8) Mulher assassinada por causa de fofoca (A Tribuna, 17-04-13)

“Minha filha vai crescer sem mãe”

Afirmando estar arrependido, L. S. da S., 21 anos, que confessou ter assassinado a ex-mulher G. A. da S., 24, disse que tinha ido até a casa da vítima apenas para conversar, pois foi informado que ela estava com outro homem. Segundo ele, o tiro que matou a ex-mulher foi acidental.

A TRIBUNA — Você confessa que matou sua ex-mulher?

L. DA S. — Minha esposa, sim. Fiquei sabendo por uma amiga que ela estava me traindo com um outro rapaz e que estava com ele na casa. Depois, descobri que não era verdade.

> Mas vocês já tinham se separado?

Estávamos separados, mas ainda tínhamos contato. Minha esperança era de reatar o relacionamento.

>Você foi à casa dela para matá-la?

Não, fui para conversar. Cheguei lá e conversei com

ela, mas ela era muito ignorante e colocou a mão na arma. O tiro foi acidental e a discussão foi muito rápida.

> Você trabalha no tráfico há muito tempo?

Desde julho do ano passado. Sou o gerente da casa, ficava guardando o material. Entrei nessa vida por causa do dinheiro, achava que seria um dinheiro fácil, mas não é.

>Você se arrepende?

Com certeza, ainda amo ela. E minha filha vai crescer sem mãe.

Nessa entrevista, a(o) jornalista desempenha um papel institucional ao tornar-se representante da instituição jornalística e realizar questionamentos na delegacia. Esse posicionamento, por sua vez, implica relação de poder entre interlocutores, jornal e agressor, de modo que a interação é conduzida por meio da escolha de tema e perguntas feitas pelo jornal, que controla a participação do agressor por meio da autorização de resposta, a qual deve estar relacionada ao

⁶⁶ A recorrência dessas entrevistas nas notícias capixabas é observada nas pesquisas do Gedim há alguns anos e, inclusive, é uma temática que está sendo analisada pelo grupo.

tópico em discussão. Além disso, o próprio local onde ocorre a interação restringe o acesso do agressor, já que, por se tratar de uma delegacia e, estando ele no papel de criminoso, suas declarações estarão condicionadas às relações de poder não só da(o) jornalista, mas da instituição policial.

Nesse sentido, no primeiro questionamento “Você confessa que matou sua ex-mulher?”, a escolha do verbo “confessar” induz a resposta de reconhecimento da culpa por parte do agressor, além de, implicitamente, apenas confirmar uma informação já conhecida pela(o) jornalista. O assassino, por sua vez, confessa o crime, mas justifica-o, dizendo que ficou sabendo que estava sendo traído. Em reação a essa justificativa, o jornal questiona o fato de eles já estarem separados, o que refuta a explicação dada pelo homem, já que, nesse caso, a traição não teria existido. Em resposta, o agressor apresenta outra justificativa que seria a “esperança” de reatar o relacionamento. Ou seja, por meio dessas perguntas e respostas temos reforçadas duas “motivações” para o crime comuns nas notícias, que é a traição e o fim do relacionamento.

Em seguida, a pergunta “Você foi à casa dela para matá-la?” também direciona a resposta do assassino, pois já apresenta o motivo de ele ter ido à casa da ex-mulher, que seria diferente de ter questionado “Por que você foi à casa de sua ex-mulher?”. Na continuidade da interação, o tópico do questionamento é alterado pelo jornal que tematiza o envolvimento do agressor com tráfico de drogas, em “Você trabalha no tráfico há muito tempo?”, que novamente aponta para as relações de poder na interação, já que a pergunta é voltada para o tempo em que ele é traficante e não se ele tem relação com tráfico. Por fim, a última indagação volta ao tópico do *femirracídio*, ao questionar se ele está arrependido, a partir da qual ele diz: “Com certeza, ainda amo ela. E minha filha vai crescer sem mãe”. A última oração dessa resposta é usada como título da entrevista, elemento que direciona a leitura do texto para o “arrependimento” do assassino, já citado no decorrer da notícia.

Diante das questões da entrevista de N8, percebe-se que as perguntas têm o propósito de apenas confirmar, na voz do assassino, informações já conhecidas pelo jornal. Aliás, quase todos os dados da entrevista, que está posicionada no final da notícia, são topicalizados desde o início da narrativa noticiosa: a morte causada por fofoca, na manchete; a traição, no subtítulo; o tráfico de drogas, na imagem (drogas apreendidas dispostas em uma mesa ao lado do agressor

algemado) e na legenda da imagem; o arrependimento, na imagem (expressão do rosto do agressor), na legenda da imagem e no título da entrevista. Ademais, a introdução da entrevista reforça tudo isso ao resumir toda a história em confissão do dolo, arrependimento dele, traição dela e crime “acidental”.

Os fatores contextuais, como o local (delegacia) e a relação de poder entre jornalista e agressor, ajudam a realizar a intenção comunicativa que se dá via entrevista, na qual não se observa nenhuma informação nova além das já fornecidas ao longo da notícia. Assim, mais uma vez, estereótipos de vítima e agressor são reproduzidos, na medida em que, ao final da leitura de todo o discurso, leitoras(es) construirão uma representação mental desse crime na qual a causa reside no comportamento imoral dela e na relação dele com as drogas, além de, implicitamente, associar essas condutas aos preconceitos de raça e classe social.

4.2.3 Vizinhas(os) e familiares como fontes

A participação de vizinhas(os) e parentes como fontes nas notícias ocorre porque essas pessoas têm uma relação com vítimas e/ou agressores. Por esse motivo, discursos dessas fontes são geralmente marcados por informações pessoais acerca desses atores, com detalhes e sentimentalismo. Dada essa característica, assim como observado por van Dijk (1991) em relação à credibilidade da participação de minorias como fontes de notícias, as falas de vizinhas(os) e parentes tendem a ser menos credíveis do que às de policiais, que, por sua vez, são consideradas mais “neutras”. Seguindo essa observação, vizinhas(os) e parentes aparecem como única fonte em apenas uma notícia do *corpus*, sendo as demais construídas com a participação de policiais.

Em N22, discursos de vizinhas(os) da vítima e do agressor aparecem em um quadro no final na notícia, apresentando avaliações acerca dos atores:

(N22) Marido mata mulher e se suicida (A Tribuna, 03-09-13)

Depoimentos

“Um casal tranquilo”

“Eles formavam um casal tranquilo. Os dois não eram de sair, viviam para o trabalho e para a família deles. Nunca presenciei uma cena suspeita. O E. nunca se mostrou violento, por isso fiquei tão chocada com a notícia”.

Vizinha, 19 anos, estudante

“Queridos por todos”

“Estou muito abalado com tudo isso. Tratava E. como se fosse da minha família. Ele era um homem educado e muito calmo. Aparentemente os dois nunca demonstraram ter conflitos. Eles eram queridos por todos”.

J. C., 71, aposentado

“Ninguém imaginava”

“Eu só fiquei sabendo da tragédia ao retornar do trabalho, no fim da tarde. Todos no bairro estão falando do caso e estamos chocados. Ninguém imaginava que E. pudesse fazer algo assim um dia. Ele nunca demonstrou ser violento”.

Vizinha, 55, dona de casa

Esses depoimentos referem-se ao caso de um marido que assassinou a esposa e cometeu suicídio. Nesse contexto, observa-se que as três opiniões apresentam uma descrição geral do casal, definido de maneira positiva, e enfatizam características também positivas do assassino, como “não violento”, educado” e “calmo”. Na apresentação dos depoimentos não aparecem perguntas feitas às fontes e esse fato ilustra a recorrente prática de jornalistas apresentarem informações fora do contexto de produção do discurso, como afirma Tuchman (1983). Apesar disso, é possível inferir que foi solicitado às fontes que definissem vítima e assassino, já que observamos um “padrão” de respostas. Além de as opiniões apresentarem informações da vida e da personalidade do casal e do agressor, os adjetivos “chocada” e “abalado” caracterizam o sentimentalismo não só de depoentes, mas de moradores do bairro em geral, já que a consternação de demais vizinhas(os) é marcada em pelo menos dois discursos na notícia.

A leitura desses três depoimentos, somada às outras informações da notícia que reforçam as mesmas ideias, remete à representação de uma “fatalidade”, já que, nesse caso, não há envolvimento com drogas que explique a atitude do marido. Na falta desse motivo, a polícia, uma das fontes da notícia, informa que o “crime teria sido motivado pelo ciúme”. Dessa forma, todos esses dados levam à representação de um “crime passional”.

Nas notícias nas quais as fontes são parentes, os discursos também detalham características do agressor ou da vítima em busca da compreensão do ocorrido:

(N3) “NÓS O ACONSELHAMOS A NÃO FAZER NADA”

L. G.

Irmã do acusado

A irmã de L., L. G., disse que ele ficou transtornado após o fim do relacionamento com S.

Como era a relação da S. com L.?

Eles viviam muito bem. Nunca tiveram nenhum problema durante o casamento. Toda a mudança começou pouco antes do Natal, quando ela decidiu sair de casa, alegando que o casamento não estava dando certo e que estava procurando outro lugar para morar.

Como ele ficou após o fim do relacionamento?

Ficou transtornado. Ele dizia que não sabia o motivo da S. ter mudado [...].

Eles se encontraram depois que a S. saiu de casa?

Ele a viu chegando em casa tarde de carro com outro cara e ficou inconformado (*A Gazeta, 09-02-13*).

Nesse trecho de N3, é feita uma entrevista com a irmã do agressor que representa a vítima de maneira negativa, descrevendo-a como mulher que abandonou o marido e iniciou em seguida outro relacionamento, motivos usados para explicar o crime. Aliás, o título da entrevista assim como o questionamento “Como ele ficou após o fim do relacionamento?”, direcionam para interpretações de que o agressor é que foi vítima das atitudes da ex-mulher. Além disso, o trecho “Toda a mudança começou pouco antes do Natal, quando ela decidiu sair de casa, alegando que o casamento não estava dando certo”, indica uma avaliação da fonte em relação à vítima sobre o início dos problemas na relação do casal, além de apresentar uma desconfiança em relação à justificativa de sair de casa dada pela vítima com o uso do verbo “alegar”.

É esperado que, no caso de N3, a vítima seja representada de maneira negativa, já que a fonte é irmã do agressor, que pode defendê-lo. Contudo, essa premissa não acontece em N23, na qual a fonte é o pai da vítima:

(N23) Marido deixou carta relatando traição

O pai da analista financeira K. S. N. C. contou à equipe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) que E. desconfiava de que a mulher o estivesse traindo. Ele inclusive deixou uma carta relatando a descoberta (*A Gazeta, 03-09-13*).

O discurso da fonte aparece nesse fragmento em discurso indireto, que foi narrado pela polícia ao jornal. Essas informações são apresentadas na parte final da notícia, na margem inferior da página, sob título “Marido deixou carta relatando traição”. O discurso indireto implica uma perspectiva sobre o crime não

apenas do pai, mas também da polícia e, ainda, do jornal, já que escolhas como a escrita do relato e título indicam avaliação acerca da vítima.

Em outro caso, a fala da irmã da vítima também provoca uma avaliação negativa acerca do comportamento dela ao dizer que ela se relacionava com um homem casado, mesmo sabendo dessa condição:

(N31) A irmã ainda falou que a vítima estava com o empresário há sete anos. “Ele era casado e tem família em Viana. Quando começou a se relacionar com ela, disse que era divorciado. Depois, ela descobriu que ele era casado, mas o perdeu” **(A Tribuna, 15-11-13)**.

A escolha dessa informação pelo jornal para compor a notícia mostra como estão implícitas crenças sexistas e patriarcais na prática jornalística, já que esses dados não contribuem para a representação da violência de gênero, mas apenas fundamentam o *continuum* de culpabilização das mulheres.

A escolha de fontes, bem como a maneira como os discursos são apresentados constituem elementos cruciais para uma cobertura do *femirracídio* livre de estereótipos. A ausência de fontes especializadas para discutir e refletir sobre as intersecções que tornam esse crime tão complexo é muito grave. As perspectivas de especialistas contribuem sobremaneira para que essa violência seja tratada como algo estrutural, problema social, de responsabilidade pública e não como mais um “crime passional” ou algo inerente às minorias sociais.

4.3 LUGAR E TEMPO NAS NARRATIVAS NOTICIOSAS

Lugar e tempo são elementos que compõem o “cenário”, uma das categorias dos modelos de contexto (VAN DIJK, 2011a), por esse motivo, tais elementos não devem ser compreendidos nas notícias apenas de maneira objetiva, como onde e em qual horário o crime ocorreu, mas como itens representados nos discursos. Assim, local e tempo são definidos a partir das representações construídas por fontes e jornalistas, os quais atribuem a esses elementos significados pessoais e sociais de acordo com os papéis que estiverem desempenhando na interação (VAN DIJK, 2011a). Seguindo esse mesmo ponto de vista, Fairclough (2004) afirma que as representações de espaço e tempo estão ligadas às relações sociais e às identidades sociais,

exemplo disso é como as relações entre passado, presente e futuro são construídas e alteradas com as mudanças sociais, além de serem consideradas intimamente conectadas, já que há uma relação de coexistência entre os dois elementos.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que nas representações mentais de lugar e tempo nas notícias estão envolvidas opiniões e emoções, bem como representações socioculturais compartilhadas, de maneira que, por exemplo, a ênfase no local do assassinato de uma mulher, como “em casa” ou “na rua”, e o destaque para o horário no qual o crime foi cometido, subjazem crenças e avaliações por parte de fontes e jornalistas, as quais vão além da objetividade geográfica e temporal.

Para compreendermos como isso acontece, primeiro faremos um levantamento de local e tempo em termos geográficos e cronológicos, ou seja, quais bairros, cidades e ambientes (privados, como “residência”, ou públicos, como “rua”) e quais dias e horários (segunda, terça, manhã, tarde etc.) aparecem nas notícias. A Tabela 6 apresenta essas informações:

Tabela 6 - Lugar e tempo nas notícias sobre femirracídio

Notícia	Bairro	Cidade	Ambiente	Dia/ Horário	Notícia	Bairro	Cidade	Ambiente	Dia/ Horário
N1	Corsanto-Laranjeiras Velha	Serra	Em uma construção	Sábado/ noite	N19	Estrelinha	Vitória	Residência da vítima	Segunda/ tarde
N2	Jacaraípe	Serra	Rua em frente à residência da vítima	Sábado/ manhã	N20	--	Guarapari	Em uma estrada de Guarapari	Quinta/ --
N3	Bairro da Palha	Mimoso do Sul	Rua	Quinta/ noite	N21	Estrelinha	Vitória	Residência da vítima	Segunda/ noite
N4	Praia Grande	Fundão	Matagal	Quinta/--	N22	Morro do Alagoano	Vitória	Residência do casal	Segunda/ manhã
N5	São Torquato	Vila Velha	Rua a caminho do trabalho	--/--	N23	Morro do Alagoano	Vitória	Residência do casal	Segunda/ manhã
N6	Santo Agostinho	Viana	Residência da vítima	Domingo/ madruga da	N24	Jaburuna	Vila Velha	Rua	Quinta/--
N7	Jardim dos Palmares	Cariacica	Residência da vítima	Segunda/ --	N25	Córrego do Macuco	Colatina	Chácara	Sábado/ Madruga da
N8	Jardim dos Palmares	Cariacica	Residência da vítima	Segunda/ --	N26	Córrego do Macuco	Colatina	Chácara	Sábado/ Madruga da
N9	Nova Brasília	Cachoeiro de Itapemirim	Residência do ex-marido	Terça/ noite	N27	Bairro Bubu	Cariacica	Residência da mãe da vítima	Domingo/ madruga da
N10	--	Cachoeiro de Itapemirim	Residência do ex-marido	Terça/--	N28	Bairro Bubu	Cariacica	Residência da mãe da vítima	Domingo/ madruga da
N11	Santa Marta	Vitória	Residência do casal	Sábado/ noite	N29	Piapitangui	Viana	Dentro do carro em uma rua	Quarta/ tarde

N12	Santa Marta	Vitória	Residência do casal	Sábado/ noite	N30	Piapitangui	Viana	Dentro do carro em uma rua	Quarta /tarde
N13	Vila Bethânia	Viana	Bar	Domingo/ noite	N31	Piapitangui	Viana	Dentro do carro em uma rua	Quarta /tarde
N14	Feu Rosa	Serra	Residência da vítima	Sábado/ --	N32	Piapitangui	Viana	Dentro do carro em uma rua	Quarta /tarde
N15	Feu Rosa	Serra	Residência da vítima	Sábado/ Madrugada	N33	Jardim Camburi	Vitória	Rua	Segunda/ noite
N16	Feu Rosa	Serra	Residência da vítima	Sábado/ --	N34	Jardim Camburi	Vitória	Rua	Segunda/ noite
N17	Feu Rosa	Serra	Residência da vítima	Sábado/ Madrugada	N35	Jardim Camburi	Vitória	Rua	Segunda/ noite
N18	Morro do Romão	Vitória	Residência da vítima	-- /madrugada					

As discussões acerca desse levantamento serão feitas nos itens seguintes, nos quais examinaremos primeiro o elemento “lugar” e depois o quesito “tempo”. Essa escolha serve apenas para organizar nossas discussões, que enfatizarão uma categoria ou outra dependendo do tópico da análise, sem a intenção de apresentá-las como itens opostos, já que concordamos com Fairclough (2004) que ambas estão em uma relação de coexistência.

4.3.1 Lugar como construção social

Como defendido, tratar lugar como construção social é entendê-lo como parte dos modelos de contexto dos atores, os quais combinam significados pessoais e sociais e atribuem àquele ambiente diferentes interpretações (VAN DIJK, 2011a; FAIRCLOUGH, 2004). Nesse sentido, em se tratando das notícias sobre *femirracídio*, interessa-nos saber como os jornais representam locais onde ocorreram os crimes, quais conhecimentos e ideologias subjazem a isso e as possíveis implicações dessas representações para a sociedade.

Sabemos que o local é um dos principais componentes do lide nas narrativas jornalísticas, não sendo, portanto, uma característica exclusiva das notícias sobre violência. Conhecer essa informação, contudo, é de extrema importância para nossas análises, pois ajuda não apenas a saber os lugares típicos onde ocorre o *femirracídio*, mas, sobretudo, compreender sentidos diversos atribuídos a esses lugares.

Numa perspectiva “geográfica”, a Tabela 6 permite chegar a três importantes constatações:

i) 17 assassinatos foram cometidos em ambientes públicos (rua, obra em construção, matagal, carro no meio da rua) e 18 em ambientes privados (residências);

ii) a cidade onde ocorreram mais *femirracídios* nas notícias foi Vitória (10 casos), considerada a capital mais violenta para mulheres com taxa de 11,8 feminicídios (por 100 mil) (WAISELFISZ, 2015);

iii) com exceção da ausência da menção de bairros em N10 e N20 e do bairro Jardim Camburi, todos os outros são conhecidos popularmente por serem regiões onde vivem pessoas de classes empobrecidas e há mais registros de violências.

A primeira constatação, que se refere aos ambientes públicos e privados, é também uma das principais questões levantadas nas pesquisas nacionais que comparam locais de assassinatos entre homens (10,1% em domicílios e 48,2% em vias públicas) e mulheres (27,1% no domicílio da vítima e 31,2% em vias públicas) (WAISELFISZ, 2015, p.39). Segundo essa comparação, o percentual de assassinatos de mulheres nas residências é maior do que o de homens. Entretanto, se observarmos apenas os locais de assassinatos de mulheres negras, vemos que há pouca diferença entre os percentuais, 42% em casa e 41% em vias públicas (DATAFOLHA\FBSP, 2017, p.14). Isso é também visível nas notícias do *corpus*, as quais mostram um número quase equivalente de *femirracídios* nas residências (18 casos) e nas vias públicas (17 casos).

Mas aonde queremos chegar com essa discussão? Bem, por conta das comparações entre locais de assassinatos entre homens e mulheres, criou-se o senso comum de que o ambiente doméstico é o local privilegiado para os feminicídios. De fato, a residência é o lugar onde ocorrem a maioria das violências *não letais* (71,9% para as mulheres) (WAISELFISZ, 2015, p.51), entretanto, no caso das *letais*, os percentuais entre ambientes privados e públicos são muito próximos. A implicação disso é que apenas assassinatos em ambientes domésticos sejam compreendidos pela população como feminicídios (ou *femirracídios*) e os que ocorrem em ambientes públicos - também por razões de gênero, raça e classe -, sejam entendidos como homicídios.

Essa percepção, é claro, está relacionada ao conjunto de fatores que fazem parte da representação de assassinatos de mulheres nas notícias, como temos discutido ao longo desta tese, porém, é importante frisar como a “simples”

menção de lugar mostra avaliações implícitas que estão relacionadas à construção social desses espaços na sociedade. Vejamos como isso acontece em três exemplos:

(N14) Uma aposentada de 84 anos foi morta a marteladas, dentro da própria casa **(A Gazeta, 23-07-13)**.

(N9) O crime aconteceu quando a vítima foi até a casa do ex-marido F. da S. C., 21 anos, que é apontado pela polícia como autor do assassinato – para conversar [...] a amiga de P. ouviu, da varanda, uma briga entre a vítima e o F.” **(A Tribuna, 30-05-13)**.

(N13) Revoltado, ele afirmou que não aceitou vê-la bebendo, foi até o local onde sua ex-mulher estava e a chamou para conversar. Mas, segundo o acusado, os dois iniciaram uma discussão e a vítima teria jogado um copo de cerveja em cima dele. Então, ele atirou duas vezes contra a adolescente e fugiu. [...] Ele disse que cometeu o crime porque a viu bebendo num bar, dias após o fim do relacionamento e achou que foi “um desaforo” **(A Tribuna, 29-06-13)**.

Os lugares “casa da vítima” (N14), “casa do ex-marido” (N9) e “bar” (N13) ajudam a reforçar o *continuum* de culpabilização das mulheres na medida em que “ser assassinada” nesses ambientes têm significados completamente diferentes, porque a elas são atribuídas opiniões e sentimentos distintos. Em N14, entende-se que o agressor foi até a vítima, já que ela foi assassinada na “própria casa”. Para muitas pessoas, o lar tem significado de aconchego, tranquilidade, paz, por isso, dizer que ela foi assassinada “dentro da própria casa” sugere uma avaliação jornalística que parece classificar como “bárbara” a atitude do assassino em matar a mulher no local onde ela se sentia (ou deveria se sentir) segura. Já a “casa do ex-marido” não é percebida como um “lar”, mas, ao contrário, um local que pode ser perigoso, especialmente porque a notícia enfatiza o relacionamento “conturbado e com agressões físicas e verbais” do casal antes da separação. Dessa forma, a narrativa indica que ela assumiu o risco de morte indo até a casa do ex-marido e brigando com ele. Por fim, o local “bar”, em N13, traz consigo não apenas crenças de um lugar onde as mulheres não devem frequentar, mas uma avaliação negativa do comportamento da mulher ao ressaltar que ela estava “bebendo num bar, dias após o fim do relacionamento”.

Além disso, o lugar é bastante relevante na notícia por não se tratar de qualquer “bar”, mas do “bar” localizado em frente à casa do ex-marido:

(N13) [...] Matei pela traição e pelo desaforo de ficar bebendo em frente à minha casa **(A Tribuna, 29-06-13)**.

Nessas representações estão visíveis comportamentos naturalizados pelas crenças patriarcais que definem quais lugares mulheres podem ou não frequentar para responsabilizá-las pelas consequências de suas atitudes – como já mostrado por Benedict (1992) e Meyers (1997). Ou seja, é muito comum mulheres serem orientadas desde a infância a não frequentar bares ou alguns bairros que podem “comprometer” sua imagem de “mulher pura” ou representar “perigo”, sendo “advertidas” dos efeitos negativos que isso pode provocar.

Isso tudo nos conduz a outras duas constatações acerca de lugares nas notícias: sobre Vitória ser considerada a capital mais violenta para mulheres; e da maior parte dos assassinatos ocorrerem em bairros localizados na periferia. Em Vitória, o aumento populacional desordenado a partir da década de 1970 é considerado por Nader (2017) um fator importante no desencadeamento da violência, uma vez que o crescimento econômico gerado pela instalação de grandes indústrias contribuiu para uma “estrutura desigual social” (NADER, 2017, p.117). A autora também identifica em um estudo de Boletins de Ocorrências (BO) de 2003 a 2008, registrados na DEAM de Vitória, que as mulheres que mais sofreram violência de gênero foram aquelas que residiam na Região IV da cidade (a capital é dividida em regiões), composta pelos bairros: Andorinhas, Bairro da Penha, Bonfim, Itararé, Joana D’Arc, Maruípe, Santa Cecília, Santa Marta, Santos Dumont, São Cristóvão e Tabuazeiro (NADER, 2013a). Tudo isso vai ao encontro do que temos observado ao longo deste estudo sobre a predominância de *femirracídios* em bairros mais pobres.

A frequência de bairros mais pobres nas narrativas mobiliza ainda atitudes, opiniões e sentimentos acerca desses lugares (VAN DIJK, 2011a). Isso acontece, por exemplo, quando dizemos que o Morro do Romão é mais perigoso que Jardim Camburi e, a partir daí, evitamos frequentar aquele bairro e ter medo de ir até lá caso seja necessário. Diante disso, passamos a considerar todos os moradores do Morro do Romão como pessoas violentas e perigosas, coletivizando-as, como afirmam Machin (2007) e van Leeuwen (2008). Van Leeuwen (2008) inclusive ressalta que nossos entendimentos sobre os espaços derivam e podem estar diretamente ligados à ação social, logo, se esses lugares

são continuamente relacionados à ação do *femirracídio* nas notícias, predominarão representações preconceituosas em nossas mentes acerca desses espaços.

4.3.1.1 O papel pragmático da dêixis e suas implicações semânticas

O lugar é visto como uma categoria importante dos modelos de contexto porque é a partir dele que nos situamos como interlocutores em uma interação numa relação *espacial* e também *discursiva*, já que ocupamos diferentes “lugares” na interação de acordo com os papéis desempenhados (VAN DIJK, 2011a). No discurso noticioso, é importante observar como esses “lugares” são representados, logo, uma das maneiras de analisarmos como isso é feito é por meio da dêixis (pronomes, advérbios de lugar). Vejamos um exemplo:

(N3) “Eu cometi o crime por ciúme. Ela me disse que estava com outro homem” (*A Gazeta*, 09-02-13).

Nesse trecho, além de o pronome “eu” marcar a posição do agressor no discurso (enunciador), indica o papel desempenhado por ele no crime (assassino) ao mesmo tempo em que os pronomes “ela” e “outro” definem as pessoas sobre as quais se fala e os papéis também desempenhados por elas (vítima e possível companheiro da vítima). Essa oposição implícita no discurso entre “eu” e “ela” contribui ainda para a representação positiva do agressor e negativa da vítima, já que o “eu” é construído em oposição a “ela”, atribuindo a responsabilidade do *femirracídio* a ela que estava com “outro” homem.

Isso indica que os dêiticos manifestam o papel pragmático dos modelos de contexto na atribuição dos “lugares” e papéis de atores, mas também da informação semântica (modelos de situação) pressuposta no discurso (VAN DIJK, 2014). Isso explica a informação implícita do “eu” (traído) *versus* “ela” (traidora) e as avaliações acerca dos atores que ocupam posições ditadas pelo patriarcado, mostradas não só na fala do agressor, mas na relevância que a mídia dá a esse discurso na notícia, que está posicionado bem abaixo da manchete, em local de destaque.

4.3.2 Tempo cronológico e tempo social

O tempo para van Leeuwen (2008) é entendido como algo vital para manter as práticas sociais, já que funciona como elemento organizador e também regulador das atividades sociais. Esse argumento tem em vista que algumas decisões acerca do tempo, como dias da semana e relação do tempo com dinheiro, por exemplo, são construções sociais, culturais e econômicas e, portanto, podem variar de acordo com cada pessoa e sociedade.

De modo semelhante, van Dijk (2011a) diz que o tempo deve ser entendido numa perspectiva sociocognitiva e cultural, pois a definição de um tempo “bom” ou “ruim” ou um horário avaliado como “inapropriado” para uma mulher estar em um bar, por exemplo, são significados variáveis atribuídos por membros de uma sociedade. Assim, além de cronológico (data, hora, dia) o tempo também é social (qualidade de tempo, avaliações sobre tempo), sendo, assim, uma construção sociocognitiva (VAN DIJK, 2011a).

A partir dessas considerações, podemos observar como o tempo é representado nas notícias seguindo questões que mobilizam aspectos pragmáticos e semânticos: em quais horários e dias da semana os *femirracídios* ocorrem e quais as implicações dessas representações na interpretação das notícias?

A respeito dos primeiros questionamentos, segundo o levantamento da Tabela 6, os dias com maior índice de *femirracídios* foram o sábado (10 casos) e a segunda-feira (9 casos)⁶⁷. Essa constatação vai ao encontro do que tem sido exposto nos relatórios nacionais, pois segundo o IPEA/FBSP (2019a, p.77), o sábado também é o dia em que mais ocorrem assassinatos de mulheres no país, índice de 5,2% (dado desmembrado apenas em relação ao sexo, ou seja, não sabemos quantas mulheres nesse percentual são negras ou não negras). Em nosso *corpus*, para os outros dias da semana, há ocorrências de quatro assassinatos no domingo, na quarta e na quinta-feira, e duas na terça-feira.

Já em relação ao horário, a maioria dos crimes ocorreram durante à noite (10 casos relatados como “noite” e 8 casos como “madrugada”), representando 51,4% dos *femirracídios*. Diferente do dia da semana, esse número não segue

⁶⁷ O levantamento desses dados a partir de um corpus restrito de notícias tem o objetivo de provocar reflexões e mais estudos acerca da problemática.

as estimativas do IPEA/FBSP (2019a), o qual indica que assassinatos de mulheres ocorrem em horários mais variados e uniformes. Partindo do nosso resultado de que o *femirracídio* ocorre com mais frequência à noite, é interessante trazer à tona novamente a discussão acerca das DEAMs na região da Grande Vitória que tem apenas cinco unidades, distribuídas nas cidades de Serra, Vitória, Vila Velha, Viana e Cariacica, que funcionam somente de 8h às 18h, de segunda à sexta-feira⁶⁸. Os crimes de gênero ocorridos fora desse horário e nos finais de semana ficam por conta da Delegacia de Plantão Especial da Mulher da Região Metropolitana (PEM), localizada na Ilha de Santa Maria, em Vitória, que funciona 24h. Seguindo os nossos dados de que 51,4% dos *femirracídios* ocorreram no período da noite e que os casos que aconteceram no sábado e domingo representam 40% dos crimes, é fácil entender porque essas instituições não conseguem abarcar as violências que antecedem aos assassinatos e lhes reste apenas registrar o ato fatal desse *continuum*. A concentração de agressões no período noturno e nos finais de semana também é observado por Nader (2013a), que associa esse maior número de ocorrências ao consumo de álcool e drogas e ao fato de vítimas e agressores estarem mais próximos nesses dias. Portanto, qual a lógica de diminuir a disponibilidade dos horários de atendimentos nas DEAMs nos momentos em que elas estão mais vulneráveis?

Seguindo para a compreensão das implicações dessas representações para leitoras(es), observemos um trecho de N26:

(N26) As amigas foram vistas pela última vez na sexta-feira à noite, dia 11, saindo de um clube, no mesmo município. A polícia informou que S. e a amiga saíram desse clube e pegaram um táxi até a casa de R. já na madrugada de sábado, dia 12. Ela desconfiava que estava sendo traída. Ao delegado D. P. J., o suspeito disse que teve uma discussão com a companheira, e ela e a amiga pegaram facas para ameaçá-lo. Ele contou ainda que agiu em legítima defesa **(A Tribuna, 19-10-13)**.

Algumas questões relacionadas ao tempo e ao lugar nesse fragmento chamam atenção, como dizer que as vítimas saíram de um clube no mesmo município onde ocorreu o crime na sexta “à noite” e que, após isso, foram à casa

⁶⁸ Essas informações foram obtidas por mim em contato telefônico a DEAM de Vila Velha e com a PEM, e também no site da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo (SESP), disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/delegacias-e-districtos-policias>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

do companheiro de uma delas, “já na madrugada de sábado”. A associação dessas informações temporais (advérbio temporal “já” e substantivos “noite e madrugada”) aos locais “clube” e “casa do companheiro” sugerem não apenas questões de natureza cronológica e geográfica, mas construções sociocognitivas de tempo e local, uma vez que ir a uma festa sem o companheiro à noite e ficar fora de casa até na madrugada são avaliações baseadas em crenças sexistas e patriarcais.

4.3.2.1 As circunstâncias da ação

É aparente no trecho há pouco analisado (N26) as circunstâncias nas quais os *femirracídios* aconteceram que, de maneira implícita, sustentam o argumento do assassino de legítima defesa. Embora a circunstância não seja um elemento central nos modelos de contexto, como assinala van Dijk (2011a), ela possui especial atenção em nossas análises porque são muito enfatizadas na narração da ação, sendo frequentemente marcadas por advérbios que indicam ações as quais coincidem com outras ações, como “enquanto”, “durante”. A legenda da imagem de N7, “L. teria cometido o crime durante uma discussão”, é um exemplo disso, pois utiliza a circunstância (a ação da discussão) para situar e explicar, em parte, o crime (a outra ação). O mesmo ocorre em N10:

(N10) A polícia acredita que o acusado atirou na jovem durante uma discussão (**A Gazeta, 30-05-13**).

O encadeamento das ações também é construído pelo advérbio “depois”, e pela preposição “após”, como nos trechos seguintes:

(N17) [...] “Pulei o muro da casa da M., pois queria conversar com ela. Após chegar lá, conversamos e fomos beber. Depois de tomarmos duas garrafas de vinho juntos, peguei uma marreta, que pesa 20 quilos, e acertei dois golpes na cabeça dela”, contou (**A Tribuna, 25-07-13**).

(N19) [...] Mas, para a polícia, o jovem matou a companheira após uma briga entre o casal (**A Gazeta, 28-08-13**).

(N3) Uma mulher foi assassinada a facadas pelo ex-marido na frente do filho, em Mimoso do Sul, após uma discussão do casal (**A Gazeta, 09-02-13**).

Nesses casos, o advérbio e a preposição ajudam a construir a dinâmica temporal do acontecimento, demonstrando as ações que precederam às violências e que servem como explicações para os crimes.

Já o uso de marcadores temporais em N7 desempenham uma função diferente da explicação, pois são utilizados para mostrar uma ação que procede ao crime e que ajuda na retratação do assassino:

(N7) Após assassinato, declaração na internet (A Gazeta, 17-04-13)

Logo após o crime, em 11 de fevereiro deste ano, ele postou uma mensagem no Facebook, dizendo que ainda ama a vítima [...].

O emprego de “após” na manchete de N7 e também da locução “logo após”, no lide, indica não somente uma relação de quase concomitância entre as ações, mas, sobretudo, o “arrependimento” do assassino. Isso é bem marcado com a inversão da ordem direta das orações, que são iniciadas pelos marcadores temporais que enfatizam a ação posterior ao crime: a “declaração de amor”. Essa leitura é reforçada pelas imagens que compõem a notícia (muito semelhante à N8, analisada em 3.3), que acentuam o arrependimento do ex-marido com um retrato da expressão do rosto dele sugerindo remorso.

A ausência de advérbios e preposições, é claro, não exclui a relação entre as ações, já que ela pode estar implícita na narrativa, como ocorre em N26:

(N26) Ao delegado D. P. J., o suspeito disse que teve uma discussão com a companheira, e ela e a amiga pegaram facas para ameaçá-lo. Ele contou ainda que agiu em legítima defesa (**A Tribuna, 19-10-13**).

A falta dos marcadores em N26 não compromete o entendimento de que ele “reagiu” a uma atitude das mulheres, mostrando que a construção da culpabilidade delas ocorre de maneira tácita.

Todos esses exemplos indicam como a narração das circunstâncias do *femirracídio* pode influir na construção da nossa representação do crime, uma vez que atua muito mais na definição dos nossos modelos semânticos do que pragmáticos, como salienta van Dijk (2011a). Isso ocorre porque, na maior parte das vezes, a ênfase nas circunstâncias da ação destaca atitudes dos atores sociais que amenizam ou explicam o crime segundo ideologias patriarcais.

4.4 IDEOLOGIAS NO DISCURSO NOTICIOSO

O estudo de ideologias nos discursos noticiosos permite compreender quais crenças são disseminadas pela mídia e como elas podem atuar sendo base para preconceitos e discriminações na sociedade (VAN DIJK, 1999). Fairclough e Wodak (2000, p.393⁶⁹) acrescentam que “é útil pensar a ideologia como um processo que articula representações particulares da realidade e construções particulares da identidade, especialmente da identidade coletiva de grupos e comunidades”. Desse modo, a compreensão de ideologias que embasam discursos dos meios de comunicação ajuda a entender como identidades de grupos sociais são construídas pela e a partir da mídia e como essas representações influenciam atitudes e preconceitos nas sociedades.

É importante lembrar que as relações entre os grupos sociais não são vistas aqui como unidirecionais, pois nas relações de poder, ideologias também servem de base para existência e resistência de grupos minoritários e não apenas como forma de exploração do grupo dominante (VAN DIJK, 1999). Além disso, Wodak e Reisigl (2001) destacam a importância de se pensar ideologias a partir das influências multicausais e mútuas entre diferentes grupos de pessoas em uma sociedade específica, entendendo que grupos também não são homogêneos e que, dependendo dos interesses, outros agrupamentos são construídos.

Os trabalhos sobre ideologias nos textos de van Dijk (1991) e Wodak e Reisigl (2001) mostram de maneira geral representações negativas de imigrantes e positivas de não imigrantes, destacando que uma das principais estratégias das ideologias no discurso é a polarização (VAN DIJK, 1991). Essas pesquisas dão conta da natureza cognitiva e social de ideologias a partir de análises de estratégias e estruturas discursivas observadas desde o nível discursivo local (léxico, estruturas sintáticas, sonoras, estruturas visuais, estilo, figuras retóricas) até o nível global (macroestruturas, autoapresentação positiva e outroapresentação negativa) (VAN DIJK, 1999). Cabe recordar que esse tipo

⁶⁹ Es útil pensar la ideología como un proceso que articula representaciones particulares de la realidad y construcciones particulares de la identidad, especialmente de la identidad colectiva de grupos y comunidades (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p.393).

de descrição global, que consiste em enfatizar coisas boas em “nós” e ruins nos “outros” é a base para (re)produção de ideologias no discurso (VAN DIJK, 1999).

Nas análises feitas até aqui, temos estudado várias estratégias e estruturas discursivas, que já mostraram ideologias sexistas, racistas e classistas nas notícias. Isso quer dizer que a expressão de ideologias no discurso noticioso sobre *femirracídios* não ocorre apenas a partir de uma única representação polarizada de grupos sociais, - “Nós” (homens) *versus* “Elas” (mulheres) -, mas de vários confrontos simultâneos entre grupos, em diferentes contextos, movidos por múltiplos eixos de opressão.

Outros estudos que não se centram exclusivamente no estudo discursivo de ideologias, como os de Benedict (1992), Meyers (1997; 2003), López Díez (2002), Cáceres (2003), Collins (2004), Lazar (2005), Magalhães (2005), Blay (2008) e Ventura (2014) ajudam a compreender a presença dessas crenças na mídia ao verificarem como representações negativas de minorias sociais, especialmente de mulheres negras e de classes empobrecidas, influenciam a percepção desse grupo pela sociedade.

Partindo desses trabalhos, discutiremos nos próximos tópicos duas principais polarizações observadas nas notícias: a primeira e mais explícita, a polarização entre homens e mulheres; a segunda e mais implícita, a polarização entre os grupos de atores envolvidos nos casos de *femirracídio* (agressores e vítimas), descrito como problemático, em oposição a outro grupo, descrito como “correto”. Por fim, discutiremos a construção social dos estereótipos “boas” e “más” mulheres a partir da ideologia machista.

4.4.1 Polarização discursiva entre homens e mulheres: a ênfase no gênero

As ideologias representam princípios básicos da organização de atitudes de membros de grupos sociais, possuindo, portanto, algumas estruturas fundamentais, como identidade, objetivos, valores, atividades, relações com outros grupos, que são parâmetros para que pessoas compartilhem ou não as mesmas crenças (VAN DIJK, 1999). Nessa perspectiva, o pertencimento a um grupo implica reconhecimento dessas estruturas que ajudam a definir de

maneira clara quem somos “Nós” e, conseqüentemente, quem são “Eles”. É importante recordar que um mesmo ator social pode participar de vários grupos sociais e, portanto, compartilhar várias ideologias, o que caracteriza a fragmentação do sujeito pós-moderno (HALL, 2003b; 2006).

Partindo do entendimento não homogêneo de grupos sociais (WODAK; REISIGL, 2001), a polarização mais explícita nas narrativas ocorre dentro do próprio grupo de atores sociais caracterizados no *corpus* como homens e mulheres negros e de classes empobrecidas, em um “confronto” entre “Elas” (provocadoras) e “Eles” (reativos às provocações ou doentes) manifestando que, nessa relação de poder, o marcador gênero predomina em relação aos demais. Essa observação é feita com base no contexto específico do *femirracídio* e a partir das análises já realizadas nas diversas categorias de contexto (cenário, atores, ação), com ênfase nos resultados do item 3.2, em que abordamos a representação de atores sociais.

Quando tratamos especificamente de atores (vítima e agressor), isto é, pensando na oposição entre homens e mulheres que compartilham os eixos raça (negros) e classe social (empobrecida), mas se opõem quanto ao gênero, lidamos com representações as quais tendem a culpabilizar as vítimas e atenuar as ações dos agressores. Essa polarização é observada em vários estudos sobre gênero e mídia, como os de Ventura (2014), Natale (2015), Tomazi, Rocha e Ortega (2016), Tomazi e Cunha (2016), Tomazi (2017), Demoner (2018) e Carriço (2018), sendo geralmente fundamentada, segundo as autoras, por crenças sexistas, machistas e patriarcais. De maneira semelhante, essas crenças também fomentam o confronto retratado em nossas notícias entre homens e mulheres, que é construído a partir das informações:

Tabela 7 - Polarização entre Mulheres versus Homens

Elas (mulheres)	Eles (homens)
<ul style="list-style-type: none"> - Ela traía - Era amante - Era divorciada - Tinha filhos de outros relacionamentos - Era usuária, traficante de drogas ou já havia sido presa - Frequentava bares e chegava tarde em casa - Morava junto com homem que conhecia a pouco tempo - Se relacionava com homem que usava ou traficava drogas - Não cuidava da família e do marido 	<ul style="list-style-type: none"> - Foram traídos/abandonados - Mataram para defender a honra - Mataram em um momento de “surto” ou “loucura” - Eram “apaixonados” pelas ex-companheiras - Não suportaram o fim do relacionamento - Cometem crimes “passionais”. - Pessoas negras e de classes empobrecidas.

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">- São menos culpadas caso sejam mais novas (até 16 anos) ou mais velhas (mais de 54 anos) e mais culpadas quando têm entre 17 e 53 anos- Pessoas negras e de classes empobrecidas. | |
|---|--|

Essas informações são uma síntese dos resultados encontrados nas análises anteriores que indicam não apenas ideologias sexistas, machistas e patriarcais, mas também etarismo e preconceito em relação ao uso de drogas. Todos esses marcadores e problemas sociais se interseccionam e embasam polarizações também no universo jurídico, como mostrado por Tomazi e Cunha (2016), no estudo de processos judiciais colhidos na 11ª Vara Criminal Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Vitória, ES. Ao analisar o processo de negociação de faces em depoimentos de envolvidos em um caso de violência doméstica, os autores também chegam à construção de um quadro que sistematiza as estratégias usadas pelo agressor para a construção de uma autoapresentação positiva e outroapresentação negativa da vítima, consolidando “um conhecimento partilhado entre o grupo social (masculino) sobre o papel desempenhado pela mulher na sociedade e sobre a violência” (TOMAZI; CUNHA, 2016, p.162).

É claro que, no nosso caso, a oposição principal entre os grupos se dá pelas crenças patriarcais que atuam na prescrição de comportamentos para mulheres, sustentando a ideia do perigo da transgressão. Assim, esse tipo de representação propaga estereótipos de vítimas como pessoas que se colocam em situação de risco, sendo disseminados “avisos” centrados no comportamento feminino (não se relacionar com desconhecidos, não sair sozinha à noite, não chegar tarde em casa, não se separar, não trair, não usar drogas) e não nas ações machistas dos agressores que são uma das causas do *femirracídio*.

As buscas por razões para os crimes centralizadas nos comportamentos das vítimas são tão comuns que, junto a elas, surgem sérias implicações, como as avaliações: morreu porque traiu; usava drogas; abandonou a família; se colocou em situação de perigo; ou os questionamentos: por que mulheres permanecem em relacionamentos violentos? Por que elas gostam de apanhar/sofrer? Por que não denunciam os agressores? Por que elas traem? Ambos focados nas vítimas.

Algumas respostas para esses questionamentos já foram teorizadas por Meyers (1997) que afirma que mulheres permanecem em relacionamentos abusivos porque temem a morte ou perseguições; não têm recursos financeiros para buscar outro lugar para sobreviver; têm medo do que os agressores podem fazer com os filhos; sofrem pressão social para permanecerem no casamento porque é algo “sagrado” ou “para sempre”. Além disso, poderíamos acrescentar também o medo do preconceito em relação ao *status* “divorciada” e a interferência de crenças religiosas na aceitação da situação de violência como forma de exercer o perdão.

Como o foco da narrativa recai sobre as mulheres, as definições dos homens são construídas a partir das atitudes delas, logo, traído, abandonado, que não suportava o fim do relacionamento são descrições que os avaliam de maneira positiva em oposição a representação negativa delas. A implicação dessas avaliações é a classificação desses crimes como “passionais” que resulta na imagem de um agressor menos culpado e digno de compaixão.

Todas as informações sobre os atores sumarizadas na Tabela 7 são construídas a partir da individualização (MACHIN, 2007; VAN LEEUWEN, 2008), categoria que exerce a função ideológica de apresentar o *femirracídio* como isolado, próprio à vida pessoal dos atores com essas características e, assim, um problema individual. Essa prática tem, além do patriarcalismo, uma característica da ideologia neoliberal, na qual a responsabilidade individual está acima das necessidades coletivas, como destaca Collins (2017). Assim, tratar esse problema social como uma questão individual, coloca em risco a necessidade de se pensar políticas públicas e, especialmente, a responsabilidade estatal na perpetuação dessa violência.

4.4.2 “Eles” não são um de “Nós”: polarização entre grupos sociais com ênfase na raça e na classe social

Outro tipo de polarização entre grupos nas notícias é a baseada na distinção entre “Eles” (homens e mulheres negros, de classes empobrecidas, periféricos, violentos, usuários de drogas) *versus* “Nós” (homens e mulheres não negros, de classe média e alta, não violentos e sem vícios). Diferente da polarização discutida a pouco, esta “agrupa” agressores e vítimas em um

“grande grupo homogêneo”. Além disso, essa polarização é mais sutil e velada e isso pode torná-la muito mais eficaz na disseminação de preconceitos em relação às minorias, uma vez que é construída com base na estratégia conhecida como “generalização”. Essa estratégia é eficiente porque as características negativas atribuídas a membros de um grupo em situações específicas podem ser estendidas a todo o grupo de maneira descontextualizada (VAN DIJK, 1999).

No *corpus*, essa polarização ocorre em um nível mais geral e implícito e é construída a partir da representação de “*Eles*” em todas as categorias analisadas até aqui, por exemplo, quando são descritos os detalhes da prisão do agressor com ênfase nas drogas ou na relação dos agressores e das vítimas com entorpecentes; quando há descrições de ações “ruins” dos atores e a associação entre bairros e o comportamento violento dos moradores desses lugares; e quando fontes de informações ajudam a construir estereótipos acerca desses grupos. Enfim, acontece sempre que, implicitamente, são propagadas informações negativas sobre o grupo “*Eles*”, disseminando preconceitos relativos à raça e à classe. Retomemos a notícia N1 para observar como isso acontece:



KAIQUE DOS SANTOS: “Tive que agir primeiro. Não estou arrependido”

Pedreiro confessa que degolou a mulher

O pedreiro Kaique Nascimento dos Santos, de 18 anos, foi preso na tarde de sexta-feira, no bairro Corsanto, em Laranjeiras Velha, na Serra, acusado de degolar a mulher, Elizete Silva Costa, no dia 29 de dezembro.

Ele confessou o crime à polícia, e disse que estava sendo ameaçado de morte pela vítima. Ele informou ainda que não está arrependido e que se tivesse que voltar no tempo, faria tudo novamente.

“Estava sabendo que ela queria me matar. Então tive que agir primeiro. Não estou arrependido”, afirmou Kaique.

O acusado afirmou que conhecia a vítima há pouco tempo e que planejou o crime na mesma noite.

Ele disse que chamou Elizete para consumir drogas numa construção, onde ficaram 30 minutos.

Kaique falou que deu 15 facadas no peito da vítima e a degolou. “Foi tudo muito rápido. A faca estava amolada e ela não teve tempo de reagir”, disse o acusado.

O delegado Arthur Luis Bogoni, da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), chegou ao acusado após denúncias anônimas. Ele acredita que outras pessoas possam estar envolvidas no crime, porém o acusado afirma que agiu sozinho.

Bogoni informou que Kaique e a vítima trabalhavam vendendo drogas na região. “Os dois trabalhavam no tráfico. No depoimento, ele disse que Elizete queria tomar o lugar dele no tráfico”, afirmou.

O acusado já tem passagem por roubo e porte de arma. Kaique foi autuado por homicídio e encaminhado para o presídio.

Fonte: A Tribuna.

De maneira subentendida, o destaque para informações sobre os atores relacionadas ao tráfico e ao uso de drogas, somado ao conhecimento da localização (bairro de periferia) e à imagem deixam entrever avaliações relativas à classe e à raça na notícia, na medida em que a maior parte do texto centra-se no envolvimento do agressor e da vítima com entorpecentes e não na

violência de gênero. Logo, a partir da leitura da notícia, é possível construir uma ideia estereotipada desse grupo social, de modo que o crime de gênero seja entendido como apenas uma “consequência” do comportamento “desviante” dessas pessoas. Desse modo, nessas relações de poder, os eixos raça e classe se sobressaem aos demais. Apesar de o assassinato ser destacado na manchete, a representação dele na imagem e no texto como não arrependido, associados à representação negativa da vítima no decorrer da notícia, faz com que percebamos esses atores como pessoas de um mesmo grupo social problemático que se opõe a um outro grupo sem esses problemas.

Assim, as ideologias (implícitas) são postas em evidência na maneira como “Nós” (jornais/jornalistas) escrevem sobre “Eles” e os representam por meio de imagens; e são propagadas (implicações) no modo como “Nós” (leitoras(es)) representam “Eles” a partir da leitura do discurso noticioso e das experiências pessoais.

Toda a representação do exogrupo é construída a partir do nível de descrição negativa dos atores envolvidos nos casos de *femirracídio* e, indiretamente, da supressão de qualquer informação negativa sobre “Nós”. Isso significa que não é necessário haver marcas linguísticas explícitas para afirmarmos a presença do endogrupo (*Nós*), pois a representação de “Eles” como pessoas violentas, periféricas, de classes empobrecidas, usuárias de drogas, negras implica existência de um “Nós” não violento, classe média e alta, sem vícios, não negros. Essas constatações são feitas por meio da análise do quadrado ideológico que apontam ideologias implícitas no discurso noticioso, uma vez que as normas sociais contra preconceitos “forçam” jornais/jornalistas a não apresentarem opiniões explicitamente racistas, sexistas e classistas (VAN DIJK, 1991). Como lembra Hall (2016, p.328), “o uso da violência marca a distinção entre aqueles que são essencialmente da sociedade e aqueles que estão *fora dela*”.

A representação de um problema associado à cor e à pobreza sustenta a crença de que a violência é uma questão inerente a um grupo social e que o “remédio” para isso, como discute Meyers (2013), é a inclusão de valores e normas da classe média. Esse pensamento é oriundo de um “discurso moral ocidental”, segundo Paul (2016), o qual, por meio da construção de um binarismo do que é humano e não humano, cria-se uma necessidade “moral” de civilização

de minorias. Citando exemplos do autor, isso ocorreu no colonialismo externo, no qual a criação de uma necessidade civilizatória e o “construto animal” eram usados para encobrir os reais objetivos da exploração; e também no colonialismo local, quando as atribuições da “construção animal” foram usadas por uma maioria branca nos EUA contra uma minoria negra (PAUL, 2016). De maneira análoga, esse discurso é reproduzido pelas notícias e serve não apenas para legitimar uma “inferioridade” de alguns grupos sociais, mas, sobretudo, como destaca Paul (2016), justificar o combate e a aniquilação de pessoas “classificadas” como “perigosas para a civilização”.

A maneira como as notícias representam o exogrupo tem a ver não apenas com crenças de jornalistas, mas, sobretudo, com interesses de jornais que geralmente vendem essas narrativas para o público que está situado no endogrupo (*Nós*), já que, no *corpus*, lidamos com uma maioria de leitoras(es) pertencentes às classes sociais média e alta – o poder de persuasão da mídia é maior quando ela atende aos interesses da maioria de seu público-alvo (VAN DIJK, 2017). Isso faz com que essas instituições usem estratégias como o sensacionalismo para que haja o consumo de seus produtos, como destacam Alberdi e Matas (2002), e também incluam ou omitam na agenda de debates informações de acordo com seus interesses institucionais e principalmente econômicos, como conclui Fernández Díaz (2003). Ademais, van Dijk (2017) lembra que a publicidade é a fonte principal de ganho da mídia, de modo que haja uma crítica menor às empresas que pagam por esse serviço e, por conseguinte, ganhem espaço ideologias de livre mercado.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que também aqui estão presentes ideologias neoliberais na medida em que as empresas de comunicação legitimam os interesses da classe dominante ao retratarem o *femirracídio* como uma questão de raça e classe, ou um conflito entre casais, e não um problema social, de responsabilidade do governo. Esse esquema binário de “nós” *versus* “eles”, como afirma van Dijk (1991), representa uma abstração da visão de mundo social e política de editores, que é sinalizada no texto pelas valorações nas descrições desses atores. Isso mostra que a forma como a mídia representa os atores sociais faz parte de uma “estrutura ideológica mais ampla de valores”, que explica, por exemplo, porque alguns grupos são tratados de maneira positiva ou negativa.

Por fim, as polarizações tratadas nessas discussões demonstram maneiras como ideologias implícitas no discurso podem controlar representações que temos de minorias sociais (em nossos modelos mentais) e, a partir disso, direcionar comportamentos discriminatórios (atitudes) e discursos preconceituosos em relação a elas, dando continuidade ao ciclo de (re)produção de ideologias que promove e sustenta desigualdades sociais. Essas polarizações deixam entrever a natureza interseccional do *femirracídio* observada em todas as notícias, nas quais, em função dos modelos de contexto, ficam mais evidentes alguns marcadores em detrimentos de outros. É claro que não temos a pretensão de esgotar as intersecções presentes nesses discursos, mas apenas contribuir com algumas reflexões acerca de como a mídia ajuda a manter relações de poder na sociedade.

4.4.3 Construção social de “boas” e “más” mulheres a partir da ideologia machista

O comportamento feminino é comumente ditado nas sociedades a partir da perpetuação de avaliações consideradas como “morais” e “imorais”, conforme mostrado nas pesquisas de Benedict (1992), Meyers (1997) e Collins (2004). Isso significa que a perpetuação de estereótipos também age na manutenção de relações de poder entre as próprias mulheres, uma vez que, além do comportamento, também implica hierarquias dentro desse grupo com base na classe e na raça (COLLINS, 2004). Assim, quando falamos da construção social de “boas” e “más” mulheres, estamos nos referindo à prescrição de comportamentos e atitudes a partir de crenças machistas e racistas que situam mulheres em extremidades diferentes observadas “dentro” e “fora” das narrativas, como é mostrado na Tabela 8:

Tabela 8 – Construção social de "boas" e "más" mulheres

Elas (más)	Elas (boas)
<ul style="list-style-type: none"> - Ela traía - Era amante - Era divorciada - Tinha filhos de outros relacionamentos - Era usuária, traficante de drogas ou já havia sido presa - Frequentava bares e chegava tarde em casa - Morava junto com homem que conhecia a pouco tempo - Se relacionava com homem que usava ou traficava drogas - Não cuidava da família e do marido - São menos culpadas caso sejam mais novas (até 16 anos) ou mais velhas (mais de 54 anos) e mais culpadas quando têm entre 17 e 53 anos. -Mulheres negras e de classes empobrecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não traem - Vivem em um único casamento - Tem filhos apenas como o único marido - Não usam drogas ou bebidas alcoólicas -Frequentam ambientes familiares, acompanhadas dos esposos e filhos - Não saem tarde de casa - Cuidam da casa e da família - Não se envolvem em escândalos - Não negras e de classes média e alta.

Essas informações são construídas a partir das representações das vítimas nas notícias, conforme os resultados de nossas análises, nas quais as mulheres envolvidas nos casos de *femirracídio* são descritas de maneira negativa, construindo o estereótipo que chamamos de “*más mulheres*”. Essa representação negativa, por sua vez, é baseada na valoração de comportamentos de mulheres para e pelos homens, a partir da ideologia machista (VAN DIJK, 2016) e também dos marcadores raça e classe que atuam na produção dessa estereotipação. A construção desse estereótipo, por sua vez, implica existência de um Outro, diferente, ou seja, de “*mulheres boas*”, já que as identidades se constroem na relação com o outro, como diz Hall (2003b). É nesse sentido que reconhecemos a existência de “*mulheres boas*” que, por oposição, se comportam de maneira contrária às “*mulheres más*”.

A maneira como essas representações são construídas nas notícias é tão naturalizada que pode não ser percebida pelas(os) leitoras(es). Um exemplo disso é que, se esses discursos fossem movidos por outras crenças, como feministas, por exemplo, jornais/jornalistas poderiam se referir às vítimas como corajosas, valentes por enfrentarem o controle masculino, e, por consequência, representá-las como mulheres livres e independentes. Ocorre que adotar esse tipo de representação requer sobretudo um posicionamento ativo dos jornais em prol das minorias, entretanto, sabendo que essas instituições buscam atender às opiniões do público leitor (68% e 40% das classes A e B em *A Gazeta* e *A Tribuna*, respectivamente) e que os interesses mercadológicos quase sempre se

sobressaem aos sociais em um cenário neoliberal, é um pouco utópico pensar na concretização dessa mudança.

4.5 CONHECIMENTOS NAS NOTÍCIAS

Esta seção final de análise objetiva entender, a partir de todos os estudos feitos até agora, quais conhecimentos acerca do *femirracídio* o discurso noticioso pressupõe e refletir sobre as possíveis consequências da (re)produção desses conhecimentos na sociedade. Para isso, é necessário estudar a categoria Conhecimento que, junto às ideologias e atitudes, formam as representações sociais que são “as crenças socialmente compartilhadas” (VAN DIJK, 1999, p.69). O fato de o conhecimento ser entendido como um tipo de crença socialmente compartilhada implica dizer que ele está relacionado a grupos e culturas e por isso está sujeito a diferentes avaliações (VAN DIJK, 2014). Logo, este estudo ajuda a observar se o discurso noticioso é construído com base em preconceitos.

No caso das notícias, lidamos basicamente com dois tipos de conhecimentos: um mais pessoal e grupal (compartilhado entre membros de grupos específicos) e outro mais social e cultural (compartilhado por toda comunidade epistêmica), que dão forma aos modelos mentais de usuárias(os) da língua (VAN DIJK, 2014). Ainda segundo o autor, as informações são armazenadas nos modelos mentais em forma de *scripts*, acionados de acordo com o assunto em discussão. Os *scripts* são definidos por Schank e Abelson (1975, p.151) como “uma sequência predeterminada e estereotipada de ações que definem uma situação bem conhecida”⁷⁰. Essa sequência, segundo os autores, é composta por “lacunas” que serão preenchidas com as situações novas.

Nas notícias, entendemos que a escrita será guiada pelos modelos mentais de jornalistas que acionam conhecimentos organizados por meio de *scripts* sobre o que será escrito (VAN DIJK, 2014). Nesse sentido, a atuação dos modelos mentais na produção da notícia pode ser vista no modo “padronizado”

⁷⁰ “... a script is a predetermined, stereotyped sequence of actions that define a well-known situation” (SCHANK; ABELSON, 1975, P.151).

como os *femirracídios* são tratados pelos jornais, pois, salvo algumas exceções, esses crimes são representados de maneira muito parecida: passionais, individualizados, “inerentes” às classes empobrecidas e às pessoas negras que moram na periferia, com uso das mesmas fontes (agressores, familiares, vizinhas(os) e policiais) e ênfase nas descrições policiais. Essa prática é também resultado do entendimento do crime como algo “permanente e reincidente”, como afirma Hall (2016, p.327), que faz com que o fenômeno seja tratado de “forma igualmente rotineira” pela mídia. O impacto disso é que a aprendizagem acerca desse assunto por parte de leitoras(es) poderá seguir essa mesma perspectiva, construindo os mesmos *scripts* a partir dos conhecimentos informados nas narrativas.

A partir dessas considerações, passamos à análise de alguns trechos de N24 para entendermos como nela se expressam os conhecimentos.

(N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13)

Namorado da vítima e um amigo dele foram presos; polícia diz que caso foi solucionado.

Foi uma fofoca o motivo da morte da adolescente D. M. V. de J., 15 anos, assassinada com 13 tiros, em Guarapari, no último dia 22. Foi o que afirmou a polícia, após a prisão de W. R. dos A., o Monkey, 20, que era namorado de D., e de P. H. L. F., o PH, 18, amigo dele, acusados do crime.

Nesse excerto, a topicalização da razão do assassinato na manchete, “fofoca”, construída em discurso indireto, indica conhecimento profissional da(o) policial, que é atualizado nos modelos de contexto da(o) jornalista que escreve a notícia. A expressão “diz polícia” representa uma evidência, ou seja, que o discurso é considerado legítimo e sem margem para dúvida. Assim, essa forma de dizer explícita não só a visão da polícia acerca da motivação do crime, mas também do jornal/jornalista. Isso reafirma como é dado à instituição policial a permissão de “interpretação primária do acontecimento” (HALL, 2016) e, sobretudo, que o jornal compartilha desse ponto de vista, já que ele permanece sendo topicalizado, sem refutação.

Para fazer interpretações acerca de notícias sobre *femirracídios*, pessoas precisam acionar seus conhecimentos sobre crimes de gênero em geral e o cenário de assassinatos de mulheres no Espírito Santo, em particular, e isso

mostra o papel essencial dos modelos de contexto e situação na compreensão do discurso e “complementação” de informações implícitas. Jornais/jornalistas, inclusive, contam com conhecimentos de leitoras(es), sendo a própria construção da narrativa, com retomada ou não de dados relativos ao assunto abordado, indicadora do que se pretende alcançar com esse discurso público. Numa análise dos conhecimentos ativados na manchete de N24, por exemplo, podemos dizer que mobilizamos informações sobre o que é uma estudante; que pessoas são assassinadas por outras pessoas; que assassinatos podem ocorrer por motivos banais, como uma fofoca; que a polícia é uma instituição responsável por investigar crimes nas sociedades e, por isso, tem o discurso reconhecido socialmente como legítimo; e que jornais/jornalistas também legitimam o discurso policial ao promovê-lo como manchetes das notícias. Para entendermos como diversos conhecimentos atuam na interpretação da notícia, fazemos uma breve análise de interpretação epistêmica do lide de N24:

Tabela 9 - Relação entre discurso e conhecimento

Lide de N24 ⁷¹	Conhecimento ativado
1. Foi uma fofoca o motivo da morte da adolescente	Tema. Conhecimento geral sobre violência; Conhecimento específico sobre o contexto de assassinatos de mulheres no ES; Conhecimento de eventos públicos sobre motivações para crimes de gênero (ação); Implicação da opinião (policial): mulheres morrem por motivos banais.
2. D. M. V. de J., 15 anos , assassinada com 13 tiros	Participante – vítima (modelo mental). Conhecimento geral sobre a vítima ser menor de idade que vai de encontro ao conhecimento de eventos públicos de que a violência de gênero atinge mais mulheres adultas; Implicação – a quantidade de tiros indica que o crime foi cruel.
3. em Guarapari , no último dia 22 .	Lugar e tempo (modelos mentais). Conhecimento geral sobre o local ser uma cidade do ES; Implícito sobre a data do crime ser o dia 22-08, já que a notícia foi veiculada no dia 04-09.
4. Foi o que afirmou a polícia	Participante – polícia (modelo mental). Conhecimento geral sobre a polícia ser responsável pela investigação de crimes e uma fonte legítima para falar sobre o tema. Conhecimento de eventos públicos de que as informações precedentes são de fontes policiais.
5. após a prisão de W. R. dos A., o Monkey , 20, que era namorado de D.	Ação (modelo mental). Conhecimento legal sobre as consequências das ações ilícitas na sociedade (prisão); Participante – Conhecimento novo sobre o nome e a idade do assassino, além de o fato de ele ter o apelido de Monkey;

⁷¹ A palavra ou trecho em negrito indica o que está sendo analisado.

	<p>Conhecimento geral sobre o fato de criminosos serem conhecidos em seus bairros por apelidos, nesse caso, Monkey;</p> <p>Conhecimento linguístico sobre a tradução da palavra inglesa “Monkey” para o português “macaco”;</p> <p>Pressuposição de que o apelido pode configurar racismo;</p> <p>Papel social – namorado: conhecimento novo sobre a relação social entre a vítima e o assassino.</p>
<p>6. e de P. H. L. F., o PH, 18, amigo dele, acusados do crime.</p>	<p>Participante – Conhecimento novo sobre outro envolvido no crime, bem como a idade dele;</p> <p>Papel social – amigo: conhecimento novo sobre a relação social entre W.R e P. H. L. F.;</p> <p>Conhecimento legal sobre as consequências das ações ilícitas na sociedade (prisão).</p>

Essa rápida explanação mostra a relação direta entre discurso e conhecimento, na qual verificamos conhecimentos gerais e específicos sobre a violência, conhecimentos profissionais, legais, conhecimentos sobre papéis da polícia na resolução de crimes na sociedade, além das relações de poder entre homens e mulheres na sociedade capixaba. Isso comprova a atuação dos modelos de contexto e evento (e dos *scripts*) na interpretação das notícias e também a atualização desses modelos a partir de novas informações e opiniões que são apresentadas a respeito do crime, como representá-lo como um “crime passional”. Outra questão importante é a maneira como as proposições são ordenadas no lide, sendo topicalizada a razão, “fofoca”, ao invés da vítima, - o que não é esperado em um ordenamento “normal” das descrições da ação -, indicando como esse fato é representado nos modelos de situação de quem escreve o texto.

A análise epistêmica desse lide também indica que a quantidade de conhecimentos ativados em uma notícia pode ser enorme. Diante disso, seguimos fazendo um estudo epistêmico mais geral de N24, da qual destacamos alguns trechos para discutirmos questões (conhecimentos) que julgamos mais relevantes para esta discussão.

Na continuação da notícia após o lide, a perspectiva policial é reforçada na representação de detalhes da prisão dos assassinos:

(N24) A dupla foi presa na segunda-feira, no bairro Aeroporto, em Nova Venécia, no Norte do Estado, após denúncias [...]. “O caso já foi solucionado. O dois serão ouvidos para que a polícia saiba qual foi a participação de cada um deles no crime. A gente suspeita de que W. tenha sido o autor dos disparos e de que P. H. tenha dado cobertura a ele”, explicou B. **(A Gazeta, 04-09-13).**

A informação “segunda-feira” e “bairro Aeroporto” pressupõem categorias de tempo e lugar dos modelos de contexto, permitindo compreender que a prisão foi feita dois dias antes da notícia, já que a narrativa foi veiculada em uma quarta-feira. Esses dados também ajudam leitoras(es) a identificar o próprio gênero textual notícia, caracterizado como um discurso público sobre acontecimentos recentes que os jornais consideram relevantes para o público-alvo (VAN DIJK, 2014). São essas informações que também constituirão categorias de tempo e lugar nos modelos de contexto de leitoras(es). Além disso, muitos outros conhecimentos podem ser pressupostos nesse trecho, como o fato de que pessoas que comentem erros são “presas” e “ouvidas” na delegacia.

Na sequência, sob o subtítulo “*Boato*”, a notícia continua endossando a opinião expressada na manchete sobre o crime ter sido motivado por uma “fofoca”:

(N24) *Boato*

Segundo o delegado, os dois teriam assassinado D. por causa de uma fofoca sobre traição que surgiu entre ela e uma amiga, também de 15 anos, namorada de P. H. “Tudo ocorreu por causa de fofoca, conversa fiada de adolescentes. Cada uma teria comentado que o namorado da amiga havia sido traído. Depois, houve ameaças, e os dois acabaram matando D.”, contou o delegado. [...] (***A Gazeta, 04-09-13***).

Essas informações mobilizam um conhecimento mais geral sobre assassinatos de mulheres, crimes passionais, mas também um conhecimento mais específico, como uma violência “restrita” aos atores sociais, proveniente de um “mal-entendido” entre adolescentes. Isso indica que os conhecimentos pressupostos na notícia não permitem uma reflexão sobre crime de gênero, uma vez que a interpretação do evento é direcionada para um crime “comum” entre adolescentes, causado por uma “fofoca”. Essa perspectiva é inclusive sustentada na representação da voz do delegado, que classifica a razão do dolo como “conversa fiada de adolescentes”, sendo a expressão “conversa fiada” popularmente usada para nomear mentira ou discurso sem fundamento. Essa avaliação negativa pressupõe o conhecimento compartilhado pela comunidade epistêmica de que adolescentes são inconstantes e, portanto, a concordância da sociedade em geral com o ponto de vista de que eles agiram sem pensar. Contudo, informações textuais seguintes e também imagens da notícia indicam

que esse fato, tratado de maneira “rotineira”, não se refere a quaisquer adolescentes, mas a adolescentes negros e envolvidos com tráfico de drogas. No trecho e na imagem a seguir é possível observar como esse conhecimento pode ser ativado:

(N24) Rapaz é acusado de assassinato em Vila Velha

Além do mandado de prisão pela morte de D. de J., P. H. L. F. já tinha um mandado de prisão por homicídio contra ele. Segundo a polícia, o crime teria ocorrido recentemente, em Vila Velha, cidade onde ele e W. tinham envolvimento com o tráfico de drogas. “P.H. também tem passagens na polícia por roubo, da época que era adolescente. Já W. tem duas passagens pelo mesmo crime. Apesar de eles não terem passagem por envolvimento com drogas, sabemos que atuavam no tráfico em Vila Velha” [...], diz o delegado D.B.

No momento em que foram presos, W. e P. H. tinham duas buchas de maconha e R\$ 1.900, que, segundo B., pode ser fruto da venda de entorpecentes (A Gazeta, 04-09-13).

Figura 8 - (N24) Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia (A Gazeta, 04-09-13)

SEGURANÇA CIDADES11
QUARTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2013 A GAZETA

GUARAPARI

Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia

Namorado da vítima e um amigo dele foram presos; polícia diz que caso foi solucionado

RUHANI MAIA
ruhani.maia@vogazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Foi uma fofoca o motivo da morte da adolescente Diana Maria Viana de Jesus, 15 anos, assassinada com 13 tiros, em Guarapari, no último dia 22. Foi o que afirmou a polícia, após a prisão de Wellington Rosa dos Anjos, o Monkey, 20, que era namorado de Diana, e de Paulo Henrique Lemos Ferreira, o PH, 18, amigo dele,



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Wellington (de blusa preta), de 20 anos, é acusado de ter assassinado a namorada, Diana, com a cobertura de Paulo Henrique, 18

Fonte: A Gazeta.

A informação do envolvimento desses participantes com tráfico de drogas, somado às imagens que os categorizam como pessoas negras, pressupõe conhecimentos relativos a estereótipos sociais, como o de que traficantes são perigosos e mulheres que se envolvem com traficantes escolhem estar em risco – lembremos da opinião de uma terapeuta sexual veiculada pelo jornal *A Tribuna* em N8, discutido no item 3.3, na qual a profissional atribui às vítimas a

responsabilidade da violência sofrida, entendida como uma consequência da busca pelo “poder”. Ademais, conhecimentos novos de que os envolvidos no *femirracídio* já tinham passagem pela polícia e a descrição de detalhes, como “tinham duas buchas de maconha e R\$ 1.900”, apontam para um nível de especificidade típico de narrativas policiais.

Os detalhes do assassinato da vítima também corroboram essa representação social:

(N24) D. foi morta com 13 tiros, horas após ter saído de casa, no bairro Jaburuna, em Vila Velha, com o namorado. O corpo foi localizado na rodovia ES 477, em Guarapari. Segundo um familiar, a garota foi torturada antes de ser executada **(A Gazeta, 04-09-13)**.

Nesse trecho estão presentes categorias de modelos de evento, que incluem informações sobre ação e modo (13 tiros), circunstâncias (horas após ter saído de casa) e lugar (bairro Jaburuna e rodovia ES 477) que, somadas aos verbos “torturada” e “executada” e à motivação “fofoca sobre traição” pressupõem conhecimentos de que ela foi assassinada de maneira cruel como uma forma de “pagar” pela traição que cometeu. Já a menção ao bairro onde ela morava, Jaburuna, sugere a classe social, uma vez que é um bairro localizado na periferia da cidade de Vila Velha, também conhecido por ser um local violento. Tudo isso ajuda na construção de modelos de evento sobre assassinatos de mulheres baseados em preconceitos de raça, classe e gênero que podem desencadear atitudes discriminatórias e violentas por parte da população em relação a esse grupo social.

O agendamento diferenciado de crimes de gênero relativos a esse grupo reflete o consenso de que essa violência não deve despertar indignação social, porque é uma “fatídica escolha” dessas pessoas ou algo “inerente” a elas. Isso vai ao encontro do que Meyers (1997) destaca sobre a visão preconceituosa de que bairros afro-americanos são infestados de drogas e que as pessoas que habitam nesses locais são mais propensas a usar entorpecentes e se envolver em atividades criminosas. No caso do *femirracídio*, a ênfase no marcador raça e na problemática das drogas também promove crença semelhante de modo que essa cobertura jornalística não seja notada e tampouco questionada por grande parte da população.

4.5.1 O “valor-notícia” do *femirracídio* e a revitimização de mulheres negras e de classes empobrecidas

A seleção das histórias que serão ou não noticiadas pelos meios de comunicação faz parte do cotidiano jornalístico e segue, como afirma Hall (2016), critérios baseados nos “valores-notícia”, os quais, a grosso modo, definem o assunto que será tratado, enfatizado ou mesmo eliminado da agenda de debates. O crime em geral tem um lugar especial na rotina jornalística porque a violência como notícia reforça “ações ilegítimas” sociais e também “reafirma a moralidade consensual da sociedade”, distinguindo os “bons” dos “ruins” (HALL, 2016, p.328). No caso de *femirracídios*, a polarização entre “Eles” e “Nós” (discutida em 4.4.2) atua na sustentação de relações de poder e, é claro, vai ao encontro de interesses e opiniões de leitoras(es) dos jornais. A construção de notícias com base em interesses comerciais tem consequências “epistêmicas”, como alerta van Dijk (2014), que consiste em pessoas aprenderem mais sobre o que mais se fala.

Em um estudo detalhado sobre valores-notícia, Bednarek e Caple (2017) argumentam que, para além de aspectos cognitivos, sociais e discursivos, os valores-notícia contam ainda com uma dimensão material. Essa afirmação parte do entendimento de que um evento possui um potencial valor de notícia para uma comunidade (dimensão material); que atores envolvidos na produção de notícias têm suas crenças sobre os eventos (dimensão cognitiva); que a seleção dos eventos a serem noticiados faz parte da prática jornalística (dimensão social); e, por fim, que os valores noticiosos são comunicados via discurso (dimensão discursiva) (BEDNAREK; CAPLE, 2017). Essas quatro perspectivas, segundo as autoras, estão conectadas e servem para pensarmos na maneira como eventos específicos são representados em notícias, ou seja, como o evento é representado como notícia e não simplesmente selecionado como notícia.

Um exemplo das consequências “epistêmicas” dos valores-notícia é o agendamento diferenciado de assassinatos de mulheres no ES identificado por Tomazi (no prelo). Nos resultados da pesquisa, a autora observa que em notícias capixabas sobre feminicídios nas quais as vítimas são mulheres brancas, de classe média e alta, há a presença de fontes como Secretário de Estado de Segurança Pública, representantes do governos ou o próprio governador,

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Promotora e Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid), entre outros personagens, e, no caso de notícias sobre assassinatos de mulheres negras, há apenas rápidas notícias que aparecem na página policial dando detalhes sobre a crueldade do crime e apresentando fontes como assassino, parentes, vizinhas(os), às vezes, delegada(o) e policiais.

Parte dessas conclusões são observadas na cobertura jornalística dos assassinatos da médica Milena Gottardi Tonini Frasson (38 anos, mulher, branca, casada e residente em um bairro de classe média-alta, assassinada em 14 de setembro de 2017), e da advogada Gabriela Silva, (24 anos, mulher, parda, solteira e moradora de um bairro de classe média, assassinada em 24 de agosto de 2017) (TOMAZI, no prelo). Tomazi (no prelo) ressalta que enquanto o assassinato de Milena foi amplamente acompanhado pela mídia, com diversas capas nos principais jornais (*A Gazeta* e *A Tribuna*) e atualização do caso sempre que surgiam novas informações da investigação, o de Gabriela teve pouco destaque. A implicação da ampla difusão de conhecimentos sobre Milena em oposição à ausência de informações sobre Gabriela causou comoção e mobilização da sociedade em relação ao assassinato da médica (houve passeatas e diversos comentários nas redes sociais), e pouca ou nenhuma ação em relação ao assassinato da advogada.

A pesquisa de Tomazi (no prelo) é bastante relevante para nós porque mostra dados semelhantes aos encontrados em nosso *corpus*, comprovando que pouco ou quase nada foi alterado na cobertura de assassinatos de mulheres negras pelos jornais do ES no decorrer dos anos. Essa comparação indica que o evento *femirracídio* é construído como notícia de maneira diferente do feminicídio, e aponta como os eixos de opressão raça e classe promovem desigualdades entre mulheres mesmo depois de mortas, desigualdades que podem ser vistas nas disparidades de uma cobertura jornalística, mas, sobretudo, na revitimização das mulheres negras e de classes empobrecidas, que têm suas memórias destruídas nas representações estereotipadas pela mídia.

Isso tudo reafirma o que temos defendido nesta tese sobre o fato de o *femirracídio* não ser o extremo fim de um *continuum* de violências no caso de

mulheres negras e de classes empobrecidas se “tornarem” notícia e serem revitimizadas pela mídia, como é o caso de Gabriela Silva, na pesquisa de Tomazi (no prelo), e de todas as outras vítimas que conhecemos no decorrer de nossas análises.

4.5.2 Consequências de conhecimentos (re)produzidos nas notícias: discriminações e atitudes compartilhadas

A repetição diária de um tema por meio de notícias pode contribuir para que um novo conhecimento seja apreendido por leitoras(es) a partir da construção e/ou atualização de modelos mentais (VAN DIJK, 2014) de acordo com os *scripts* que definem a situação narrada (SCHANK; ABELSON, 1975). Seguindo essas considerações, entende-se que, ao ler uma notícia, as pessoas não simplesmente guardam informações na memória, mas constroem modelos de situação (via *scripts*) similares aos das(os) jornalistas que dão uma definição geral do acontecimento (com novas informações e avaliações). Logo, se o discurso dissemina um conhecimento geral preconceituoso, isso poderá ser apreendido por leitoras(es).

As nossas análises mostram que os conhecimentos difundidos nas notícias não têm relação com crimes de gênero, mas com crimes “passionais” ou violências conjugais que ficam “restritas” aos estereótipos de atores sociais e às intersecções que acometem determinados grupos. Poderíamos pensar, por um momento, que os casos são assim representados porque antecedem à lei tipificadora do feminicídio, já que essa lei foi promulgada em 2015 e as notícias analisadas foram veiculadas no ano de 2013. Contudo, isso apenas explica o não aparecimento da palavra feminicídio nas narrativas, e não a narração desses casos como crimes “passionais” ou conjugais, já que no ano da veiculação dos textos, a Lei Maria da Penha completava sete anos de promulgação. Aliás, trabalhos com notícias posteriores à Lei do Feminicídio mostram que quase nada mudou nos textos noticiosos que, embora em alguns casos classifiquem os assassinatos como feminicídios, continuam sob a égide do mesmo *modus operandi*. As pesquisas sobre notícias veiculadas no Espírito Santo por Tomazi (2017; 2019; no prelo), por exemplo, observam que mesmo após a Lei do Feminicídio, o discurso noticioso ainda pressupõe conhecimento limitado e equivocado sobre o tema, pois continuam representando os crimes como

“passionais” e não hediondos, sem avanços significativos nas discussões que promoveriam a compreensão do feminicídio como efeito de uma desigualdade historicamente conhecida entre gêneros.

Mas como a disseminação de conhecimentos nos jornais pode influenciar atitudes de pessoas? Bem, se discursos na mídia apresentam avaliações negativas acerca de grupos sociais, como visto em nossas análises, pessoas que compartilharem desses conhecimentos poderão agir discriminando minorias sociais. No caso do *femirracídio*, a descrição de problemas da vida do agressor e da vítima promove o conhecimento novo e específico (modelos mentais) de que se trata de um problema “particular”, restrito a um casal ou grupo social. Isso implica construção de estereótipos em relação a essas pessoas, que tendem a ser alvo de preconceitos, discriminações e violência simbólica, como afirma Hall (1997). Em um nível mais geral (conhecimento compartilhado), apresentar o *status quo* do *femirracídio* como inerente a grupos sociais contribui para a adoção de atitudes discriminatórias em relação a esses grupos.

De maneira prática, esses conhecimentos sustentam o racismo institucional, como argumentado por Werneck e Iraci (2016), que mostram o alto percentual de óbitos maternos no sistema de saúde brasileiro causado pelas sucessivas discriminações de mulheres negras. O mesmo acontece no âmbito judicial, conforme identificado por Crenshaw (2002a), no caso de mulheres negras terem menos credibilidade em suas denúncias de abusos sexuais. Ainda no domínio das atitudes, o estudo de Guimarães (1996) faz um apanhado de notícias que tratam de casos de racismo no Brasil e dentre as situações mais frequentes na ocorrência desse crime está a discriminação racial de pessoas em prédios residenciais, a qual acontece geralmente com mulheres negras e sem ensino superior, que são, na maioria das vezes, “empregadas domésticas proibidas de usar o elevador social ou o *hall* do edifício onde trabalham ou moram, ou são pessoas, visitantes ou moradores, alegadamente confundidas com empregados” (GUIMARÃES, 1996, p.88). O autor (GUIMARÃES, 1996, p.90) também mostra um outro tipo de racismo recorrente que é a “violência policial contra suspeitos por sua cor e aparência”, - lembremos do alto índice de encarceramento da população feminina negra no ES, onde 70% das mulheres em privação da liberdade são negras (INFOPEN MULHERES, 2018, p.42) –; e

dos maus tratos em espaços públicos, como bares, restaurantes, clubes, com restrição de acesso e movimentação.

Uma outra problemática proveniente de conhecimentos estereotipados é citada por Carneiro (2003b), a qual destaca que a disseminação de conhecimentos baseados na “hegemonia da branquitude” faz com que mulheres negras tenham dificuldades em ter uma representação positiva de si mesmas. Em termos de atitudes, isso “compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima” (CARNEIRO, 2003b, p.122). Noutros termos, essas mulheres são impedidas por uma “barreira invisível” de agir livremente porque não se veem belas ou boas o suficiente.

Entendendo que conhecimentos expressos nas notícias são parte dos modelos de situação de jornalistas – e dos interesses dos jornais, é claro -, que quase sempre seguem um “roteiro” para narrar os *femirracídios*, podemos pensar que é possível mudar a maneira de narrar esses eventos a partir da (re)construção de *scripts*. Isso, é claro, é um processo educativo que deve ser feito desde a infância e pelo qual todos nós devemos passar, já que *scripts* são definidos a partir da nossa primeira experiência com o objeto, servindo como base para *scripts* construídos na vida adulta (SCHANK; ABELSON, 1977). Sabendo da abrangência da mídia no cenário nacional, se os casos de *femirracídio* forem narrados pela perspectiva de gênero, poderemos ter grandes mudanças de atitudes de toda uma população. Isso pode ser iniciado com pequenas modificações, como incluir discussões com especialistas sobre o assunto que mobilizem conhecimentos novos sobre relações de poder entre gêneros; abordar a problemática como um crime de responsabilidade pública; e não fixar o problema a determinados grupos sociais.

ALGUMAS CONCLUSÕES A PARTIR DE ONDE VEJO (VEMOS)

Estas considerações finais são assim nomeadas porque apresentam algumas reflexões sobre minha proposta para o conceito de *femirracídio* para os assassinatos de mulheres negras a partir do “meu lugar de fala” e a partir de tudo que construímos (eu e meus orientadores) no (re)trilhar de caminhos já desbravados por diversos movimentos sociais, militantes e estudiosas dentro e fora da academia. Assim, situar o meu (nosso) dizer é o ato de reafirmar a consciência do “meu (nosso) lugar” na reprodução da desigualdade, mas, sobretudo, de reconhecer a responsabilidade do meu (nosso) papel na descontinuação dessa realidade. Também significa, reafirmo, o desejo de “superar o conhecimento universalizante”, como bem defende Resende (2019), a partir de um olhar específico para o problema que vimos discutindo, não o nomeando com um novo “conceito” que pretende ser universalizante, mas, ao contrário, deixando aqui um convite para reflexões sobre as diversas intersecções que atravessam as afrolatinoamericanas nos mais diversos contextos.

Nessa perspectiva, as descobertas que fizemos ao longo desta tese indicam que, apesar de preconceitos de gênero, raça e classe parecerem menos explícitos no texto noticioso, a representação das minorias como a causa dos problemas sociais, inclusive dos próprios problemas enfrentados por elas, como o *femirracídio*, ainda é bastante vigente. A persistência dessa prática na mídia resulta então na criação de narrativas únicas sobre esses grupos sociais, como afirmou Crenshaw (1993), perpetuando preconceitos e discriminações sociais.

A fim de fazermos comentários conclusivos, seguimos a organização de nossas análises refletindo sobre cada um dos oito questionamentos feitos na discussão metodológica, os quais se referem as oito categorias estudadas nas análises (temas e tópicos; atores sociais; expressões multimodais; ação social; fontes; lugar e tempo; ideologias e conhecimentos).

Assim sendo, no que se refere aos temas e tópicos, notamos que as principais macroproposições das notícias estão relacionadas às razões dos *femirracídios* (traição, ciúmes e porque homens não aceitam o fim de

relacionamentos); e ao fato de o crime ser relacionado a pessoas de classes empobrecidas e que têm envolvimento com drogas. Essas macroproposições, contudo, nem sempre são topicalizadas nas manchetes, já que, em vários casos, além de os jornais ignorarem o crime de gênero em toda a notícia, ainda constroem manchetes polêmicas, com ênfase na maneira brutal como as vítimas foram assassinadas e/ou nas razões banais para os crimes. Ademais, a maioria das manchetes não menciona agressores como agentes das ações, sendo essa ausência “compensada” pelos modos cruéis pelos quais as mulheres foram assassinadas.

Em relação à representação de atores sociais, observamos que a ênfase na descrição de questões individuais da vida das vítimas e dos agressores estereotipam essas pessoas. No caso das vítimas, a intersecção dos marcadores gênero, raça, profissão e idade apontam avaliações sociais e individuais acerca do “grau” de culpabilização das mulheres. A combinação desses eixos com comportamentos avaliados socialmente como negativos, como divórcio, filhos de outros casamentos, envolvimento com drogas, estar em outro relacionamento, abandono do marido e ações provocadoras (idas a festas/bares) implica a construção de um *continuum* de culpabilização dessas mulheres, que vai “do comportamento imoral” à “quase inocência”. O eixo idade, por exemplo, acentua diferenças de representações de vítimas ao indicar que “mulheres” são mais culpadas e “garotas” e “idosas”, menos culpadas. A essa conclusão combina-se a profissão desempenhada pelas vítimas, sendo estudantes e aposentadas representadas de maneira menos negativa do que doméstica, vendedora, auxiliar de serviços gerais e babá. Já a informação reiterada de filhos de outros casamentos das mulheres assassinadas e a menção de a vítima estar grávida de outro homem indicam avaliações preconceituosas por parte de jornais/jornalistas, uma vez que em nenhuma notícia do *corpus* há a informação que agressores tinham filhos de outros relacionamentos.

No que se refere aos agressores, a presença da problemática das drogas nas representações sobressai ao crime cometido, de modo que o estereótipo traficante seja enfatizado e também sirva de razão para o dolo. Por consequência, não há debates sobre a violência de gênero, tampouco a comoção por parte da sociedade em relação a uma mulher que se relacionava com um traficante, o que contribui para a representação negativa da vítima.

Quando não relacionados às drogas, os agressores são classificados com algum tipo de patologia, apresentados como anormais, descontrolados ou em estado de crise ou surto, distanciando-os da autoria do crime, de maneira que a “doença” seja mais destacada que o assassinato. Na ausência dessas duas “explicações”, ganha relevância o estereótipo do homem traído/abandonado que age em prol da família até o fim. É, inclusive, esse estereótipo que constitui algumas das principais macroproposições das notícias, o que mostra como o discurso noticioso pode (re)produzir crenças machistas, patriarcais e sexistas.

Enquanto as representações nos textos tendem a individualizar os atores, nas representações nas imagens eles são categorizados a partir de seus fenótipos, classe, violência e drogas. Ou seja, há uma estereotipação desses atores em um nível grupal, generalizando-os como pessoas problemáticas e propensas à violência. Essa generalização implica atitudes e preconceitos em relação às pessoas desse grupo de modo que os estereótipos predominem em nossos modelos de situação, mesmo na ausência de representação de um desses atores em imagens.

As representações em níveis individual e grupal também foram percebidas nas análises do *femirracídio* como ação social. Na perspectiva individual, o problema foi representado com um conflito entre casais, e, na perspectiva grupal, como inerente às minorias sociais. Do ponto de vista individual, as macroproposições ciúmes, traição, não aceitar o fim do relacionamento foram usadas como principais razões para os crimes que, em sua maioria, são cometidos com armas de fogo e de maneira cruel. Essa representação foi construída a partir de detalhes das vidas dos atores, de maneira que a ação foi mostrada como um crime conjugal e/ou “passional”. Algumas notícias ainda representaram o crime como uma “tragédia romântica”, exibindo o dolo como o fim dramático de uma história de amor, ao que chamamos de “narrativas novelescas”. Nesses casos, a violência foi narrada como algo fabuloso, resultado de um drama que só pode ter um final, o assassinato. A ênfase na atuação policial, como prisão e detalhamento do cenário do crime, também conferiu a muitas notícias características do discurso policial, o que deu origem às “narrativas policiaiscas” ou, como nomeiam Prado e Sanematsu (2017), a uma “cobertura policiaisca”.

Do ponto de vista grupal, o destaque para os eixos classe e raça e o problema com drogas propagaram estereótipos e a crença de que todas as pessoas com essas características são violentas, tornando o *femirracídio* algo “natural” e não parte de um *continuum* de violências. Esse *continuum* é ignorado quando as próprias notícias mencionam que as vítimas já tinham medidas protetivas e também quando as violências que antecederam aos assassinatos são usadas para explicar a ação fatal. Tudo isso leva à construção de modelos de situação de que mulheres em situação de violência não têm nenhuma proteção do Estado. Além disso, os discursos preconceituosos dos próprios representantes do governo mostram como o *femirracídio* é entendido como um problema atribuído a um grupo social, de modo que esse grupo não encontre o apoio e a segurança que deveria receber.

Quanto às fontes de informações nas notícias, notamos que a maioria das narrativas são construídas a partir de discursos policiais ou da instituição policial que atua como “definidor primário” (HALL, 2016) do *femirracídio*, além de quase todos esses representantes serem homens. Esse fato indica que esses assassinatos são tratados como um problema de segurança pública e não como crimes de gênero, o que mostra, sobretudo, como essa interpretação é baseada em crenças patriarcais enraizadas na sociedade capixaba.

Também o agressor é fonte nas notícias, o que pode ser interessante por se tratar de uma das partes envolvidas na ação. Contudo, em algumas delas, ele é a única fonte ouvida além de policiais, sendo as notícias produzidas a partir do relato de assassinos, que, é claro, argumentam em favor de sua inocência, alegando legítima defesa ou culpabilizando a vítima. Nesse aspecto, destacamos o fato de jornais/jornalistas vocalizarem a defesa dos *femirracidas* em entrevistas que fazem parte de várias notícias e apenas contribuem para intensificar a (re)produção de crenças preconceituosas. Já as análises de vizinhas(os) e parentes como fontes mostrou que seus discursos são carregados de informações pessoais sobre vítimas e agressores e de sentimentalismo, o que apenas estereotipa os atores e individualiza o *femirracídio*. Por fim, as notícias não apresentaram o discurso de nenhuma fonte especializada para discutir e refletir sobre as intersecções que tornam esse crime tão complexo e grave.

As representações de lugar e tempo nas narrativas também mostraram avaliações por parte de jornais/jornalistas. Em se tratando de lugar, a

predominância de bairros onde moram pessoas de classes empobrecidas reforçou a presença do marcador classe social no *corpus*, além de colaborar para a construção social de bairros e pessoas que moram nesses locais como perigosos. Também o destaque para os espaços “bares” e “casa do ex-marido” como locais de ocorrência do crime associados à relevância dos comportamentos “provocadores” das mulheres contribuiu para a culpabilização das vítimas, deixando pressuposto preconceitos sociais de que mulheres devem evitar lugares “perigosos”. As análises de tempo numa perspectiva cronológica mostraram que a maior parte dos *femirracídios* ocorreram no período da noite e no fim de semana, sendo esse dado muito preocupante quando verificamos que o atendimento nas DEAMs nesse período é limitado, estando as mulheres em uma situação de mais desproteção. Além disso, o tempo também é representado numa perspectiva sociocognitiva, a partir da qual foi possível observar o encadeamento de ações que aconteceram antes, durante e depois dos crimes como forma de atenuar ou explicar o *femirracídio*.

As considerações feitas até aqui apontam para ideologias implícitas no discurso noticioso que partiram de duas principais polarizações: a mais explícita, construída a partir de um “confronto” entre “*Elas*” (provocadoras) e “*Eles*” (reativos às provocações ou doentes), que foi observada dentro do próprio grupo de atores sociais caracterizados no *corpus* como homens e mulheres negros e de classes empobrecidas, na qual predominou o eixo de opressão gênero e, portanto, a prevalência de crenças sexistas, machistas e patriarcais; e a mais implícita, baseada na oposição entre “*Eles*” (homens e mulheres negros, de classes empobrecidas, violentos, usuários de drogas) e “*Nós*” (homens e mulheres não negros, classe média e alta, não violentos e sem vícios), a qual (re)produziu especialmente preconceitos relativos à raça e à classe. Nesse caso, enquanto “*Eles*” estão situados “dentro” das narrativas, o grupo “*Nós*” é formado pelos atores que estão “fora” dela, que são a maioria das(os) leitoras(es) desses jornais. Essa observação permite entender que refletir sobre o *femirracídio* implica considerar questões econômicas e políticas que ajudam a sustentá-lo na sociedade, bem como ideologias neoliberais que são cotidianamente legitimadas por essas instituições.

Ainda sobre ideologias, observamos que também há o controle da feminilidade das mulheres por meio da construção social de “boas” e “más”

mulheres, algo já notado por Benedict (1992), Meyers (1997) e Collins (2004). Esses estereótipos são (re)produzidos a partir de crenças patriarcais, sexistas, machistas e racistas, que definem comportamentos “certos” e “errados” e podem contribuir para a manutenção de hierarquias entre mulheres por meio da “demarcação” de lugares e papéis na sociedade, a partir dos quais são naturalizadas diversas desigualdades, como nas profissões que cada uma pode desempenhar, nos bairros que podem morar, nos comportamentos que podem ter.

Essas ideologias foram (re)produzidas no discurso noticioso por meio da ativação de alguns conhecimentos gerais e específicos em relação ao *femirracídio* expressados nas categorias de modelos de contexto, como participantes, papéis, lugares, tempo e ação. Esses conhecimentos implicaram a estereotipação dos atores sociais (vítima e agressor), fixando-os, numa perspectiva individual, a papéis de “provocadora” e “anormal”; e, numa perspectiva grupal, a pessoas com comportamentos violentos. A disseminação desses conhecimentos pode promover a construção ou a atualização de modelos de situação em leitores que podem compreender o crime como “passional” ou conjugal e, ainda, inerente a pessoas de classes empobrecidas e negras, convertendo o *femirracídio* numa problemática dos outros.

Essa forma de (re)produção de conhecimento ajuda a sustentar o consenso social de que não é possível combater essa violência porque ela é gerada por características específicas de grupo sociais. Assim, mesmo que ao conhecimento informado pela mídia sejam somadas diferentes opiniões sobre o tema, esses pontos de vista podem estar limitados a ideologias machistas, patriarcais, classistas e racistas, não ultrapassando fronteiras necessárias para romper esses modos de opressão.

Isso sugere que o *femirracídio* é resultado de uma sequência de violências e que a mídia pode continuar perpetuando as agressões a essas mulheres mesmo após seus assassinatos, quando suas memórias e as de seus familiares são violentadas em notícias que não propõem qualquer reflexão acerca dos crimes de gênero e das intersecções que promovem essa violência.

Retomando a afirmação de van Dijk (2013a) de que a aprendizagem de preconceitos é “amplamente discursiva”, podemos pressupor que a promoção de crenças não preconceituosas também o é, logo, os meios de comunicação

podem contribuir para a equidade na sociedade mudando a maneira como noticiam o *femirracídio* e os crimes de gênero em geral. A maneira como isso deve ser feito é mostrada em diversas pesquisas e documentos nacionais e internacionais que se dedicam a apresentar sugestões e diretrizes para uma melhor cobertura pela mídia sobre a violência de gênero com destaque para as intersecções relacionadas a esses crimes, como Basthi (2011), ONU Mulheres (2016) e Prado e Sanematsu (2017).

Por último, devemos lembrar que a propagação de conhecimentos não ocorre apenas via discursos de meios de comunicação, mas por meio de discursos de diversas outras instituições, como famílias, igrejas, escolas. Logo, é preciso que todos assumam uma postura militante e abram mão de privilégios pessoais e sociais que estruturam desigualdades, a fim de que não (re)produzamos conhecimentos que possam minar a promoção de lutas (numa perspectiva individual e social) que atuem na resolução do problema.

REFERÊNCIAS

ALBERDI, Inés; MATAS, Natalia. **La violencia doméstica**: Informe sobre los malos tratos a mujeres en España. Barcelona: Fundación “la Caixa”, 2002.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTHUSSER, L. **Essays on ideology**. Londres: Verso, 1984.

ALVAREZ, Sonia E.; BAIROS, Luiza. Feminismos e Antirracismo: Entraves e Interseções. Uma Entrevista com a Ministra Luiza Bairros, Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). **Revista Estudos Feministas** nº 20(3), Florianópolis-SC, UFSC, 2012, pp.833-850.

_____. Para Além da Sociedade Civil: Reflexões sobre o Campo Feminista. **Cadernos Pagu**, (43), janeiro-junho, pp. 13-56, 2014.

AZEVEDO, Sandra R. dos S. **Mulheres em pauta**: gênero e violência na agenda midiática. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. In: RIBEIRO, Matilde. (Org.). **Revista Estudos Feministas**, Dossiê Mulheres Negras, Florianópolis, v.3, n.3, 1995. Disponível em: < http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2016/07/140_41.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BANDEIRA, Maria L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. **Sociedade e Estado**. Vol.29, N.2, Brasília: May/Aug. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BARBOSA, Eryl G.; SILVA, Silvano A. B. da. Cor e sexo no jornalismo: representações das mulheres negras nas páginas de duas revistas femininas. **Revista da ABPN**, v.1, n.2 – jul./out. 2010, p. 133-156. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/294/274>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 1995.

BASTHI, Angélica. **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. _____. (Org.). Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011. Disponível em: < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rev. Amp. e Atual. conforme novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEDNAREK, Monika; CAPLE, Helen. **The discourse of news values**: How news organizations create 'newsworthiness'. New York: Oxford University Press, 2017.

BELL HOOKS. **Ain't I a Woman?** Black woman and feminism. Tradução livre para a Plataforma Gueto. London: Pluto Press, 2014.

_____. **Black looks: Race and representation**. New York: Routledge, 2015.

BENEDICT, Helen. **Virgin or Vamp**: How the Press Covers Sex Crimes. New York: Oxford University Press, 1992.

BERNARDES, Márcia N.; ALBUQUERQUE, Mariana I. B. Violências Interseccionais silenciadas em Medidas Protetivas de Urgência. **Revista direito e práxis**, v. 7, p. 01-26, 2016, p.715-740. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25167/18217>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BLAY, Eva A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mai. 2019.

_____. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BRAH, Avtar. **Cartografías de la diáspora**: Identidades en cuestión. London: Routledge, 1996.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 11 mar. 2020.

_____. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 set. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm> Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. Decreto nº 1.973, de 1º de Agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1 ago. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 set. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Congresso Nacional. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher**. Brasília, jun. 2013. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: DF, 9 mar. 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 09 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 abr. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm#art2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de

urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 mai. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm>. Acesso em: 17 de mai. 2019.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BORGES, Roberto C. da S.; BORGES; Rosane. (Orgs.). **Mídia e Racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. Polity: Londres, 1991.

_____. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Homo Academicus**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, Argentina, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CÁCERES, Teresa. Violencia contra la mujer y prensa escrita: banalización y silencio. In: Instituto Andaluz de la Mujer. **Medios de comunicación y violencia contra las mujeres**. Sevilla: Artes Gráficas, 2003, p.163-176.

CALAZANS, Myllena.; CORTES, Íaris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.) **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.39-64.

CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, 8(2), pp. 91-108, 2000.

CAMERON, Deborah. **Feminism and Linguistic Theory**. Londres: Macmillan, 1985.

_____. Theoretical debates in feminist linguistics: questions of sex and gender. In: WODAK, R. (ed.) **Gender and discourse**. London: Sage, 1997, p. 21-36.

_____. Gender and Language Ideologies. In: HOLMES, Janet e MEYERHOFF, Miriam. **The handbook of language and gender**. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2003.

CAMPOS, Carmen H. de. Femicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. **Revista Sistema Penal e Violência**. Porto Alegre • Volume 7 – Número 1 – p. 103-115 – janeiro-junho 2015.

CAMPOS, Luiz A. **As “negas” in the city? Paroxismo de uma importação dramaturgica**, Demodê UnB, 2014. Disponível em <<https://medium.com/@demode/as-negas-in-the-city-paroxismo-de-uma-importa%C3%A7%C3%A3o-dramat%C3%BArgica-829d1354f7a>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

CAPUTI, Jane.; RUSSEL, D. E. H. Femicide: Sexist Terrorism against Women. In: RADFORD, Jill.; RUSSELL, Diana E. H. **Femicide The Politics of Woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992, p.13-24.

CARMICHAEL, Stokely.; HAMILTON, Charles V. **Black power: the politics of liberation in America**. New York: Vintage, 1967.

CARNEIRO, Sueli. “A batalha de Durban”. **Revista Estudos Feministas**. CFH/CCE/UFSC, vol. 10, nº 1, 2002, p.209-214.

_____. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003a, p.1-7.

_____.Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. Vol.17 N.49, São Paulo: Sept./Dec. 2003b, p.117-132.

CARRIÇO, Sheila da S. A representação social do estupro coletivo em notícias e em comentários do Jornal Extra. 2018. 150f. **Dissertação** (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CARVALHO, José R.; OLIVEIRA, Victor H. Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres. Relatório Executivo II - Primeira Onda – 2017 da **Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia-domestica-trabalho-ago-17.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985, n.p.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha - 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/publicacoes/arquivo/5f271e3f54a853da92749ed051cf3059_18ead26dd2ab9cb18f8cb59165b61f27.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

COLLINS, Patricia H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2 ed. London: Routledge, 2000.

_____. Black sexual politics: **African Americans, gender, and the new racismo**. London: Routledge, 2004.

_____. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Trad. Juliana de Castro Galvão. **Revista Sociedade e Estado** – Vol. 31, N. 1 Janeiro/Abril, 2016.

_____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. JAN/JUN. V.5, n.1, 2017, p.7-17. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos**. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

COUTO, Márcia T; SCHRAIBER, Lilia B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 47-61.

CRENSHAW, Kimberlé W. Beyond Racism and Misogyny: Black Feminism and 2 Live Crew. In: MATSUDA, Mari J. et al. **Words that wound**: critical race theory, assaultive speech, and the First Amendment. New York: Routledge, 1993, p.111-132.

_____. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002a. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002b.

DaMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DATAFOLHA; FBSP. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. – 1º ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita G.; GREGORI, Maria F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira Ciências Sociais**, 2008, vol.23, n.66, pp.165-185. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal** - 1. Économie politique du patricarcat

Paris: Éditions Syllepse, 2013.

DEMONER, Tamiris. "Mulher nega sexo e mata marido": da notícia jornalística ao discurso machista no Facebook. 2018. 119f. **Dissertação** (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DRUMONT, Mary P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 3, 1980, p. 81-85. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108171>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FAGOAGA, Concha. **Comunicando violencia contra las mujeres**. Estudio sobre el mensaje periodístico. Editorial Complutense, Madrid, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2004.

_____.; WODAK, Ruth. Análisis crítico del discurso. In: VAN DIJK, Teun. (Org.). **El discurso como interaccion social: estudios del discurso: introducción multidisciplinaria**. vol 2. Espanha: Limpergraf. 2000, p.367-404.

FALQUET, Jules-France. Lesbianismo. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo Fundação Editora da UNESP, 2009, p.122-128.

_____. De los asesinatos de Ciudad Juárez al fenómeno de los feminicidios: ¿nuevas formas de violencia contra las mujeres? **Informes anuales feminicidio**, 2015. Disponível em: <http://www.lrmcidii.org/wp-content/uploads/2014/11/article_a9508.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.

FANON, Frantz. **Piél negra, máscaras blancas**. Trad. Engel Abad. Argentina: Editorial Abraxas, 1973.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ed. V.1. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNÁNDEZ DÍAZ, Nathalia. **La violencia sexual y su representacion en la prensa**. Barcelona: Anthropos, 2003.

FERRAZ; Daniel de M.; TOMAZI, Micheline M.; SESSA, Ariel. As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: Estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. vol.19 n.4. Belo Horizonte. Sept./Dec. 2019, p. 927-958. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v19n4/1984-6398-rbla-19-04-927.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

FISHMAN, Pamela M. O trabalho que as mulheres realizam nas interações. Tradução de Viviane M. Heberle. In: OSTERMANN, Ana C.; FONTANA, Beatriz.

Linguagem, gênero e sexualidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p.31-48.

FREITAS, Lúcia.; PINHEIRO, Veralúcia. **Violência de gênero, linguagem e direito:** Análise crítica de discurso em processos na Lei Maria da Penha. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009, p.144-149.

GALINA, Decio. Maria da lei. **Revista TPM,** São Paulo, n. 82, ano 7, p. 26-34, nov. 2008. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/revista/82/paginas-vermelhas/maria-da-penha.html>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

GOFFMAN, Erving. **The Neglected situation.** The American Anthropologist. N.66. V. 2. 1964, p. 133-136.

GONZALEZ, Lélia. “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. Trabalho apresentado no **8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association,** Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979. Disponível em: <https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/17805790/1123062368/name/RACISMO+E+SEXISMO+NA+CULTURA+BRASILEIRA.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Cadernos de Formação do Círculo Palmarino,** n. 1. 2011, p.12-20.

GREGORI, Maria F. **Cenas e Queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Racismo e Anti-racismo no Brasil. **Revista Novos Estudos.** n.43, Nov. 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod_resource/content/0/A.%20S.%20Guimar%C3%A3es%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. **Revista USP.** São Paulo, dez/fev. 95/96, p.84-95.

_____. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p.93-108, jan/jun. 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3956155/mod_resource/content/1/como%20trabalhar%20com%20ra%C3%A7a%20em%20sociologia.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

HALL, Stuart. The spectacle of the 'other'. In: _____. (Org.). **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage, 1997.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003a.

_____. Introducción: ¿quién necesita “identidade”? In: _____, GAY, Paul, du. **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003b, p. 13-39.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Burglin. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. José Luis Petruccelli; Ana Lucia Saboia (Orgs.). IBGE: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>> Acesso em: 10 set. 2018.

INAMU - Instituto Nacional de las Mujeres. **La representación del femicidio en la prensa escrita durante el periodo 2005-2009**. 1. ed. San José: Instituto Nacional de las Mujeres, 2013, n. 17, 172 p.

INFOPEN MULHERES. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres** – junho de 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes et al.**- Brasília: Ipea, 2013.

_____. ONU Mulheres. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** – 20 anos, 2017. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

_____. **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019a.

_____. **Atlas da violência 2019: retratos dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019b.

KAPA, Raphael.; BAIMA, Cesar. Unesp expulsa 27 alunos por burlar cotas. **O Globo**, São Paulo, 14 de dez. 2018. Sociedade. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/unesp-expulsa-27-alunos-por-burlar-cotas-23304989>> Acesso em: 18 mar. 2019.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: episodes of everyday racism. Münster: Unrast Verlag, 2010.

LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres, fin del Femicidio. **El Día**, V, fevereiro, 2004. Disponível em: <<https://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/art001.doc>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Claves feministas em torno al feminicidio: construcción teórica, política e jurídica. In: MOLINA, Estefanía; MIGUEL, Nava.; **Universidad, Género e Desarrollo**: nuevas líneas de investigación em género y desarrollo. Espana: Servicios Editoriales, 2009, p.211-233.

LAGE, Lana.; NADER, Maria B. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi., PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

LAZAR, Michelle M. Performing State Fatherhood: the remaking of hegemony. In: _____. (Org.). **Feminist Critical Discourse Analysis: Gender, power and ideology in discourse**. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p.139-166.

_____. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. In: **Critical Discourse Studies**, vol 4: n 2, 2007, p. 141-164.

LEMOS, Rosália de O. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema.; MENDONÇA, Maisa.; WHITE, Evelyn C. **O livro da Saúde das mulheres negras**: Nossos passos vêm de longe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006, p. 62-67.

LITOSSELITI, Lia. 'Head to Head': Gendered repertoires in newspaper arguments. In: _____.; SUNDERLAND, Jane. **Gender identity and discourse analysis**. Amsterdam: John Benjamins, 2002, p.129-148.

LÓPEZ DÍEZ, Pilar. La violencia contra las mujeres en los medios de comunicación. In: I Foro Nacional: **Mujer, violencia y medios de comunicación**. Madrid, Instituto Oficial de Radio y Televisión (RTVE) e Instituto de la Mujer (Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales), 2002, p. 21-40.

LÓPEZ, Ana B. Oscuros objetos de deseo: construcciones culturales del cuerpo femenino negro en el discurso publicitario. In: LUCAS, Belén M. (Org.). **Violencia (in)visibles: intervenciones feministas frente a la violencia patriarcal**. Barcelona: Icaria editorial, 2010, p.115-138.

LORDE, Audre. **Sister outsider**. New York: The Crossing Press, 2007.

LUGONES, María. Rumor a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p.935-952.

MACHIN, David. **Introduction to Multimodal Analysis**. London: Bloomsbury Publishing, 2007.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica**. Maceió: Edufal, 2005.

McNEILL, Sandra. Woman Killer as Tragic Hero. In: RADFORD, Jill.; RUSSELL, Diana E. H. **Femicide The Politics of Woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992, p.305-311.

MELLO, Edna de. As cores da mulher negra no jornalismo. In: CARRANÇA, Flávio.; BORGES, Rosane da S. (Orgs.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 37-46.

MENÉNDEZ, María. I. M. **Representación mediática de la violencia de género**. Illes Balears: Universitat de les Illes Balears, 2010.

MEYER, Michel. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003, p.35-60.

MEYERS, Marian. **News coverage of violence against women: engendering blame**. London: Sage Publications, 1997.

_____. **African American women and violence: Gender, race and class in the news**. New York: Routledge, 2013.

MONTIEL, Aimée V. El Tratamiento De La Violencia Contra Las Mujeres Em Los Medios De Comunicación. **Comunicación y medios**, n. 30, 2014, p. 9-25. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5242615>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Lino N. **O negro no Brasil de hoje**. 2.ed. São Paulo: Global, 2016.

NADER, Maria B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2.ed. rev. Vitória: Edufes, 2001.

_____. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**, n. 14, 2002, p.461-480. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2638/2123>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

_____. A vida em desunião: violência, gênero e denúncia. **XXVII Simpósio Nacional de História**. ANPUH. Natal. RN. 2013a. p. 4. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371176340_ARQUIVO_Novotextoenviado.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Paradoxos do progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2013b.

_____. In: _____. (Org.) **Gênero e racismo**: múltiplos olhares. Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância – Vitória: EDUFES, 2014.

_____. Gênero e mídia: perspectiva históricas, sociais e políticos. In: TOMAZI, Micheline. M; ROCHA, Lucia. Helena. P; POMPEU, Julio. C (Org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas**. São Paulo: Terracota, 2016, p. 97- 108.

_____. Violência de gênero e denúncias registradas. In: STEVENS, Cristina et. al. **Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres**. Brasília: Technopolitik, 2017, p.105-130.

_____.; SILVEIRA, Luciana. Movimento feminista e as concepções de gênero e violência geracional. In: _____. (Org.). **Equidade de gênero e raça**. Vitória: Edufes, 2019, p.113-137.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NATALE, Raquelli. A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo. 2015. 175 f. **Dissertação** (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

NOGUEIRA, Oracy. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, 2006, p. 287-308. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702007000100015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 set. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Unic/Rio, Janeiro, 2009. Disponível em: <

<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Declaração e Programa de Ação de Viena**, 1993. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. Entidade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Diretrizes Nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.37, 2011a, p. 219-246.

_____. Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006. In: CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.) **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011b, p.119-142.

PAUL, Jobst. Reading the code of dehumanisation: the animal construct deconstructed. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 23, nº 33, p. 149-178, jan-jun., 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304676369_Reading_the_code_of_dehumanisation_the_animal_construct_deconstructed>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PEDRO, Joana M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B., PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 254-279.

PINTO, Célia R. J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: <https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

PRIBERAM, **Dicionário** da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/FEMINIC%C3%8DDIO>> Acesso em: 13 mai. 2019.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidad, modernidad/racialidad". **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991.

RADFORD, Jill. Introduction. In: RUSSELL, Diana. E. H.; RADFORD, Jill. **Femicide: the politics of woman killing**. Buckingham: Open University Press, 1992, p.3-12.

RANGEL, Livia de A. S.; NADER, Maria B. Histórias das mulheres e estudos de gênero: identidades e relações de poder. In: NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de A. S. **Mulher e gênero em debate**. Vitória: Edufes, 2014, p.102-109.

RESENDE, Viviane de M.; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. _____. (Org.). Campinas: Pontes Editores, 2019, p.19-46.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. **Estudos Feministas**, 02, pp. 446-457, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** Minas Gerais: Companhia das letras, 2018.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RUBINSTEIN, Claudia V. Representación de la violencia contra las mujeres en la prensa española (El País/ El Mundo) desde una perspectiva crítica de género. 2005. 248 f. **Tese** Doctorado de Comunicación Social, Departamento de Periodismo y Comunicación Audiovisual, Universidad Pompeu Fabra, Barcelona, 1995.

RUSSELL, Diana. E. H.; RADFORD, Jill. **Femicide: the politics of woman killing**. Buckingham: Open University Press, 1992.

_____. Introduction: the politics of Femicide. In: _____.; HARMES, Roberta A. **Femicide in Global Perspective**. New York: Athene Series, 2001, p.3-28.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, PUC, 1997, p. 59-79. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/issue/view/1213/showToc>> Acesso em: 10 mar. 2019.

_____.; ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de Gênero: Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1995.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** – desdobramentos do feminismo. Número 16, especial,

IFCH/Unicamp, Campinas, 2001, p. 115-136. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007> Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAGOT, Montserrat; CARCEDO, Ana. Cuando la violencia contra las mujeres mata: femicídio en Costa Rica, 1990-1999. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de. (Org.) **Vida em Família:** uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/UNICAMP, 2006, pp.405-438.

SANTOS, Cecília M.; PASINATO, Wânia. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Revista E.I.A.L.** Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, em 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000143&pid=S0103-863X201100020001000016&lng=pt>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SCHANK, Roger C.; ABELSON, Robert P. **Scripts, plans, and knowledge.** Proceedings of the fourth international joint conference on artificial intelligence. Yale university new haven connecticut usa, September, 1975, p.151-157.

_____. **Scripts, Plans, Goals, and Understanding.** Hillsdale, New Jersey: Earlbaum Associates, 1977.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em: 20 nov. 2018.

SEGATO, Rita L. Que és un feminicídio. Notas para un debate emergente. **Antropología,** 401, Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2006, p.1-11. Disponível em: <<https://searchworks.stanford.edu/view/6681388>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SILVA, Tadeu T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____.; WOODWARD, Kathryn.; HALL, Stuart. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. São Paulo: Vozes, 2009, p. 55-77.

SOUZA, Lídio de.; CORTEZ, Mirian Beccheri. A Delegacia da Mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Rev. Adm. Pública.** Rio de Janeiro, 48(3), maio/jun. 2014, p.621-639.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUNDERLAND, Jane. **Gendered discourses**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

_____. **Language and gender**: an advanced resource book. New York: Routledge, 2006.

TANNEN, Deborah. **Género y discurso**. Tradução de Marco Aurelio Galmarini. 1ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.

TOMAZI, Micheline M. Articulação discursiva em depoimentos sobre violência doméstica. **Relatório de Estágio Pós-doutoral em Linguística** – Programa de Pós-Graduação em Linguística Universidade Federal de Minas Gerais. Rapport interno, FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2014a.

_____. Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. In: LINS, Maria da Penha P.; CAPISTRANO JR. Rivaldo. (Org.). **Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos**. Vitória: PPGEL-UFES, 2014b, p. 187-206.

_____. Análise crítica do discurso de estruturas sintáticas em manchetes jornalísticas sobre violência contra a mulher. **Relatório de Licença Capacitação**, Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

_____. Des)construção de face da mulher nos títulos de Notícias sobre feminicídio. **Interdisciplinar**, São Cristóvão, v. 31, jan.-jun., 2019, p. 197-219.

_____.; MARINHO, Janice H. C. Discurso jurídico e relações de poder: gestão de faces e de lugares. **(Con)textos Linguísticos**, 8(10.1), 2014, p. 245–278.

_____.; NATALE, Raquelli. [Des]caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e representação social. In: SILVA, Denise Helena G.; PARDO, Maria Laura. (Org.). **Pasado, presente y futuro de los Estudios en América Latina**. Buenos Aires: Aled. 2015, p. 136-155.

_____.; CAVALCANTI, Camilla R. Representação camuflada de atores sociais: do discurso publicitário à semiótica social. **Cadernos de linguagem e sociedade**, v.17, nº 1, 2016, p. 32-52. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/4427>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____.; ROCHA, Lucia Helena P. da.; ORTEGA, Jessica C. Violência machista em manchetes jornalísticas. In: _____.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (Org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. 1ed. São Paulo: Terracota, 2016, v. 1, p. 43-64.

_____.; CUNHA, Gustavo X. O papel da polarização discursiva no processo de negociação de faces em processo judicial de violência contra a mulher. In: PINTO, R.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. G. S. (Org.).

Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas. 1ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 145-164.

_____.; CABRAL, Ana Lucia T. Argumentação e estratégias textual-discursivas em uma sentença absolutória: violência machista contra a mulher. **Language and Law/ Linguagem e Direito**, vol. 4, n. 2, 2017, p. 50-71.

_____.; CUNHA, Gustavo. X. A negociação de imagens indenitárias em depoimentos judiciais e no debate eleitoral. **SIGNUM**, Londrina: Estudos de Linguagem, v. 20, 2017, p. 11-34.

_____.; NATALE, Raquelli. Violência de gênero e polarização discursiva. In: **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. CUNHA, Gustavo X.; OLIVEIRA, Ana Larissa A. M. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2018, p.129-146.

_____.; ALMEIDA, Luciano P. A mulher no direito penal em face da Constituição Federal e da Lei Maria da Penha. In: CABRAL, Ana Lúcia T.; BUENO; Francisco de G. **Direito e Linguagem: a Constituição de 1988**. Londrina: Editora Thoth, 2019, p.159-176.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XXI**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia:** estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983.

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Comissão conclui apuração de 92 denúncias de fraude nas cotas. **Portal UFJF**, Juiz de Fora, 16 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2018/07/16/comissao-conclui-apuracao-de-92-denuncias-de-fraude-nas-cotas/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

VAN DIJK, Teun A. **Macroestruturas:** a interdisciplinar study of global structures in discourse, interaction and cognition. Lawrence Erlbaum: New Jersey, 1980.

_____. **Prejudice in Discourse:** analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation. Amsterdam: Benjamins, 1984.

_____. **Communicating Racism:** ethnic prejudice in thought and talk. California: Sage Publications, 1987.

_____. **News analysis:** case studies of international and national news in the press. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

_____. **Racism and the Press**. London: Routledge, 1991.

_____. **Elite Discourse and Racism**. Londres: Sage, 1993.

_____. **Ideología**: una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 1999.

_____. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003, p.143-178.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Sociedad y discurso**: cómo influyen los contextos sociales sobre el texto y la conversación. Barcelona: Gedisa, 2011a.

_____. Discourse and ideology. In: _____. (Org.) **Discourse Studies**: a multidisciplinary introduction. 2 ed. London: Sage Publications, 2011b.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2013a.

_____. Estrutura da notícia na imprensa. In: KOCH; Ingedore V. (Org.). **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2013b, p.122-157.

_____. **Discourse and Knowledge**: a sociocognitive approach. Barcelona: Cambridge University Press, 2014.

_____. Diálogos de orientação. **Breve Resumen de Estructuras del Discurso**. Versión 4.0 (Março, 2016). Conversa com: Teun van Dijk, mar. 2016.

_____. How Globo Media Manipulated the Impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**. v. 11, n. 2. February 28, 2017, p.1-35. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750481317691838>> Acesso em: 08 out. 2018.

VAN LEEUWEN, Theo. 'The representation of social actors', In: CALDAS-COULTHARD, Carmen R.; COULTHARD, Malcolm (eds). **Texts and Practices**: Readings in Critical Discourse Analysis, London: Routledge, 2003, p. 32–70.

_____. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

_____.; KRESS, Gunther. Discourse Semiotics. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). **Discourse Studies**: a multidisciplinary introduction. 2 ed. London: Sage Publications, 2011, p.107-125.

VENTURA, Isabel. "Entre Monstros e Anjos Caídos: a violência sexual nos jornais portugueses". In: MONTEIRO, Leonor. **Manual de Boas Práticas para**

as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (e todas as entidades que trabalham em prol dos direitos das crianças). Porto: Associação Projecto Criar, 2014, p. 158-186.

_____. **Atas do Seminário Internacional** “Media e violência sexual: da investigação à comunicação”. In: VENTURA, Isabel; FERREIRA, Virgínia (Org.). Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 2017, p.87-103.

WAISELFISZ, Julio. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. CEBELA. FLASCO/Brasil, 2012.

_____. **Mapa da Violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. CEBELA. FLASCO/Brasil, 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, 2001, v.9, n.2, p.460-482. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 abr. 2019.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional**: uma abordagem conceitual. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Geledés, 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. IRACI, Nilza. **A situação dos direitos Humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. Geledés - Instituto da Mulher Negra e Criola – Organização de Mulheres Negras, 2016.

WEST, Candace; LAZAR, Michelle M.; KRAMARAE, Cheri. El género en el discurso. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). **El Discurso como interacción social**: Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria. Barcelona, Gedisa Editorial, 2000, p.179-212.

WODAK, Ruth. (Org.) **Gender and discourse**. London: Sage, 1997.

_____.; REISIGL, Martin. **Discourse and discrimination**: Rhetorics of racism and antisemitism. London: Routledge, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu T. da.; WOODWARD, Kathryn.; HALL, Stuart. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. São Paulo: Vozes, 2009, p.2-55.

Polícia

Arrastado e executado por 3 pistoleiros

Jovem identificado apenas como Aninho foi levado de bar, em Flexal II, Cariacica, e morto com 10 tiros de pistola calibre 380

Mary Martins

Um jovem identificado pela polícia apenas como Aninho, aparentando ter entre 16 e 18 anos, foi arrastado do bar onde estava e executado com 10 tiros de pistola calibre 380 por três criminosos, na madrugada de ontem, em Flexal II, Cariacica.

O crime aconteceu próximo a uma casa de recuperação para dependentes químicos, em uma área

rural do bairro Flexal II.

A Polícia Militar foi acionada às 7h35, mas moradores afirmaram que ouviram o barulho dos tiros às 0h45.

"Eu estava dormindo e acordei com o barulho dos tiros. Foi aquela algazarra porque os cachorros latiam muito. Depois dos tiros não ouvi barulho de carro ou moto", contou uma moradora que não quis se identificar.

Outro morador, que também pediu para não ser identificado, contou que a vítima tinha o costume de andar pela região, disse ainda que o jovem estava em um bar tomando refrigerante, momentos antes de ser assassinado. Ele foi abordado pelos criminosos, que o arrastaram do local. O jovem não reagiu.

"Ele estava com um amigo e mais duas mulheres bebendo em



CORPO DE ANINHO ficou caído na rua de trás do bar onde estava com 3 amigos, que fugiram a mando dos bandidos

um bar na rua de baixo de onde ele foi morto. Vi pela fresta da janela quando chegaram três homens e colocaram o amigo dele e as duas mulheres para correr. Em seguida,

arrastaram ele para a rua onde foi morto", disse.

A polícia acredita que o assassinato tenha relação com o tráfico de drogas na região. Nenhum sus-

peito foi preso até o fechamento desta edição.

O caso será investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cariacica.



KAIQUE DOS SANTOS: "Tive que agir primeiro. Não estou arrependido"

Pedreiro confessa que degolou a mulher

O pedreiro Kaique Nascimento dos Santos, de 18 anos, foi preso na tarde de sexta-feira, no bairro Corsanto, em Laranjeiras Velha, na Serra, acusado de degolar a mulher, Elizete Silva Costa, no dia 29 de dezembro.

Ele confessou o crime à polícia, e disse que estava sendo ameaçado de morte pela vítima. Ele informou ainda que não está arrependido e que se tivesse que voltar no tempo, faria tudo novamente.

"Estava sabendo que ela queria me matar. Então tive que agir primeiro. Não estou arrependido", afirmou Kaique.

O acusado afirmou que conhecia a vítima há pouco tempo e que planejou o crime na mesma noite.

Ele disse que chamou Elizete para consumir drogas numa construção, onde ficaram 30 minutos.

Kaique falou que deu 15 facadas no peito da vítima e a degolou. "Foi tudo muito rápido. A faca estava amolada e ela não teve tempo de reagir", disse o acusado.

O delegado Arthur Luis Bogoni, da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), chegou ao acusado após denúncias anônimas. Ele acredita que outras pessoas possam estar envolvidas no crime, porém o acusado afirma que agiu sozinho.

Bogoni informou que Kaique e a vítima trabalhavam vendendo drogas na região. "Os dois trabalhavam no tráfico. No depoimento, ele disse que Elizete queria tomar o lugar dele no tráfico", afirmou.

O acusado já tem passagem por roubo e porte de arma. Kaique foi autuado por homicídio e encaminhado para o presídio.

Assassinado com 6 facadas em Vila Nova de Colares

O pedreiro Marlon Roberth Oliveira de Araújo, de 21 anos, foi assassinado com seis facadas, à 1h45 de ontem, em Vila Nova de Colares, na Serra.

A perícia informou que Marlon foi atingido com uma facada no peito, uma no braço esquerdo, e quatro nas costas.

O corpo da vítima foi encontrado na rua Presidente Costa e Silva, próximo à residência de Marlon.

Um morador contou aos investigadores da Polícia Civil que viu quando um homem trouxe o corpo e deixou no local.

Os investigadores acreditam nessa versão, pois no local não foram encontradas marcas de sangue, nem a arma utilizada pelo assassino.

Marlon era mineiro, de Governador Valadares, e morava há quatro anos no Estado com a avó.

A família da vítima informou à polícia que Marlon não recebeu nenhuma ameaça e não sabem o que pode ter levado ao crime.

Eles informaram ainda que Marlon havia saído à noite para beber em um bar da região.

A vítima não tem passagem pela polícia e os investigadores ainda não sabem o que teria motivado o crime. Porém, não acreditam em latrocínio ou dívida por drogas.

A polícia, informou ainda, que já recebeu algumas denúncias anônimas sobre o crime, mas não pode dar informações para não atrapalhar o andamento das apurações.

O caso será investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra.

Polícia mata acusado de tráfico em Colatina

COLATINA

O adolescente Vinicius da Silva Gomes, o Zoião, 17 anos, acusado de tráfico de drogas e homicídio, foi morto a tiros em confronto com policiais do Grupo de Apoio Operacional (GAO) da Polícia Militar ao ser abordado com uma pistola 6.35 em punho num beco, no bairro José de Anchieta, em Colatina.

Segundo a PM, Vinicius foi reconhecido pelos policiais do GAO como procurado pela morte do vigilante Adir Alves da Silva, 47, executado com 14 tiros em dezembro passado, após uma confusão com o bando de traficantes ligados a Zoião.

Ao notar que estavam sendo cercados pela polícia, Zoião e outro menor de 17 anos correram, o rapaz foi preso após pular um muro.

Zoião foi cercado num beco pelos dois lados e, sem saída, apontou a arma em direção aos policiais e foi alvejado. Ele chegou a ser levado para o Pronto-Socorro do Hospital Sílvio Avidos, onde morreu.

Com Zoião, a polícia apreendeu



MATERIAL que estava com Zoião

a pistola 6.35 um carregador com quatro munições e uma deflagrada, 11 buchas de maconha, R\$ 910 em dinheiro e uma motocicleta sem placa.

O rapaz detido em companhia de Zoião foi ouvido e liberado. O corpo de Zoião foi removido para o Departamento Médico Legal (DML), em Vitória.

Ladrões explodem dois caixas

Dois caixas eletrônicos de uma agência do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), em São Mateus, Norte do Estado, foram explodidos e arrombados na madrugada de ontem. Mas, de acordo com a polícia, os criminosos não conseguiram levar o dinheiro. A agência afirmou, por meio de nota, que o sistema de segurança

que monitora a instituição financeira em tempo real informou à polícia sobre o ocorrido à 1h58.

A Polícia Militar passou toda a madrugada e a manhã de ontem no local do crime atrás de suspeitos, mas até o fechamento desta edição nenhum bandido havia sido preso. O caso foi encaminhado para o DPJ de São Mateus.

CRIME ANUNCIADO

Jovem sofria ameaças, afirma família

Pai de Paola diz que tentou registrar um boletim de ocorrência, mas polícia não aceitou

«A família de Paola Magnago afirma que ela era constantemente ameaçada pelo ex-namorado. O pai teria, inclusive, tentado registrar queixa na polícia, mas não conseguiu. Ontem, o clima era de tristeza e revolta. Nas redes sociais, familiares divulgavam a foto e dados pessoais do suspeito, na tentativa de localizá-lo.

O pai de Paola, o encarregado administrativo Vagner Benha Magnago, revelou que, depois que terminou o namoro, há três meses, Paola passou a ser ameaçada por Leonardo por meio de ligações e mensagens de celular.

«Ele dizia que iria matá-la, que iria matar o cachorro dela. Já tinha falado para a mãe dele que iria cometer uma loucura. Vez ou outra, ele a ameaçava no ponto de ônibus. Era um crime anunciado».

Apropriamente havia falado sobre o assunto por meio de uma rede social. No dia 24 de janeiro deste ano, ela escreveu na internet: «Você foi a pior coisa que aconteceu na minha vida», referindo-se a Leonardo.

Depois do crime, as mensagens de apoio à família de

«Matou, ligou para a mãe dele e disse que ia sumir. Estamos esperando pelo pior»

X. PARENTE DE LEONARDO

Paola se multiplicaram no Facebook. Muitos amigos se diziam em luto pela morte da jovem. Até mesmo familiares de Leonardo admitiram que ele «tem que pagar pelo que fez».

IMAGEM

Em seu perfil, um irmão de Paola pede que as pessoas repassem a imagem do acusado do crime, para que as informações cheguem logo à polícia. Além da foto, detalhes sobre o veículo usado por Leonardo e até mesmo o endereço dele foram postados na rede social.

Ontem, ainda era possível ver um perfil na rede social com o nome de «Paola Leonardo». Nele, havia um ensaio fotográfico feito pelo casal antes do término do relacionamento.

Vagner disse que tentou denunciar as ameaças sofridas pela filha três ve-

zes, mas não conseguiu registrar boletim de ocorrência no Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Linhares.

DENÚNCIAS

«Não consegui em nenhuma tentativa. Fui de manhã, eles falaram para voltar à tarde. Fui à tarde, eles mandaram voltar no outro dia. Fui muito mal atendido e, na terceira vez, um rapaz me falou para eu ir lá só quando tivesse acontecido o pior», reclamou.

Vagner também contou o caso durante o depoimento prestado ao delegado Fabrício Lucindo. «Estou abrindo um procedimento de investigação para verificar a conduta do policial que estava de plantão. Se for comprovado, ele vai sofrer as consequências administrativas e penais cabíveis. A Polícia Civil não comunga com isso não», disse o delegado.

«O policial já foi identificado e convocado a comparecer perante minha presença. Ele vai ser interrogado sobre esse assunto, e vou levar o caso ao conhecimento da Corregedoria da Polícia Civil», completou Lucindo. (Com informações de Gustavo Pereira)

REPRODUÇÃO INTERNET



Troca de mensagens entre Paola e amigos em janeiro enfatiza as ameaças



O perfil «Paola Leonardo» traz fotos românticas do casal

Denúncia antes de sequestro

«Uma menina de 12 anos foi sequestrada e sofreu abuso sexual, em Santa Maria de Jetibá. O crime aconteceu no dia 27 de janeiro, mas desde o final do ano passado o sequestrador, de 53 anos, estaria enviando mensagens amorosas para o celular dela. A família da criança procurou a delegacia da região para informar sobre o caso, mas a polícia disse que não poderia fazer nada, porque nenhum crime havia se concretizado. Depois que o criminoso foi preso, a Corregedoria de Polícia Civil decidiu investigar a conduta do delegado.

CRIME OCORRIDO NO SÁBADO

Preso casal suspeito de matar grávida

Joab e Pâmela foram detidos pela polícia de Pernambuco, em uma blitz de rotina

«O vendedor Joab Canavieira Souza, conhecido como Maranhão, 30 anos, e a namorada dele, a costureira Pâmela Cristina Sacramento, 23, foram presos na cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco, Nordeste do país, acusados de envolvimento no assassinato de Naiara

Zeferino Garcês, 25 anos, que estava grávida de cinco meses. O crime aconteceu no Bairro das Laranjeiras, região de Jacaraípe, na Serra, na manhã do último sábado.

Para surpresa da polícia do Espírito Santo, quem confessou ter atirado em Naiara foi Pâmela. Segundo o delegado Orly Fraga Filho, que responde interinamente pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), as investigações

REPRODUÇÃO



Joab estava em liberdade condicional

apontaram Joab como suspeito do assassinato. Isso porque ele havia namorado com a vítima e, após o término do relacionamento, ela engravidou de outro homem, enquanto Joab estava na cadeia.

Atualmente, Joab estava em liberdade condicional. Ele havia sido preso por tráfico de drogas.

Mas quando foi preso junto com Joab em Petrolina, na noite da última terça-feira, Pâmela disse que foi

ela quem atirou em Naiara. «Ela disse à polícia de lá que os três estavam bebendo cerveja na frente da casa de Naiara, quando começou uma discussão. Naiara teria xingado Pâmela, então ela foi até o carro de Joab, pegou a arma dele e atirou na vítima», contou o delegado.

Após o crime, o casal fugiu para o Nordeste. A polícia acredita que, após passar por Pernambuco, Pâmela e Joab iam se esconder na casa de parentes dele, no Estado do Maranhão. O casal foi levado para presídios de Pernambuco e deve ser trazido para o Estado para prestar depoimento na DHPM.

O casal foi preso em uma blitz de rotina da Polícia Militar de Pernambuco. Os policiais acharam uma arma no carro em que eles estavam e constataram que o veículo tinha placas do Espírito Santo, comunicando o fato à polícia capixaba. (Patrícia Maciel)

12 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA SÁBADO, 9 DE FEVEREIRO DE 2013

MIMOSO DO SUL

Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho

Acusado é o ex-marido da vítima, que não aceitava o fim do relacionamento

▲ GUSTAVO RIBEIRO
agazetasul@redgazeta.com.br

Uma mulher foi assassinada a facadas pelo ex-marido na frente do filho, em Mimoso do Sul, após uma discussão do casal. O crime aconteceu na noite da última quinta-feira, por volta das 21h30, próximo à agência da Previdência Social, no bairro da Palha. O acusado tentou fugir de moto, mas caiu e foi detido pela polícia.

Segundo a Polícia Militar, Sinara Pereira Lima, de 30 anos, havia saído da igreja Assembleia de Deus, com o filho de 8 anos e seguia para casa, quando o ex-marido, Leandro dos Santos Guimarães, 41, abordou-a. Ele a seguiu de moto, pedindo que os dois conversassem. Como ela não parou, ele desceu da moto e segurou Sinara pelo braço.

Nesse momento, os dois



DIVULGAÇÃO



Após matar Sinara (acima), Leandro tentou fugir do local do crime de moto, mas caiu do veículo e foi preso

começaram a discutir. A vítima teria dito ao acusado que estava com outro homem. Leandro, então, foi até o baú da motocicleta, pegou um canivete e partiu para cima de Sinara, que gritou por socorro, enquanto a criança saiu correndo.

A irmã do acusado, Lídia Guimarães, 42 anos, disse que o irmão trabalhava como barbeiro e viveu junto com Sinara por dez anos. Os dois estavam separados há pouco mais de um mês. "Fiquei muito abalada quando recebi a notícia do

crime, não tive nem coragem de ir ver", disse.

FUGA

Leandro fugiu do local na moto, mas caiu e continuou a fuga a pé. "Ele foi capturado cerca de 3km do local do crime, pois foi

visto correndo por dois policiais à paisana", disse o delegado, Rômulo Carvalho.

Em depoimento, ele afirmou que só cometeu o crime porque não aceitava o fim do relacionamento e tinha muito ciúme da

"Eu cometi o crime por ciúme. Ela me disse que estava com outro homem"

LEANDRO GUIMARÃES
ACUSADO, EM
DEPOIMENTO À POLÍCIA

ex-mulher.

Na última quarta-feira, Sinara procurou a polícia após receber ameaças de Leandro. O delegado chegou a abrir o processo de medida protetiva, mas não houve tempo para que a determinação fosse cumprida.

Leandro tinha passagem pela polícia, após ser condenado por tentativa de homicídio. Ele foi encaminhado para o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim.

TRISTEZA

**"NÓS O
ACONSELHAMOS A
NÃO FAZER NADA"**

Lídia Guimarães
Irmã do acusado

▲ A irmã de Leandro, Lídia Guimarães, disse que ele ficou transtornado após o fim do relacionamento com Sinara. **Como era a relação da Sinara com Leandro?**

Eles viviam muito bem. Nunca tiveram nenhum problema durante o casamento. Toda a mudança começou pouco antes do Natal, quando ela decidiu sair de casa, alegando que o casamento não estava dando certo e que estava procurando outro lugar para morar. **Como ele ficou após o fim do relacionamento?** Ficou transtornado. Ele dizia que não sabia o motivo da Sinara ter mudado. Foi então que mi-

nha mãe pediu para que o Leandro e o filho deles passassem o Natal com ela em Itapemirim, onde mora. **Eles se encontraram depois que a Sinara saiu de casa?** Ele a viu chegando em casa tarde de carro com outro cara e ficou inconformado. Nós o aconselhamos a não fazer nada, mas ele foi até a casa dela e os dois discutiram. Por isso ela deu queixa contra ele na delegacia.

ASSASSINATOS

17
mulheres
foram assassinadas
entre 1º de janeiro e 7
de fevereiro deste ano.

20%
dos assassinatos
foram passionais, em
2012. Neste ano, essa
motivação levou a 2 mortes,
segundo dados oficiais.

Família não sabe quem terá guarda da criança

▲ Os familiares ainda não decidiram com quem ficará o único filho do casal, que ainda está em estado de choque após presenciar o crime. O menino foi levado para a casa da irmã do acusado, que mora nos fundos da casa em que ele vivia com os pais.

Lídia Guimarães informou que, na noite do crime, a criança não disse nada sobre o que viu. "Ele dormiu a noite toda, e falou apenas

que a mãe estava no hospital, pois havia ouvido a sirene da ambulância. Ainda não caiu a ficha que a mãe dele morreu", disse.

A criança também não participou do enterro da mãe. Segundo Lídia, a família ainda não decidiu quem ficará com a guarda dela: "Vou esperar a minha mãe chegar de Itaipava para conversarmos sobre quem vai cuidar do menino agora".

DENTRO DO TERMINAL DE CARAPINA

Adolescente é espancado após tentativa de roubo

▲ Um adolescente de 17 anos foi espancado por populares no Terminal de Carapina, na Serra. Ele é suspeito de tentar assaltar uma mulher no local.

De acordo com testemunhas, o garoto tentou

roubar a bolsa de uma mulher no banheiro feminino. A vítima reagiu e foi agredida com um soco.

Testemunhas contaram que a mulher gritou, e outras pessoas

apareceram para ajudá-la. O rapaz foi detido por seguranças e levado para a sala da administração. No entanto, ele conseguiu escapar por uma janela.

O adolescente foi per-

seguido e alcançado, ainda dentro do terminal, por várias pessoas, que tentaram linchá-lo.

POLÍCIA

A polícia foi acionada e conseguiu controlar a multidão. Um dos policiais chegou a realizar um disparo de arma de fogo para dispersar os agressores.

Depois de ser atendi-

do na Unidade de Pronto-atendimento (UPA), de Carapina, o rapaz foi encaminhado ao Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Laranjeiras por uma viatura da Polícia Militar.

SEM QUEIXA

Lá, ele foi ouvido pela delegada de plantão e liberado. "A vítima não compareceu para pres-

tar queixa, e os seguranças também não. Como nada foi encontrado com ele, não havia nada que sustentasse uma acusação", explicou a delegada.

Um outro adolescente de 17 anos sofreu um corte no pulso durante a confusão e também foi atendido no Pronto-atendimento. (Com informações Almir Neto)

Polícia

Mulher foi torturada e queimada por vingança

Lorena Rangel Vago tinha sete passagens pela polícia. Delegado acredita que o crime foi execução a mando do tráfico ou passional

Mary Martins
Michelli Possmozer

Auxiliar de serviços gerais Lorena Rangel Vago, 29 anos, que tinha desaparecido no dia 14 deste mês foi torturada e queimada depois de ser executada com três tiros na cabeça. A polícia acredita que ela foi executada por vingança e trabalha com duas linhas de investigação.

O corpo de Lorena foi encontrado no final da tarde de quarta-feira em adiantado estado de decomposição, em um matagal em Enseada das Garças, próximo ao mar de Praia Grande, em Fundão.

Segundo o delegado Fábio Almeida Pedrotto, que responde pela Delegacia de Fundão, Lorena tinha sete passagens pela polícia, entre elas, por tráfico de drogas e formação de quadrilha.

“Pelo histórico da vítima, descartamos o latrocínio (roubo seguido de morte). As investigações preliminares apontam para uma execução relacionada ao tráfico de drogas e também um possível crime passional, pois, em janeiro des-



NO LOCAL onde o corpo de Lorena Rangel Vago (destaque) foi encontrado, a vegetação estava queimada

te ano, ela foi à polícia registrar ocorrência que estava sendo apanhada pelo companheiro”.

Para o investigador Glaycon Fonseca, que também trabalha no caso, Lorena foi executada no mesmo dia que desapareceu. “Ela foi levada viva para o local e lá foi torturada e teve o fêmur direito quebrado. Depois da surra, levou três tiros na nuca e quem a matou

ainda ateou fogo no corpo, depois que ela já estava morta”.

Glaycon disse que, após as primeiras investigações, acredita que Lorena conhecia a pessoa que a matou, pois ela foi levada ao local ainda viva. “Ela segurava um molho de chaves e isso mostra que o corpo não foi desovado ali. A reconheci através de uma reportagem da **TV Tribuna** e vi as tatuagens”.

Abalada com o assassinato, família evita comentar caso

Quatro familiares da auxiliar de serviços gerais Lorena Rangel Vago, 29 anos — que estava há seis dias desaparecida e foi encontrada morta na tarde da última quarta-feira — estiveram no Departamento Médico Legal (DML) na tarde de ontem, mas não quiseram comentar o caso.

“Estamos todos muito abalados. Já que foi um assassinato, eu prefiro não comentar nada até conversar com a polícia e saber o que aconteceu”, disse a enfermeira Fabiana Rangel Vago, 39 anos, que é irmã de Lorena.

Contudo, Fabiana chegou a comentar que a mãe dela estava em casa, à base de remédios, abalada com a morte da filha.

Uma prima de Lorena, que também foi abordada, evitou a imprensa. “Isso tudo é muito cansativo. Não há mais nada a fazer”.

Exame confirma a identificação

O exame realizado na arcada dentária confirmou que o corpo encontrado no final da tarde da última quarta-feira, em Praia Grande, Fundão, é da auxiliar de serviços gerais Lorena Rangel Vago, 29 anos.

A informação é do chefe do setor de Antropologia Forense do Departamento Médico Legal (DML), Romildo Rabbi. “Ainda estamos concluindo outros exames para ratificar a identificação, mas o exame da arcada dentária já confirma”.

Segundo o médico legista, os familiares de Lorena reconheceram



RABBI: arcada dentária é da vítima

as tatuagens, bem como alguns objetos que a auxiliar usava, como cordão e pulseiras. A previsão é que o exame das impressões digitais seja concluído hoje para que, após as análises, o corpo possa ser liberado para a família, a partir das 13 horas.

Rabbi disse que não poderia dar muitos detalhes sobre quantas perfurações havia no corpo de Lorena antes de entregar o laudo à polícia. No entanto, ele confirmou que o cadáver apresentava evidências de tiros, agressões e sinais de queimaduras.

Dona de casa dá facada no marido em Cariacica

Cansada de sofrer agressões, uma dona de casa deu uma facada no peito do marido, um auxiliar de obras de 26 anos na madrugada de ontem no bairro Nova Rosa da Penha II, em Cariacica.

A Polícia Militar foi acionada e o auxiliar de obras afirmou aos militares que a mulher dele tinha sido a autora do crime.

Os policiais foram conversar com a dona de casa e descobriram que ela tinha sido agredida pelo marido. De acordo com a mulher, o auxiliar de obras chegou em casa às 23h30 de ontem alterado.

Em seguida, a dona de casa afirmou que o marido deu vários empurrões nela, socos na boca, cabeça e costas. Depois das agressões, segundo a mulher, ele ainda mandou que ela saísse de casa.

A dona de casa disse aos policiais que, em um momento de desespero e enquanto ainda apanhava, ela deu uma facada do lado direito do peito do marido para fugir das agressões.

A vítima foi levada para o Plantão Especializado da Mulher (PEM), no bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória, para prestar esclarecimentos e foi liberada.

O marido dela foi socorrido e levado para o Hospital Antônio Bezerra de Farias, em Vila Velha, onde permanece internado sob escolta policial.

O caso foi enviado à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cariacica.



PLANTÃO da Mulher: novo caso

GIRO RÁPIDO

Ladrão tenta fugir a nado e acaba preso

Um bandido tentou fugir nadando, na Praia do Canto, em Vitória, após roubar, junto com mais dois homens e uma mulher, a televisão de uma loja às 4h30 de ontem.

A ação foi flagrada por câmeras de videomonitoramento da região. A Polícia Militar foi até a colônia de pescadores, onde os bandidos estavam. Um deles pulou no mar para fugir, mas foi capturado e preso com seus cúmplices.

“Qual garoto não gosta de armas?”

O cantor Uilson Silva, de 40 anos, da dupla sertaneja Edson & Hudson, divulgou ontem uma carta sobre sua prisão por porte ilegal de armas de fogo em Limeira (SP).

No texto, ele questiona “qual garoto não gosta de armas e carros?”. Ele foi preso duas vezes na quarta-feira e teve a liberdade concedida com pagamento de fiança de R\$ 12 mil.



HUDSON na delegacia: fiança

Três presos por tráfico de drogas em Guarapari

Paulo Cesar de Oliveira, o Bibi, 40 anos, Katline Cardoso Maria, 23 anos, e Ricardo Marques dos Santos, 21 anos foram presos na madrugada de ontem, em Guarapari, após mandado de prisão, acusados de tráfico de drogas.

Na operação da Polícia Civil, também foram apreendidos um revólver calibre 38, R\$ 1.943, 100 gramas de crack, 18 celulares, anéis e cordões em prata.

Adolescente de 14 anos desaparece em Viana

A adolescente Nilvânia Cristina Almeida Torezoni, 14 anos, está desaparecida desde sexta-feira. Ela foi vista pela última vez por volta das 16h30, na praça do bairro Universal, em Viana.

A Delegacia de Pessoas Desaparecidas (DPD) em Vitória, está investigando o caso. Informações que ajudem a descobrir a localização da menina devem ser dadas através do telefone: 3137-9065.

Polícia

Casal é preso por morte de doméstica

Paulo Santana dos Reis e Lenice dos Santos se uniram para matar Rosimayre de Freitas após traição, segundo o delegado Orly Fraga

Patrick Pereira

Uma traição levou à destruição da amizade entre um casal e resultou no assassinato da doméstica Rosimayre de Freitas, 25 anos. Paulo Santana dos Reis, 44 anos, ex-marido da vítima, e Lenice dos Santos, 27 anos, foram presos em Alto Boa Vista, em Cariacica, acusados do crime.

O assassinato foi em setembro do ano passado, em São Torquato, Vila Velha, quando a vítima estava a caminho do trabalho.

Segundo o delegado Orly Fraga Filho, da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM), Paulo e Lenice se juntaram após serem traídos pelos companheiros. Segundo o delegado, Paulo confes-

sou que matou Rosimayre a tiros e que Lenice foi sua cúmplice.

"Lenice descobriu que o marido estava tendo um caso com Rosimayre, que era mulher de Paulo. Em seguida, os casais se separaram e Rosimayre foi viver com o ex-marido de Lenice", contou.

Três meses depois, Paulo e Lenice passaram a morar juntos também. Segundo o delegado, após cometerem o crime, eles fugiram para o Rio de Janeiro e teriam voltado para o Estado, no início do mês.

"Recebemos a informação de que Lenice iria fazer uma faxina em Jardim Camburi, Vitória. Ela foi presa quando iria entrar no prédio".

A doméstica levou os policiais até a casa onde ela e Paulo estavam, em Cariacica. "Ficamos aguardando Paulo chegar. Em seguida, ele mostrou que o revólver usado no crime e munições estavam guardadas em uma meia".

O delegado acredita que a intenção de Paulo era matar Rosimayre e o ex-marido de Lenice.

Paulo e Lenice responderão por homicídio. Além disso, Paulo, responderá por porte ilegal de arma.



PAULO E LENICE se juntaram após serem traídos pelos companheiros. O pedreiro confessou a morte de Rosimayre (acima)

PAULO SANTANA DOS REIS PEDREIRO "Eu não me arrependo"

Após confessar que matou a ex-mulher Rosimayre de Freitas, 25 anos, o pedreiro Paulo Santana dos Reis, 44 anos, afirmou que não está arrependido.

A TRIBUNA — Por que você cometeu o assassinato?

PAULO — Traição, entendeu? Fui muito humilhado. Fomos traídos e não suportei. Durante dois anos pedimos para eles nos deixarem em paz, mas eles estavam sempre nos ameaçando, tanto o ex dela (Lenice) como a minha ex. Procuramos a polícia para denunciar, mas nada aconteceu.

> Vocês planejaram o crime?

Não planejamos nada. Cometi o crime para defender a minha família. Fomos lá para bater nela,

pois os dois tinham batido na minha mulher, no dia anterior.

> Mas por que vocês foram com a arma?

Para me defender.

> Você está arrependido?

Não. Eu não me arrependo. Vou ser a mesma pessoa. Nunca cometi nenhum crime antes.

> Você teve contato com o ex-marido da Lenice após o assassinato?

Não tive contato com ele, nem quero ter. Ainda sinto bastante raiva. Só peço para ele não mexer com a família de mais ninguém. Ele já mexeu com outra família, usou a mulher do cara e depois devolveu. Eu não aceito isso. Não sou cachorro!



MORADORES se aglomeraram para acompanhar o trabalho da PM após Edvaldo (destaque) ter sido executado

Carpinteiro assassinado com 8 tiros em João Goulart

O carpinteiro Edvaldo Mascarenhas Motta, 48 anos, foi morto com oito tiros na frente de um bar no bairro João Goulart, em Vila Velha, na tarde de ontem. Após o assassinato, a Polícia Militar foi recebida a tiros, disparados de uma laje. Houve perseguição, mas ninguém foi preso.

De acordo com testemunhas, por volta das 16 horas, o carpinteiro foi a um bar que costumava frequentar, na avenida Ayrton Senna para encontrar amigos.

Ao sair em direção à sua moto, uma Jonny 50 vermelha, Edvaldo foi baleado.

Ele caiu por cima da motocicleta e morreu na hora. Nenhum morador soube informar as características de quem cometeu o crime.

A mulher da vítima, que por medo de represálias, preferiu não se identificar, afirmou que Edvaldo não possuía passagem pela po-



POLICIAIS durante perseguição no bairro João Goulart, onde foram recebidos a tiros por criminosos, que dispararam de uma laje

lícia, não tinha envolvimento com drogas e não possuía inimigos.

"Ele era trabalhador, tranquilo e sem vícios. Ele trabalhava como carpinteiro e, às vezes, parava no bar para conversar com os amigos. Não faço ideia de quem teria interesse na morte dele", contou.

Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPM), Edvaldo foi atingido com oito tiros, sendo quatro na cabeça, dois no peito e dois no ombro esquerdo. A vítima estava com o seu celular e sua carteira e nenhum objeto foi roubado.

Bandidos colocam fogo em ônibus do Transcol na Serra

Quatro homens encapuzados atearam fogo em um ônibus da linha 806 (Nova Almeida/Terminal de Jacarajipe) do sistema Transcol, às 4h45 de ontem, no ponto final de Parque das Gaivotas, em Nova Almeida, na Serra.

Eles expulsaram o motorista e a cobradora do ônibus e, usando um galão com um líquido inflamável, provocaram o incêndio. Ninguém ficou ferido.

O ônibus, que é da Viação Satélite, estava parado na avenida Beira-Rio quando os encapuzados chegaram de bicicleta e cercaram o veículo. Vinte passageiros já aguardavam o ônibus em uma fila, próximos ao local. Todos saíram do ponto final com a chegada dos



ÔNIBUS destruído na Serra

bandidos. A quadrilha fugiu após incendiar o veículo, que ficou destruído, e ninguém foi preso.

Uma aposentada, 77 anos, contou que ouviu três tiros. Moradores disseram que o incêndio teria sido uma reação à prisão de Ricardo Ribeiro Santiago, 23 anos. Ele foi flagrado por PMs com o carro de um sargento do 6º Batalhão (Serra) da PM, que havia sido roubado na noite anterior.

A Viação Satélite informou que registrou boletim de ocorrência e aguarda as investigações da polícia. Há três meses, outro ônibus da empresa também foi incendiado no bairro. Segundo a polícia, o incêndio foi uma reação de bandidos à morte de um traficante.

8 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2013

VIANA

Lavrador mata adolescente de 13 anos, filha da ex-mulher

Na fuga, ele sequestrou a irmã da vítima, uma estudante de 15 anos; suspeito está foragido

▲ MAYRA BANDEIRA
▲ GLACIERI CARRARETTO
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma tragédia chocou os moradores da Rua Antenor Vieira, no bairro Santo Agostinho, em Viana. Uma menina de 13 anos foi assassinada e a irmã dela, de 15, sequestrada, na madrugada de ontem. O suspeito de cometer os crimes é o lavrador Edson Rossi, 37 anos, que há meses vinha ameaçando matar a ex-mulher e a família dela. Ele está foragido.

Adolescente levada pelo criminoso foi libertada em meio a um matagal, na manhã de ontem. O namorado dela, um rapaz de 20 anos que estava na casa da vítima, foi baleado e está internado em estado grave.

Maria Adelaide dos Santos Calmon, 13 anos, morreu com um tiro nas costas e outro no pescoço. "Ele atirou primeiro na minha irmã, na sala. Quando me levava à força para fora de casa, ele deu um chute nela e atirou mais uma vez, no pescoço", descreveu a irmã de Maria Adelaide, ainda em estado de choque.

De acordo com morado-



Edson Rossi (acima) teria assassinado Maria Adelaide (à direita) por ciúmes da ex-mulher, a diarista Roseane dos Santos (esquerda)

res da rua onde aconteceu o crime, Edson fugiu do local levando a adolescente na garupa da moto que estava escondida em um matagal. Durante todo o domingo, investigadores fizeram buscas pelo suspeito, que até o final da noite de ontem, não havia sido encontrado.

A motivação para os crimes, segundo a mãe das meninas, a diarista Roseane dos Santos, 31, seria a separação do casal, há seis meses. O casamento terminou depois que ela descobriu que o lavrador teria tentado estuprar a menina de 13 anos. Devido as ameaças sofridas pelo ex, Roseane se mudou para outra casa há três dias.

AMEAÇAS

"Achei que o negócio dele era comigo, achava que ameaçava as meninas, mas que não fosse fazer nada"

ROSEANE DOS SANTOS DOMESTICA. Ex-mulher do acusado e mãe da menina assassinada

SEQUESTRO

A estudante sequestrada foi abandonada em meio a uma mata, na zona rural de Formati, em Viana. Após passar o resto da noite acor-

dada, chorando, ela foi solta por Edson.

Pela manhã, ela foi libertada pelo lavrador e passou a caminhar sozinha pela margem do Rio Formati, pois não conhecia as estradas e trilhas da região. Ela foi encontrada por um amigo da família que fazia buscas pela estudante. A vítima contou que o lavrador a levou como refém, pois a mãe dela, a diarista Roseane, não estava em casa no momento em que ele invadiu o local. "Ele disse que pretendia me usar como moeda de troca pela minha mãe. Ele sempre teve muitos ciúmes dela e não aceitava o fato dela estar namorando novamente".

DESESPERO

"NÃO DORMI, CHOREI ATÉ O DIA CLAREAR"

Estudante sequestrada pelo lavrador

▲ Chocada com o que viu, a estudante de 15 anos falou sobre a morte da irmã e como o lavrador a tratou durante o cativeiro. **Como foi a invasão?** Estávamos comemorando o aniversário de uma amiga com um churrasco no quintal, depois entramos. Minha mãe e minha tia foram à casa de uma vizinha. Eu estava no quarto quando ouvi um barulho, parecia uma televisão caindo. Meu namorado foi até a sala para ver o que acontecia, e foi baleado. **Como ele te encontrou?** Eu fui até a porta do quarto e o vi (o lavrador). Voltei para o quarto e fechei a

porta. Meu ex-padrasto empurrou a porta para entrar e eu empurrei para impedir-lo. Ele foi até a janela, quebrou o vidro e apontou a arma para dentro. Foi quando gritou para eu sair, caso contrário me mataria. **Como foi a fuga?** Ele me levou até a moto, que estava no meio do matagal, escondida. A moto quebrou e passamos a caminhar pela estrada. Depois, entramos em uma mata e andamos até um local onde ele parou para dormir. **Ele te agrediu?** Ele queria amarrar minhas mãos, mas eu pedi que não fizesse isso. Falei que não ia fugir. Não conseguí dormir, chorei até o dia clariar.

Como foi libertada? Ele colocou a arma na minha mão e pediu para eu atirar na cabeça dele. Depois que conversei muito com ele, disse que eu podia ir embora e seguiu caminho contrário ao meu.

Garoto de 16 anos também foi agredido

▲ Há cerca de duas semanas, Edson teria agredido o enteado, um adolescente de 16 anos, irmão da menina assassinada. O lavrador teria ido à casa da ex para ameaçá-la, depois que des-

cobriu que ela estava com um novo namorado, mas o rapaz defendeu a mãe e o enfrentou. "Ele pegou um paralelepípedo e bateu na cabeça do meu filho. Abriu um buraco na cabeça do

menino", disse Roseane. Neste mesmo dia, Edson teria jurado de morte a diarista e a as filhas dela. "Ele disse que ia tirar tudo o que ela mais amava na vida, que ela ainda iria sofrer muito. Ele não presta", disse uma vizinha da família que pediu para não ser identificada.

De acordo com Roseane, o ex-marido já havia já havia

retirado da casa dela os dois filhos do casal, dois meninos de 2 e 9 anos. "Logo que nos separamos, ele veio aqui e levou as crianças, eu fui na polícia e dei queixa, mas preferi deixar os meninos com ele porque me ameaçou dizendo que se eu fosse atrás dos meus filhos ele iria matar todo mundo, não ia sobrar ninguém", contou.

ENTENDA O CRIME

1 2:00 H

Edson chega de moto e armado na casa da ex-esposa, localizada na Rua Antenor Vieira, Viana, e grita pela mulher



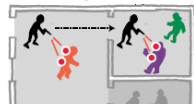
2 Dentro da casa está Maria Adelaide, 13 anos, a irmã dela de 15 anos e o namorado da adolescente de 15 anos, além de um casal de amigos. As meninas gritam dizendo que a mãe não está no local e pedem para Edson ir embora



3 Enfurecido, o homem efetua dois disparos contra a parede e a janela da casa. Em seguida, arromba a porta da frente com um chute



4 Na sala, estava Maria Adelaide que tenta correr, mas é baleada com dois tiros - um no pescoço e outro nas costas. A adolescente de 15 anos e o namorado estão em um quarto da casa. No outro, dorme o casal de amigos



5 O homem entra pela casa pois acredita que a ex-mulher está no quarto com um homem. Neste momento encontra a adolescente e o namorado no cômodo. Ela diz que o jovem é namorado dela, mas o homem não acredita e dá dois tiros no rapaz

6 Edson arrasta a garota de 15 anos pelos cabelos e com uma arma apontada para a cabeça da jovem a obriga subir na moto. Ele foge com a adolescente em direção à BR 262. Eles foram localizados no bairro Formate no início da tarde



A Gazeta - Ed. de Arte - Genêro

ÁREA NOBRE DE LINHARES

Representante comercial tenta afogar mulher e é preso

Vítima diz que foi agredida e empurrada para dentro da piscina da própria casa

▲ GUSTAVO PEREIRA
linhares@redgazeta.com.br

A briga de um casal chamou atenção segunda-feira numa área nobre de Linhares, Norte do Estado. Um representante comercial de 32 anos foi preso em flagrante depois de agredir e ainda tentar afogar a própria mulher, uma pedagoga de 29 anos, na

piscina de casa. O caso aconteceu pouco antes das 11h30 no bairro Jardim Laguna.

De acordo com a Polícia Militar, o casal começou a discutir durante um almoço em família, na presença dos dois filhos. Em seguida, o marido começou a agredir a mulher com socos e pontapés.

A pedagoga disse aos policiais que o representante comercial a teria empurrado para dentro da piscina da residência. Ela conta que tentou sair, mas

o marido empurrou sua cabeça para debaixo d'água, pelo menos, duas vezes. Segundo a mulher, o objetivo dele era afogá-la.

A pedagoga explica que nadou até o outro lado da piscina e conseguiu sair. Depois, recebeu dois chutes do marido enquanto estava no chão. Foi quando os policiais militares chegaram à residência, alertados por meio de uma denúncia anônima.

A pedagoga tinha ferimentos nos lábios, bra-

FIANÇA

2 mil reais

É o valor da fiança paga pelo representante comercial acusado de agredir a mulher. Ele vai responder ao processo em liberdade.

ços e pernas. Ela foi socorrida e levada para um hospital particular, no bairro Colina, em Linhares. A instituição não informou o estado de saúde da vítima ou se ela permanecia internada na unidade.

VERSÃO

Ainda em casa, o suspeito disse aos policiais que a mulher também o havia ferido com um garfo. Os militares verificaram que ele realmente apresentava ar-

ranhões na testa e no peito. Mesmo assim, ele foi algemado e levado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Linhares.

De acordo com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) de Linhares, o representante comercial foi autuado em flagrante por lesão corporal na forma da Lei Maria da Penha. O nome do agressor não será divulgado para preservar a identidade da mulher.

"SAUDADE" E "MISERICÓRDIA"

Após assassinato, declaração na internet

Luhan Souza confessou o crime; em mensagem no Facebook, ele afirma que ainda ama a namorada

▲ REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Acusado de matar a ex-mulher e apontado como gerente de tráfico, Luhan Souza da Silva, 21 anos, foi preso pela Polícia Civil, na manhã de ontem. Logo após o crime, em 11 de fevereiro deste ano, ele postou uma mensagem no Facebook, dizendo que ainda ama a vítima, a jovem Geane Anastácio da Silva, 24 anos.

O texto publicado no dia 6 deste mês, e reproduzido na íntegra, dizia: "A saudade e um sentimento de dor.....estou sofrendo muito...meu amor se foi pra nunca mais voltar....vc foi a única razão do meu bem es-

tar...tiamey de uma tao forma q nunca mais amarei ninguem nese mundo.....saudades geany...um dia espero te ver nos altos ceus.....q Deus posa ter missericordia d mim.....saudades geany".

Depois de preso, Luhan confessou o crime. "Eu matei por ciúmes. Falaram que ela estava me traindo com outro homem. Eu fui lá perguntar se era verdade mesmo, e nós brigamos. Só sei que o revólver disparou e, infelizmente, aconteceu. Nunca matei outras pessoas. Eu conversei com ela. Estava com o revólver na mão, mas não queria matá-la. Tanto que foi só um disparo. As pessoas julgam sem saber. Estou arrependido e ainda amo a Geane", disse Luhan.

Na casa onde Luhan foi preso, os policiais apre-



REPRODUÇÃO TV GAZETA



Luhan teria cometido o crime por ciúmes, durante uma discussão

deram a arma do crime, um revólver calibre 38, munição, crack, cocaína, maconha, toucas ninja, rádios de comunicação e caderneta

com anotações da contabilidade do tráfico. O imóvel fica na Rua dos Trabalhadores, em Jardim dos Palmares, Cariacica.

"Isso foi encontrado na casa que eu estava ficando. Eles falam que eu sou gerente do tráfico. Eu ficava guardando o material.

Quando eles queriam, pegavam comigo a arma e as drogas. Fazia isso desde julho do ano passado."

Para o delegado Adroaldo Lopes Rodrigues, o suspeito de revolver apreendido foram esclarecidos três crimes. "Dizer que é inocente e que o disparo foi acidental, é fácil. Mas, desde que o crime aconteceu, foi feito um trabalho de inteligência da polícia. Sabemos que ele é o autor desse crime, essa arma foi utilizada em outro homicídio contra uma mulher e, possivelmente, também foi usada em um assassinato que aconteceu ontem", frisou o delegado.

Luhan já tinha prisão temporária decretada pela Justiça e também foi autuado por tráfico de drogas e posse de arma de fogo. (Ana Paula Mill)

SERRA

Adolescente é baleada pelo ex-namorado

▲ Uma adolescente de 17 anos quase foi assassinada, na noite de segunda-feira. Ameaçada pelo ex-namorado - um garoto de 17 anos e chefe do tráfico -, ela foi baleada por ele, no bairro Nova Carapina II, na Serra. O acusado fugiu depois do crime. A jovem foi atendida na perna e de raspão

no rosto. Ela foi levada para o Hospital Dório Silva, em Laranjeiras, Serra, onde já recebeu alta.

Segundo a polícia, a garota estava na casa de uma amiga. Por volta das 21h30, as duas resolveram sair para comprar um refrigerante. Quando passavam pela Rua Patos de

Minas, o ex-namorado da vítima teria se aproximado de moto e atirado depois de dizer: "Você está duvidando de mim, né?"

Atingida, a garota se protegeu atrás da amiga - que não foi baleada - e caiu no chão. O ex-namorado fugiu em seguida. Segundo a vítima, o rapaz teria dito,

ao fim do namoro - há cerca de um ano e meio -, que se ela não fosse dele, não seria de mais ninguém.

O traficante fez ameaças à ex-namorada, após o fim do relacionamento. Ele a proibiu de ir a Nova Carapina II, caso contrário seria morta. Amigos da garota também foram

intimidados e chegaram a receber mensagens no celular com os textos ameaçadores.

"Ela é muito rebelde. Não dá ouvidos aos conselhos que dou a ela", disse a mãe da jovem, ainda com medo. Segundo outro familiar, a garota insistia em procurar o ex-namorado,

além de visitar os amigos no bairro onde morava.

"Ele a estava ameaçando, mandando inclusive mensagens para telefones de amigos dela, dizendo que, se ela aparecesse em Nova Carapina II, seria morta. E que ela se mantivesse longe dele e do bairro dominado por ele", disse um parente da jovem, que não quis se identificar. (Nuno Moraes)

Polícia



LUHAN diz estar arrependido de ter assassinado a ex-mulher. Ele confessou que é gerente do tráfico em Cariacica

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mulher assassinada por causa de fofoca

Luhan da Silva, 21, foi preso pela morte de Geane, sua ex-mulher. Ele alega que foi informado de que ela estava com outro

Patrick Pereira

Uma história de amor acabou em tragédia por causa de uma fofoca. É o que alega Luhan Souza da Silva, 21 anos, que confessou ter matado a ex-mulher, Geane Anastácio da Silva, 24, ao descobrir que estaria sendo traído. Segundo ele, o tiro foi acidental.

Luhan que também confessou ser traficante, foi preso na manhã de ontem, no bairro Jardim dos Palmares, em Cariacica.

“Uma amiga em comum me falou que a Geane estava ficando com outro rapaz na casa onde morávamos”, afirmou. Luhan disse para a polícia que ele e a vítima estavam separados e que eles ainda tinham contato por causa da filha.

Segundo Luhan, no dia do crime, 11 de fevereiro deste ano, ele

foi até a casa da vítima para conversar porque soube que ela estaria em outro relacionamento.

O acusado afirmou que, durante o tempo que esteve na casa, ele questionou a vítima sobre o suposto relacionamento, com a arma apontada para o alto.

Ele alegou que, durante uma discussão, abaixou a mão e a vítima colocou a mão dela na arma, que teria disparado acidentalmente, e ela teria sido atingida. “Não foi nada planejado”, afirmou. Ele não informou onde o tiro acertou.

Luhan contou que fugiu e pediu que a mãe dele fosse buscar sua filha, que estava na casa durante a discussão, pois acreditava que poderia ter matado Geane.

Ele foi preso em uma casa, onde a polícia encontrou um revólver calibre 38, seis munições, 110 gramas de crack, 373 pedras de crack, 20 papéletes de cocaína, 241 buchas de maconha, duas toucas ninjas, dois radiocomunicadores, dois celulares e uma agenda com o controle da venda da droga.

Ele confessou que era o gerente da boca de fumo onde a droga foi encontrada e disse que o revólver foi usado na morte de Geane.

“Chegamos na casa, pois tínhamos o mandado de prisão temporária por causa do homicídio”, disse o delegado Adroaldo Lopes, da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHMP).

Após o crime, o acusado postou mensagem no Facebook dizendo que estava com saudade de Geane. “Estou sofrendo muito ... meu amor se foi pra nunca mais voltar. Tíamey de uma tao forma que nunca mais amarei ninguem nesse mundo. Saudades Geany”. (sic)



GEANE foi morta em fevereiro

LUHAN SOUZA DA SILVA PRESO POR MATAR A EX-MULHER

“Minha filha vai crescer sem mãe”

Afirmando estar arrependido, Luhan Souza da Silva, 21 anos, que confessou ter assassinado a ex-mulher Geane Anastácio da Silva, 24, disse que tinha ido até a casa da vítima apenas para conversar, pois foi informado de que ela estava com outro homem. Segundo ele, o tiro que matou a ex-mulher foi acidental.

A TRIBUNA — Você confessou que matou sua ex-mulher?

LUHAN DA SILVA — Minha esposa, sim. Fiquei sabendo por uma

amiga que ela estava me traindo com um outro rapaz e que estava com ele na casa. Depois, descobri que não era verdade.

> Mas vocês já tinham se separado?

Estávamos separados, mas ainda tínhamos contato. Minha esperança era de reatar o relacionamento.

> Você foi à casa dela para matá-la?

Não, fui para conversar. Cheguei lá e conversei com ela, mas ela era

muito ignorante e colocou a mão na arma. O tiro foi acidental e a discussão foi muito rápida.

> Você trabalha no tráfico há muito tempo?

Desde julho do ano passado. Sou o gerente da casa, ficava guardando o material. Entrei nessa vida por causa do dinheiro, achava que seria um dinheiro fácil, mas não é.

> Você se arrepende?

Com certeza, ainda amo ela. E minha filha vai crescer sem mãe.

Garota é baleada no rosto pelo ex

Uma adolescente de 17 anos foi baleada no rosto enquanto passava pela rua com uma amiga, às 21h30 de segunda-feira, no bairro Nova Carapina II, na Serra.

Elas seguiam em direção a uma lanchonete, onde iriam comprar refrigerante, quando o ex-namorado, da vítima, de 17 anos, chegou em uma moto e atirou.

Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o acusado estava na grupa de uma moto Shineray, pilotada por um rapaz.

Ele a abordou, perguntando se a adolescente estava duvidando dele. Em seguida, sacou uma pistola e começou a atirar. Desesperada, a vítima correu e tentou se esconder atrás da amiga, mas acabou sendo baleada no rosto e na perna. A amiga da adolescente não ficou ferida.

Após efetuar os disparos, o acu-

sado fugiu. Já a vítima foi socorrida por uma ambulância do Samu e levada ao Hospital Dório Silva. Ela recebeu alta e passa bem.

Segundo os policiais, a adolescente contou que o ex-namorado teria atirado nela porque não aceita o fim do relacionamento, que durou cerca de um ano e meio.

Um familiar da adolescente, que pediu para não ser identificado, contou que ela começou a namorar com o menor quando morava em Nova Carapina II e foi ameaçada e espancada por ele.

“Ele batia nela, até tentou enforcá-la. Ela se mudou com a família para outro bairro e começou a ser ameaçada”, contou.

Nas ameaças, o acusado exigiria que a vítima não voltasse à Nova Carapina II. Segundo o familiar da menina, mesmo estando hospitalizada, ela continuou sendo ameaçada pelo ex.

MÃE DA ADOLESCENTE BALEADA

“Eu sentia um perigo”

Diante do que viveu a filha, uma adolescente de 17 anos que foi baleada com dois tiros na noite de segunda-feira, a mãe dela, uma dona de casa de 36 anos, disse, chorando, que chegou a aconselhá-la a não namorar com o acusado do crime.

A TRIBUNA — Como a senhora soube que a sua filha havia sido baleada?

MÃE DA ADOLESCENTE — Estava em casa, quando fui avisada. Eu não sabia onde a minha filha estava, porque ela saiu de casa na madrugada de segunda-feira e não tinha voltado.

> No tempo em que procurou pela sua filha, o que passou pela cabeça da senhora?

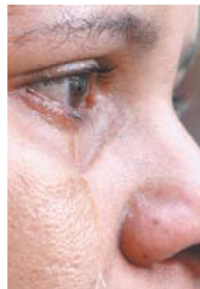
Achel que, em algum momento, poderiam me ligar dizendo que tinha acontecido algo com ela. Eu sentia um perigo.

> Por que?

Porque eu não gostava de ela saíse sem me avisar, que ficasse na rua, principalmente em Nova Carapina II. Ela já tinha sido avisada que não era para voltar lá.

> Por que ela não podia voltar ao bairro?

Porque o ex-namorado dela



DONA de casa chorou pela filha

mora lá e não quer vê-la, nem com outro nem com ninguém.

> A senhora aconselhava, e o que ela dizia?

Dizia para eu não interferir, que estava tudo certo. As vezes dava vontade de bater para ela me obedecer. Mas, quando ameaçou fazer isso, ela disse que ia chamar o Conselho Tutelar. O pai dela e eu nunca encostamos um dedo nela.

ANÁLISE

“Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes”

Lorena Meneguelli Batista
Terapeuta sexual



Algumas jovens resolvem se relacionar com criminosos porque eles dão a elas melhores condições de vida. Seja um passeio em lugar legal, presentes, além de muitas promessas.

Também tem o fato delas se sentirem poderosas por serem as mulheres desses homens perigosos. Elas são seduzidas pelo poder e se sentem importantes, mesmo que pelo lado negativo. Há ainda casos de mulheres

que acreditam que vão conseguir fazer com que seus parceiros saiam da criminalidade.

Porém, quando elas percebem que esses homens não são o que elas querem para elas, elas acabam tendo dificuldades para terminar o relacionamento.

Como esses homens se acostumaram a mulher aceitando todas as condições para estar com eles, eles esperam que elas cedam sempre.

Polícia

FALE COM A EDITORA GIOVANNA SANTOS E-MAIL: policia@redetribuna.com.br

Assassinada a tiro por ciúmes

Paloma Xavier Ruela foi à casa do ex-marido e os dois brigaram. Ele é acusado de bater nela e depois matá-la, em Cachoeiro

Elis Carvalho

A jovem Paloma Xavier Ruela Gomes, de 20 anos, foi assassinada com um tiro no tórax em Cachoeiro de Itapemirim, região Sul do Estado, na noite de terça-feira.

O crime aconteceu quando a vítima foi até a casa do ex-marido Fernando da Silva Costano, 21 anos – que é apontado pela polícia como

o autor do assassinato – para conversar. Segundo a polícia, ele não aceitava que a jovem tivesse outros relacionamentos amorosos.

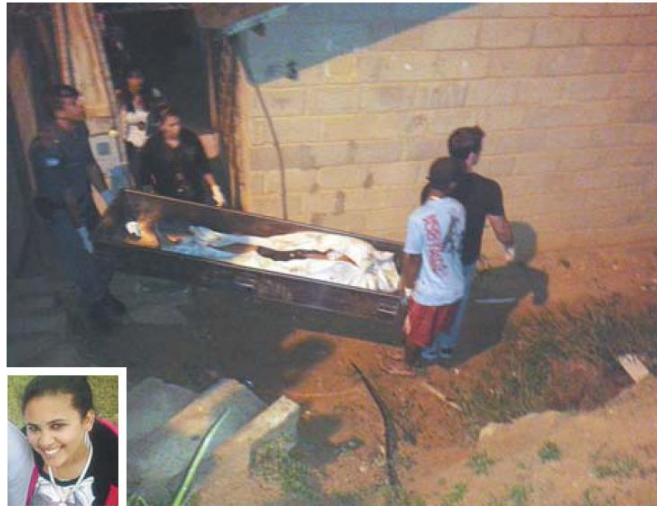
Segundo o delegado Guilherme Eugênio Rodrigues, titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cachoeiro, o crime foi por volta das 22 horas, quando Paloma, que morava no bairro Nova Brasília, resolveu ir à casa do ex-marido em Alto Bela Vista.

“Eles tiveram um relacionamento conturbado, com agressões físicas e verbais. Por esse motivo, ela chamou uma amiga para ir com ela até a casa do acusado. A Paloma entrou na casa, enquanto a amiga ficou esperando do lado de fora”, contou o delegado.

Ainda segundo o delegado, a amiga de Paloma ouviu, da varanda, uma briga entre a vítima e o Fernando. De acordo com a testemunha, o rapaz acusava Paloma de traição e não aceitava o fato dela manter outros relacionamentos, mesmo após a separação.

“Durante a briga o acusado chegou a bater na vítima e, em determinado momento, a amiga ouviu um disparo de arma de fogo. Ela gritou, perguntando a Paloma o que estava acontecendo”, disse o delegado.

Porém, Paloma teria saído da casa junto com o ex-companheiro dizendo que estava bem e que iria embora com a amiga. Mas o acusado insistiu para que a jovem ficasse com ele. Como ela não respondeu



CORPO DE PALOMA, de 20 anos, (destaque) é retirado da casa do ex-marido, que fugiu após o assassinato

se ficaria ou não, ele teria ficado nervoso, a agredindo-a com socos e a empurrando-a para dentro de casa.

“O acusado mandou a amiga de Paloma ir embora e a vítima disse

que a amiga poderia ir. Ao chegar em casa, a testemunha soube que Paloma havia sido morta”.

Paloma foi atingida com um tiro no tórax e o seu corpo foi encontrado jogado em cima da cama do

quarto do seu ex-marido. Três pacotes de cocaína e material para o embalo da droga foram encontrados no local. Até o fechamento desta edição, nem o acusado, nem a arma haviam sido localizados.

OS NÚMEROS

20 anos
era a idade da vítima
22 horas
foi a hora do crime

1 tiro
no tórax matou a jovem Paloma Xavier no bairro Alto Bela Vista, em Cachoeiro



DELEGACIA da Mulher: acusado confessou agressão e alegou que foi traído

Estudante leva paulada do ex em Cariacica

Um conferente 24 anos teve uma crise de ciúmes e se descontrolou ao ver ligação de um homem no celular da ex-nulher, uma estudante de 18 anos, no bairro Vista Mar, em Cariacica. Ele deu uma paulada na testa da vítima.

A agressão aconteceu no final da tarde de terça-feira. Em depoimento, a estudante contou que morou com o conferente por quatro anos e tem uma filha de 1 ano.

Ela contou ainda que estava em casa quando o acusado, que é seu ex-marido, chegou e os dois se desentenderam. Então ele pegou um

pedaço de pau e a agrediu na cabeça. Logo depois de ser agredida, ela ligou para a polícia.

No Plantão Especializado da Mulher (PEM), o conferente confessou, em depoimento, ter agredido a ex-nulher e alegou já ter sido traído duas vezes por ela.

Ele disse que, ao ver no celular da ex-nulher uma ligação com o número de outro homem, perdeu a noção dos fatos, pegou uma ripa e deu uma ripada na cabeça dela. Ele foi autuado por lesão corporal, pagou fiança de R\$ 680,00 e vai responder ao processo em liberdade.

Doméstica é presa acusada de roubar R\$ 10 mil de patrões

A doméstica Débora Correia de Castro, 33 anos, foi presa na manhã de ontem no Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha, acusada de furtar joias dos patrões avaliadas em R\$ 10 mil e aproximadamente R\$ 400,00.

Segundo a polícia, ela também é suspeita de ser mandante de um roubo à clínica odontológica do casal, ocorrido na última sexta-feira, na Glória.

O dono da clínica registrou ocorrência quando teve as joias e o dinheiro roubados, no ano passado. A doméstica foi demitida e foi morar em Minas Gerais.

Quando retornou, há cinco meses, já havia contra ela um mandado de prisão por furto qualificado. Débora é considerada suspeita de



DEBORA é acusada de dois crimes

ter sido a mandante do assalto à clínica depois que um dos bandidos, Leandro de Jesus Santos, 26, foi preso. Três criminosos participaram do assalto e dois deles conseguiram escapar, mas a polícia conseguiu recuperar os R\$ 12 mil que foram roubados.

Leandro contou à polícia que a mandante era uma mulher que já havia roubado os donos da clínica. Segundo o delegado Bruno Bassani, que estava na Central de Flagrantes do DPJ, as suspeitas caíram sobre Débora.

Ela negou participação no assalto à clínica. “Eu peguei as coisas sim na casa dele, mas me arrependi e devolvi. Não sei porque estão me acusando deste assalto. Não conheço nenhum criminoso”, disse.

Casal assaltado na porta de casa

Um casal teve o Fiat Siena roubado por três bandidos armados quando estava na porta de casa, no bairro Vila Palestina, em Cariacica, às 18h40 de terça-feira. Os bandidos fugiram, mas foram presos minutos

depois em Campo Grande.

A auxiliar administrativo de 35 anos, o marido dela – que não teve a profissão e nem a idade divulgadas – foram rendidos assim que pararam o carro. Um dos bandidos apontou um

revólver para o marido da auxiliar. Eles exigiram que o casal saísse do carro, entraram no veículo e fugiram no sentido da BR-262.

Uma radiopatrulha da PM passou no local e o casal contou que foi assaltado. Os PMs prenderam os três ladrões na avenida Expedito Garcia.

12 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA QUINTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2013

MORTE EM VISTA DA SERRA

Gesseiro que matou três pessoas está preso

João Paulo já havia confessado o crime, cometido na saída de uma festa de aniversário

MAIRA BANDEIRA
mptbandeira@redgazeta.com.br

Está na cadeia o gesseiro João Paulo Lima Cangussú, 21 anos, que matou três pessoas na saída de uma festa de aniversário, no bairro Vista da Serra, na Serra, no último domingo. Ele chegou a se apresentar à polícia na manhã de terça-feira, mas foi liberado por não haver mais flagrante, nem mandado de prisão em aberto. Além disso, o rapaz é réu primário e tem emprego e residência fixos.

João Paulo foi preso na tarde de ontem, no município de São Mateus. "Mesmo ele tendo se apresentado e confessado o crime, nossos investigadores continuaram monitorando o João Paulo. A partir do momento que soubemos que ele tinha ido para São Mateus, nós tivemos elementos suficientes para pedir a prisão temporária dele",



CARLOS ALBERTO SILVA

João Paulo Lima tinha sido liberado terça-feira; ontem, com mandado de prisão, ele foi detido

explicou o delegado Marcos Vinícius, titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra.

O gesseiro estava na casa de parentes e de acordo com o delegado não ofereceu resistência ao ser preso. A polícia acredita que João Paulo tinha a intenção de fugir para o Estado da Bahia, onde também tem parentes. "Ele alega que fugiu por medo de ser morto, mas ele não pode-

ria tomar essa decisão sem antes comunicar a justiça", informou o delegado. Sobre a arma utilizada no crime, o rapaz disse que comprou por R\$ 1 mil duas semanas antes dos assassinatos. "Ele contou que havia saído do trabalho e sentou em um bar, em Bairro de Fátima, e um rapaz se aproximou dele e ofereceu a arma. Ele diz que achou a arma bonita e que ela estava por um bom preço. En-



tao, para 'tirar uma onda' com os amigos do bairro, resolveu comprá-la".

João Paulo foi levado para o Centro de Triagem de Viana.

"Agora a justiça foi feita", diz viúva

A esposa do entregador de móveis Wagner de Carvalho, 24 anos, disse que sente aliviada pela prisão do gesseiro. "Agora a justiça foi feita de verdade e nós podemos dormir tranquilos. Não só a minha família, mas as outras também estão aliviadas com essa notícia", disse Jéssica dos Santos, 22 anos.

Jéssica contou que foi a mulher de Fabiano quem falou sobre a prisão de João Paulo. "Ela viu na internet que ele tinha sido preso, então me ligo. Ficamos sabendo pelos jornais. Pelo menos agora, a revolta que tomava conta da gente horas atrás passou e já podemos respirar aliviados

porque esse assassino está na cadeia", ressaltou.

CRIME

Na terça-feira, João Paulo confessou os disparos que mataram o pedreiro Fabiano do Amor Divino, 31 anos, o entregador de móveis Wagner Carvalho, 24 anos e o soldador Iano Soares Santos, 34 anos.

O pivô da discussão que acabou na morte dos três rapazes seria o gesseiro Gildésio Conceição dos Santos, 22 anos, irmão de

João Paulo. Ele teria discutido com as três vítimas durante toda a noite, mas sem agressão física. No entanto, quando a festa terminou, Gildésio foi embora e encontrou João Paulo.

João Paulo teria voltado ao local da festa para tirar satisfação sobre a briga. Ele se aproximou do grupo na moto Dayun prata, placa MTS 9537, e começou a discutir com o soldador Iano. Após o bate-boca, sacou uma pistola calibre 380 e atirou nos três amigos.

SERRA

Protesto pela morte de gerente

Famílias realizaram uma manifestação para marcar um mês do crime na BR 101

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA A família da gerente de supermercado Maria da Penha Auer, 44 anos, fez ontem uma manifestação em protesto contra a forma como a vítima foi morta e pedir justiça. O ato foi realizado às margens da BR 101, na Serra, no mesmo local onde a mulher e o marido foram rendidos por assaltantes armados.

"Hoje também completa um mês que a minha mulher morreu. Fizemos isso para o caso não cair no esquecimento. Vamos cobrar uma ação mais rigorosa da justiça. Esse é nosso grito, nosso pedido de justiça que tam-

bém serve de alerta para as autoridades", ressaltou o marido da gerente, Geovani Ruy de Oliveira, 44 anos.

Cartazes foram espalhados pela BR 101. "Em apenas meia hora de protesto, encontramos muitos motoristas que relataram já terem sido vítimas de roubo aqui. Esse local é muito perigoso e espero que agora a polícia tome alguma providência", pediu Camila Auer, 18 anos, uma das filhas gêmeas de Maria.

A família também comentou o resultado do exame de balística da Polícia Civil, comprovando que a bala que matou a mulher partiu da arma de um policial militar. "Foi só a confirmação da suspeita que nós já tínhamos", disse a filha. (Mayra Bandeira)

CARLOS ALBERTO SILVA



Ato foi realizado no local onde casal foi rendido

Bala que matou a vítima partiu da Polícia Militar

A bala que matou a gerente de vendas Maria da Penha Schopf Auer, 44 anos, partiu de uma pistola ponto 40 que estava com um policial militar. Ela foi morta durante um sequestro relâmpago, no momento em que policiais e bandidos trocavam tiros.

O laudo de comparação balística, que estava pronto

deste do último dia 17, só foi divulgado ontem pelo chefe da Polícia Civil, Joel Lyrio. Ele afirmou que ainda não é possível apontar qual dos policiais efetuou o disparo. Ele descartou que o tiro tenha partido dos criminosos porque eles portavam revólveres calibre 38. O prazo para conclusão do inquérito termina nesta semana.

CACHOEIRO

Jovem de 20 anos é morta, e ex-namorado é suspeito

Uma jovem de 20 anos foi assassinada em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado. O principal suspeito de ter cometido o crime é o ex-namorado dela, de 24 anos. Ela foi morta após ter voltado a resi-

dência onde viveram para pegar seus pertences.

Esse é o 22º homicídio em Cachoeiro este ano, e o 9º deste mês. O crime aconteceu por volta das 22 horas da última terça-feira. O irmão do acusado tentou

buscar socorro, mas a mulher não resistiu. Paloma Xavier Ruela Gomes, 20, estava separada do jovem havia dois meses. O crime aconteceu na terça-feira, ela foi até a casa dele com a intenção de conversar e pegar o restan-

te de suas coisas.

A polícia acredita o acusado atirou na jovem que durante uma discussão. O irmão dele, que não quis se identificar, disse que o rapaz pediu ajuda para salvar a vítima. "Eu ouvi um tiro, depois ele desceu correndo o morro pedindo a minha ajuda. Quando cheguei na casa, a vi agonizando em cima da cama", contou. Ele então saiu



REPRODUÇÃO

Paloma Gomes foi morta na casa do ex-namorado

correndo para buscar socorro, mas quando o Corpo de Bombeiros chegou a Paloma estava morta.

"Eles viviam em pé de guerra, e ele batia nela um pouquinho, sim. Mas eu nunca imaginei que ele pudesse fazer isso com ela", disse o irmão do suspeito. Segundo a polícia, o acusado é usuário de drogas, mas nunca foi preso. Ele está foragido. (Gustavo Ribeiro)

VITÓRIA

Aposentada é assassinada pelo marido com 9 facadas

O acusado foi preso dentro de um ônibus de viagem quando tentava fugir

RUHANI MAIA
ruhani.maia@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

A aposentada Maria Lúcia Rangel Paixão, 54 anos, foi morta com nove facadas no pescoço, dentro da casa onde morava de aluguel, havia dois dias, em Santa Marta, Vitória. O marido dela confessou o crime à polícia.

O corpo da aposentada foi encontrado por volta das 7h30 de ontem, pelos donos do imóvel. Segundo a polícia, o autor do crime é o vigilante Antônio Soares da Paixão, 44, marido da vítima. Ele foi preso no início da tarde de ontem, dentro de um ônibus de viagem, no Município de São Mateus, Norte do Estado, quando tentava fugir para a Bahia.

A dona de casa Silere do Nascimento Ribeiro, 78, que é dona da residência on-

LAMENTO

"Ela era uma pessoa muito tranquila, brincalhona. Minha cunhada era o meu xodó. Queremos que a justiça seja feita. Todos estamos muito abalados com o assassinato dela"

LAURINDO CARNEIRO DIAS, CUNHADO

de Maria Lúcia morava, contou que a aposentada se mudou na tarde de sexta-feira, junto com o marido.

Segundo Silere, o casal levou alguns pertences para o imóvel alugado, parecendo estar feliz. "Eles estavam tranquilos, tudo estava normal", relatou.

A dona de casa lembrou que, no dia seguinte, encontrou Maria Lúcia de manhã, no portão da casa. Mas, segundo ela, esta foi a última vez que viu a aposentada. "Eu estava vindo da igreja e ela também. Nos encontramos no por-

teio e cada uma foi para a sua casa. Depois não a vi mais", disse.

A mulher não ouviu nenhum barulho vindo da casa onde Maria Lúcia e o



RUHANI MAIA



Maria Lúcia se mudou para a casa onde foi morta dois dias antes do crime; a dona do imóvel achou o corpo

marido estavam. "Achei que eles estavam tranquilos. Só que, na tarde de ontem (domingo) sentimos falta do cadeado que fica na porta da casa onde eles estavam. Não falamos nada, mas como hoje (ontem) de manhã a porta continuava sem cadeado, fomos até lá para falar com

eles", explicou. Como a porta estava encostada, a dona da casa entrou e encontrou Maria Lúcia morta em um dos quartos. A dona de casa acionou a PM, que constatou que o marido da vítima não havia sido visto no local desde as 16 horas de domingo.

Vítima morreu 5 dias após se aposentar

O assassinato de Maria Lúcia ocorreu cinco dias depois que ela conquistou a aposentadoria. A afirmação é da família da vítima, que garante que Antônio a matou para ficar com o dinheiro do benefício e com al-

guns bens da família dela. A sobrinha de Maria Lúcia, Lorena Meyrelles, 20, diz que, antes de se aposentar, ela trabalhava como auxiliar de serviços gerais. "Ele não trabalhava, vivia pedindo as coisas para ela".

Crime foi cometido por ciúmes

Antônio Carlos Soares da Paixão, 43 anos, acusado de ter esfaqueado a mulher nove vezes foi preso ontem, quando tentava chegar de ônibus, à cidade de Itabuna, na Bahia. Antônio alega que matou Maria Lúcia por

ciúme. Segundo ele, a mulher estaria tendo um caso. O vigilante pegou um ônibus na manhã de ontem e foi interceptado por policiais rodoviários federais no posto de São Mateus. Ele não reagiu à prisão e

confessou aos policiais ter matado a mulher em um momento de ciúme. Antônio contou que passou a noite na casa de um amigo, mas uma denúncia anônima, afirma que a casa, em São Torquato, é da mãe dele. Ele foi autuado por homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima.

SUL DO ESTADO

Jovem é morto na porta de bar em Cachoeiro

Um homem foi morto na porta de um bar, no município de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado. O crime aconteceu na noite do último domingo, no bairro Gilson Carone. Segundo informações de populares, a vítima estava com amigos na calçada do estabelecimento. O acusado saiu do local andando e não foi localizado.

Leandro de Souza Fonseca, 24 anos, tentou fugir para o banheiro antes de ser baleado, mas foi atingido por quatro tiros e ficou caído na porta. Os outros clientes que estavam no bar se jogaram ao chão no momento dos disparos. O homem que atirou ainda não foi identificado.

A Polícia Civil está investigando o caso. O corpo de Leandro foi levado para o Departamento Médico Legal (DML) de Cachoeiro de Itapemirim e liberado para sepultamento.

OUTRO CASO

No último dia 12 a cidade registrou um crime parecido. Na ocasião, Eduardo Farias Vial, de 22 anos, foi morto com cinco tiros, enquanto comemorava o Dia dos Namorados em um bar no bairro Ibitiquara. Os disparos partiram de um carro com vários homens. O jovem morreu no local, e outra pessoa – não identificada – foi baleada. (Gustavo Ribeiro)

CARIACICA

Comerciante é ferido durante assalto em Campo Grande

Ao ser rendido, ele se assustou e deu passos para trás; o bandido atirou várias vezes

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA Um comerciante de 31 anos foi baleado com três tiros durante um assalto, na noite de domingo, no bairro Campo Grande, em Cariacica. Ele tinha acabado de sair do carro, um Gol, quando o ladrão che-

gou exigindo o cordão de ouro que usava, avaliado em R\$ 5 mil. O acusado atirou várias vezes e fugiu sem levar nada da vítima.

O comerciante contou que ele e um amigo, também comerciante, de 28 anos, iriam a um bar quando ocorreu o assalto, às 21h. Ele deixou o amigo em frente ao bar e foi estacionar o carro em uma vaga próxima.

Assim que estacionou o veículo, o comerciante foi surpreendido pelo assaltante. "Eu tinha acabado de sair do carro e de repente o bandido apareceu em uma moto, usando capacete e segurando um revólver. Ele chegou apavorado, dizendo 'passa o cordão'", lembrou.

Diante da abordagem, a vítima se assustou e deu três passos para trás.

Então, o bandido começou a atirar em direção a ele. "Fiquei assustado quando o assaltante chegou. Não sei o que ele pensou. Só sei que quando vi ele já estava atirando e eu sai correndo".

O comerciante foi atingido por um tiro em cada perna e no braço. Segundo ele, havia dezenas de pessoas no local, dentro e fora do bar. Houve pânico e correria entre os clientes e as pessoas que passavam no momento do assalto.

"Meu amigo não tinha entrado no bar ainda, e quando ouviu os tiros,

MEDO

"Estou nervoso até agora. Mas estou agradecido a Deus. Graças a Deus está tudo bem. Foi um livramento. Eu poderia estar paraplégico"

X., COMERCIANTE baleado durante assalto em Campo Grande

também correu. Na correria, ele acabou me encontrando caído e me levou de carro ao hospital", disse.

O comerciante ressaltou ainda que não reagiu. Ele afirma que estava disposto a entregar o cordão ao assaltante. "Não sei o que ele (o ladrão) pensou. Eu não reagi, só me assustei. Ele chegou apavorado, e eu fiquei assustado. Não pensei em reagir", disse.

Ele foi socorrido e levado para o Hospital São Lucas, em Vitória, sendo liberado em seguida. (Ruhani Maia)

Polícia

Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa

Corpo de Maria Lúcia foi encontrado em cima da cama, em Vitória. O acusado foi preso dentro de um ônibus, fugindo para a Bahia

Simony Gluberti
Patrick Pereira
Katherine Paiva

Aposentada Maria Lúcia Rangel da Paixão, 54 anos, foi encontrada morta, na manhã de ontem, na casa onde morava com o marido há dois dias, na rua Nicomedes Felipe, em Santa Marta, Vitória.

Segundo os investigadores da Polícia Civil, a aposentada foi morta com nove facadas no pescoço, no quarto, em cima da cama.

O marido, Antonio Carlos Soares da Paixão, 43 anos, que foi visto por moradores pela última vez no domingo à tarde, foi preso e confessou o crime à polícia.

Ele foi preso na tarde de ontem, em São Mateus, Norte do Estado, pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), quando tentava fugir de ônibus para Itabuna (BA) onde nasceu.

Maria Lúcia foi encontrada por volta das 8h30, pela dona de casa Silere do Nascimento Ribeiro, 78, que é proprietária do imóvel onde ela e o marido estavam morando. Silere afirmou que Maria Lúcia e o marido se mudaram para a casa na tarde da última sexta-feira.

Ela disse que encontrou a aposentada no sábado pela manhã e, a partir desse momento, não viu mais a vítima. A dona de casa ainda descreveu os dois como um casal normal.

Segundo a proprietária do imóvel, a porta da casa ficou apenas encostada desde sábado. No domingo à tarde, o marido de Silere, que mora no andar de cima, notou que os cadeados que trancavam o portão que fica em frente à porta da casa onde Maria Lúcia estava morando, haviam sumido.

"Estava tudo muito quieto. Eu fui lá ver o que estava acontecendo. Como a porta estava encostada e a lâmpada estava acesa, eu resolvi entrar. Encontrei ela morta, no quarto. Entrei em desespero e gritei para o meu marido", relatou Silere.

PRISÃO

Após sabermos do crime, familiares de Maria Lúcia logo chegaram ao local e confirmaram que Antonio Carlos é natural da Bahia e que tentaria fugir para lá.

Com a ajuda da PRF, foi realizado um cerco na BR-101 e Antonio foi preso em São Mateus, a 59 quilômetros da divisa com a Bahia.

Ele estava dentro de um ônibus que saiu da Rodoviária de Vitória, às 6h50 de ontem para Ilhéus (BA), passando por Itabuna.



POLÍCIA RETIRA o corpo de Maria Lúcia (destaque) de casa em Santa Marta, Vitória. Vítima levou nove facadas

FOTOS: KADOLIA FERNANDES/AT



Acusado diz que matou por ciúme

Preso menos de 24 horas após matar a mulher, a aposentada Maria Lúcia Rangel da Paixão, 54 anos, a facadas, em Santa Marta, Vitória, o motorista Antonio Carlos Soares da Paixão, 43 anos, não ofereceu resistência aos policiais federais que o prenderam, na BR-101, em São Mateus, Norte do Estado, e confessou o crime.

De acordo com o titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM), delegado Adroaldo Lopes Rodrigues, Antonio Carlos alegou ter matado a mulher por ciúmes.

"Ele disse que o relacionamento dos dois esfriou há algum tempo e que ele passou a desconfiar que ela teria um amante. Sábado à noite, os dois discutiram e ele assassinou

à mulher", explicou.

O delegado disse também que ao perguntar a Antonio Carlos se ele tinha certeza se era traído e o acusado teria respondido: "A gente nunca tem certeza".

Antonio Carlos disse à polícia que teria agredido a mulher uma vez antes do dia do crime, mas que depois ela o teria perdoado.

Porém, a família da vítima nega essa versão e afirma que a vítima

sofria calada e era explorada pelo marido.

O titular da DHPM contou que, segundo Antonio Carlos, depois do crime, ele teria passado a noite de sábado em Paul, Vila Velha, na casa de um primo e que, do local, teria comprado a passagem para fugir para a Bahia na noite de domingo.

O delegado autuou Antonio Carlos por homicídio triplante qualificado.

DEPOIMENTOS

"Ela nunca reclamou"

"Ela fazia tudo o que ele mandava. Ela nunca reclamou dele, acho que por medo. Achávamos também que ele batia nela, mas ela não falava. Nunca odiei tanto uma pessoa assim na vida como odiei ele. Ele é um mostro e tem que ficar preso".

Marcos Vinicius Meyrelles Dias, 22 anos, motoboy, sobrinho da vítima

"Tudo por dinheiro"

"Tirou acabado de tomar café quando recebi a notícia. Isso que ele fez não tem defesa. Ela era muito amorosa e todos gostavam dela. Quero que ele pague pelo que fez. Tudo isso por dinheiro".

Auxiliar de serviços gerais, 44 anos, irmã da vítima

"Ela gostava dele"

"Demos muitos conselhos para ela se separar dele, mas infelizmente ela gostava dele. Quando ele chegou aqui, falou que era solteiro, mas há três anos o filho dele veio visitá-lo. Então, descobrimos que ele mentiu".

João Borges, 73 anos, motorista, tio da vítima

"Justiça seja feita"

"Minha tia era ótima. Ela não fazia mal a ninguém. Nunca gostamos dele, pois ele não fazia nada, não trabalhava. Eu quero que a justiça seja feita e que ele morra na cadeia. Ele foi um covarde. Não vamos perdô-lo jamais pelo que fez".

Larrisa Meyrelles Dias, 20 anos, autônoma, sobrinha da vítima

Casal se conheceu há quatro anos na igreja

A aposentada Maria Lúcia Rangel Paixão, 54 anos, que foi morta com nove facadas, conheceu o marido, o motorista Antonio Carlos Soares da Paixão, 43, - que confessou o crime à polícia - há quatro anos, em uma igreja evangélica. Um mês após começarem a namorar, os dois se casaram.

"Minha tia teve uma revelação na igreja, pelo pastor, que um baiano iria entrar na vida dela. Quando eles se casaram, foi a minha família que pagou a festa de casamento", disse o sobrinho da vítima, o motoboy Marcos Vinicius Meyrelles Dias, 22 anos.

Ele ainda disse que a família sempre foi contra o relacionamento. "Ninguém gostava dele. Ele é muito acomodado e não trabalhava. Para não falar que ele nunca trabalhou aqui, ele ficou cinco dias trabalhando como motorista, mas foi mandado embora. Meu pai, que é jardineiro, até chamou ele para trabalhar, mas ele não quis. Ele só falava de dinheiro. Dizia que quando minha avó morresse, iria ficar com um terreno que é dela", disse.

Já o cunhado da vítima, o motorista Laurindo Carneiro Dias, 47, falou que a família foi contra o casamento, pois não conhecia o motorista direito. "Ele queria era comer o dinheiro dela. Sempre desconfiamos dele, ele nunca trabalhou enquanto foram casados, era um malandro. Já Maria sempre foi trabalhadora. Ele é um covarde".

ANIVERSÁRIO

A mãe da vítima, uma aposentada, fez 80 anos ontem. Segundo o sobrinho da vítima, Marcos Vinicius, a avó ainda não soube que a filha foi assassinada.

"Minha avó fez 80 anos e tem vários problemas de saúde, como diabetes e pressão alta. Com medo, falamos que ela morreu de infarto. Ela chorou muito, mas não está desesperada. Não sei como vamos dar a notícia verdadeira para ela".

A irmã da vítima, uma auxiliar de serviços gerais de 44 anos, contou que Maria Lúcia frequentava a igreja diariamente. "Ela sempre perguntava se as pessoas estavam bem e levava pedidos de oração para igreja".

O velório de Maria Lúcia foi realizado na Igreja Batista, em Novo Brasil, Caracica. O enterro será realizado hoje no cemitério de Novo Brasil, mesmo município.



ANTÔNIO Carlos confessou crime



IRMÃ com lista de oração da vítima

Polícia

FALE COM A EDITORA GIOVANNA SANTOS E-MAIL: policia@redtribuna.com.br

Preso por assassinar a ex-mulher

Laudecir de Oliveira, 24, disse que matou Josiana Rocha, 17, porque estaria sendo traído por ela. Crime foi em abril, em Viana

Elis Carvalho

Foi preso na manhã de ontem o assassino confesso da estudante Josiana de Farias Rocha, de 17 anos. Laudecir Ramos de Oliveira, 24 anos, ex-marido da vítima, afirmou que matou a adolescente porque teria sido traído por ela e ficou nervoso ao vê-la bebendo em um bar após o término do relacionamento dos dois.

A estudante foi executada com dois tiros — um próximo à orelha e outro na cabeça — na noite de 21 de abril deste ano, na rua Luíza Cazotti, no bairro Vila Bethânia, em Viana, perto de onde ela morava.

Após o assassinato, Laudecir fugiu. Ele foi encontrado pela polícia por meio de uma denúncia anônima que informava que havia homens armados dentro de uma casa no município de Afonso Claudio, região serrana do Estado.

"Ele estava na casa com um sobrinho de 16 anos e foi preso em flagrante por porte ilegal de arma. Ao puxarem a ficha criminal de Laudecir, os policiais viram que ele tinha um mandado de prisão temporária por homicídio", contou o delegado Adroaldo Lopes, titular de Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM).

Laudecir foi encaminhado para a DHPM, onde prestou depoimento e confessou o crime. Ele afirmou que matou Josiana porque teria descoberto que estava sendo traído. Segundo Laudecir, ele ficou ainda mais nervoso quando viu a mulher bebendo em um bar com os amigos.

Revoltado, ele afirmou que não aceitou vê-la bebendo, foi até o local onde sua ex-mulher estava e a chamou para conversar. Mas, segundo o acusado, os dois iniciaram uma discussão e a vítima teria jogado um copo de cerveja em cima dele. Então, ele atirou duas vezes contra a adolescente e fugiu.

"Segundo as nossas investigações, ele ficou escondido em Squarema, região dos Lagos do Rio de Janeiro. Mas resolveu voltar para o Estado e acabou preso", completou Adroaldo Lopes.

De acordo com o delegado, Laudecir possui uma passagem pela polícia por roubo, em 2008. Ele foi autuado por porte ilegal de arma e homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil e por não ter possibilidade a defesa da vítima. O acusado foi encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV).

Com frieza e tranquilidade, Laudecir Ramos de Oliveira, 24 anos, confessou que matou a ex-mulher, a adolescente Josiana de Farias Rocha, de 17 anos.

Ele disse que cometeu o crime porque a viu bebendo num bar, dias após o fim do relacionamento e achou que foi "um desaforo".

A TRIBUNA - Por que você e sua mulher terminaram o relacionamento de vocês?
LAUDECIR DE OLIVEIRA - Uma semana antes do crime nós decidimos colocar um fim em nosso relacionamento. Eu vi no celular dela mensagens enviadas para outro homem, onde ela dizia que o amava e ficava claro que ela estava me traindo. Depois eu escutei uma conversa dela com um cara pelo telefone, nós brigamos por isso e terminamos.

> Vocês continuaram mantendo contato após o fim do relacionamento?
Eu fiquei morando na casa onde



LAUDECIR matou a ex-mulher no bairro Vila Bethânia, em Viana: "Matei pela traição e pelo desaforo", diz ele

LAUDECIR RAMOS DE OLIVEIRA ASSASSINO CONFESSO

"Ela estava rindo. Achei um abuso"

antes morávamos juntos e ela foi morar com a família. As vezes, a gente se encontrava porque morávamos perto. Ela também me ligou algumas vezes fazendo provocações, dizendo que não precisava de mim. Mas não reatamos.

“Vi ela sentada em um bar com outras pessoas e achei um desaforo. A gente mal tinha terminado e ela já estava lá, rindo”

> E no dia do crime, como você ficou sabendo que ela estaria no bar?
Fui na frente da minha casa comprar um refrigerante porque eu ia jantar. Foi quando eu vi ela sentada em um bar com outras pessoas e achei um desaforo. A gente mal tinha terminado e ela já

estava lá, rindo. Eu achei aquilo um abuso da parte dela.
> Foi por isso que você resolveu matá-la?
Sim. Matei pela traição e pelo desaforo de ficar bebendo em frente à minha casa. Fui até ela e chamei para conversar. Mas nós acabamos discutindo e ela jogou um copo de cerveja em cima de mim. Foi nesse momento que eu atirei contra ela e fugi.
> Você acha que matar sua ex-mulher resolveu alguma coisa?
Não resolveu nada. Eu estou arrependido por ter tirado a vida dela e por ter estragado a minha. Matar ela não resolveu minha vida, só me complicou ainda mais.
> Como você conseguiu a arma e o que fez com ela?
Não vou dizer como consegui. Mas perdi no caminho enquanto fugia da polícia.
> Por que decidiu voltar?
Não achei emprego no Rio de Janeiro, por isso voltei.



LOCAL do assassinato em Viana

Mais de 70 casos este ano

A morte da estudante Josiana de Farias Rocha, 17 anos — assassinada com dois tiros pelo ex-marido Laudecir Ramos de Oliveira, 24, no dia 21 de abril deste ano — está entre os mais de 70 assassinatos de mulheres ocorridos em 2013.

No ano de 2012, do dia 1º de janeiro até o dia 23 de junho, foram registrados pela polícia 87 casos de assassinatos contra mulheres em todo o Estado.

tabilitados 76 assassinatos de mulheres em todo o Estado.

Os dados mostram que o número de crimes contra a mulher diminuiu, comparado ao mesmo período do ano passado.

No ano de 2012, do dia 1º de janeiro até o dia 23 de junho, foram registrados pela polícia 87 casos de assassinatos contra mulheres em todo o Estado.



DPJ DA SERRA, onde estudante de 16 anos registrou queixa contra o pai

Surra de cinto por não lavar louça

Uma estudante de 16 anos foi vítima da fúria do pai, um carpinteiro de 41 anos, na noite de quinta-feira, na Serra. Ela levou uma surra de cinto após deixar de lavar a louça da casa, por estar passando mal. A menina contou ainda que já foi abusada sexualmente pelo pai.

O crime aconteceu por volta das 18h30, quando o carpinteiro chegou em casa e percebeu que a adolescente estava dormindo, enquanto o irmão de 12 anos lavava a louça da cozinha.

O pai dos adolescentes acordou a estudante e perguntou por que o irmão dela estava lavando a louça, e não ela, como de costume.

A menina respondeu ao pai que estava sentindo cólicas e, por esse motivo, o irmão se ofereceu para fazer o serviço doméstico.

Muito irritado, o carpinteiro mandou o menino ir assistir televisão, pois disse que o trabalho deveria ser feito pela adolescente.

Segundo a menina, o pai dela iniciou a agressão com tapas em

seu rosto e a acertando com cintadas nas costas.

Na manhã de ontem, a menina foi para a escola, onde a diretora do local viu as marcas da agressão. Indagada, a menor contou o ocorrido e completou que há alguns meses o pai abusou sexualmente dela, esfregando suas partes íntimas nela.

Os irmãos foram encaminhados para o Conselho Tutelar e o carpinteiro foi ouvido e liberado em seguida.

16 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA TERÇA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2013

FEU ROSA

Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa, na Serra

A arma usada no crime foi encontrada dentro do imóvel, perto do corpo da aposentada

▲ **NUNO MORAES**
nunomoraes@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma aposentada de 84 anos foi morta a marteladas, dentro da própria casa. O corpo de Maria de Almeida foi encontrado pela filha de 57 anos, que preferiu não se identificar, às 17h40 de domingo. O principal suspeito do crime, segundo a polícia, é o companheiro da vítima, que está foragido. Maria foi morta no sábado. O crime violento chocou os moradores da Rua Itu, no bairro Feu Rosa, na Serra.

De acordo com a filha da aposentada, quando ela chegou à casa da mãe, no domingo, estranhou o fato de dona Maria não ter aparecido na porta da residência, quando chamou por ela, e de a lâmpada do lado de fora da casa estar acesa.

"Minha mãe era uma pessoa muito ativa, apesar da idade. Ontem (domingo) foi dia de feira e ela teria acordado cedo para ir às compras. Ela não perderia. Como fiquei sabendo que ela não apareceu por lá, então vim ver o que estava acontecendo", disse a filha.

A mulher pulou o muro, pois o portão estava trancado. Só uma janela da casa estava encostada.

"Entre por ali. Fui lá e logo vi o corpo de minha mãe no chão da cozinha. Fiquei aterrorizada e gritei para chamarem a polícia, pois sabia que ela estava morta", continuou a filha, que entrou no imóvel junto com outros moradores da rua.



NESTOR MÜLLER

Maria de Almeida (ao lado) foi encontrada pela filha 24 horas após o crime

Policia não descarta crime passionai

▲ **No local do crime, os pertences de Geraldo Oliveira não foram encontrados. O delegado Adroaldo Lopes disse que o suspeito já possui um mandado de prisão em aberto contra ele. O crime a qual o pedreiro responde na Justiça ain-**

da será apurado pela DHPM. "Vamos averiguar a motivação do crime. Não descartamos o passional, quando envolve ciúmes entre as partes, mas ainda não temos indícios suficientes para fechar nessa linha", observa Lopes.

Policiais da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) foram chamados. Eles observaram que Maria de Almeida levou vários golpes de martelo na cabeça. A arma usada no crime foi encontrada dentro do imóvel, perto do corpo, sendo

apreendida pelos policiais. O crime, segundo os peritos, teria ocorrido mais de 24 horas antes da descoberta do corpo.

O crime chocou a comunidade. "O que fizeram com a Maria foi uma covardia. Ela sempre foi uma pessoa muito trabalhadora. Hoje

em dia, a gente não pode mais confiar em ninguém, só em Jesus. Mas ela colocou esse cara dentro da casa dela, porque queria ajudá-lo. E acabou pagando por isso, por essa confiança no ser humano, com a própria vida. Espero que prendam esse cara e façam justiça", enfatiza o agente de segurança, Jorge Silva de Oliveira, que era vizinho da aposentada.

SUSPEITO

Segundo a polícia o suspeito do crime é o pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira, 41 anos, que era inquilino da aposentada. Ele não foi mais visto na casa, desde a última sexta-feira. O caso é investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM).



"O que fizeram com a Maria foi uma covardia. Ela sempre foi uma pessoa muito trabalhadora"

JORGE DE OLIVEIRA
VIZINHO

Suspeito morava com a vítima

▲ O pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira, 41 anos, é apontado pela Polícia Civil como suspeito de ter matado a aposentada Maria de Almeida.

Segundo o titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), delegado Adroaldo Lopes, as investigações apontam que o pedreiro e Maria mantinham um relacionamento amoroso antes de Geraldo sair da casa da aposentada e ir morar com uma outra mulher, vizinha da vítima.

"Eles mantinham um relacionamento havia cerca de dois meses. Porém, ele acabou se envolvendo com outra mulher, que mora distante da casa da vítima cerca de 20 metros. Recentemente, ele tentou voltar para a casa da idosa", detalhou o delegado Adroaldo Lopes.

RECONCILIAÇÃO

Testemunhas contaram que o suspeito teria voltado a morar na casa de Dona Maria, na segunda-feira da semana passada, após ser expulso do imóvel da mulher com quem foi morar.

Geraldo teria sido "despejado" da casa da outra mulher, porque perdeu o emprego e ficou sem dinheiro. Na rua, o pedreiro pediu abrigo à ex-namorada Maria de Almeida.

ENTREVISTA

"MINHA MÃE ERA UMA PESSOA MUITO BOA"

X.
Filha de Maria de Almeida

▲ Ainda chocada com a forma violenta como a mãe foi morta, a aposentada de 57 anos falou sobre o que passou na tarde de domingo, ao descobrir o corpo de Maria de Almeida.

Como encontrou o corpo da sua mãe?
Minha mãe estava caída, num dos cômodos da casa. Foi um choque tremendo. Ela não

merecia isso. **A senhora desconfiava de algo houvesse ocorrido a ela?**
Sim. Por isso resolvi entrar na casa, à força. **Quando viu sua mãe com vida pela última vez?**
Foi na sexta-feira. **Por isso achou que algo houvesse ocorrido?**

Sim. Minha mãe era muito ativa. E ela não foi vista aqui, nem no sábado, nem ontem. **Desconfia de alguém? Tem alguma suspeita?**
Tudo indica que seja o inquilino dela (com quem ela tinha um relacionamento). Mas não posso acusar, sem ter a certeza. **Ela tinha algum**

problema com ele?
Nunca presenciei uma discussão entre eles. Minha mãe era uma pessoa muito boa. **Como era a vida de sua mãe, no bairro?**
Ela era muito querida. As crianças a adoravam. **E no cotidiano, como era sua mãe?**
Ela era muito querida por todos. Não tinha problemas no bairro.

Era simples e sempre alegre. Agora ela se foi, de maneira trágica. Deixou uma marca do bem neste mundo. **O que espera a partir de agora?**
Diante de um crime bárbaro como esse, que o culpado seja identificado, preso e a justiça feita. Minha mãe não merecia isso, uma covardia dessas.

MARTELADAS

MARCOS FERNANDEZ

Preso homem que matou aposentada

Maria de Almeida, 84, foi morta em casa, na Serra; assassino diz que teve uma revelação

▲ GLACIERI CARRARETTO
gcarraretto@redgazeta.com.br

Acusado de assassinar com marteladas uma aposentada de 84 anos, o pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira, 41, foi preso na noite da última segunda-feira, em Barra de São Francisco, Noroeste do Estado. Em depoimento à polícia, ele disse que praticou o crime após receber uma revelação na igreja, avisando sobre macumbas e intrigas que a vítima — que chegava a

abrigar o acusado em sua casa — estaria fazendo para impedir o relacionamento dele com outra mulher.

A vítima, Maria de Almeida, foi morta no bairro Feui Rosa, na Serra, na madrugada do último sábado. Ela foi atingida por duas marteladas na cabeça, na cozinha da casa onde morava. A polícia acredita que a vítima tenha lutado com o assassino e sido jogada ao chão. Nesse momento, o suspeito deu dois golpes com o martelo — fato comprovado pelos peritos — na cabeça dela.

O corpo foi encontrado somente na última segun-

da-feira, pela filha da vítima, Penha Anselmo, 57. Ela estranhou a ausência da mãe na feira de domingo, hábito que mantinha há anos. Ao chegar à casa, ela encontrou a luz acesa e, como ninguém atendia, pulou a janela da casa da mãe e encontrou a morta.

PRISÃO

O delegado Adroaldo Lopes, titular da Delegacia de Homicídios, disse que o suspeito foi localizado no município de Barra de São Francisco, Noroeste do Estado. Lá ele foi preso e encaminhado para Vitória. Ontem, Oliveira chegou

à Capital e foi ouvido pelo delegado. “Ele alega que a vítima estava fazendo um trabalho de macumba e intrigas para ele não reatar o relacionamento com a mulher que estava namorando, há cerca de cinco meses. Por isso matou a idosa”, disse o delegado.

Oliveira voltou a morar na casa da vítima na segunda-feira da semana passada, em um cômodo alugado. A pedido de Lopes, a Justiça determinou a prisão temporária de 30 dias contra o pedreiro. O martelo sujo de sangue, recolhido no local do crime, será entregue à perícia técnica.



Geraldo de Oliveira foi preso em Barra de São Francisco

Assassino pede perdão para família de vítima

▲ A família da idosa Maria de Almeida esteve na delegacia e acompanhou, indignada, as declarações do pedreiro acusado de matá-la. Antes de sair da delegacia, a filha da vítima, a também aposentada Penha Anselmo, 57 anos, encarou o assassino da mãe: “O que você fez foi cruel. Por diversas vezes minha mãe saciou a sua fome. Você é um monstro!”.

Oliveira pediu perdão. “Perdão, perdão. Ela falava que eu era muito parecido com o marido dela. Pulei o muro para entrar, ela bebeu vinho comigo, e eu acabei fazendo isso tudo”, argumentou.

Revolta, Penha retrucou: “Perdi meu pai, evocé tiron minha mãe. O velório dela comoveu a todos. Só Deus para lhe dar o perdão”, completou a filha.

ENTREVISTA

“MATEI PORQUE ELA ATRAPALHOU MEU NAMORO”

Geraldo de Oliveira
Pedreiro

▲ Após ter confessado ser o assassino da aposentada Maria de Almeida, o pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira, 40 anos, disse que estava arrependido. “Tenho que

pagar pelo que fiz”, sinalizou. Voltou a reafirmar que a motivação foi a revelação recebida de um pastor evangélico de que o fim de seu relacionamento com uma vizinha foi ocasionado por uma macumba. **Você confessa o crime?** Sim. Matei porque ela estava atrapalhando o meu relacionamento. Eu estava alcoolizado, não sei o que me deu na mente na hora do crime.

Você e a vítima tiveram algum relacionamento? Ela gostava de mim como amigo. Eu precisava de um lugar para ficar, quando fui colocar uma janela na casa da dona Maria. Morei dois meses lá, depois fui morar com a Teresa (vizinha da vítima). **Por que matou a aposentada?** Morei seis meses com a Teresa até que ela pediu para que eu saísse de sua

casa. Foi quando o pastor da igreja disse que tinha alguém fazendo um “trabalho” para eu não ficar com a Teresa. Pensei logo na dona Maria e que ela estivesse fazendo alguma macumba para impedir meu relacionamento com a Teresa. **Você se arrepende?** Eu me arrependo muito. Só Jesus para ter misericórdia de mim. Se eu pudesse, pediria perdão. Sei que agora tenho que pagar pelo crime.

ARGENTINA E CHILE PROMOÇÃO CVC COM DÓLAR A R\$ 1,99

América do Sul com preços imperdíveis voando Aerolíneas Argentinas em até 10x sem juros

Prezado cliente: os preços são publicados por pessoa em apartamento duplo, pacotes para Buenos Aires com saídas do Rio de Janeiro e Santiago com saídas de São Paulo. Preços, datas de saída e condições de pagamento sujeitos a reajuste e disponibilidade. Ofertas válidas até um dia após a publicação deste anúncio. Condições de pagamento: parcelamento 0+10 vezes sem juros no cartão de crédito ou boleto bancário. Taxas de embarque cobradas pelos aeroportos não estão incluídas nos preços e deverão ser pagas por todos os passageiros. Câmbio reduzido US\$ 1,00 = R\$ 1,99. Promoção CVC voando Aerolíneas Argentinas: válida em classe de reserva G e período de embarque 6/ago a 17/det. Preços válidos para saídas: Buenos Aires e Santiago: 12/ago a 2013.

BUENOS AIRES

A capital mais europeia da América Latina espera por você com o saboroso churrasco argentino, o delicioso vinho, o tango de Gardel, o colorido bairro da Boca e o Caminito, o charmoso Parque de Palermo, os badalados restaurantes de Puerto Madero e as diversas opções de lojas da Calle Florida.

3, 4 e 5 dias - Saídas diárias - Pacote de 4 dias incluindo passagem aérea ida e volta e 3 diárias de hospedagem no Hotel Duomi com café da manhã.

10x sem juros de **109** REAIS À vista a partir de R\$ 1.090. Base US\$ 551.

SANTIAGO

Essa bela metrópole conta com a maravilhosa paisagem da Cordilheira dos Andes ao fundo, além de ter ruas arborizadas e uma deliciosa gastronomia à base de frutos do mar. E mais: Santiago fica pertinho dos principais centros de esqui do Chile.

4, 5 e 8 dias - Saídas diárias - Pacote de 4 dias incluindo passagem aérea ida e volta e 3 diárias de hospedagem no Hotel Apart Rent com café da manhã.

10x sem juros de **124** REAIS À vista a partir de R\$ 1.240. Base US\$ 620.

- CVC Shop, Mestre Álvaro..... (27) 3338-7778
- CVC Shop, Boulevard Vila Velha..... (27) 3208-8800
- CVC Praia do Canto Vitória..... (27) 3024-8444
- CVC Shop, Jardins Vitória..... (27) 3025-4400
- CVC Shop, Pátio Mix Linhares..... (27) 3371-0333
- CVC Shop, Praia da Costa Vila Velha..... (27) 3062-6200
- CVC Shop, Cachoeira..... (27) 3521-6111



Morta a marteladas dentro de casa

Pedreiro de 41 anos que morava de favor na casa de Maria Almeida, 84, é o principal suspeito. Ela foi assassinada na Serra

Elis Carvalho
Gordany Bossato

Uma aposentada de 84 anos foi encontrada morta a marteladas dentro da casa onde morava, em Feu Rosa, na Serra. O principal suspeito do crime é o pedreiro da vítima, que morou de favor na casa da idosa por cerca de cinco meses.

Maria de Almeida foi encontrada morta pela filha, a aposentada Maria da Penha Anselmo, de 57 anos, início da noite de domingo. A filha morava em uma casa ao lado da residência da mãe.

“A última vez que nos vimos foi na sexta-feira à tarde. Depois disso, eu quase não parei em casa. No domingo, eu senti a falta dela. Percebi que ela não havia ido à feira como de costume e que as luzes estavam acesas”, contou.

Desconfiada, a filha da vítima entrou no quintal da casa da mãe e percebeu que tanto a porta da frente, quanto a porta dos fundos, estavam fechadas. Ela resolveu entrar na casa pela janela, que estava

encostada. “Eu abri a janela e vi que ela estava arrombada e sendo apoiada apenas por uma escada, que estava do lado de dentro da sala. Entrei na casa, fui até a cozinha e vi a minha mãe morta no chão, com a cabeça ferida e um martelo próximo ao corpo”, disse.

Maria da Penha saiu da residência e acionou a polícia. Segundo ela, os peritos que foram ao local informaram que sua mãe havia sido morta com marteladas na cabeça cerca de 24 horas antes.

A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa informou que o principal suspeito do crime é o pedreiro da vítima, de 41 anos, que morou de favor por aproximadamente cinco meses na casa da idosa.

Segundo a filha da vítima, há cerca de seis meses, a idosa contratou o pedreiro para um trabalho. Como ele disse que não tinha onde morar, ela ofereceu um cômodo da casa dela para ele ficar. Em troca, ele fazia reparos na casa da aposentada.

Porém, segundo a DHP, há cerca de um mês, o pedreiro saiu da casa da aposentada para morar com uma mulher. O relacionamento não teria dado certo e ele teria pedido para voltar para casa da idosa, mas ela não teria aceitado.

“Vi o pedreiro novamente na casa da minha mãe na última terça-feira. Não sei se ele tinha voltado para casa dela de vez. Mas não ouvi brigas. Depois do crime, ele desapareceu”, disse a filha.



MARIA DE ALMEIDA (desta que) foi encontrada pela filha, que pulou a janela, pois as portas estavam trancadas

MARIA DA PENHA ANSELMO FILHA DA APOSENTADA

“Minha mãe não merecia morrer”

Muito abalada com o assassinato da aposentada Maria de Almeida, 84 anos, que foi morta a marteladas, na Serra, a filha da vítima, a aposentada Maria da Penha Anselmo, 57, contou como foram os momentos de terror que viveu, ao encontrar o corpo da mãe.

A TRIBUNA - A senhora conhecia o pedreiro que morava com a sua mãe? Como ele era?

FILHA DA VÍTIMA - Nem eu e nem a minha mãe conhecíamos ele. Fui contra o fato dele morar na casa da minha mãe, mas ela sem-

pre gostou de ajudar as pessoas. Eu não tinha muito contato com ele. A única coisa que eu sei é que ele bebia muito.

> Eles tiveram algum relacionamento afetivo ou brigas?

Ele era apenas uma pessoa que morava de favor na casa da minha mãe. Também nunca ouvi nenhuma briga. A única coisa que sei é que ele resolveu sair da casa da minha mãe, há cerca de um mês, para morar com outra mulher e depois pediu para voltar, mas minha mãe não teria aceitado.

> Como desconfiou que algo poderia ter acontecido com a sua mãe?

Nos vimos na sexta-feira à tarde. No sábado, não nos vimos, pois quase não paro em casa. Mas, no domingo, ela não saiu para ir à feira, não prendeu o cachorro que fica no quintal, como faz toda manhã, e as luzes estavam acesas. Eu desconfiei e entrei na casa dela pela janela. Foi quando a vi caída no



FILHA da aposentada: revolta

chão. Saí correndo e liguei para a polícia. Não levaram nada da casa, que é muito simples.

> O que espera que aconteça?

Eu espero que prendam o assassino da minha mãe, quero justiça. Minha mãe não merecia morrer de forma tão brutal (choro).

DEPOIMENTOS

“Não podemos mais confiar em ninguém”

“Como pode alguém ter coragem de fazer essa covardia com uma idosa? A Maria sempre foi muito trabalhadora, atuou como garf na Prefeitura de Vitória durante 20 anos, sempre foi uma guerreira.

É um absurdo que ela perca a vida de forma tão banal. Eu mesmo já trabalhei como pedreiro para ela. Ela sempre me tratou muito bem, como tratava a todos. Mas espero que a justiça seja feita. Não podemos mais confiar em ninguém”.

Jorge Silva de Oliveira, 59 anos, amigo da vítima

“O bairro está em choque com o crime”

“A Maria era uma pessoa muito boa, católica, frequentava a igreja. Todo o bairro está em choque com esse crime, que foi bárbaro. Ninguém esperava que algo tão terrível pudesse acontecer com ela, que era muito tranquila e do bem.

Quando nós conversávamos, ela dizia que tinha muito medo da violência e que, às vezes, deixava de ir à igreja temendo sair à noite. Mal sabíamos que ela seria morta dentro da sua própria casa”.

Maria de Lurdes, 49 anos, vizinha da aposentada

Amigos alertaram sobre o suspeito

Temendo que algo de ruim pudesse ser feito contra a aposentada Maria de Almeida, 84 anos, morta a marteladas em Feu Rosa, na Serra, amigos e familiares orientaram a idosa para que ela não abrigasse o pedreiro de 41 em sua casa. Ele é o principal suspeito do crime, segundo a polícia.

“Eu conheço a Maria há 20 anos. Ela sempre foi uma pessoa caridosa. Eu e vários vizinhos tentamos fazer com que ela mudasse de ideia. Mas ela estava decidida e disse que daria abrigo ao pedreiro de qualquer jeito. Ela dizia que ele era um homem bom, trabalhador e sem oportunidades”, contou o

agente de segurança Jorge Silva de Oliveira, de 59 anos.

Uma vizinha da vítima de 49 anos, que preferiu não se identificar, contou que conversou com Maria sobre o perigo de ter um desconhecido dentro de casa dias antes do assassinato. “Eu aconselhei, disse que era perigoso, e olha só o que aconteceu. Foi muita covardia o que fizeram com ela. Estou com o coração não e profundamente triste”, afirmou.

De acordo com a filha da idosa, Maria da Penha Anselmo, apesar dos conselhos que recebia, a aposentada queria sempre ajudar e não via maldade nas pessoas.



MARTELO estava ao lado do corpo

Polícia em busca de provas

O pedreiro de 41 anos, acusado pela polícia de matar a marteladas a aposentada Maria de Almeida, de 84 anos, em Feu Rosa, na Serra, ainda não foi encontrado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), que está investigando o caso.

De acordo com investigador da DHPM, Paulo Patrocínio, existe um forte indício de que o pedreiro tenha realmente cometido o crime, porém, ainda não existe um mandado de prisão em nome do acusado.

“Primeiro, vamos ouvir o depoimento dele. Saber a versão do acusado sobre o que aconteceu, para depois, se for o caso, pedir a prisão

preventiva”, disse o investigador.

Paulo informou que essa medida precisa ser tomada já que não há testemunhas do homicídio.

O investigador da DHPM confirmou que o acusado chegou a morar com a vítima por cerca de cinco meses, período no qual o pedreiro foi “praticamente sustentado pela aposentada”, disse.

O assassinato da aposentada chocou os moradores do bairro Feu Rosa, já que a vítima foi identificada por vizinhos como uma pessoa do bem e religiosa.

Os detalhes do crime, que segundo a polícia, pode ter acontecido na noite de sábado, continuam a ser investigados pela DHPM.

Polícia

Rapaz invade casa e leva a filha à força

Por não aceitar a separação, ele foi atrás da ex-mulher junto com dois homens armados e levou a criança, de 4 anos

Mary Martins

Um jovem de 26 anos invadiu a casa de uma amiga da ex-mulher com dois homens armados e levou, à força, a filha do casal, de 4 anos, por não aceitar a separação. A confusão aconteceu às 20h35 de terça-feira, em Nova Carapina II, na Serra.

De acordo com o depoimento da ajudante de cozinha de 30 anos para os policiais militares que atenderam a ocorrência, ela morou com o acusado por 8 anos.

Porém, ela se separou dele porque o jovem passou a andar com pessoas de má reputação. A mulher disse ainda que, além das más companhias, o ex-marido passou a usar drogas.

A vítima contou também que, depois da separação, o jovem se casou novamente e tem outra família, mas, mesmo assim, não aceita a separação e sempre a ameaça de morte.

Ela contou que estava na casa da amiga com a menina quando o ex-marido chegou acompanhado de

dois homens armados dizendo que iria levar a filha embora. Desesperada, mas com medo de levar um tiro, ela foi obrigada a deixar o ex-marido levar a filha.

Assim que o acusado saiu do local, a ajudante de cozinha chamou a polícia que foi até a casa onde ela estava. Em seguida, os militares fizeram buscas pela região com a vítima em uma radiopatrulha e acabaram encontrando a garota na casa de sua babá, na rua Três Lagos, no mesmo bairro.

O acusado não foi encontrado pela polícia. Mãe e filha foram levadas para o Plantão Especializado da Mulher (PEM), onde a mãe prestou depoimento.

Por orientação dos militares, mãe e filha não voltaram para casa, na Serra. Elas foram para a residência de uma amiga da vítima.

A ajudante de cozinha foi procurada pela reportagem de A Tribuna, mas, de acordo com um vizinho, a vítima se mudou do município após a confusão.

O delegado-adjunto da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Érico Mangaravite, disse que casos de pais que usam filhos para se vingar dos companheiros são comuns.

O delegado disse ainda que o fato de o pai ter tirado a filha da casa da amiga da ex-mulher não é considerado sequestro. "Só seria se a mãe tivesse a guarda total da filha determinada pela justiça", disse.

FERNANDO RIBEIRO - 09/04/2010



DELEGADO Érico diz que é comum pais usarem filhos para se vingar



FILHA DE APOSENTADA que foi morta na Serra ficou cara a cara com o assassino confesso, Geraldo (destaque)

"Você é um monstro", diz filha ao matador da mãe

"Você para mim é um monstro. Quantas vezes mamãe foi no supermercado para comprar coisas para matar sua fome? Para fortalecer seus braços? Para você ter força para martelar ela pelas costas?"

Essas foram as perguntas que a aposentada Penha Anselmo, 57 anos, filha da aposentada Maria de Almeida, 84, fez para o assassino confesso da mãe, o pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira, 40.

Após o crime, que aconteceu na madrugada de sábado, em Feu Rosa, na Serra, Geraldo fugiu para Barra de São Francisco, Noroeste do Estado, mas foi preso na noite de terça-feira.

Segundo a polícia, Geraldo morreu na casa da aposentada por cinco meses, mas saiu após começar um relacionamento com uma aposentada de 60 anos que mora na mesma rua.

"Ele tinha um relacionamento com a vítima, mas não explica o tipo de relacionamento. Ele passou a ter um relacionamento com uma outra pessoa da mesma rua", disse o delegado Adroaldo Lopes, titular da Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres.

O delegado disse que, como a aposentada de 60 anos percebeu que Geraldo não queria trabalhar e bebia muito, mandou ele embora. "Mas, segundo o acusado, a

mulher teria mandado ele embora porque a Maria Almeida interferiu", disse o delegado.

Na delegacia, Geraldo confessou que matou a vítima, mas colocou a culpa na bebida. "Pulei o muro da casa da Maria, pois queria conversar com ela. Após chegar lá, conversamos e fomos beber. Depois de tomarmos duas garrafas de vinho juntos, peguei uma marreta, que pesa 20 quilos, e acertei dois golpes na cabeça dela", contou.

Após o crime ele fugiu pela janela e jogou fora a arma do crime. "Ele disse que jogou a marreta na avenida Civit, mas não conseguimos encontrá-la", disse Lopes.

GERALDO BARBOSA DE OLIVEIRA ASSASSINO CONFESSO

"Recebi uma revelação na igreja"

Na delegacia, o pedreiro Geraldo Barbosa de Oliveira conversou com a reportagem de A Tribuna e contou que recebeu uma revelação, em uma igreja evangélica, que alguém tinha feito macumba para que ele se separasse da nova companheira.

A TRIBUNA - Você planejou o crime?

GERALDO - Não planejei nada.

Fui lá para conversar com ela e pedir para que ela parasse de fazer macumba, entendeu? Porque estava atrapalhando minha vida. Aí, começamos a beber. Depois de tomar duas garrafas de vinho, acabei matando ela.

> Mas como você descobriu que ela teria feito macumba?

Eu frequento uma igreja e, dias antes do crime, recebi uma reve-

lação na igreja que alguém tinha feito macumba para mim. Na mesma hora, pensei nela.

> Você se arrepende do que fez?

Eu me arrependo muito do que fiz. Estava alcoolizado, né? Só Jesus para ter misericórdia de mim agora. Se eu pudesse, pediria perdão para família dela. Sei que agora, eu tenho que pagar.

GIRO RÁPIDO

Loja é assaltada sete vezes na Glória

Uma loja de produtos esportivos foi assaltada pela sétima vez, na Glória, Vila Velha. A última ação aconteceu na noite de terça-feira.

Geovani Duarte, 32 anos, e Filipe de Oliveira, 22, foram detidos após câmeras de videomonitoramento da loja flagrarem os criminosos furtando 50 camisas de times de futebol. A polícia foi acionada e a dupla foi presa e autuada por furto. Eles foram para o presídio.

Acusado de tráfico joga culpa em menores

Após serem detidos com drogas em Nova Zelândia, Serra, Lucas Almeida Barros, 25, e Ramon dos Santos Cardoso, 18, ordenaram que dois menores, detidos com eles, assumissem a culpa pelo crime, na frente de PMs.

Eles foram flagrados embulando maconha e com 31 buchas da droga e foram autuados por tráfico.



LUCAS foi flagrado pela PM

Baleado ao lanchar com namorada em Vitória

Um jovem de 20 anos foi baleado com quatro tiros às 20h30 de terça-feira, em Santo Antônio, Vitória. Ele tinha ido com a namorada na praça do bairro lancher.

Testemunhas contaram à polícia que o atirador chegou de bicicleta e chamou o jovem por um nome diferente. Quando ele chegou perto do bandido para falar que seu nome não era aquele, foi atingido. Ele foi levado ao hospital e está estável.

Pintor é perseguido e morto em Feu Rosa

O pintor Vanderberg Reis dos Santos, o Baiano do som, 25 anos, foi morto às 18 horas de terça-feira, no bairro Feu Rosa, na Serra.

O pintor foi perseguido por dois bandidos que chegaram em um Pallo prata e efetuaram os disparos e o atingiram na costela. Mesmo baleado, Vanderberg continuou fugindo dos bandidos, pulando muros de casas vizinhas. Ele foi levado ao hospital, mas não resistiu.

VITÓRIA

Acusado de matar a mulher grávida de 4 meses a facadas

Jeferson Felício estava foragido desde 2012; ele afirma que agiu em legítima defesa

▲ **PATRICIA MACIEL**
pmacie1@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O auxiliar de serviços gerais Jeferson Felício, 25 anos, foi preso, suspeito de matar a própria mulher a facadas, em setembro de 2012. A vítima, a vendedora autônoma Elaine de Souza Fernandes, 33, estava grávida de quatro meses. Jeferson estava foragido desde a época do crime, ele fugiu para a Bahia para evitar ser preso. Jeferson foi capturado no dia 12 de junho deste ano, por policiais militares, poucos dias após voltar para o Estado, no Bairro da Penha, em Vitória. A prisão só foi divulgada ontem. A vendedora foi encontrada morta dentro da casa onde morava com Jeferson, no Morro do Romão, em Vitória, por volta das 9h. O corpo estava caído próximo ao banheiro da residência, e, segundo a polícia, havia muito sangue e objetos espalhados pela casa, indicando luta no local.

Na época, vizinhos relataram aos investigadores que ouviram uma discussão vindo da residência durante a madrugada. A gritaria teria durado cerca de uma hora, entre meia-noite e 1h da manhã. Jeferson confessou o crime, mas disse que matou a mulher para se defender, já que a vítima o teria golpeado primeiro. Para o delegado Adroaldo Lopes, titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), a versão do suspeito não convence.



MARCOS FERNANDEZ



Vizinhos ouviram Jeferson e Elaine (acima) brigando por aproximadamente uma hora

"Há um histórico de discussão entre eles. A briga do dia do crime durou uma hora. Em uma hora, você tem tempo de desistir. Então, ele não pode nem alegar que foi legítima defesa, pois quando a pessoa quer se defender, reage na hora", afirmou o delegado. Jeferson alega ter sido esfaqueado duas vezes pelas costas, quando tentava entrar em casa. Ele disse que a mulher não concordava que o marido saísse para beber com os amigos. Ele permaneceu do lado de fora de casa por um tempo, e os dois discutiram. Jeferson alega que assim que viu as costas para ir até a casa de parentes, a mulher abriu a porta e deu dois golpes de faca dele.

Depois de matar a mulher, ele foi até a casa do irmão e desmaiou. Mais tarde, acordou já em um hospital do município de Fundão. O delegado vai usar o laudo médico da época e solicitar o prontuário de atendimento do hospital para concluir se houve ou não legítima defesa.

Depois de matar a mulher, ele foi até a casa do irmão e desmaiou. Mais tarde, acordou já em um hospital do município de Fundão. O delegado vai usar o laudo médico da época e solicitar o prontuário de atendimento do hospital para concluir se houve ou não legítima defesa.

ENTREVISTA

"ELA AMEAÇAVA ME MATAR HAVIA MUITO TEMPO"

Jeferson Felício
Preso por matar a mulher

▲ Após confessar o crime à polícia, Jeferson disse que esfaqueou a mulher para se defender.

Como matou Elaine?

Eu a chamei do lado de fora, pois queria entrar em casa. Ela já abriu a porta e me esfaqueando. Então, dei um chute nela, e a faca caiu. Peguei a faca e dei um golpe. **Sabia que ela estava grávida?**

Não. Se eu soubesse... **Como reagiu quando soube?**

Fiquei chocado, porque meu sonho sempre foi ser pai. **Como se sente vendo as fotos do crime?**

Para mim, isso é muito ruim, pois sou do interior e não gosto dessas coisas, mas nem sempre a vida dá escolha para a gente. **Já bateu nela alguma vez?**

Muito pelo contrário. Ela é que era agressiva comigo. Já vinha ameaçando me matar havia muito tempo. **E por que brigavam?** Ela não queria que eu saísse para beber com os meus amigos.

Vítima escreveu textos detalhando a relação

▲ Na casa onde Elaine foi morta, policiais civis encontraram papéis em que a vítima fazia desabaços sobre sua vida pessoal. Os

textos, segundo a polícia, relatam que a vítima e o suspeito tinham constantes discussões. As confissões revelam,

ainda, um envolvimento de Jeferson com o tráfico de drogas. O suspeito confirmou que já foi ligado ao tráfico, mas, após o crime, fugiu para o Estado vizinho e tentou se regenerar, trabalhando na zona rural. O relacionamento entre Jeferson e Elaine du-

rou cerca de quatro meses. Segundo a polícia, a jovem tinha três filhos de um outro relacionamento. O suspeito diz que deu apenas uma facada na mulher, mas a perícia identificou duas perfurações no corpo. A arma do crime não foi encontrada.

PRAIA DO CANTO

Clínica de estética é assaltada em Vitória

O crime foi flagrado pelas câmeras de segurança do estabelecimento

▲ Uma clínica de estética localizada na Praia do Canto, em Vitória, foi assaltada na noite de terça-feira. Funcionários foram rendidos, e o crime foi flagrado pela câmera de segurança do estabelecimento.

Um homem, aproveitando-se da saída de uma das funcionárias, entrou no local e levou dinheiro e celulares dos reféns. A polícia chegou ao local 15 minutos após o crime, mas ninguém foi preso. Moradores da região reclamam da falta de segurança. As imagens gravadas pelo circuito interno de segurança do estabeleci-

mento mostram que o homem entrou na clínica de estética no momento em que uma das funcionárias abriu a porta para ir embora. Ele rendeu as vítimas e, simulando estar armado, obrigou os funcionários a ficar no chão. O rapaz vasculhou as gavetas em busca de dinheiro e coisas de valor e depois voltou para recolher celulares e di-

nheiro dos reféns. Por fim, ele trancou todos dentro de uma sala e foi embora.

O ação durou cerca de sete minutos. Segundos depois do crime, a câmera ainda flagrou uma pessoa do lado de fora da clínica dando cobertura ao homem durante o assalto.

Segundo capitão da Polícia Militar Honorato, responsável pelo policiamento na Praia do Canto, a segurança nessa região é feita por cinco viaturas, quatro bicicletas e duas motos. Ele prometeu reforçar o policiamento no horário do crime e nos pontos de ônibus.

Universitária e idosa rendidas em Vila Velha

▲ Uma universitária de 22 anos foi rendida por um ladrão em frente à faculdade, às 17h de terça-feira, em Boa Vista, Vila Velha. O bandido abordou-a quando ela se aproximou do próprio veículo, um Renault Duster de cor prata, estacionado em frente à universidade. Após sair no automóvel, o criminoso ainda parou para pegar o comparsa que dava cobertura à ação crimi-

VILA VELHA

Dupla aplica golpe de R\$ 80 mil em bancária

▲ Dois homens foram detidos na tarde de ontem, no bairro Cristóvão Colombo, em Vila Velha, suspeitos de ter praticado um golpe no valor de quase R\$ 80 mil. Os dois são titulares de uma conta empresarial onde teria sido depositado dinheiro, após ameaças feitas pelo celular.

A funcionária de um banco no Rio de Janeiro disse ter sido ameaçada no Estado onde mora, juntamente com a família, durante um telefonema. A pessoa que a ameaçava descreveu e a roupa que ela usava.

Ameaçada, ela realizou vários depósitos, no total de R\$ 79.992,00, em uma conta indicada pela pessoa que falava com ela ao telefone. A conta fica em uma agência do mesmo banco onde ela trabalha, no Centro de Vila Velha.

Depois dos depósitos, a funcionária acionou o banco, que passou a monitorar a conta. Quando os titulares tentaram sacar a quantia, foram detidos. Eles tentaram retirar o dinheiro duas vezes, mas o banco impediu.

A polícia foi avisada e, depois de localizar a empresa, conversou com os sócios que alegaram ter conseguido o dinheiro por meio da negociação de um lote em Setiba, Guarapari.

Como não souberam informar o nome do comprador, do intermediário e não apresentaram documentos, foram encaminhados para o DPJ. Até as 23h, continuavam sendo ouvidos pelo delegado Gabriel Duarte Monteiro. (Almir Neto)

NAMORADO ATIRA, E ESTUDANTE MORRE

Para a família, disparo foi acidental; polícia investiga

➤ **RUHANI MAIA**
ruhani.maia@redgazeta.com.br
➤ **GLACIERI CARRARETO**
gcarrareto@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

A estudante Lorena Lutes de Souza, de 22 anos, morreu após ser atingida por um tiro disparado pelo namorado dela, um adolescente de 17, que também é primo da vítima, segunda-feira, no bairro Estrelinha, em Vitória. Lorena é a 59ª mulher assassinada, somente este ano, na Grande Vitória, segundo a Polícia Civil.

Familiares do casal acreditam que o tiro que matou Lorena foi disparado acidentalmente. Mas, para a polícia, o jovem matou a companheira após uma briga entre o casal.

Investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) informaram que Lorena e o na-

morado estavam sozinhos na casa da estudante, quando ela foi baleada, às 17h10. Um tio do casal, que mora no mesmo sobrado, ouviu o disparo e foi ao local para ver o que tinha acontecido.

Segundo os policiais, o tio contou que, assim que chegou à escada de acesso à casa da estudante, deparou

Adolescente é esfaqueada

➤ **Uma adolescente de 16 anos foi esfaqueada por três mulheres na noite de segunda-feira, no bairro Vila Isabel, em Cariacica. Segundo a polícia, o motivo do atentado foi uma briga envolvendo a ex-mulher da tia da garota e uma das acusadas.**

com ela caindo no portão. O namorado chegou assustado e o ajudou a levar Lorena até o Hospital São Lucas, em Vitória. O pai do adolescente, que é tio da estudante, acompanhou o socorro.

Segundo o tio de Lorena, ela foi baleada nas costas e o tiro perfurou o coração. A família ressaltou que o casal, que estava junto há dois meses, não estava brigado.

O delegado chefe da Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres (DHPPM), Adroaldo Lopes, acredita que o tiro foi intencional.

A arma do crime – um revólver calibre 38 – foi localizada. Ela pertence a um primo do rapaz, de 14 anos. O menino diz que o revólver estava emprestado ao namorado de Lorena. O advogado do garoto de 17 anos informou que ele deve comparecer hoje na DHPP

REPRODUÇÃO/ÁLBUM DE FAMÍLIA



Lorena foi baleada nas costas, bala perfurou o coração

Preso por tentar matar a mãe

➤ O desempregado Alfredo Castilho Brandão, 38 anos, foi preso em flagrante depois de tentar matar a própria mãe, uma dona de casa de 59 anos, com uma faca. A agressão aconteceu dentro da casa da vítima, no bairro Joana D'Arc, Vitória, na última segunda-feira.

A dona de casa contou à polícia que o filho é usuário de drogas há 20 anos e que fica violento ao consumir crack. Ele chegou em casa, por volta das 15 horas, e bastante agressivo, começou a gritar com a mãe.

Alfredo foi até a cozinha e jogou no chão uma panela com feijão. Em seguida, o desempregado se armou com uma faca e começou a ameaçar a mãe de morte. Com medo, a mulher correu para porta da frente da casa.

Segundo ela, nervoso, Alfredo foi até o quarto dele e passou a furar o próprio colchão com a faca. Uma sobrinha da vítima ouviu os gritos da mulher e acionou a Polícia Militar. Quando chegou no local, os policiais encontraram Alfredo tentando sair de casa, ainda com a faca.

Ele resistiu à prisão e foi algemado. Em depoimento negou as ameaças a mãe, mas confessou ter atirado a panela no chão e puxado a faca para a vítima, porque ela foi "ingrata" e se recusou a dar dinheiro para ele comprar mais droga. Alfredo foi autuado por tentativa de homicídio e levado para o Centro de Triagem de Viana. (Mayra Bandeira)

ENTREVISTA

“O QUE ACONTECEU FOI UMA FATALIDADE”

X.
Tio de Lorena

o namorado?

Sim. Ela morava sozinha com a filha de quatro anos, há 8 meses. Os pais dela compraram a casa em Estrelinha porque não queriam que ela morasse em Terra Vermelha, por causa da violência no bairro.

Ela disse se brigou com o namorado?

Eles não estavam brigados. Ele não tinha a intenção de atirar nela. A gente sabe que o que aconteceu foi uma fatalidade. Ele foi mexer em algo que não sabia, não sabia manusear uma arma, e acabou atirando acidentalmente.

Ele tinha arma?

Não. Ele e a Lorena eram estudantes, nunca se envolveram em crime.

➤ Abalado, um dos tios de Lorena, um electricista de 52 anos, afirmou que toda família está arrasada com a morte da estudante. Entretanto, frisou que o namorado dela não teve a intenção de matar ninguém. **Como soube que a Lorena tinha morrido?** Eu estava na minha casa quando foram me avisar. Na hora fiquei sem chão. **Ela costumava ficar sozinha em casa com**

Garota de 15 anos assassinada com 13 tiros

➤ A estudante Diana Oliveira, de 15 anos, foi encontrada morta em uma estrada de Guarapari, na quinta-feira, com 13 tiros. Para a família, o namorado é o principal suspeito.

Eles só souberam do crime quando receberam uma ligação do Departamento Médico Legal (DML). “Ela fazia um trabalho sobre a violência contra a mulher, e não imaginava que seria a próxima vítima”, disse um irmão de Diana.

O delegado Robson Da-

maseno, afirmou que não poderia falar sobre o caso para não atrapalhar as investigações.

Diana morava no bairro Jaburuna, em Vila Velha, e estudava na escola Polivalente da Glória. Há quatro meses, começou a namorar com um rapaz de 20 anos, morador do bairro Guaranhuns, também em Vila Velha. Mas a família sempre desconfiou das atitudes do rapaz, revela o irmão da jovem, um marinho de 22 anos.

“Ele chegou na nossa

REPRODUÇÃO



Para a família, Diana foi morta pelo namorado

casa e ia direto para o quarto dela. Parecia que estava sempre com raiva. Tanto que a Diana sempre perguntava se ele não estava vendo que estávamos na sala, se não ia dar bom dia”, disse.

O último contato do irmão com a adolescente foi na noite de quinta-feira, mesmo dia do crime, às 21h. Ela estava na praça da Glória fazendo um trabalho escolar para o dia seguinte, quando o namorado chegou e ela entrou no carro dele.

Justiça faz audiência sobre crime em Linhares

➤ A Justiça realizou na segunda-feira no Fórum de Linhares, a primeira audiência do caso Arielle Martins Pardini. A jovem de 21 anos foi assassinada em setembro de 2012 com um tiro na boca. O principal suspeito é o estudante Marcos Rogério Amorim dos Santos, 21, então namorado da auxiliar administrativa.

A jovem e Marcos mantinham uma relação sexual na casa do universitário, quando Arielle foi

atingida por um tiro na boca. Na época, o suspeito afirmou que o disparo foi acidental e a arma era usada como objeto de fetiche sexual.

O juiz responsável pelo caso ouviu 14 testemunhas, sendo seis de acusação e oito de defesa. O acusado será ouvido em data ainda a ser definida. Somente após ouvir todos os envolvidos o magistrado decidirá se Marcos Rogério Amorim irá a júri popular.

NAMORADO ATIRA, E ESTUDANTE MORRE

Para a família, disparo foi acidental; polícia investiga

▲ RUHANI MAIA
ruhani.maia@redgazeta.com.br

▲ GLACIERI CARRARETTO
gcarraretto@redgazeta.com.br

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

A estudante Lorena Lutes de Souza, de 22 anos, morreu após ser atingida por um tiro disparado pelo namorado dela, um adolescente de 17, que também é primo da vítima, segunda-feira, no bairro Estrelinha, em Vitória. Lorena é a 59ª mulher assassinada, somente este ano, na Grande Vitória, segundo a Polícia Civil.

Familiares do casal acreditam que o tiro que matou Lorena foi disparado acidentalmente. Mas, para a polícia, o jovem matou a companheira após uma briga entre o casal.

Investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) informaram que Lorena e o na-

morado estavam sozinhos na casa da estudante, quando ela foi baleada, às 17h10. Um tio do casal, que mora no mesmo sobrado, ouviu o disparo e foi ao local para ver o que tinha acontecido.

Segundo os policiais, o tio contou que, assim que chegou à escada de acesso à casa da estudante, deparou

Adolescente é esfaqueada

▲ Uma adolescente de 16 anos foi esfaqueada por três mulheres na noite de segunda-feira, no bairro Vila Isabel, em Cariacica. Segundo a polícia, o motivo do atentado foi uma briga envolvendo a ex-mulher da tia da garota e uma das acusadas.

com ela caindo no portão. O namorado chegou assustado e o ajudou a levar Lorena até o Hospital São Lucas, em Vitória. O pai do adolescente, que é tio da estudante, acompanhou o socorro.

Segundo o tio de Lorena, ela foi baleada nas costas e o tiro perfurou o coração. A família ressaltou que o casal, que estava junto há dois meses, não estava brigado. O delegado chefe da Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres (DHPM), Adroaldo Lopes, acredita que o tiro foi intencional.

A arma do crime — um revólver calibre 38 — foi localizada. Ela pertence a um primo do rapaz, de 14 anos. O menino diz que o revólver estava emprestado ao namorado de Lorena. O advogado do garoto de 17 anos informou que ele deve comparecer hoje na DHPP

REPRODUÇÃO/ÁLBUM DE FAMÍLIA



Lorena foi baleada nas costas, bala perfurou o coração

ENTREVISTA

“O QUE ACONTECEU FOI UMA FATALIDADE”

X.
Tio de Lorena

▲ Abalado, um dos tios de Lorena, um electricista de 52 anos, afirmou que toda família está arrasada com a morte da estudante. Entretanto, frisou que o namorado dela não teve a intenção de matar ninguém. **Como soube que a Lorena tinha morrido?** Eu estava na minha casa quando foram me avisar. Na hora fiquei sem chão. **Ela costumava ficar sozinha em casa com**

o namorado?

Sim. Ela morava sozinha com a filha de quatro anos, há 8 meses. Os pais dela compraram a casa em Estrelinha porque não queriam que ela morasse em Terra Vermelha, por causa da violência no bairro. **Ela disse se brigou com o namorado?** Eles não estavam brigados. Ele não tinha a intenção de atirar nela. A gente sabe que o que aconteceu foi uma fatalidade. Ele foi mexer em algo que não sabia, não sabia manusear uma arma, e acabou atirando acidentalmente. **Ele tinha arma?** Não. Ele e a Lorena eram estudantes, nunca se envolveram em crime.

Preso por tentar matar a mãe

▲ O desempregado Alfredo Castilho Brandão, 38 anos, foi preso em flagrante depois de tentar matar a própria mãe, uma dona de casa de 59 anos, com uma faca. A agressão aconteceu dentro da casa da vítima, no bairro Joana D'Arc, Vitória, na última segunda-feira.

A dona de casa contou à polícia que o filho é usuário de drogas há 20 anos e que fica violento ao consumir crack. Ele chegou em casa, por volta das 15 horas, e bastante agressivo, começou a gritar com a mãe.

Alfredo foi até a cozinha e jogou no chão uma panela com feijão. Em seguida, o desempregado se armou com uma faca e começou a ameaçar a mãe de morte. Com medo, a mulher correu para porta da frente da casa.

Segundo ela, nervoso, Alfredo foi até o quarto dele e passou a furar o próprio colchão com a faca. Uma sobrinha da vítima ouviu os gritos da mulher e acionou a Polícia Militar. Quando chegou no local, os policiais encontraram Alfredo tentando sair de casa, ainda com a faca.

Ele resistiu à prisão e foi algemado. Em depoimento negou as ameaças a mãe, mas confessou ter atirado a panela no chão e puxado a faca para a vítima, porque ela foi “ingrata” e se recusou a dar dinheiro para ele comprar mais droga. Alfredo foi autuado por tentativa de homicídio e levado para o Centro de Triagem de Viana. (Mayra Bandeira)

Garota de 15 anos assassinada com 13 tiros

▲ A estudante Diana Oliveira, de 15 anos, foi encontrada morta em uma estrada de Guarapari, na quinta-feira, com 13 tiros. Para a família, o namorado é o principal suspeito.

Eles só souberam do crime quando receberam uma ligação do Departamento Médico Legal (DML). “Ela fazia um trabalho sobre a violência contra a mulher, e não imaginava que seria a próxima vítima”, disse um irmão de Diana.

O delegado Robson Da-

masco, afirmou que não poderia falar sobre o caso para não atrapalhar as investigações.

Diana morava no bairro Jaburuna, em Vila Velha, e estudava na escola Polivalente da Glória. Há quatro meses, começou a namorar com um rapaz de 20 anos, morador do bairro Guaranhuns, também em Vila Velha. Mas a família sempre desconfiou das atitudes do rapaz, revela o irmão da jovem, um marinho de 22 anos.

“Ele chegava na nossa

REPRODUÇÃO



Para a família, Diana foi morta pelo namorado

casa e ia direto para o quarto dela. Parecia que estava sempre com raiva. Tanto que a Diana sempre perguntava se ele não estava vendo que estávamos na sala, se não ia dar bom dia”, disse.

O último contato do irmão com a adolescente foi na noite de quinta-feira, mesmo dia do crime, às 21h. Ela estava na praça da Glória fazendo um trabalho escolar para o dia seguinte, quando o namorado chegou e ela entrou no carro dele.

Justiça faz audiência sobre crime em Linhares

▲ A Justiça realizou na segunda-feira no Fórum de Linhares, a primeira audiência do caso Arielle Martins Pardini. A jovem de 21 anos foi assassinada em setembro de 2012 com um tiro na boca. O principal suspeito é o estudante Marcos Rogério Amorim dos Santos, 21, então namorado da auxiliar administrativa.

A jovem e Marcos mantinham uma relação sexual na casa do universitário, quando Arielle foi

atingida por um tiro na boca. Na época, o suspeito afirmou que o disparo foi acidental e a arma era usada como objeto de fetiche sexual.

O juiz responsável pelo caso ouviu 14 testemunhas, sendo seis de acusação e oito de defesa. O acusado será ouvido em data ainda a ser definida. Somente após ouvir todos os envolvidos o magistrado decidirá se Marcos Rogério Amorim irá a júri popular.

VITÓRIA

Estudante diz que matou por acidente

O adolescente esteve na delegacia e disse que limpava uma arma, que disparou; ele foi liberado

GLACIERI CARRARETO
gcarrareto@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O adolescente de 17 anos suspeito de matar a namorada, a estudante Lorena Lutes de Souza, 22, apresentou-se, na tarde de ontem, na Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), em Vitória. Ele prestou depoimento e foi liberado em seguida.

Lorena foi atingida por um tiro nas costas, na noi-

te de segunda-feira, em Estrelinha, bairro da Capital. O rapaz, que é estudante do ensino médio e estagiário da Procuradoria-Geral do Estado, estava acompanhado dos pais e do advogado.

Em depoimento, o estudante disse que limpava a arma quando houve um disparo acidental, como repete o advogado dele, Mário do Nascimento Filho. "Ele estava limpando a arma, que pertence a um primo. O disparo aconteceu, porque o rapaz não tem experiência com armas", disse o advogado.

INVESTIGAÇÃO

"Testemunhas disseram que houve uma discussão entre o suspeito e Lorena. O disparo aconteceu no meio da discussão em alto tom"

ADROALDO LOPES
DELEGADO

Ao ser questionado sobre o motivo de o adolescente estar com a arma do parente dentro de casa, o advogado respondeu: "Não sei infor-

mar por que ele estava com a arma. O meu cliente não é bandido", argumentou.

Sobre os motivos do garoto limpar uma arma que não pertencia a ele, Mário do Nascimento Filho disse que era para manutenção do revólver. "Ele estava limpando normalmente, para deixar em perfeito estado."

Segundo o representante, Lorena e o namorado conviviam havia mais de um ano na mesma casa. "O rapaz amava a vítima e era correspondido. Na segunda-feira, ele estava doente e por isso ficou em casa", detalhou.



O adolescente disse que a arma pertencia a um primo

Delegado acredita que jovem foi assassinada

O delegado que está à frente do caso, Adroaldo Lopes, afirmou que o tiro que matou a estudante Lorena Lutes não foi aciden-

tal. "Pela análise da arma e pelos depoimentos, não há essa possibilidade. Testemunhas disseram que houve uma discussão entre o

suspeito e Lorena. O disparo aconteceu no meio da discussão em alto tom, entre os namorados."

O delegado explicou

que, segundo sua experiência policial, o revólver utilizado no crime não poderia ter realizado o disparo sem a intenção de quem o por-

tava. "Se fosse uma pistola, talvez, mas como a arma era um revólver é muito difícil acontecer um disparo acidental", disse Lopes.

Ainda ontem, o delegado encaminhou o caso à promotoria do Ciase (Cen-

tro Integrado de Atendimento Socioeducativo).

Lopes indicou o adolescente pelo crime de homicídio qualificado por motivo fútil, mas, por não estar na situação flagrancial, o adolescente foi liberado.

SEMINÁRIO



Fique preparado para os novos desafios do mercado com o seminário O novo mundo da comunicação.

Data: 05 de Setembro
Horário: 19:00 horas
Local: Auditório da Rede Gazeta.



O Marketing Social como diferenciação da Marca.
Palestrante: **Angelo Franzão**
Superintendente de Marketing da AACD

Depois de passar por Almap e Ogilvy e se VP da McCann, ele foi entender o poder do Marketing Social.

Vagas limitadas
Inscrição gratuita em:
www.premium.srv.br

PARTICIPE. CONECTE-SE. ATUALIZE-SE

AGAZETA
Para você que espera muito mais de um jornal.



Reportagem Especial

CRIME PASSIONAL

Marido mata mulher e se suicida

O motorista de ônibus Eduardo Coutinho assassinou Katiúscia com dois tiros e depois se matou. Crime foi cometido por ciúmes

Um relacionamento de 17 anos teve um fim trágico na manhã de ontem. Motivado por ciúmes, o motorista de ônibus Eduardo Gomes Coutinho, de 36 anos, matou a tiros a sua mulher, a analista financeira Katiúscia Soares Nascimento Coutinho, de 32 anos. Em seguida, ele se matou.

O crime aconteceu por volta das 9 horas de ontem, na residência do casal, no Morro do Alagoano, em Vitória.

Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o crime teria sido motivado pelo ciúme. Esse, inclu-



PERITA recolhe arma do crime

sive, já teria sido motivo para uma separação há cerca de dois meses. "Pelas informações, eles brigavam constantemente e chegaram a ficar separados por uma semana, mas logo voltaram", disse um dos investigadores que apurou o caso na manhã de ontem.

Ele informou, ainda, que a avó de Katiúscia, que mora na frente da casa do casal, ouviu os dois disparos. A investigação vai apontar de eles teriam sido contra a analista financeira.

Minutos depois, Eduardo teria mandado mensagens para o celular da mãe e dos primos com texto igual para todos: "Perdoa-me e adeus".

Preocupada após receber o torpedão, a mãe de Eduardo teria pedido que um primo fosse até a casa do casal. "Segundo esse primo, ele chegou ao local em 10 minutos e chamou por Eduardo do lado de fora. O motorista teria respondido pela janela e pedido que o primo entrasse na casa. Mas quando ele seguiu para a porta, ouviu mais um disparo. Quando ele entrou na casa encontrou os dois mortos", contou o investigador.

Segundo informações da equipe de peritos que esteve no local, na residência do casal não tinha evidências de luta corporal. A casa estava arrumada e o casal estava no quarto. Um revólver calibre 38 foi apreendido.

Katiúscia foi atingida com dois tiros: um no tórax e outro no abdômen. O corpo ficou caído entre o guarda-roupa e a parede do quarto do casal. Já Eduardo estava caído por cima dela com um tiro do lado direito da cabeça.



KATIÚSCIA e Eduardo estavam juntos há 17 anos e tinham um filho

Katiúscia Coutinho

- > FOI DEFINIDA como uma mulher caseira, dedicada ao trabalho e à família.
- > TRABALHAVA como analista financeira.
- > TINHA 32 anos
- > COMEÇOU a namorar Eduardo aos 15 anos e engravidou aos 17 anos.
- > COM ELE teve um filho, que hoje tem 14 anos

Eduardo Gomes Coutinho

- > ERA visto pelos amigos como um homem brincalhão e tranquilo
- > TINHA 36 anos
- > CURSOU Administração em uma faculdade particular de Vitória
- > TRABALHAVA na Viação Grande Vitória, como motorista de ônibus

Inconsoláveis, parentes de Eduardo e Katiúscia também foram para a residência dos dois. A mãe de Katiúscia precisou ser amparada pelo filho para conseguir sair do local. O casal deixou um filho de 14 anos, que estava na escola no momento do crime.



ADROALDO LOPES acredita que ciúme seja motivação, mas vai investigar

Família e vizinhos ficam chocados

A tragédia que resultou na morte da analista financeira Katiúscia Soares Nascimento Coutinho, de 32 anos, e do motorista Eduardo Gomes Coutinho, na manhã de ontem, em Vitória, chocou vizinhos e familiares do casal.

De acordo com moradores do bairro e com parentes das vítimas, o casal nunca demonstrou cenas de ciúmes ou brigas e o motorista era considerado um homem tranquilo e educado.

"O meu neto sempre foi uma pessoa muito tranquila. Não consi-

go entender o que deu nele para fazer o que fez. Eu escutei os disparos e pedi para o cunhado dele ir lá ver o que era, mas não imaginava que seria essa tragédia", disse a avó de Eduardo, de 80 anos, que não quis se identificar.

Já a madrinha de Eduardo, de 55 anos, que também não quis ser identificada, contou que o filho do casal ficou sabendo da morte dos pais através de uma psicóloga do colégio em que estuda.

"Era um casal feliz. Não sei se o Eduardo teve um surto, mas ele

era saudável e não tinha nenhum quadro psíquico. Uma psicóloga da escola deu a notícia para o filho dele, mas não sabemos como ele reagiu. O menino está na casa da avó materna", contou.

O espanto com a notícia também afetou a vizinhança do bairro.

"Não sabemos como era a vida deles em casa, mas na rua eles sempre mostraram viver em harmonia. Conheço Eduardo desde criança, ele sempre foi muito tranquilo e educado", contou o aposentado Jorge Cabral, de 71 anos.

DEPOIMENTOS

"Um casal tranquilo"

"Eles formavam um casal tranquilo. Os dois não eram de sair, viviam para o trabalho e para a família deles. Nunca presenciei uma cena suspeita. O Eduardo nunca se mostrou violento, por isso fiquei tão chocada com a notícia".

Vizinha, 19 anos, estudante

"Queridos por todos"

"Estou muito abalado com tudo isso. Tratava Eduardo como se fosse da minha família. Ele era um homem educado e muito calmo. Aparentemente os dois nunca demonstraram ter conflitos. Eles eram queridos por todos".

Jorge Cabral, 71, aposentado

"Ninguém imaginava"

"Eu só fiquei sabendo da tragédia ao retornar do trabalho, no fim da tarde. Todos no bairro estão falando do caso e estamos chocados. Ninguém imaginava que Eduardo pudesse fazer algo assim um dia. Ele nunca demonstrou ser violento".

Vizinha, 55, dona de casa

Delegado vai ouvir relatos de parentes do casal

O titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPPM), delegado Adroaldo Lopes, vai ouvir familiares do casal nos próximos dias.

Adroaldo Lopes explicou que apesar dos relatos confirmarem que a motivação para o crime foi ciúme, ele precisa fazer uma investigação para concluir o caso.

Posteriormente será pedido o arquivamento. "Não tenho a menor dúvida de que ele matou a mulher e, em seguida, cometeu suicídio", disse Adroaldo Lopes.

Ontem, investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) iniciaram as investigações no local do crime. Familiares de Eduardo e Katiúscia tam-

bém foram ouvidos para liberar os corpos no Departamento Médico Legal (DML).

NÚMEROS

O delegado Adroaldo Lopes também divulgou ontem o balanço de mulheres vítimas de homicídios no Estado, de janeiro a agosto deste ano. Ao todo, 60 mulheres foram assassinadas.

Já em 2012, no mesmo período foram 64 vítimas, enquanto que em 2011, foram registrados 60 assassinatos contra mulheres.

No mês de agosto, no entanto, este ano superou 2012. Foram 7 homicídios, enquanto no ano anterior foram 6. Já em 2011, tiveram 10 registros.

12 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2013

MORRO DOS ALAGOANOS

Motorista de ônibus mata a mulher e comete suicídio

O crime foi cometido durante uma crise de ciúmes do marido, segundo testemunhas

▲ ANA PAULA MILL
amill@redgazeta.com.br
▲ MAYRA BANDEIRA
mpbandeira@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O motorista de ônibus Eduardo Coutinho Gomes, 36 anos, assassinou a mulher dele, a analista financeira Katiúscia Soares Nascimento Coutinho, 32, e matou-se logo depois. O fato aconteceu na manhã de ontem, no Morro dos Alagoanos, em Vitória, dentro da residência do casal.

Segundo informações de amigos da família, Katiúscia teria comentado que havia cinco meses que o marido vinha tendo crises de ciúmes. O casal tinha um filho de 15 anos, que estava na escola no momento em que tudo aconteceu. Familiares e vizinhos do casal ficaram chocados.

CENA
Peritos que estiveram no local informaram que



BERNARDO COUTINHO

Parentes do casal entraram em desespero quando souberam das mortes

os dois corpos estavam dentro do quarto do casal. Katiúscia foi atingida com dois tiros: um no abdômen e outro no tórax. Já Eduardo matou-se com um tiro na cabeça, logo acima da têmpora direita. "Ela estava caída, de costas, perto da janela. Já ele estava de bruços, caído por cima do corpo da mulher", disse uma perita.

O pai de Katiúscia contou à polícia que o gênero



O revólver foi encontrado com seis balas deflagradas

levava a mulher ao trabalho todos os dias pela manhã. Ela estava de uniforme quando foi morta, por isso a polícia acredita que o casal tenha iniciado uma discussão quando se preparava para sair de casa.

O revólver calibre 38 (cano longo) usado pelo motorista foi apreendido no local e estava com as seis balas deflagradas.

LIGAÇÃO

A Polícia Militar chegou a ser acionada por uma mulher solicitando a presença de uma viatura. "Ela disse que o homem estava dentro de casa, ameaçando matar a família e acabar com a própria vida. Mas, quando nós chegamos ao local, a tragédia já havia acontecido", frisou o sargento Luiz Cláudio, da 2ª Companhia do 1º Batalhão da PM, que atende à região.

Os policiais observaram que a casa estava arrumada, sem sinais de luta corporal entre o casal. "Estava tudo certinho. Não encontramos nada de anormal na residência", contou uma perita.

TRISTEZA

"ELA ERA UMA PESSOA ALEGRE E PRESTATIVA"

Z., 35 anos, colega de trabalho de Katiúscia

▲ "Hoje (ontem) de manhã, recebi uma mensagem dela, dizendo que iria chegar tarde ao trabalho. Há mais ou menos cinco meses, ela vinha reclamando das crises de ciúmes dele. Estavam casados havia 15 anos e namoraram desde muito cedo. Deixaram um menino de 15 anos, o mesmo tempo que eles tinham de casados. Por causa do torpedado que eu recebi, desconfiei que alguma coisa não estava certa. A mãe dela ligou perguntando se Katiúscia havia ido trabalhar. Logo depois, ela retornou a ligação, falando que os dois estavam mortos dentro de casa. Katiúscia era muito bonita, uma pessoa ótima, alegre e prestativa."

Namorado de garota é detido

▲ Dois jovens apontados como suspeitos de matarem a estudante Diana Oliveira, 15 anos, no último dia 22 de agosto, em Guarapari, foram presos ontem em Nova Venécia, no Norte do Estado, em uma boca de fumo. Um dos detidos é Wellington Rosa dos Anjos, que namorava a garota. O outro suspeito foi identificado como Paulo Henrique.

De acordo com informações da família da jovem, a polícia recebeu uma denúncia sobre uma boca de fumo e foi fazer a averiguação do local. Ao chegar lá encontrou algumas pessoas, inclusive os dois suspeitos.

Com os dois suspeitos foram encontradas três buchas de maconha e cerca de R\$ 1.900. Na delegacia da cidade, os dois chegaram a dar o nome falso, mas acabaram sendo identificados.

Ao pesquisar os antecedentes dos dois, a polícia viu que eles tinham mandado de prisão em aberto, em Guarapari. (Almir Neto)

ENTREVISTA

"ELE MANDOU MENSAGENS, SE DESPEDINDO"

Eduardo Coutinho
Tio do motorista

▲ Edson Coutinho, tio de Eduardo, o motorista que matou a mulher e cometeu suicídio, afirmou que a família não entende o que pode ter levado o sobrinho a cometer o crime.

Como era a vida deles no dia a dia?
Era um casal normal, que tinha suas brigas, mas

também se gostava muito. Eles estavam terminando a reforma da casa. **Como Eduardo estava na noite de domingo?**

Ele ficou nostálgico de repente, o que não era comum. Eduardo também veio até minha casa para se despedir da avó,

o que também não um hábito dele.

A mãe dele também estranhou esse comportamento?

Sim. Ela chegou a me ligar e perguntar como ele estava. Conversou com ele pelo telefone e achou que estava tudo bem. Então, me despreocupe.

Ele também teria enviado mensagens por celular, para familiares, se despedindo...

Ele mandou algumas mensagens e fez ligações falando de forma estranha, como se estivesse se despedindo, o que alertou a família. Mas já era tarde.

Homem ainda telefonou para irmã e avisou sobre a tragédia

▲ Uma irmã de Eduardo Coutinho Gomes contou que recebeu uma ligação dele, minutos antes, se despedindo. Ela disse que o motorista falou que iria "matar todo mundo e se suicidar". Desesperada, a irmã de Eduardo seguiu para a casa dele de táxi. Porém, ao chegar ao local, o casal já estava morto. Segundo policiais, ela desconfiava de que Eduardo já havia matado Katiúscia quando telefonou.

Testemunhas também desconfiavam de que Eduardo tenha usado o celular da mulher para mandar uma mensagem falsa para a colega de trabalho dela, avisando que iria chegar atrasada no trabalho.

"Eu acredito que tenha sido ele que mandou a mensagem, se passando por ela. Katiúscia relatou que ele vinha tendo crises de ciúmes

havia cinco meses", contou a colega da vítima.

Vizinhos também relataram que Eduardo era "extremamente ciumentoso", pois Katiúscia era uma mulher muito bonita.

Outro conhecido da vítima revelou que o motorista vinha ameaçando a mulher. "Ele já havia falado com ela várias vezes: 'Se você não ficar comigo, não vou ficar com mais ninguém'", contou.

Marido deixou carta relatando traição

▲ O pai da analista financeira Katiúscia Soares Nascimento Coutinho contou à equipe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) que Eduardo desconfiava de que a mulher o estivesse traindo. Ele inclusive deixou uma carta relatando a descoberta. O documento foi encontrado no carro do crime.

O homem disse ainda que, há cerca de dois me-

ses, o casal brigou, e Eduardo tentou estrangular Katiúscia. Ela teria sido socorrida quase inconsciente e levada para o hospital. Na época, a analista só não morreu, segundo a família, porque parentes chegaram na hora e impediram o motorista de matar a mulher. Os dois ficaram separados por umas semanas, porém reataram o relacionamento.

GUARAPARI

Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia

Namorado da vítima e um amigo dele foram presos; polícia diz que caso foi solucionado

▲ **RUHANI MAIA**
ruhani.maia@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Foi uma fofoca o motivo da morte da adolescente Diana Maria Viana de Jesus, 15 anos, assassinada com 13 tiros, em Guarapari, no último dia 22. Foi o que afirmou a polícia, após a prisão de Wellington Rosa dos Anjos, o Monkey, 20, que era namorado de Diana, e de Paulo Henrique Lemos Ferreira, o PH, 18, amigo dele, acusados do crime.

A dupla foi presa na segunda-feira, no bairro Aeroporto, em Nova Venécia, no Norte do Estado, após denúncias. De acordo com o delegado Danilo Bahiense, da Superintendência de Polícia do Interior (SPI) da Polícia Civil, Wellington e Paulo Henrique ainda serão ouvidos pelo delegado Robson Alves Damasceno, da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Guarapari, que investiga o caso.

Entretanto, como as investigações apontaram o envolvimento dos acusados na morte de Diana e a Justiça expediu mandado de prisão por homicídio contra eles, os dois ficaram presos.



Wellington (de blusa preta), de 20 anos, é acusado de ter assassinado a namorada, Diana, com a cobertura de Paulo Henrique, 18

Amiga também foi ameaçada de morte

▲ **Durante as investigações, a polícia descobriu que Paulo Henrique Ferreira chegou a exigir que a namorada, amiga de Diana, se afastasse dela. Em depoimento, a namorada de Paulo Henrique**

contou à polícia que o acusado teria dito: "Fique longe dela, porque ela disse que você me traiu e, se for verdade, vão morrer você e ela. Quando o rodo passar ninguém vai ficar em pé".

Os rapazes estão no Centro de Detenção Provisória (CDP) de São Mateus.

"O caso já foi solucionado. O dois serão ouvidos para que a polícia saiba qual foi a participação de cada um deles no crime. A gente suspeita de que Wellington tenha sido o autor dos dispa-

ros e de que Paulo Henrique tenha dado cobertura a ele", explicou Bahiense.

BOATO

Segundo o delegado, os dois teriam assassinado Diana por causa de uma fofoca sobre traição que surgiu entre ela e uma amiga,

também de 15 anos, namorada de Paulo Henrique.

"Tudo ocorreu por causa de fofoca, conversa fiada de adolescentes. Cada uma teria comentado que o namorado da amiga havia sido traído. Depois, houve ameaças, e os dois acabaram matando Diana", contou o delegado. Ele acrescentou que a amiga de Diana não foi inculpada, pois não teve envolvimento no crime.

Diana foi morta com 13 tiros, horas após ter saído de casa, no bairro Jaburuna, em Vila Velha, com o namorado. O corpo foi localizado na rodovia ES477, em Guarapari. Segundo um familiar, a garota foi torturada antes de ser executada.

Rapaz é acusado de assassinato em Vila Velha

▲ Além do mandado de prisão pela morte de Diana de Jesus, Paulo Henrique Lemos Ferreira já tinha um mandado de prisão por homicídio contra ele.

Segundo a polícia, o crime teria ocorrido recentemente, em Vila Velha, cidade onde ele e Wellington tinham envolvimento com o tráfico de drogas.

"Paulo Henrique também tem passagem na polícia por roubo, da época em que era adolescente. Já Wellington tem duas pas-

sagens pelo mesmo crime. Apesar de eles não terem passagem por envolvimento com drogas, sabemos que atuavam no tráfico em Vila Velha", diz o delegado Danilo Bahiense.

No momento em que foram presos, Wellington e Paulo Henrique tinham duas buchas de maconha e R\$ 1.900, que, segundo Bahiense, pode ser fruto da venda de entorpecentes. A dupla chegou a dar nomes falsos à polícia, mas tiveram as identidades descobertas.

CARIACICA

Acusado de estupro escapa de linchamento

Montador de móveis é suspeito de ter abusado de menino de 14 anos

▲ **DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA**
Um montador de móveis de 42 anos foi agredido por moradores de Itanguá, em Cariacica, após ter sido acusado do estupro de um adolescente de 14 anos, na noite de segunda-feira. A vítima, segundo o delegado que o ouviu, tem deficiência mental.

Policiais militares foram informados de que um homem estava sendo espancado e foram até o bairro, às 18h15. No local,

souberam que a acusação teria partido da mãe do adolescente, uma mulher de 41 anos, e que os moradores queriam linchar o acusado pelo abuso.

Os PMs, então, levaram o montador de móveis para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Cariacica. Na delegacia, encontraram a mãe e o adolescente. O garoto afirmou que teria dormido na casa do acusado, seu vizinho, porque não gosta do padrasto. Acrescentou que o suspeito passado a mão no corpo dele. O montador de móveis decidiu prestar depoimento apenas diante do juiz.

LINHARES

Mulher é violentada a caminho da igreja

Vítima disse que criminoso, moreno claro, manca da perna esquerda; ele fugiu

▲ **DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA**
Uma dona de casa de 27 anos foi violentada sexualmente quando seguia para a igreja, por volta das 19h30 de segunda-feira, no bairro Bebedouro, em Linhares, Norte do Estado. O suspeito de cometer o estupro, deficiente físico, conseguiu fugir.

Segundo a Polícia Militar, o crime foi praticado em um antigo lava-a-jato às margens da BR 101, no trevo do bairro Bebedouro, um local

com muito mato e pouca iluminação. A vítima contou que caminhava por uma estrada de chão, com destino à igreja, quando foi abordada por um homem que manca da perna esquerda.

De acordo com a dona de casa, o homem é moreno claro, tem estatura mediana e usava blusa de frio preta e calça jeans escura. Ele não estava armado e conseguiu escapar em direção à BR 101. Após o crime, a dona de casa acionou a Polícia Militar, que fez buscas, mas nenhum suspeito foi detido. A vítima foi encaminhada a um hospital para atendimento médico.

CHACINA EM SÃO PAULO

Laudos reforçam suspeita sobre garoto

Adolescente teria matado família; foi achado cabelo queimado na pistola

▲ Mais de 100 páginas de laudos entregues aos responsáveis pela investigação fortalecem a suspeita de que o garoto Marcelo Pessegini, 13 anos, matou a família e se suicidou, em 5 de agosto. A afirmação é do delegado da Polícia Civil de São Paulo, Luiz Maurício Blazek, e as informações são do site G1.

Peritos ouvidos pelo mesmo veículo de comunicação adiantaram que os exames mostram que as

vítimas não foram dopadas e que foi achado cabelo queimado no cano da pistola, uma suposta prova do suicídio do garoto.

Em entrevista ao G1, ontem, Blazek confirmou que os laudos da Polícia Técnico-Científica de São Paulo "caminham na mesma direção" da apuração do Departamento de Homicídios.

Os testes apontam que o garoto usou uma pistola .40 da mãe para assassinar os pais - policiais militares -, a avó materna, a tia-avó e depois se matar na residência da família, em Vila Brasilândia. Todos foram mortos com tiros na cabeça.

Polícia

Domador de cavalos é preso por matar duas mulheres

Ronaldo dos Santos confessou para a polícia que matou a namorada e a amiga dela, em Colatina, a tiros e facadas

Nilo Tardin
COLATINA

Dois mulheres que estavam desaparecidas desde o dia 11 deste mês foram encontradas mortas na manhã de ontem, enterradas em uma cova rasa. Segundo a polícia, elas foram assassinadas a tiros e facadas pelo domador de cavalos Ronaldo dos Santos, 49 anos, em Colatina, Noroeste do Estado.

Ele confessou o crime e mostrou aos policiais onde enterrou os corpos da namorada dele, a dona de casa Simone Pereira da Silva, 32, e da amiga dela, a doméstica Silvanete Rodrigues dos Santos, 29.

Ontem, Ronaldo não quis falar com a imprensa e alegou legítima defesa, no depoimento ao delegado Deverly Pereira, da Delegacia da Mulher de Colatina.

O delegado e policiais civis estiveram no terreno arrendado pelo acusado no Córrego do Macuco, a 5 quilômetros do centro de Colatina, com mandado de busca e apreensão e encontraram um revólver calibre 38 e facas que ainda com vestígios de sangue.

As armas estavam escondidas dentro de uma caixa em uma das baias de cavalos no terreno. Em depoimento, Ronaldo disse que foi surpreendido pela namorada e a amiga dela, por volta das 23h30 de



SIMONE e Silvanete (destaques) foram encontradas em cova rasa. Maria das Dores lamentou morte de doméstica

sábado. Os três teriam discutido e elas pegaram facas para agredi-lo. "Ele disse que o revólver estava perto e atirou nas duas e acabou de executá-las a facadas", disse Deverly. O delegado disse que o acusado vai responder por duplo homicídio, ocultação de cadáveres e posse ilegal da arma.

As duas amigas foram enterradas uma em cima da outra, na chácara onde ele adestrava animais.

RECONCILIAÇÃO

A irmã de Simone, a costureira Cristiane Pereira da Silva, 29, disse que as duas amigas saíram juntas no último dia 11 para um forró. Ela contou que as vítimas saíram do

clube e foram de taxi até chácara. Ela afirmou que Ronaldo já responde a processo por agressão contra Simone. "Desfigurou o rosto dela a pancadas, em Aracruz. A audiência estava marcada para o próximo dia 30 no Fórum de Colatina e acho que ele chamou minha irmã lá para aliviar a situação e acabou matando as duas", disse.

A costureira e um irmão estiveram na casa de Ronaldo esta semana à procura da irmã. "Eles viviam juntos há um ano e Ronaldo sempre a ameaçava por ciúmes".

Já a mãe de Silvanete, Maria das Dores Rodrigues Gomes, 51, disse que o crime foi uma covardia.

DEPOIMENTO

"Calculista"

"Tinha poucas esperanças de encontrá-la viva depois que fomos falar com o Ronaldo na casa dele. Deixei mensagens no celular da Simone, na segunda-feira. Não tive resposta e procurei a polícia. Ele é frio e calculista".

Cristiane da Silva, 29 anos, irmã de Simone

FOTO E REPRODUÇÕES: NILO TARDIN

NILO TARDIN

Policiais civis queimam caixão durante manifestação

Investigadores, agentes e delegados da Polícia Civil fizeram uma paralisação ontem reivindicando melhorias nas condições de trabalho da categoria.

Durante uma manifestação, que foi realizada no pátio da Chefatura da Polícia Civil, na Reta da Penha, em Vitória, os policiais chegaram a queimar um caixão.

"Esse caixão simboliza a falência da segurança pública no Estado", disse o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Espírito Santo (Sindipol-ES), Jorge Emílio Leal.

A paralisação foi das 8 até as 18 horas. Nesse período, somente os serviços essenciais, como o atendimento a homicídios, foram mantidos. Já os demais serviços, como o registro de ocorrências, só voltaram ao normal após o fim da paralisação.

Segundo o presidente do Sindipol, a categoria reivindica a incorporação da escala especial no quadro dos servidores, a redução da tabela de carreira de 17 para 15 níveis e a unificação dos cargos de agentes e investigadores. A categoria pede a reestruturação da Superintendência da Polícia Técnico-Científica.

"Queremos a redução, pois isso diminuiria o tempo de serviço para a aposentadoria da categoria, de 35 para 30 anos de trabalho", disse.

O subsecretário de Inovação na Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Charles Almeida, da Seger, informou que um modelo de promoção com crescimento acelerado para os cargos da Polícia Civil já foi criado. Ele ainda disse que outras demandas serão ouvidas e avaliadas.



POLICIAIS: fogo em caixão

Aposentada é ameaçada por filho

Uma aposentada de 56 anos denunciou o filho, um vidraco de 30 anos, para a polícia, ao vê-lo usando drogas com mais 15 pessoas, no cômodo em que ele mora, em cima da casa dela.

Ao ser preso, o vidraco ameaçou a mãe. Ele disse que seria solto e voltaria para matá-la. A confusão foi às 16h30 de quinta-feira, em Vitória. Ele foi autuado por ameaça.

Ladrões comem até hóstia de igreja

CACHOEIRO

Bandidos sequestraram na tarde de ontem a secretária da Paróquia Nosso Senhor dos Passos, a Matriz Velha, em Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Estado, quando ela chegava de carro à igreja onde trabalha. Enquanto fugiam com a vítima no veículo, os criminosos comeram a hóstia consagrada e beberam o vinho que seriam usados na missa.

Os bandidos não perceberam que toda a ação foi acompanhada por outra funcionária da paróquia, que viu o sequestro por meio da câmera de videomonitoramento e acionou a polícia.

Um cerco foi montado por policiais do Grupo Tático em Motopatrulhamento (GTAM), Grupo de Apoio Operacional (GAO) em radiopatrulhas.

Os bandidos foram interceptados meia hora depois do crime, quando passavam pela rodovia



SIMON Gomes e uma mulher foram presos pela PM. Ela foi liberada

ES-482, em Morro Grande. Foram presos Simon Gomes, 32, o irmão dele, Graziano Gomes, 31, Manoel Marinho dos Santos, o Baiano, 22 e uma mulher de 31 anos que estava no carro que teria dado cobertura à ação. Ela foi ou-

vida e liberada. Os demais continuam presos.

Com os criminosos, a polícia encontrou quatro armas de fogo, sendo três revólveres e uma espingarda, munição, crack, maconha e cerca de R\$ 400,00 em dinheiro.

RONALDO INDI

A funcionária que viu o sequestro pela câmera de videomonitoramento detalhou a ação: "A secretária estava chegando, quando foi abordada por dois rapazes. Um entrou pela porta da frente, o outro a colocou no banco de trás e eles fugiram".

Segundo ela, um Corsa azul, onde estavam mais duas pessoas, deu cobertura à ação. O Corsa foi interceptado quando subia a ladeira logo após um trevo. Já o Gol foi bloqueado quando passava pelo Instituto Federal de Educação.

Segundo a vítima, durante a fuga, os bandidos pediram que ela mantivesse a calma e a orientaram a dizer para a polícia, caso fossem parados, que estava levando a dupla para a igreja.

Eles disseram que precisavam do carro para fazer um assalto, que renderia R\$ 20 mil. Eles pediram R\$ 50,00 à vítima para abastecer o carro e depois comeram a hóstia e beberam o vinho.

CARIACICA

Dançarino é morto com tiro na cabeça em bar

Os envolvidos no crime estavam em uma moto; um deles chegou por trás da vítima e atirou

▲ **RUHANI MAIA**
ruhani.maia@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O dançarino Wesley Marcolano, de 29 anos, foi assassinado com um tiro na cabeça, dentro de um bar, na noite de quinta-feira, no bairro Jardim América, em Cariacica.

Ele estava dentro do estabelecimento quando foi surpreendido pelo disparo. Segundo a polícia, havia dezenas de pessoas no local, mas elas ficaram assustadas, e não falaram sobre o crime. Nenhuma delas ficou ferida.

Investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) informaram que Wesley estava sentado, bebendo sozinho. Dois homens, que usavam capacete, chegaram em uma moto Twister preta, às 22h30.

O homem que estava pilotando o veículo parou na frente do bar, e o que estava na garupa da moto desceu, seguindo em direção a Wesley. Em seguida, ele chegou

por trás do dançarino e atirou na cabeça dele.

Wesley morreu na hora. O atirador voltou para a moto e fugiu com o comparsa. Eles não foram localizados pela polícia.

FICHA LIMPA

Familiares do dançarino afirmaram que ele nunca se envolveu em crimes. "Ele nunca foi preso, nunca usou drogas. Também não costumava beber, nem fumar cigarro. Ele até brigava comigo quando me via fumando", revelou a mãe de Wesley, a cozinheira Maria de Lourdes do Carmo Marcolano, 56.

A mãe do dançarino ressaltou que ele também não havia brigado com ninguém. Mas lem-

bram que, recentemente, ele teria chegado nervoso em casa e reclamado com ela sobre algumas situações que o incomodavam no trabalho.

"Meu filho não brigou com ninguém, caso contrário me falaria. Ele só comentou que havia coisas que aconteciam no trabalho dele, e que não gostava. Ele não achava certo o que algumas pessoas faziam", explicou.

Diante disso, a família acredita que Wesley tenha sido confundido com alguém. A polícia ainda não sabe o que pode ter motivado o assassinato. O caso será investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cariacica.

Vítima teria brigado em bairro vizinho

▲ **Um morador do bairro contou à reportagem que na região circula um comentário de que Wesley se envolveu, há alguns dias, em uma briga com pessoas de um bairro vizinho, Vera Cruz. Familiares de**

Wesley contaram que, há três meses, ele trabalhava como diretor do movimento comunitário de Jardim América, em Cariacica. Segundo eles, o dançarino era o responsável por diversas festas no bairro.



Maria de Lourdes não sabe se o filho Marcos (destaque, ao lado) era ameaçado

ENTREVISTA

"ACHO QUE O CONFUNDIRAM COM ALGUÉM"

Maria Marcolano
Mãe de Wesley Marcos

▲ Ao lado do marido, o marceneiro Agostinho Marcolano, 69 anos, a mãe de Wesley, a cozinheira Maria de Lourdes do Carmo Marcolano, 56, contou como era o filho do casal e revelou que o sonho do dançarino era ser veterinário. **Como era Wesley?** Ele trabalhava como dançarino, dançava axé, mas também trabalhava havia três meses como diretor

do Movimento Comunitário de Jardim América. **Qual era o maior sonho dele?**

Ele tinha comentado comigo que queria abrir um negócio só dele, abrir uma empresa de eventos. Ele só estudou até a 4ª série, mas também sonhava em fazer Agronomia.

O que a senhora acha que aconteceu para ele ser morto?

Acho que ele foi confundido com alguém, até porque chegaram por trás dele. Meu filho nunca se envolveu em crimes, não tinha problema com ninguém, não estava sendo ameaçado. Se estivesse, me falaria.

LINHA 111

Estudante é assaltada por bando em ônibus

▲ Uma adolescente de 17 anos foi assaltada dentro de um micro-ônibus da linha 111 (Mario Cypreste - Atlântica Ville) ontem, por volta das 15h. A garota teve o celular, um cordão e a carteira roubados por um grupo de adolescentes - cinco meninos e uma menina -, que já estavam no coletivo.

Segundo a jovem, eles aparentavam ter entre 14 e 17 anos. Ao entrar no ônibus, a vítima seguiu para os fundos do coletivo. Minutos depois, o bando se aproximou e anunciou o assalto.

Um deles puxou com força o cordão da jovem, machucando-a, enquanto os outros pegaram o celular e a carteira. O grupo desceu do ônibus em um ponto próximo a uma lanchonete, em Vitória. Uma passageira que estava ao lado tentou acalmar a jovem e avisou ao motorista. Ao avistar uma viatura, a garota desceu do ônibus e relatou o fato. Policiais fizeram buscas pela região, mas não encontraram os assaltantes.

SUL DO ESTADO

Falsos policiais assaltam motoristas

▲ Criminosos disfarçados de policiais estão cometendo roubos em uma rodovia do Sul do Espírito Santo. Segundo a polícia, eles atuam sempre à noite, na ES 267, rodovia que liga a BR 101 a Apiacá, passando pelo município de Mimoso do Sul. A Polícia Civil está investigando os casos e conta com reforço da Polícia Militar para garantir a segurança no trecho.

Segundo o delegado Rômulo Carvalho, os criminosos já fizeram pelo menos quatro vítimas. "Nos últimos três meses, foram registrados quatro roubos envolvendo uma van que transportava passageiros e três veículos de passeio", disse.

Os ladrões, geralmente dois homens, colocam um giroflex em um carro caracterizado e abordam os motoristas se passando por policiais. Armados, eles anunciam o assalto e levam o carro.

COLATINA

Domador preso por matar mulher e amiga

O homem assassinou as duas com tiros e facadas e enterrou os corpos em cova rasa

▲ O domador de cavalos Ronaldo dos Santos, de 50 anos, matou a facadas e tiros a companheira Simone Pereira da Silva, 32, e a amiga dela Silvanete Rodrigues dos Santos, 28. Ronaldo confessou o crime e mostrou aos policiais o local onde havia enterrado os corpos, numa cova rasa, na fazenda onde mora, em Córrego do Macuco, interior de Colati-

na, Noroeste do Estado. As duas estavam desaparecidas havia uma semana.

As amigas foram vistas pela última vez na sexta-feira à noite, dia 11, saindo de um clube, no mesmo município. A polícia informou que Simone e a amiga saíram desse clube e pegaram um táxi até a casa de Ronaldo já na madrugada de sábado, dia 12. Ela desconfiava que estava sendo traída.

Ao delegado Deverly Pereira Júnior, o suspeito disse que teve uma discus-

são com a companheira, e ela e a amiga pegaram facas para ameaçá-lo. Ele contou ainda que agiu em legítima defesa.

O delegado e outros policiais civis estiveram ontem na fazenda onde o crime aconteceu e onde os corpos foram enterrados, na madrugada do dia 12. A arma do crime, um revólver calibre 38, foi encontrada em uma caixa de remédios, dentro de uma baia de cavalos na fazenda.

Ronaldo foi preso em



Simone e Silvanete: desaparecidas desde o dia 11

flagrante por posse ilegal de arma. O delegado já pediu a prisão preventiva pelo duplo homicídio e pela ocultação de cadáver. A pena pode chegar a 70 anos de prisão.

O suspeito já havia sido detido em maio deste ano por violência doméstica

contra a própria Simone. Ele foi ouvido e encaminhado ao Centro de Detenção Provisória de Colatina (GDP).

Simone vivia junto com Ronaldo há um ano. Simone tinha três filhos de outro relacionamento. (Viviane Carneiro)

BARRAMARES

Grávida de seis meses espancada por marido

O pedreiro de 23 anos se aborreceu porque mulher pediu para ele abaixar o som

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA O pedreiro Leonardo da Silva Fernandes, de 23 anos, foi preso acusado de agredir a mulher, uma dona de casa, 18, que está grávida de seis meses, na noite de domingo, no bairro Barramares, em Vila Velha.

A jovem contou que, por volta das 17h30, estava na casa onde mora quando Leonardo chegou embriagado de uma distribuidora

de bebidas onde também trabalha como entregador. Segundo ela, mesmo estando bêbado, o acusado continuou a ingerir bebida alcoólica em casa, até que, momentos depois, saiu e voltou às 21h30. Leonardo teria chegado, ligado o aparelho de som e ido deitar.

Enquanto isso, a vítima saiu com o filho, de 2 anos, fruto de outro relacionamento. Ao voltar para casa e ver o som ligado, pediu para o marido desligar o aparelho, pois queria ligar a TV. Segundo a dona de casa, Leonardo levantou-se

alterado e partiu para cima dela, agredindo-a com socos no rosto e no braço, e ainda empurrando-a.

A vítima acionou a Polícia Militar, e os PMs levaram o casal para o Plantão Especializado da Mulher. Em depoimento, Leonardo alegou que teria saído de casa para comprar sorvete para a mulher, mas, como demorou, ela teria ficado alterada e jogado uma panela de pressão em cima dele. Ele disse ainda que não ingeriu bebida alcoólica antes de chegar em casa, e que só teria bebido três cervejas no local.

Já a dona de casa ressaltou que esta foi a segunda vez que apanhou do acusado. A primeira agressão teria ocorrido há dois meses, mas ela não o denunciou para a polícia. A jovem acrescentou que Leonardo é usuário de cocaína. Apesar de admitir que é usuário, ele negou que usou drogas antes da briga.

Leonardo já havia sido apreendido por roubo, quando era adolescente. Ele foi autuado por lesão corporal e, como não pagou a fiança de R\$ 2.500, foi levado para o presídio.

Pedreiro mata cadela durante briga

▲ O pedreiro Aldemir Perpetuo, de 43 anos, foi preso acusado de ameaçar matar a mulher, uma vendedora, 55, com um facão, na noite de domingo, no bairro Zumbi dos Palmares, em Vila Velha. Além de ameaçar a vítima, ele ainda matou a cachorrinha dela – uma Pinscher, que

completaria um ano em junho de 2014 – jogando-a de cima da laje da casa onde ela mora, a uma altura de sete metros.

A vendedora contou para a polícia que estava em casa quando Aldemir chegou embriagado, a ameaçou e passou a amolar o facão. Com medo, a

vítima foi para a casa de uma vizinha, onde se escondeu.

Ao perceber que a vendedora não estava em casa, Aldemir arremessou vários objetos, e até uma TV, contra a janela da residência da vizinha, onde estava a vítima, e, em seguida, pegou a cachorrinha dela e a jogou de cima da laje da casa. A cachorrinha morreu na hora.

Diante disso, a vendedora acionou a Polícia Mi-

litar. O acusado afirmou para a polícia que teria feito tudo isso porque a vítima o estaria traindo.

A vendedora contou que viveu junto com o pedreiro durante seis anos, e que o marido é constantemente agressivo com ela.

Já o acusado não quis prestar depoimento, e disse que vai se pronunciar diante de um juiz. Ele foi autuado por ameaça e maus tratos e levado para o presídio.

ITAPEMIRIM

Assassino de babá é preso no Sul



ARQUIVO PESSOAL

Karla foi morta com 10 tiros na casa da mãe

Marciano Ribeiro foi detido após assaltar um ônibus que seguia de Vitória para Cachoeiro

Marciano embarcou em um ônibus em Cariacica, que seguia para Cachoeiro. Na BR101 Sul, ao chegar na altura de Capim Angola, em Rio Novo do Sul, ele anunciou o assalto, e levou dos cobradores a quantia de R\$ 1.300,00 e os celulares dos passageiros. Ele estava armado e, após o assalto, saltou do coletivo e fugiu.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi acionada, montou uma barreira no posto da corporação e outros ônibus foram parados para as buscas. Por volta das 16h, Marciano foi encontrado e confessou o assassinato e o assalto. Ele estava armado com uma pistola calibre 38.

(Ana Paula Santos)

▲ O homem acusado de matar a ex-namorada a tiros, na madrugada do último domingo, em Cariacica, foi preso na localidade de Safra, em Itapemirim, Sul do Estado, após assaltar um ônibus.

Marciano Andrade Ribeiro, de 34 anos, era procurado pela polícia por ser suspeito de matar com dez tiros a babá Karla Kayane Paubel de Carvalho, 20 anos, na frente de três crianças, na casa da mãe dela. O crime aconteceu no bairro Bubu. Ontem, por voltadas 12h,

CARIACICA

Dois criminosos são mortos

Uma das vítimas, Neném Boca Torta, era um dos criminosos mais procurados do Estado

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA Um dos criminosos mais procurados do Espírito Santo foi assassinado, na tarde ontem, em Vila Isabel, Cariacica. Elenilton Siqueira da Silva, o Neném Boca Torta, 24, encabeçava a lista de foragidos da Secretaria de Segurança Pública (Sesp). O amigo dele, Fábio de Souza, 18, também foi morto.

As duas vítimas estavam amarradas e amordaçadas, e a polícia investiga a participação de um policial militar da reserva nos assassinatos.

Boca Torta teve um corte profundo no pescoço e apresentava ainda perfurações de faca no peito e no braço esquerdo. Seu



ANA PAULA MILL

Elenilton Silva (destaque) estava amordaçado

corpo estava sobre uma cama de casal.

Fábio levou um tiro de calibre 12 na cabeça e caiu na porta. Ele também foi esfaqueado – sofreu seis perfurações –, e teve o corpo parcialmente queimado pelos assassinos. Há suspeitas de que os criminosos tenham decepado o órgão genital do rapaz.

Segundo investigadores da DHPP, dois homens que vestiam fardas do Batalhão de Missões Especiais chegaram à residência. Eles mandaram o irmão de Boca Torta sair do imóvel e prenderam a namorada da vítima no banheiro, antes dos assassinatos.

Elenilton Siqueira da Silva, o Neném Boca Torta, 24



anos, estava no topo da lista dos mais procurados pela polícia. Ele era suspeito dos assassinatos de um jovem e de uma mulher, ocorridos em Aribiri. Fábio de Souza também era suspeito de vários assassinatos.

A Polícia Militar vai aguardar as investigações para se manifestar sobre o assunto.

CACHOEIRO

Empregada é suspeita de furtar joias de patroa

A jovem de 20 anos estaria vendendo por R\$ 3 mil os materiais avaliados em R\$ 300 mil

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA Uma empregada doméstica, de 20 anos, foi detida ontem suspeita de roubar R\$ 300 mil em joias da casa onde trabalhava, em Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Estado. O material roubado estava sendo vendido a R\$ 3 mil. Além dela, um comerciante da cidade também foi detido.

Colares, brincos e pulseiras foram encontrados em uma ótica da cidade e na casa de uma pessoa que era acusada de intermediar a venda das joias rouba-

das. "Ela furtou e passou para alguma pessoa da cidade, para que efetuassem as vendas", contou o agente Guedes, da Guarda Municipal.

Segundo a Guarda Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, a patroa já estava desconfiando da sua funcionária e, para ter certeza, pegou uma medalha e colocou em uma gaveta, e com o tempo a peça desapareceu. A empregada tem 20 anos e há 10 meses trabalhava na casa da vítima.

A jovem e o dono da ótica não ficaram presos pois não houve flagrante. O caso será encaminhado para delegacia patrimonial.

Polícia

Matador de babá é preso após saquear ônibus na 101

Marciano Ribeiro fugiu para Cachoeiro após assassinar Karla em Cariacica. No caminho, assaltou passageiros, mas acabou preso

Alessandro de Paula
Katherine Paiva

Acusado de matar a tiros a babá Karla Kayane Paubel Carvalho, 20 anos, no domingo em Babu, Cariacica, o peixeiro Marciano Andrade Ribeiro, 34, foi preso na tarde de ontem na localidade de Safra, na BR-101, na entrada para Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Estado.

Ele assaltou um ônibus da Viação Planeta que seguia de Vitória para Cachoeiro e foi preso por policiais rodoviários federais. O acusado confessou o assassinato e disse que matou a babá após ser traído.

Marciano foi preso quando seguia num outro ônibus da mesma empresa, ao passar pelo posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Safra, em Itapemirim.

"Eu a matei porque ela me traiu. Ela saiu com outro e ficou beijando o cara bem na minha frente. Não queria matar. Só que ela duvidou de mim", disse o acusado.

Armado com um revólver 38, Marciano entrou no ônibus da linha Vitória - Cachoeiro como um passageiro. As 15 horas, na BR-101, na localidade de Capim Angola, em Rio Novo do Sul, ele anunciou o assalto e levou R\$ 5700 em dinheiro do cobrador e 19 aparelhos celulares dos passageiros.

Em seguida, ele desceu do veículo, procurou um lugar para se esconder, e entrou em outro ônibus da viação Planeta que também ia para Cachoeiro.

Os passageiros do ônibus assaltado pararam uma radiopatrulha da PRF que passava na rodovia e alertaram que o acusado estaria no outro veículo, que foi parado no posto. Todo material roubado foi recuperado.

Marciano confessou o crime para os policiais e mostrou reportagem publicada em A Tribuna, sobre a morte da jovem. Além de responder pelo homicídio da babá, Marciano também responderá por roubo e porte ilegal de arma.

Segundo um irmão do acusado, Marciano já esteve preso e havia voltado ao bairro Babu há um mês.

CRIME

Karla foi morta a tiros em casa, na madrugada de domingo. Marciano atirou na babá depois que ela se recusou a namorar com ele.

O filho de Karla de 3 anos estava em casa com a tia de 11 anos e uma prima de 13. Os três viram o crime. No domingo, a mãe da jovem, Edinalda Paubel, 35, afirmou à reportagem que Karla e Marciano ficaram juntos por uma semana.



FOTOS: ALESSANDRO DE PAULA



MARCIANO confessou que matou Karla (ao lado). No alto, produtos roubados por ele de passageiros que seguiam para Cachoeiro

MARCIANO RIBEIRO ASSASSINO E ASSALTANTE "Gostava dela pra caramba"

A TRIBUNA - Você matou a Karla Kayane?

Sim.

Por qual motivo?

Traição. Ela me traiu.

Por que afirma isso?

Essa confusão começou em Cariacica-Sede. Fazia tudo por ela. No sábado à noite, Kayane me pediu para que levasse ela e sua mãe a uma boate. Eu disse que não podia, pois estava sem dinheiro para gastar com as duas. Nós fomos para uma lanchonete, em Cariacica. Comentei algo sobre minha ex-mulher e ela não gostou e começou a brigar comigo. Tentei pedir desculpas. Então sete rapazes chegaram e um deles bateu no meu peito dizendo eu tinha batido nela.

E você bateu?

Não. Então fui lá em casa, peguei o revólver e retornei. Deus abençoou o cara. Ele teve sorte, pois minha família tirou as balas da arma.

ma. Quando o vi na porta do bar, comecei a atirar. Todo mundo saiu correndo.

O que aconteceu depois?

Decidi ir à boate que ela me convidou para ir. Kayane estava lá e começou a dançar, passando na minha beira e me esboçando. Teve coragem de chegar com um rapaz jovem, na minha frente e deu um beijo na boca do cara. Batí nas costas dele e falei: "É Dom Juan, chegou seu dia". Retornei em casa e peguei a arma novamente.

Só que ela tinha ido embora. Um rapaz me disse que ela saiu de muito e foi para casa dela. Falei: "é agora". Quando cheguei na casa, os cachorros começaram a latir e o Dom Juan meteu o pé (fugiu).

Conversou com ela?

Conversei. Falei poxa, não podia fazer isso comigo. Te dou tudo. Cuido de você, do seu filho. Se você não quisesse ficar comigo, fala-



va. Não precisava me traír. Ela falou: trai e traíto. Disse para ela "Kayane, toma cuidado, você não sabe com quem está mexendo". Só que ela me disse "mete o pé". Foi quando peguei a arma e atirei. Não sei quantos disparos efetuei. Acho que foram quatro.

Foram 10.

Não, foram quatro.

Se arrependeu?

Gostava dela pra caramba. Estou muito arrependido.

Por que roubou o ônibus?

Eu ia para Cachoeiro na casa de parentes. Estava sem dinheiro. Aproveitei a situação e roubei o ônibus. Mas os passageiros não. Tentei manter toda tranquilidade. Tinha gente que começou a passar mal, falei que não precisava.

"Tomara que apodreça na cadeia"



ANTONIO MOREIRA - 27/10/2013

EDINALDA, mãe de Karla: revolta

Ainda muito abalada com a morte da filha Karla Kayane Paubel Carvalho, de 20 anos, assassinada a tiros na madrugada de domingo, a auxiliar de serviços gerais Edinalda Paubel Carvalho, 35 anos, afirmou que espera que o assassino da filha, Marciano Andrade Ribeiro, 34 anos, apodreça na cadeia.

"Tomara que ele apodreça na cadeia. Sei que a prisão dele não vai trazer a vida dela de volta e a morte dele também não. Então, quero que ele pague na cadeia", falou.

Edinalda também disse que se sentiu aliviada ao saber da prisão de Marciano, que segundo ela teria ameaçado toda a família de Karla depois do crime.

"Estou mais aliviada porque, depois de matar minha filha, ele ameaçou matar meu marido e nós acabamos saindo de casa, com medo", contou.

Segundo Edinalda, durante o velório e o enterro de Karla, a família contou com escolta policial, porque Marciano estaria rondando o local e ameaçando a todos.

GIRO RÁPIDO

Quadrilha presa com arma da Polícia Civil

Sete integrantes da mesma quadrilha foram presos na noite de domingo, em São Torquato, em Vila Velha. Sete armas foram apreendidas, incluindo uma da Polícia Civil do Estado, além de drogas e munições.

Foram presos Marcelo de Souza Alves, 27 anos, Wallace Rodolfo Laurindo, 24, Pedro Henrique Pimentel do Carmo, 18, Yago Gulart, 18, Eduardo Neitzz, 43, um adolescente de 15 anos e outro de 14.

Bombeiros fazem manifestação

Soldados do Corpo de Bombeiros fizeram uma manifestação nas ruas da Praia do Canto, Vitória, na tarde de ontem.

O presidente da Associação de Bombeiros Militares do Espírito Santo (Abemes), 1º sargento Batista, disse que a manifestação foi um ato reivindicatório relacionado ao aumento salarial e à revisão do quadro organizacional, prometidos pelo governo do Estado em fevereiro de 2012.



Estudante é morto com seis tiros

Um estudante de 16 anos foi morto com seis tiros às 10 horas de ontem, no bairro Vila Grátia, em Cariacica. Renan Rezende Amaro foi atingido com três tiros na cabeça, um no pescoço, um nas costas e um no cotovelo esquerdo.

Segundo a PM, Renan foi morto por dois bandidos que estavam em uma moto preta, que gritaram para ele: "Cadê a arma?". Ele correu, mas foi baleado e morreu no local.

Polícia apreende carga roubada

Durante uma operação de busca a um caminhão roubado, a Polícia Civil descobriu um galpão que servia como depósito de caninhões e cargas roubadas em Nova Valverde, Cariacica, na tarde de ontem.

Entre as mercadorias roubadas haviam cosméticos, pneus, garrafas térmicas e materiais eletrônicos, que somados aos três caninhões e as três carretas roubadas foram avaliadas em R\$ 5 milhões pela polícia.

14 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2013

MORTE EM VIANA

Casal é sequestrado em Vila Velha, e mulher é assassinada

Bandidos teriam reconhecido a vítima e atirado nela; homem foi baleado no joelho

ALMIR NETO
aneto@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma mulher identificada como Jupiará Oliveira dos Santos, de 32 anos, foi morta com um tiro no rosto, e um empresário ficou ferido com um tiro na perna, depois de serem feitos reféns por bandidos, em Santa Mônica, Vila Velha.

Cerca de R\$ 2 mil também foram roubados do empresário. O assassinato aconteceu por volta das 17 horas de ontem, em uma estrada na zona rural de Viana, próximo da localidade de Plapitangui. No momento em que foram abordados, às 16 horas, as vítimas estavam em um veículo Citroën Air Cross preto, de propriedade do empresário.

De acordo com os investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa que estavam no local, o empresário contou que os dois foram rendidos por ladrões que teriam assaltado um co-



A mulher, identificada como Jupiará Oliveira, estava com empresário em carro

mércio em Santa Mônica, em Vila Velha. Na tentativa de escapar, os bandidos armados abordaram o veículo fazendo-os de reféns e iniciando a fuga. Ainda de acordo com o relato do empresário, no meio do caminho um dos bandidos teria reconhecido Jupiará e achou que também havia sido identificado pela mulher.

Desse momento em diante, os dois começaram a ser ameaçados e foram obrigados a se dirigir para a estrada

ROUBO

2 mil

reais
foi o valor que estava com o casal e que os bandidos roubaram

em Viana, onde os bandidos mandaram que o empresário parasse o veículo. Nesse momento, mandaram os

dois descerem do carro e atiraram contra a cabeça da mulher, atingindo o olho direito dela. Em seguida, balearam a perna do empresário. Os criminosos fugiram por uma região de pasto.

O empresário contou ainda que os bandidos levaram mais de R\$ 2 mil, que estavam com ele. A mulher morreu no local e o homem foi socorrido por uma ambulância do Samu e encaminhado para o Hospital Antônio Bezerra de Faria.

Família de empresário não conhecia vítima

As famílias do empresário e da vítima não se conheciam.

Familiares do empresário, que estiveram no local onde ele e a mulher foram baleados, conversaram com a polícia e afirmaram que ele é casado, mas não conheciam a mulher que estava na companhia dele no momento do crime. A ligação entre as vítimas também seria desconhecida.

Parentes do empresário também não quiseram falar sobre o que aconteceu. De acordo com os policiais, o homem mora em Vila Velha, onde mantém um negócio.

Ele e a mulher identificada como Jupiará Oliveira estavam em Santa Mônica no momento em que foram abordados. Uma testemunha avisou à polícia, que saiu à procura do veículo, encontrado uma hora depois, em

Viana. A perícia informou que não foram deixadas cápsulas de projéteis no local crime, o que levou a crer que a arma utilizada pelos bandidos seja um revólver.

DIGITAIS

Os peritos também recolheram impressões digitais espalhadas pelo veículo e uma bolsa com documentos, pertencente a Jupiará. No local do crime, ninguém soube dizer a ocupação da mulher.

Após a realização da avaliação pericial, o veículo foi levado para o pátio da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). O corpo de Jupiará foi encaminhado ao Departamento Médico Legal (DML), mas, até o fechamento da edição, não havia sido liberado pelos parentes.

FAVELA DA MARÉ

Três traficantes do ES são presos no Rio

Eles estavam na Favela da Maré para comprar 15kg de maconha, segundo a polícia

Três suspeitos de tráfico de drogas do município de Cariacica foram presos na operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, no Complexo de Favelas da Maré, Zona Norte da capital fluminense, ontem. A ação foi acompanhada pela Secretaria de Segurança Pública (Sesp) do Espírito Santo. Outros dois acusados de tráfico, que estariam na Grande Vitória, tiveram as prisões decretadas pela Justiça do Rio.

As investigações começaram há seis meses, quando duas quadrilhas na região começaram a ser investigadas. Ontem, 26 foram pre-



Operação da polícia do Rio prendeu 26 na Maré

os. Os suspeitos capixabas não teriam uma ligação direta com os fornecedores da droga no Rio, mas teriam ido ao local buscar 15 kg de maconha quando a operação foi deflagrada, de acordo

com o subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança no Rio, o delegado federal Fábio Galvão. "A informação é que eles atuavam na região da Grande Vitória, em Cariacica. O obje-

tivo era levar a droga para este local", informou.

Até o fechamento da reportagem, a Sesp não tinha informações sobre qualquer prisão de suspeitos no Estado, em decorrência da Operação Netuno. Tanto a secretaria de Segurança do Rio quanto a do Espírito Santo garantem que os grupos criminosos da Maré não possuem células na Grande Vitória. O secretário de Segurança do Espírito Santo, André Garcia, diz que a polícia local ficou sabendo da operação com antecedência para cooperar com informações.

O titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Deten), delegado Diego Yamashita, informou que o modo mais comum de entrada de drogas no Espírito Santo, com origem do Rio de Janeiro, é por meio de "mulas" - pessoas designadas por traficantes para buscar carregamentos de outras regiões. (Paulo Rogério)

JOSÉ DE ANCHIETA

Vigilante manda foto nua para homem e apanha do namorado

As imagens foram encontradas pelo companheiro no celular da mulher

Uma vigilante de 25 anos foi agredida com socos e chutes pelo namorado - um ferramenteiro de 18 anos - na madrugada de ontem, no bairro José de Anchieta, na Serra. O jovem alega que teve um surto de ciúmes após descobrir que a namorada havia enviado fotos dela nua, para outro homem.

O fato aconteceu por volta das 2 horas. A vítima contou um depoimento que foi dormir na casa do namorado. Porém, ela foi acordada pelo ferramenteiro, que estava com o celular dela na mão.

Ele questionou o fato de ela ter recebido um torpedão no celular, de outro homem. A vigilante confirmou que havia se relacionado com outra pessoa e explicou que o fato aconteceu quando eles haviam terminado o namoro. O jovem deu um soco, puxou os cabelos e deu chutes na namorada.

Ela conseguiu se levantar, correu até o telefone e ligou para a polícia. Após a chegada da PM, o casal foi levado para o Plantão Especializado da Mulher, em Vitória.

Para a polícia, o jovem disse que havia flagrado fotos da namorada nua no celular e que essas imagens teriam sido enviadas para outro homem. Ele pagou fiança de R\$ 800 e foi liberado. (Mayra Bandeira)

CRIME EM VIANA

Empresário some após assalto em que companheira foi morta

Polícia não encontrou homem e espera que ele se apresente para prestar esclarecimento

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA O empresário de 45 anos que foi baleado na perna em um suposto assalto – em que a dona de casa Jupiará Oliveira dos Santos, 32 anos, foi morta com um tiro na cabeça em Piapitangui, Viana – não foi encontrado pela polícia, ontem.

Investigadores da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio (DRCCP) fizeram diligências para localizar o empresário, que desapareceu após ser atendido no hospital. “Nos causou estranhamento o fato dele ainda não ter comparecido à polícia para dizer o que aconteceu. Esperamos que ele se apresente para tirarmos dúvidas em relação ao crime”, afirmou o delegado Aéliston Azevedo.

A Polícia Civil trabalha com duas linhas de investigação para o caso, que aconteceu na tarde de quarta-feira. Jupiará levou um tiro na cabeça e o empresário foi baleado na perna.

O delegado afirmou que a polícia mantém a hipótese de latrocínio – roubo com morte –, já que o empresário afirmou que os bandidos levaram R\$ 2 mil e que a mulher foi morta após ter sido reconhecida por um dos assaltantes.

“Ele citou, durante o acionamento ao Ciodes, o nome de um suspeito que,

SUSPEITA



“A vítima que sobreviveu citou, quando acionou a polícia, o nome de um suspeito que, inclusive, é conhecido por assaltos na região do crime”

AÉLISTON AZEVEDO
DIVISÃO DE CRIMES
CONTRA O PATRIMÔNIO

inclusive, é conhecido pela prática de assaltos na região do bairro Universal, em Viana”, detalhou Aéliston.

BRIGA

O delegado revelou que o casal discutiu no dia do crime. A briga foi presenciada pelo irmão da vítima. “Ela queria terminar o relacionamento de 7 anos, mas ele não aceitava. Os dois teriam se entendido depois, tanto que foram comprar materiais de construção para a casa dela”, afirmou.

Azevedo levantou a possibilidade da morte da dona de casa ter sido um homicídio. “Solicitei exames residográficos na mulher para verificar se há a presença de pólvora nas mãos”, disse o delegado.



ARQUIVO PESSOAL

A dona de casa Jupiará de Oliveira, 32 anos, foi morta com um tiro na cabeça

DEPOIMENTO

“ELA SEMPRE FOI MUITO ATENCIOSA COMIGO”

João Batista Reis
Pai de Jupiará

“Eu costumava ficar na casa da minha filha às vezes. A gente tinha uma relação próxima. Ela sempre foi muito carinhosa e atenciosa comigo. Sei que ela vivia com esse rapaz, mas não sei muita coisa sobre ele, nem onde ele está. Eu soube do que aconteceu por meio de um vizinho, que me avisou que ela havia sido assassinada depois que viu o jornal. Fiquei em estado de choque. Está difícil até de parar para pensar no que pode ter acontecido para ela ser morta. Não tenho a mínima ideia”.

Dona de casa teria sido ameaçada

A dona de casa Jupiará dos Santos teria sido ameaçada de morte pelo empresário que a acompanhava no momento do crime, porque queria terminar o relacionamento. Eles moravam juntos há sete anos. “Há algum tempo ela

com o empresário.

“No início, ele disse que era separado, mas depois a verdade apareceu. Inclusive, a mulher com quem ele era casado sabia do relacionamento”, contou uma irmã da dona de casa. Segundo ela, o casal saiu de casa na tarde da última quarta-feira, em Aribiri, Vila Velha, para comprar material de construção. A família só soube do crime

pela imprensa.

“Ele sequer ligou para avisar, falar algo. Isso está muito estranho. Mais estranho, ainda, é o fato do ‘ladroão’ ter atirado nela para matar e atirado apenas na perna dele, fugindo levando só dinheiro. Por que não levaram o carro e os celulares? Como assim, matar uma pessoa e fugir correndo pelo mato?”, questionou, um sobrinho.

Vítima abandonou emprego

Segundo a irmã da dona de casa assassinada, Jupiará Oliveira teria abandonado tudo na vida, para se dedicar exclusivamente a cuidar do empresário com quem convivia.

“Ela atuava, antes, como auxiliar de serviços gerais. Mas abandonou a profissão para cuidar dele, depois que ele sofreu um acidente de carro. Na data, ele chegou a expulsar a mulher dele do hospital, para que minha irmã ficasse com ele. Por conta dis-



Carro onde vítimas estavam é do irmão de empresário

so, ela quase não saía de casa”, disse a irmã.

Parentes da vítima disseram que o automó-

vel Citroën C3 Aircross não seria do empresário, e sim de um irmão dele, que é policial.

Missionária teve revelação sobre crime em culto de igreja

Uma semana antes de ser assassinada, Jupiará Oliveira tinha recebido uma revelação de uma missionária da Igreja Assembleia de Deus Florescer, que fica no bairro Dom João Batista, em Vila Velha, onde frequentava.

“Na semana passada, a missionária falou que ela teria um livramento de um assalto. Foi como se fosse um aviso. Ela teria que ficar vigilante, pois algo poderia acontecer”, contou uma vizi-

nha de Jupiará, 38 anos, que frequentava a mesma igreja que a vítima.

VISITA

Segundo a vizinha, que preferiu não se identificar, Jupiará frequentava a igreja e, além dos filhos – um menino de 13 anos e uma menina de 7 anos – tinha conseguido levar até o empresário para o local. “Ela ia para a igreja com os filhos e, na semana passada, levou o companheiro. Foi a primeira vez que ele

foi lá. Ele, inclusive, viu que ela recebeu a revelação”, ressaltou.

Abalada, a vizinha acrescentou que, além de ser religiosa, Jupiará era muito carinhosa e atenciosa com os filhos, a família e vizinhos.

“Ela fazia o que podia para ajudar a família. Trabalhava em uma loja de material de construção, mas parou de trabalhar recentemente para cuidar do filho, que está com problemas nervosos.”

Polícia

Família de dona de casa não acredita em assalto

Parentes de Jupiará dos Santos, 32 anos, assassinada na quarta-feira, suspeitam da história contada por empresário à polícia

Patrick Perelra
Victor Muniz

A família da dona de casa Jupiará Oliveira dos Santos, 32 anos, que foi assassinada com um tiro no olho direito na tarde de quarta-feira, na estrada da Piapitangui, em Viana, afirmou que não acredita que ela tenha sido morta em um assalto.

A dona de casa foi sequestrada junto com o companheiro, um empresário de 45 anos, em Santa Mônica, Vila Velha, e levada até Viana. Ele levou um tiro na perna. Segundo familiares de Jupiará, ela e o empresário viviam como marido e mulher, apesar de ele ser casado. "A história está estranha e não conseguimos entender o que aconteceu. Mas acreditamos que ela não foi morta em um assalto, pois não levariam nada dela. Porém, não sei dizer o que aconteceu", afirmou uma irmã da dona de casa, uma ajudante de manutenção de 42 anos. Ela disse que o marido da vítima foi levado para o hospital Antônio Bezerra de Faria, em Vila Velha,

mas desapareceu desde que teve alta. A irmã de Jupiará contou que o carro em que a vítima e o empresário estavam, um Citroën Air Cross preto, não pertencia a ele.

"O carro é do irmão dele, um policial civil. O mais revoltante é que ficamos sabendo do que aconteceu pelos outros. Uma vizinha viu na televisão e veio falar com a gente. Porém, ele desapareceu. Tentamos ligar, mas ele não atende", disse.

A irmã ainda falou que a vítima estava com o empresário há sete anos. "Ele era casado e tem família em Viana. Quando começou a se relacionar com ela, disse que era divorciado. Depois, ela descobriu que ele era casado, mas o perdeu".

Ela contou que a irmã teria ido com o empresário até um material de construção em Santa Mônica, quando o crime aconteceu. Porém, outro irmão de Jupiará, um vigilante que não revelou a idade, contou que ela teria ido acompanhar o empresário em uma consulta no hospital Antônio Bezerra de Faria.

A irmã da vítima afirmou que ela estava sendo ameaçada pelo empresário. "Meu irmão me disse que ela teria descoberto que ele estava com outra mulher. Então, ela resolveu se separar dele. Mas ele começou a ameaçá-la, dizendo que, se ela terminasse com ele, iria matá-la".

O corpo de Jupiará será enterrado hoje pela manhã no cemitério Parque da Paz, na Ponta da Fruta, em Vila Velha.



JUPIARÁ foi sequestrada em Santa Mônica junto com empresário

ENTENDA O CASO

Jupiará levou tiro no olho direito

Empresário não foi localizado

> JUPIARÁ Oliveira dos Santos, 32 anos, foi morta com um tiro no olho direito, após ter sido sequestrada junto com um empresário de 45, por dois bandidos na tarde de quarta-feira, em Santa Mônica, Vila Velha.

> OS BANDIDOS foram com o casal até a estrada de Piapitangui, em Viana. O local fica a 21 quilômetros de onde eles foram sequestrados.

> O EMPRESÁRIO contou para a polícia que um dos bandidos teria reconhecido Jupiará e resolveu matá-la. Eles mandaram o casal descer do veículo e atiraram nela. O corpo foi encontrado caído ao lado do carro.

> OS BANDIDOS tentaram matar o empresário, mas a arma falhou. Eles atiraram na perna dele e fugiram a pé.

> O EMPRESÁRIO foi socorrido para o hospital Antônio Bezerra de Faria, em Vila Velha, teve alta às 18h30 de quarta-feira e não foi mais localizado.

> SEGUNDO A FAMÍLIA de Jupiará, ela vivia com o empresário há sete anos. Eles moravam em Aribiri, Vila Velha.



LOCAL onde estava corpo da vítima

Crime pode ser passional

Após informações de que o empresário de 45 anos e a dona de casa Jupiará Oliveira dos Santos, de 32 anos, discutiram momentos antes de ela ser assassinada, surgiu também a hipótese de crime passional, de acordo com o delegado Aeliston Santos, responsável pela investigação do caso.

Apesar disso, ele afirma que a principal linha de investigação da polícia continua sendo assalto seguido de morte e o empresário ainda não pode ser considerado suspeito, mas nenhuma hipótese está descartada após informações de ameaças dele contra Jupiará.

"Ele ainda é vítima, mas tivemos a informação de que ele discutiu com Jupiará no dia do crime, porque ela queria a separação e ele não aceitava. Durante as investigações,



DELEGADO Aeliston apura o crime

surgiu a história de que ele a ameaçou, dizendo que, se não ficasse com ele, não ficaria com ninguém. Esperamos localizá-lo agora."

O delegado também revelou que tem em mãos a identificação do suposto assaltante citado pelo empresário que, coincidentemente, mora no mesmo bairro que ele.

GIRO RÁPIDO

Presas por queimar enteada com panela

Uma mulher de 21 anos foi presa no bairro Interlagos, em Linhares, no Norte do Estado, acusada de colocar uma panela quente em cima das pernas da enteada, de 7 anos.

O crime ocorreu no sábado, mas a prisão aconteceu somente na noite de quarta-feira, com o apoio do Conselho Tutelar.

No dia do crime, a criança não foi socorrida. A mulher foi autuada por maus-tratos e levada para o presídio.

Rapaz leva tiro na Ilha do Príncipe

Um jovem de 27 anos foi baleado com um tiro na coxa enquanto passava pelo Beco 5, na Ilha do Príncipe, em Vitória. O caso ocorreu à 0h25 de ontem.

Ele contou para investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) que passava pelo beco quando cruzou com grupo de criminosos armados. O jovem correu, mas foi atingido com um tiro. Ele foi encaminhado para o hospital São Lucas e já teve alta.



Mãe de Joaquim relata ameaças

O advogado do pai de Joaquim, Alexandre Durante, esteve ontem na Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de Rileirão Preto (SP) e teve acesso ao depoimento prestado por Natália Ponte.

Segundo o advogado, a mãe do menino disse pela primeira vez que já foi ameaçada de morte por Guilherme Longo - padastro de Joaquim e principal suspeito do desaparecimento e morte da criança.

Dois adolescentes são baleados em Cariacica

Dois adolescentes foram baleados durante tiroteios que aconteceram na noite de quarta-feira, em horários e bairros diferentes de Cariacica. Um estudante de 15 anos foi baleado com um tiro no pé esquerdo e um adolescente de 17 foi atingido com um tiro na coxa direita.

O estudante foi levado ao Hospital Infantil, em Vitória, e seu estado de saúde é estável. O adolescente também foi ao hospital e o estado de saúde é estável.

Reclamou de tráfico e foi executado

Um pedreiro de 27 anos foi assassinado a tiros, por volta das 12h30 de ontem, após reclamar com traficantes que vendiam drogas na porta da casa dele em Praia Grande, município de Fundão.

Carlos Roberto Silva de Oliveira levou quatro tiros nas costas após cair em uma emboscada armada por um dos bandidos. De acordo

com o delegado titular da Delegacia de Polícia de Fundão, Fabiano Rosa, a vítima havia discutido com traficantes na terça-feira.

"O rapaz estava reclamando de um pessoal que estava vendendo droga na frente da residência dele e traficantes da boca de fumo o mataram. No dia anterior, ele discutiu com esses bandidos porque

estavam vendendo e eles ficaram revoltados por ele ter chamado atenção para a situação", afirmou o delegado.

Após esse desentendimento, um dos traficantes que participou da discussão armou uma cilada para Carlos ontem. Ele ficou esperando o pedreiro descer de um ônibus no ponto final do bairro Direção, em

Praia Grande.

Assim que a vítima apareceu, não teve tempo de reagir. Levou quatro tiros de revólver calibre 32 nas costas e morreu na hora. O assassino fugiu do local a pé, segundo a polícia.

O delegado Fabiano Rosa afirmou que já possui a identificação do autor dos disparos.

Polícia

Médica é assaltada e se esconde dentro de escola

Ela pegava mochila da filha no carro quando foi abordada. Enquanto os bandidos tentavam ligar Cruze automático, em Vila Velha, elas correram

Patrick Pereira

Uma médica de 42 anos foi rendida junto com a filha, uma menina de 8 anos, por dois bandidos, ao estacionar o carro, um Cruze cinza, para deixar a filha na escola. Para não ser sequestrada, ela e a filha correram e se esconderam dentro de uma escola particular.

O crime aconteceu às 12h40 de ontem, na rua Luiza Grinalda, no centro de Vila Velha.

A médica, que não teve a especialidade divulgada pela polícia, disse, em depoimento na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV), na ilha de Santa Maria, em Vitória, que tinha acabado de estacionar o carro em uma rua paralela à escola.

Em seguida, a médica desceu do veículo com a filha e abriu o porta-malas do veículo para pegar o material da menina que estava guardado. Nesse momento, os bandidos chegaram a pé e disseram em tom de ameaça: "Dona, me dá a chave do carro agora. Isso é um assalto".

Mesmo sem ver nenhuma arma, mas temendo pela vida da filha, a médica entregou a chave do veícu-



POLICIAL vistoria carros e moto recuperados na Delegacia de Furtos de Veículos, onde médica registrou queixa

lo. Os bandidos fecharam o porta-malas do carro e entraram no veículo, mas como ele é automático, eles não conseguiram dar partida.

Com medo que os ladrões saíssem do carro e as fizessem reféns, a médica pegou a filha pelo braço e saiu correndo em direção à escola para pedir ajuda.

Os bandidos conseguiram ligar o carro e fugiram em alta velocidade.

Mãe e filha foram amparadas dentro da escola e a Polícia Militar

foi acionada. Buscas foram feitas na região, mas o veículo não foi localizado pela polícia.

No início da tarde de ontem, a médica foi acompanhada do marido à DFRV. Na delegacia, a médica disse que, no momento do assalto, vários pais perceberam o crime e gritaram para que os bandidos fossem embora sem levar nada. Porém, segundo a vítima, isso só irritou ainda mais os criminosos.

Ela ainda contou que os bandi-

dos eram jovens e estavam vestindo camisetas e bermudas.

EXAMES

Além do carro, eles levaram o jaleco com o nome da médica, a mochila da filha da vítima, alguns exames médicos da menina e a chave da casa. Até o fechamento desta edição, o veículo ainda não havia sido localizado. O caso será investigado pelo titular da DFRV, delegado André Cunha.

ASSASSINATO NO MOTEL

Delegado espera matador se recuperar para elucidar crime

O mistério continua rondando a morte da vendedora Jaíne Carla Leria Gonçalves, de 20 anos, assassinada com um tiro na cabeça, no domingo, dentro de um motel, em Cariacica. O titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPPM), delegado Adroaldo Lopes, espera pela recuperação do namorado dela, o autônomo Anderson Pereira, 35, acusado do crime.

Anderson também atirou contra a própria nuca. Ele foi socorrido e levado para o Hospital São Lucas, em Vitória, onde permanece internado em estado grave.

Como a história apresenta diversos questionamentos, entre eles, a motivação para o crime, o delegado espera pela recuperação de Anderson para que diversas respostas sobre o crime sejam respondidas.

Enquanto o acusado pela morte da namorada se recupera, a polícia aposta na localização de Juliana Pereira dos Santos para esclarecer



JAINE E ANDERSON: dona de imóvel alugado para casal pode ajudar polícia

dúvidas referentes ao crime. Juliana foi quem assinou o contrato de locação do apartamento para o casal, no dia 26 de setembro deste ano, no bairro Praia do Morro, em Guarapari.

"Peço que quem conhecer essa Juliana, ligue para a delegacia, no telefone 3227-9147 ou 181, pois é muito importante para a investigação saber quem é essa pessoa", afirmou.



SÉRGIO MENGAL: cárcere privado

Agricultor é acusado de estupro garota de 13 anos

Policiais civis resgataram na madrugada de ontem, em Vargem Alta, na região serrana, uma menina de 13 anos que, segundo a polícia, havia sido raptada da casa da mãe e vinha sendo estuprada e mantida em cárcere privado dentro de uma casa, na zona rural do município.

Segundo o delegado José Rafael Machado, o acusado do crime, o agricultor Sérgio Mozer Mengal, de 29 anos, estava na residência e foi preso em flagrante. Ele foi autuado por estupro, cárcere privado e encaminhado ao presídio.

Descartado assalto na morte de dona de casa

A polícia descarta a hipótese de assalto no caso do assassinato da dona de casa Jupiara Oliveira dos Santos, de 32 anos, na tarde de 13 de novembro, em Viana. O adjunto da Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio (Delegacia Patrimonial), delegado Tarcísio Ottoni Perusia, informou que o inquérito referente à investigação desse crime foi remetido na última semana para a Divisão de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPPM), que assumirá as investigações.

"No inquérito, listo as razões pelas quais as investigações preliminares eliminam o latrocínio como motivação para o assassinato. Não posso detalhar essas razões, tendo em vista que outro delegado presidirá o inquérito", ressaltou.

No dia em que foi morta, Jupiara estava na companhia do namorado, um empresário de 45 anos. Eles foram sequestrados por dois bandidos, em Santa Mônica, Vila Velha, a 21 quilômetros de distância de onde aconteceu a execução.

O casal estava em um Citroën Air Cross preto. O veículo foi apreendido e levado para a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), em Vitória, onde ainda está.

Segundo a versão do empresário, ele e Jupiara foram levados por assaltantes até uma estrada que leva ao bairro Piapitangui, em Viana, onde a dona de casa foi assassinada com um tiro no olho direito. O corpo dela estava caído fora do veículo. A polícia afirmou que no veículo não havia marcas de sangue.

O empresário ficou ferido com um tiro na perna. Ele foi levado para o Hospital Antônio Bezerra de Faria, em Vila Velha, de onde teve alta no mesmo dia. Depois, desapareceu.

Familiares da dona de casa contaram, na época do assassinato, que a vítima namorava o empresário havia sete anos, e o casal morava em Aribirí, Vila Velha. "O empresário esteve na delegacia, e prestou depoimento. Ele disse que uma quantia de dinheiro foi levada, mas não posso revelar o valor", contou o delegado.



JUPIARA morreu com um tiro

Cabeleireira é assassinada a tiro

Ivone Borges Mota, de 42 anos, foi abordada por encapuzado ao sair de seu salão em Jardim Camburi. Ele deu um tiro no rosto da vítima

Katherine Paiva

A cabeleireira Ivone Borges Mota, de 42 anos, foi assassinada com um tiro à queima-roupa no rosto por um criminoso encapuzado, que abordou a vítima depois que ela saiu do salão dela, em Jardim Camburi, Vitória.

O crime aconteceu por volta das 21 horas, na rua Ruy Pinto Bandeira, a 20 metros do estabelecimento da vítima.

A filha da cabeleireira de 22 anos estava com a mãe no momento da abordagem do bandido.

Segundo relatos da filha à Polícia Militar, ela e a mãe tinham acabado de fechar o salão e seguiam para um ponto de ônibus, quando foram abordadas pelo assassino.

Ele mandou a jovem se afastar, mas antes tomou o celular da mãe dela. Em seguida, pegou Ivone pelo braço e seguiu andando mais rápido com ela. "Minha mãe olhou para o rosto do bandido, não sei se ela o reconheceu, mas sei que, de repente, ela o empurrou. Foi então que ele sacou a arma e atirou", contou a filha à polícia.

O criminoso fugiu levando a bolsa de Ivone. Moradores contaram que viram o bandido fugir num carro prata, modelo não informado. Eles não souberam dizer se o acusado saiu dirigindo ou se algum

cúmplice dava cobertura à ação. O filho de Ivone chegou ao local minutos depois da mãe ser assassinada e se desesperou. Transtornado, ele queria mexer no corpo da mãe e teve de ser contido pela polícia. Ele disse acreditar que o padraсто foi quem mandou matar a cabeleireira.

O sargento Anderson, da 4ª Companhia (Jardim Camburi) do 1º Batalhão (Vitória) da PM, disse que, apesar dos filhos da vítima afirmarem que o padraсто foi o mandante, o boletim de ocorrência foi registrado como latrocínio-roubo seguido de morte – porque a bolsa da vítima foi roubada.

Porém, o sargento informou na ocorrência que a filha da vítima contou que a mãe vinha recebendo ameaças do ex-marido e que teria uma medida protetiva contra ele. Mas a filha não informou à polícia há quanto tempo a vítima sofria as ameaças.

Clientes de Ivone foram ao local e ficaram chocadas ao saber da morte da cabeleireira. Elas não acreditam que a vítima tenha sido assaltada, mas não quiseram falar mais sobre o assunto.

A polícia vai pedir imagens das câmeras de videomonitoramento de prédios da região.

OS NÚMEROS

21 horas

foi o horário do crime

22 anos

tem filha que viu a mãe ser morta



FOTOC: RAETAVO FORATTINI/AT



FILHO de Ivone entra em desespero ao chegar ao local do crime e é consolado por policial. Depois, vai até onde está o corpo da mãe. A irmã da cabeleireira foi amparada ao chegar com familiares e amigos



PATRICK PEREIRA

RUA Honório Ferreira Andrade, onde vendedor e doméstica foram rendidos por três assaltantes que exigiram moto

Bandidos de Corolla assaltam amigos

Um dia de diversão acabou em susto para dois amigos, em Santa Lúcia, Vitória. Após sair de casa, no bairro Oriente, em Cariacica, para levar a amiga da mulher, uma doméstica de 33 anos, ao trabalho, um vendedor de 32 anos, foi rendido e teve a moto roubada.

O caso aconteceu às 23h40 de domingo, na rua Honório Ferreira de Andrade. Os três bandidos chegaram em um Corolla prata.

"Passo meus domingos de folga na casa da minha amiga. O marido dela sempre me traz ao trabalho. Ontem (domingo), quando desci da moto, os bandidos se aproxima-

ram e anunciaram o assalto", contou a doméstica.

A doméstica ainda disse que não chegou a ver arma. "Eles estavam com as mãos por baixo das camisas e falaram que se não entregássemos a moto, iríamos ver".

Em seguida, um dos bandidos subiu na moto, uma Honda CG 150 Fan preta, e fugiu sendo seguido pelos cúmplices no carro. Além da moto, eles levaram a bolsa da doméstica, com celular, documentos e um notebook.

A ocorrência foi registrada na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV), em Vitória.

Fisioterapeuta é rendida na Serra ao ir às compras

A ida às compras para uma fisioterapeuta de 29 anos acabou em prejuízo na tarde de ontem, em Valparaíso, na Serra. Ela foi rendida por um bandido quando estava saindo de um supermercado. O caso aconteceu às 14 horas.

A fisioterapeuta disse, em depoimento na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, que tinha ido ao supermercado para fazer compras – ela não chegou a dizer para a polícia o que comprou.

Ela saiu do supermercado, seguiu na direção do veículo, um Saab prata, abriu a porta do carro e guardou as compras. Quando se preparava para ligar o carro, ainda com a porta aberta, o bandido chegou e mandou que ela descesse.

A vítima segurou na camisa do bandido, tentando impedi-lo de fugir com o veículo.

O assaltante conseguiu se soltar da mulher e fugiu. Após o crime, a mulher voltou para o supermercado e acionou a polícia. Buscas foram feitas na região pela Polícia Militar, mas o bandido não foi localizado.

Adolescente rouba carro para "dar rolé"

"Fiz a missão só para dar um rolé com o carro". Essa foi a afirmação de um adolescente de 17 anos preso às 10 horas de ontem, com um Fiat Punto, que ele afirmou ter roubado sexta-feira, no centro de Vitória.

Policiais militares foram acionados pelo Ciodes-190 por uma testemunha que disse estar seguindo o carro roubado e passou as coordenadas de localização do adolescente.

Os PMs realizaram um cerco na avenida Elias Miguel, na Vila Rubina. Assim que avistou as radiopatrulhas, o menor deixou a chave na ignição do Punto, placa OCY-0276, e saiu correndo.

Ele foi perseguido e acabou preso. O menor foi encaminhado para a Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei (Deacle), onde foi ouvido e autuado por receptação e porte ilegal de munição.



VICTOR MUNIZ

JOVEM DE 17 ANOS foi flagrado com carro roubado no centro de Vitória e acabou preso. "Fiz a missão só para dar um rolé com o carro"

Polícia

Irmão salva estudante de ser estrangulada pelo ex

Ex-namorado tentou matar garota de 17 anos apertando seu pescoço, mas irmão de 13 anos da vítima flagrou a briga e a salvou

Victor Muniz

Um jovem de 21 anos foi preso após tentar estrangulá-la ex-namorada, uma estudante de 17 anos, no início da noite de segunda-feira, no bairro Planalto Serrano, na Serra. A vítima precisou ser salva pelo irmão, de 13 anos, que partiu para cima do agressor e conseguiu evitar que o pior acontecesse a ela.

Segundo ocorrência do Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) da Serra, a estudante estava em casa, com o filho de 8 meses, conversando com uma prima do acusado quando ele chegou. A polícia não informou se a criança é filha do agressor.

A vítima contou em depoimento que o jovem estava muito nervoso e mandou que ela entregasse os documentos que ele havia deixado no local, além do celular dele.

A vítima afirmou, em depoimento, que pediu calma ao ex-namorado, enquanto tentava achar os documentos, mas ele começou a empurrá-la. A estudante correu e se trancou no banheiro, de onde tentava ligar para a mãe e o jovem começou a xingá-la.

Ela saiu do banheiro, achou os documentos do ex-namorado e entregou ao irmão para que passasse para ele. O agressor exigiu que ela entregasse também o celular e, neste momento, começaram as agressões. Ele mordeu a mão da vítima para que soltasse o telefone.

Em seguida, o ex-namorado pegou a estudante pelo pescoço e começou a enforcá-la. Não satisfeito, ele jogou a adolescente no chão e iniciou um estrangulamento com



DPJ DA SERRA, onde adolescente registrou queixa contra ex-namorado. Ele alega que também foi agredido por ela

o joelho em cima da garganta da vítima, que estava sufocando.

O irmão da vítima desferiu alguns chutes contra o agressor e o tirou de cima da irmã dele.

A estudante se levantou e pegou uma faca na cozinha. O ex-namorado pegou os documentos, o celular e fugiu da casa. Ela chamou a polícia, que encontrou o jovem na praça do bairro. Ele foi preso e encaminhado para o DPJ da Serra.

Em depoimento, o jovem afirmou que estava se defendendo da ex-namorada, que teria o agredido. Ele foi autuado por agressão, pagou fiança de R\$ 1.000 e foi liberado.

O NÚMERO

R\$ 1.000

é o valor da fiança paga pelo agressor para sair da prisão

Garota foi agredida com vassoura no mesmo bairro

A agressão a menores de idade após o término de um relacionamento não é novidade no bairro Planalto Serrano, na Serra. Isso porque no último dia 6, uma estudante de 16 anos também sofreu nas mãos do ex-namorado.

A vítima foi agredida a vassourada por um pintor de 19 anos. A surra foi motivada por ciúmes do rapaz, que foi preso em flagrante durante uma discussão com a menor.

Segundo boletim de ocorrência registrado do Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) da Serra, o pintor chegou na casa da jovem com um jeito agressivo e falou com a estudante que queria perguntar algumas coisas e, dependendo da resposta dela, a situação

ficaria complicada.

Isso porque amigos falaram para o pintor que a ex-namorada estaria com outra pessoa. Ela negou que estivesse se relacionando com outro rapaz, mas mesmo assim o pintor não se conformou e os dois começaram a discutir. O agressor quebrou o cabo de uma vassoura e foi para cima dela.

Segundo a vítima, foram mais de cinco golpes no braço direito dela com o pedaço de madeira. Após bater na ex-namorada, o pintor foi embora e a deixou ferida.

Depois, os dois se encontraram na rua e discutiram de novo. Uma radiopatrulha da Polícia Militar passava pelo local e os policiais prenderam o agressor.

Líderes de facções exigem sexo para evitar mortes

SÃO LUÍS

Mulheres e irmãs de detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), estariam sendo obrigadas a manter relações sexuais com líderes de facções criminosas, conforme alertou o juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Douglas Martins.

“As parentes de presos sem poder dentro da prisão estão pagando esse preço para que eles não sejam assassinados. É uma grave violação de direitos humanos”, afirmou o magistrado — que esteve na última sexta-feira no presídio, um dia após o registro da 58ª morte do ano de um detento em Pedrinhas.

A informação sobre estupro de parentes de presos constará de relatório que será entregue brevemente ao presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa.

O juiz Martins cobrou providências do governo do Maranhão. Na semana passada, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já havia encaminhado um ofício à governadora Roseana Sarney pedindo informações atualizadas sobre a situação do sistema carcerário no estado. Ele poderá propor que seja decretada intervenção federal no Maranhão.

Dias antes, cinco presos haviam sido mortos durante uma briga — três deles foram decapitados. Conforme informações divulgadas na segunda-feira pelo CNJ, em Pedrinhas não há espaço adequado para visitas íntimas, que ocorrem no meio dos pavilhões, já que as grades das celas foram depredadas.

O governo do Maranhão já decretou situação de emergência no sistema carcerário e pediu apoio da Força Nacional de Segurança.

“Por exigência dos líderes de facção, a direção da casa autorizou que as visitas íntimas acontecessem no meio das celas. Sou totalmente contrário à prática e pedi providências ao secretário da Justiça (Sebastião Uchôa), que prometeu acabar com a prática em Pedrinhas”, disse o juiz.

Matador de cabeleireira foragido

A morte da cabeleireira Ivone Borges da Mota, 42 anos, que aconteceu às 21 horas de segunda-feira em Jardim Camburi, Vitória, começará a ser investigada somente amanhã, depois do feriado de Natal.

A informação é da equipe plantonista da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que justificou a demora no início das investigações por conta do dia de ontem ter sido ponto facultativo e hoje ser feriado de Natal.

Ivone foi morta com um tiro no rosto à queima-roupa na rua Ruy Pinto Bandeira. A família dela acusa o ex-marido de participação no crime. Segundo familiares, ele



FILHO da cabeleireira Ivone é consolado por policial em Jardim Camburi

ameaçava a cabeleireira, que teria uma medida protetiva contra ele.

O crime aconteceu a 20 metros do salão que pertencia a Ivone.

A filha dela, de 22 anos, que trabalhava com a mãe, presenciou o crime e ficou em estado de choque.

O filho da cabeleireira também esteve no local e ficou transtornado ao ver o corpo da mãe. Ele também acusou o padrasto.

Clientes de Ivone também estiveram no local e ficaram chocados ao saber da morte dela.

Durante o dia de ontem, alguns clientes deixaram flores em frente ao salão da cabeleireira, que foi enterrada às 15 horas, em Cariacica.



JUIZ Douglas: estupro na prisão

VITÓRIA

Morte em Jardim Camburi: 5 dias antes, juíza negou proteção à vítima

Ex-marido de dona de salão é suspeito do crime; ela já tinha sido ameaçada de morte

▲ PATRICIA MACIEL
pmacie1@redgazeta.com.br

A cabeleireira Ivone Borges Mota, 42, assassinada a tiros na frente da filha, na noite de segunda-feira, em Jardim Camburi, Vitória, pediu uma medida protetiva contra o ex-marido, mas teve o pedido negado pela Justiça. A decisão da juíza Clesia dos Santos Barros, da 11ª Vara Criminal de Vitória, que indeferiu o pedido da vítima, saiu no último dia 18. Cinco dias depois, Ivone foi morta.

Na decisão, disponível no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), a juíza negou o pedido e encaminhando suspeito e vítima para atendimento de psicólogos e assistentes sociais.

"Diante disso, indefiro, por ora, as medidas pretendidas. Todavia, encaminhando

os autos para equipe multidisciplinar da vara para agendamento de atendimento psicossocial das partes", diz a decisão. A assessora de imprensa do TJES foi procurada pela reportagem, mas informou que não poderia dar mais informações ou intermediar o contato com a juíza por causa do feriado de Natal. A assessora explicou que só tem acesso aos autos em dias úteis.

A medida protetiva de urgência obriga o agressor a uma série de condutas, visando à segurança da vítima. Entre elas, estão a exigência de que o suspeito não se aproxime da mulher. Se o homem descumprir a medida, pode ser preso.

OCORRÊNCIA

O delegado Brenno Andrade, responsável pelas investigações, contou que, um mês antes do crime, a vítima foi ao Plantão Especializado da Mulher, no



REPRODUÇÃO TV

Ivone foi assassinada quando deixava seu salão de beleza na Rua Ruy Pinto Bandeira

bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória, e registrou um boletim de ocorrência contra o ex-marido. Na ocasião, a cabeleireira relatou que estava sendo ameaçada

de morte por ele. O motivo das ameaças seria o fato de o homem não aceitar o fim do relacionamento.

A família da vítima já havia dito à polícia, no local

do crime, que acreditava que o ex-marido da cabeleireira era o assassino, mas foi levantada a hipótese de latrocínio, que é roubo com morte. Isso porque

o criminoso levou a bolsa da vítima. Mas a polícia descartou a hipótese de que a mulher tenha sido morta durante um roubo.

O delegado Brenno Andrade, que responde pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), também acredita que foi o ex-marido de Ivone quem a matou. "Esse crime não tem característica nenhuma de latrocínio. A suspeita é de que o autor seja o ex-marido ou alguém contratado por ele", afirmou o delegado. O ex-marido da cabeleireira ainda não foi localizado.

Ivone foi assassinada com um tiro na cabeça, na frente da filha, quando deixava seu salão de beleza na Rua Ruy Pinto Bandeira, às 21h30. Testemunhas disseram que um Voyage estava parado na rua. Um homem com um capuz no rosto desceu do carro, esperou a vítima passar perto, afastou a filha dela de lado e atirou em Ivone.

SERRA DOURADA

Recepcionista é morta por causa de ciúmes

Joice de Souza foi morta a tiros pelo ex-namorado de antiga companheira

▲ RUHANI MAIA
ruhani.maia@redgazeta.com.br

A recepcionista Joice de Souza Santos Figueiredo, 30, foi assassinada enquanto comemorava o Natal, na manhã de ontem, no bairro Serra Dourada II, na Serra.

A festa tinha começado na véspera, na casa de uma amiga. O autor do crime, 28, segundo testemunhas, é traficante de drogas na região. Ele teria matado a recepcionista por ciúmes, após saber que ela e sua ex-namorada, uma dona de casa de 32 anos, estavam na mesma festa. As duas já tiveram um relacionamento amoroso.

Joice estava na varanda com a mulher e outros três rapazes quando foi executada, às 6h10. Testemunhas contaram para a polícia que o acusado chegou em um carro pre-



EDSON CHAGAS

to, e invadiu o local à procura de Joice.

A vítima foi atingida com dois tiros no peito. Com Joice caída no chão, o acusado deu mais dois tiros, um na cabeça e outro nas costas. Joice morreu na hora. O acusado fugiu de carro e não foi localizado.

A atual namorada de Joice e o ex-namorado da dona de casa são considera-

dos suspeitos do assassinato e estão sendo procurados pela polícia. Por ciúmes, a atual namorada de Joice ligou para o autor do crime para informá-lo que as duas estavam na mesma festa.

CIÚMES

A suspeita também estava na festa e, quando decidiu ir embora, por volta das 6 horas, chamou Joice para



Joice levou quatro tiros; o acusado já havia tentado matar a recepcionista havia cinco anos

que as duas fossem juntas. Como Joice não queria ir, a namorada foi sozinha. Ao chegar em casa, a namorada de Joice ligou pelo menos duas vezes para ela. A suspeita ameaçou Joice, dizendo que estava na frente da casa do acusado e que iria contar para ele que as duas estavam na festa.

Testemunhas acrescentaram que uma amiga de

Joice chegou a ir até a casa onde ela e a namorada moravam à procura da suspeita, após saber que a recepcionista havia sido assassinada. Essa amiga teria até dado uma surra na namorada da vítima e, por isso, ela teria fugido da região.

O caso será investigado pela delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres (DHPM). Os suspeitos não foram localizados. "Na casa da suspeita, encontramos os filhos dela, arrumando pertences para sair de casa. O filho mais velho disse que ela iria até o DPJ da Serra para prestar esclarecimentos", disse o delegado Brenno Andrade.

A amiga de Joice, que mora na casa onde a festa de Natal estava sendo realizada, contou que todos ficaram em estado de choque quando viram a recepcionista ser assassinada.

"Quando ele andou em direção à Joice, meu sobrinho ainda tentou segurá-lo, mas ele apontou a arma. De-

REVOLTA

"Quando liguei para o celular da Joice, a namorada dela atendeu e falou que ela estava morta, com a maior tranquilidade. Isso revolta. A gente não esperava por isso"

X., 32 ANOS IRMÃ DA VÍTIMA

pois eu tentei segurá-lo também, e ele voltou a apontar a arma. Acredito que ele matou a Joice por ciúmes, porque ela e a minha irmã, que já namoraram, voltaram a manter contato há alguns dias. As duas namoraram durante 11 anos, e terminaram há uns oito", contou.

O acusado já tentou matar Joice há 5 anos, quando ela namorava com a dona de casa. Ele descobriu que as duas estavam em um churrasco, foi até lá e atirou no joelho de Joice.